

Caderno de Resumos



12^a SIAC

SEMANA DE INTEGRAÇÃO
ACADÊMICA DA **UFRJ** | **2023**

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

De 29 de maio a 02 de junho de 2023



Caderno de Resumos: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **17**

TÍTULO: **EDUCAÇÃO EM INFORMAÇÃO NO COMBATE À DESINFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **LAURA DE AZEREDO SANTOS,RUTE DA SILVA CAVALCANTI,RAPHAELLA TEODORO DA SILVA,BRUNA CASTRO,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: O Projeto de Extensão "Educação em informação no combate à desinformação" foi desenvolvido no período de agosto de 2023 a julho de 2024, contudo, devido à ampliação do edital PROFAEX, serão realizadas atividades até 30 de abril de 2025. A equipe contou com a participação de docentes e discentes da UFRJ, além da colaboração com profissionais de instituições parceiras: Fiocruz, IBICT, UFF, UNIRIO, FGV e outras pessoas também da UFRJ. Tem como objetivo promover o pensamento crítico relativo às ações informacionais, às buscas em fontes de informação, ao compartilhamento de notícias e outras atividades relacionadas, para evitar a desinformação. Os objetivos específicos são: apresentar a complexidade do contexto informacional na atualidade; problematizar a perspectiva cidadã na esfera informacional; estimular práticas informacionais que contemplem a crítica e a ética. Quanto à metodologia, as atividades se deram na Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz, o público de ação envolveu os discentes de ensino médio vinculados ao Programa de Vocação Científica (Provoc/Fiocruz). Até o presente momento, foram promovidos 7 encontros presenciais e uma atividade assíncrona entre setembro de 2023 e junho de 2024. Tais encontros foram expositivos, interativos e dialógicos, utilizando recursos audiovisuais (slides, vídeos, músicas e outros) para promover a discussão dos temas selecionados, sendo realizados mensalmente e agendados previamente, no horário de 14h às 16h30. A carga horária do projeto está sendo dedicada para a elaboração dos encontros e ao seu processo de avaliação, mediante envio de questionários para os participantes e relatórios elaborados pelas extensionistas. Quanto aos resultados alcançados, os encontros presenciais contaram com uma média de participação de 16 alunos. Quanto à atividade remota realizada em dezembro de 2023, foi dada a tarefa de assistir dois filmes com o intuito de prepará-los para os próximos encontros. Os encontros promoveram discussões importantes para o meio científico, como: desinformação e suas relações em vários cenários acadêmicos e cotidianos, o processo de busca e avaliação de informações em diversas fontes; vigilância informacional; dados de pesquisa; normalização, plágio e ética de pesquisas científicas; e a importância do cuidado informacional no atual cenário de urgências climáticas. A troca entre a equipe do projeto e os convidados possibilitou aprendizados no âmbito acadêmico e profissional, considerando a participação de todos na construção dos encontros, e no âmbito pessoal da equipe uma vez que houve a participação de um discente Provoc cego e, assim, a equipe elaborou materiais acessíveis para os encontros de 2023. O projeto permitiu interações interdisciplinares e complementares sobre os temas discutidos, além de gerar experiências enriquecedoras para as extensionistas nos âmbitos acadêmicos, profissionais e pessoais por permitir contato com diferentes pessoas e vivências.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, C. A. A. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. *The International Review of Information Ethics*, Edmonton, Canada, v. 30, n. 1, 2021. ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. *BIBLOS*, [S. l.], v. 29, n. 1, 2016. ZATTAR, Marianna Ribeiro. Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [s. l.], v. 13, p. 272-279, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **22**

TÍTULO: **ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO TECNOLÓGICA EM CHIKUNGUNYA**

AUTOR(ES) : **LAURA DE AZEREDO SANTOS, MARIA DE FÁTIMA EBOLE DE SANTANA**

ORIENTADOR(ES): **MARCIO SACRAMENTO DE OLIVEIRA**

RESUMO: A Chikungunya (CHIKV) é uma doença viral transmitida pelos vetores urbanos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Foi reconhecida pela primeira vez na Tanzânia em 1952 e desde então vem apresentando casos de disseminação e epidemias ao longo do mundo, como na Ásia, Europa, África e nas Américas. Por conta desse caráter emergente, é considerada uma questão de saúde a nível global e assim necessita de investimentos tecnológicos que vão ao encontro do seu controle, prevenção, tratamento e diagnóstico. Diante da importância do desenvolvimento de tais produções, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a produção tecnológica sobre a Chikungunya no período de 2008 a 2023. Foi realizado um estudo bibliométrico exploratório-descritivo, com uma abordagem quanti-qualitativa. A recuperação de documentos foi realizada na plataforma Questel Orbit Intelligence®, na coleção destinada às famílias de patentes FAMPAT, limitando-se às patentes ativas a fim de identificar e entender as tendências e inovações científicas e tecnológicas referentes ao CHIKV. Através das técnicas de text e data mining realizadas nos softwares VantagePoint® 16,0, M2N e VOSviewer® 1.6.18, foi desenvolvido um conjunto de dados organizado e estruturado para a realização da análise gráfica e do mapeamento dos dados recuperados. Após os processos de limpeza dos dados, foi obtido um total de 770 patentes ativas, as quais foram analisadas a partir de seis indicadores: anos de aplicação, titulares, domínios tecnológicos, famílias de patentes, inventores e países primários. Diante das análises realizadas, foi observado que a produção tecnológica de Chikungunya vem crescendo, significativamente desde os anos 2000, com fenômenos de aumento significativo da produção em 2013 a 2016 e em 2019 a 2023, além de que a linha de tendência da produção indica uma trajetória linear contínua, sinalizando que a discussão e produção de soluções referentes ao vírus são relevantes. Quanto às famílias de patentes que possuem maior produção são respectivamente: Anti-Infeciosos (A61P-031); Preparações medicinais contendo antígenos ou anticorpos (A61K-039); Agentes antineoplásicos (A61P-035). Além disso, foi possível traçar redes de colaborações comuns entre inventores (com destaque para Zhao, Ping Akahata, Wataru e Qi, Zhongtian), domínios tecnológicos (os quais se destacam Produtos farmacêuticos, Biotecnologia, Análise de materiais biológicos), titulares (com destaque para Universidade Emory, Centro Nacional de Pesquisa Científica e Universidade Médica Naval de PLA) e países primários (os quais se destacam Estados Unidos, China e Índia). Nesse sentido, foi possível identificar as características colaborativas na produção tecnológica de Chikungunya, na qual atores em comum estabelecem uma rede habitual de produção. Assim, entende-se que tais grupos se preocupam em inovar no que se refere aos vírus emergentes.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, W. B. G.; MAGALHÃES, J. L. Evolução da febre chikungunya no Brasil e os produtos relacionados. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 4., 2015, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Uninove, 2015. p. 1-13. DAPURKAR, D.; TELANG, M. A patent perspective on chikungunya. Acta Tropica, v. 199, p. 105-131, nov. 2019. DOI 10.1016/j.actatropica.2019.105131. MAGALHÃES, J. L. de et al. Big Data e a saúde negligenciada em dengue, zika e chikungunya: uma análise translacional da tripla ameaça no século 21. Ciência da Informação, v. 45, n. 3, 2018. DOI <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v45i3.4061>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **57**

TÍTULO: **MESTRES OU INICIANTES?: A AVALIAÇÃO DE AUTORIDADE PELOS NATIVOS DIGITAIS**

AUTOR(ES) : **RAPHAELLA TEODORO DA SILVA, LUCAS GUIMARÃES DE SOUZA MAGALHÃES**

ORIENTADOR(ES): **NYSIA OLIVEIRA DE Sá, MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: O termo "Nativo Digital" (Premsky, 2001) se refere àqueles nascidos no final do século XX e com contato significativo com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) ao longo dos anos de sua formação. Nota-se que uma das características marcantes dessa geração corresponde ao fato de estarem constantemente conectados por telas, as utilizando para interagirem com o mundo e seus pares, de modo que as TIC medeiam os principais aspectos de suas vidas (Palfrey; Gasser, 2011). Vale destacar que segundo a nova edição da TIC Kids Online Brasil (Comitê de Gestão da Internet, 2023), 92% das crianças e adolescentes afirmam que acessam a internet e 80% utilizam as informações encontradas online para fazer trabalhos escolares, demonstrando o uso da internet como uma fonte de informação recorrente dos jovens. Vale destacar que embora as pessoas sejam classificadas como nativos digitais porque nasceram numa determinada época, isso não significa que elas serão inseridas na esfera digital obrigatoriamente. Desta forma, essa pesquisa busca investigar quais os critérios utilizados pelos Nativos Digitais para avaliar fontes de informação que buscam nas redes ou na web. O uso de poucos ou nenhum critério de avaliação pode conduzir os jovens para fontes que possuem diversos problemas e riscos, tanto mentais como físicos. Sendo assim, o objetivo geral é a análise da autoria como critério de avaliação das fontes de informação online/digital em práticas informacionais nas iniciações científicas realizadas por Nativos Digitais. A metodologia caracteriza-se como qualitativa, contemplando a construção do questionário estruturado, baseando-se em artigos, livros e notícias que abordassem a temática sobre as características dos Nativos Digitais e/ou critérios de avaliação da informação digital. Ademais, foi aplicado um pré-teste junto aos discentes do 1º período dos cursos de Administração e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), visando avaliar as perguntas e, quando necessário, sua reformulação. O questionário foi montado com base em textos, artigos e notícias sobre o tema, que guiaram a criação das seções da estrutura do questionário. Os bolsistas participaram de todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, desde a leitura de artigos até a análise dos resultados do pré-teste. No total foram respondidos 45 questionários que possuíam 27 questões divididas em 4 seções: práticas informacionais, busca e recuperação da informação, autoria e critérios de avaliação. Os resultados demonstraram que o principal critério de autoridade que os jovens observam é a filiação com uma instituição e os principais critérios de avaliação da informação utilizados são: confirmar as informações em diferentes sites; a reputação; e a finalidade/objetivo do site. Esta pesquisa continua em andamento, de forma que os resultados apresentados são advindos do segundo pré-teste realizado e, portanto, caracterizam-se como parciais.

BIBLIOGRAFIA: COMITÊ DE GESTÃO DA INTERNET. Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022. São Paulo, SP: Comitê de Gestão da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic-kids-online-2022-livro-eletronico.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024. PALFREY, J.; GASSER, U. Nascidos na Era Digital: Entendendo a Primeira Geração de Nativos Digitais. Porto Alegre: Artmed, 2011. PREMSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants Part 1. On the Horizon, London, v. 9, n. 5, p. 1-6, set. 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **60**

TÍTULO: **DIREITO AO ESQUECIMENTO E A CULTURA DO CANCELAMENTO**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA CORREA JANARDO PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: O direito ao esquecimento é uma importante temática a ser explorada academicamente, haja vista as mudanças trazidas pelas novas tecnologias pela atual Sociedade Informacional que impulsionaram inúmeras e constantes transformações acerca das acepções em relação a este direito. Assim, vislumbra-se a necessidade de que a temática seja, ainda que sinteticamente, explorada para buscar entender as implicações dessa conjuntura fática em relação aos direitos dos cidadãos brasileiros, em especial, em relação às consequências ao direito da personalidade. Além disso, é preciso questionar também, sob um olhar mais atento, sobre um fenômeno cultural no meio virtual que implica em repercussões e restrições ao direito ao esquecimento: a cultura do cancelamento. Por fim, destaca-se que o direito ao esquecimento deve ser analisado com cuidado diante da nova conjuntura digital, pois ele, em muitos casos, acaba por colidir com outros direitos e princípios basilares e reconhecidos na ordem constitucional brasileiro, por exemplo, direito à liberdade de expressão e de imprensa, direito à memória, direito à informação entre outros. O objetivo geral da pesquisa é a partir de uma análise majoritariamente teórica buscar entender se, conforme a doutrina e entendimentos jurisprudenciais nacionais e internacionais, é possível que o direito ao esquecimento possa ser implementado como no meio virtual, mesmo diante de situações envolvendo cancelamento de indivíduos nas redes sociais. Nesse sentido, o modelo metodológico adotado por essa investigação será essencialmente uma pesquisa bibliográfica ao selecionar livros e artigos acadêmicos, fazer a suas leituras, bem como redigir resumos sobre os apontamentos realizados pelos pesquisadores e doutrinadores acerca da temática selecionada. Além disso, pontua-se que esse trabalho acadêmico subsidiariamente se utilizará de outros métodos de pesquisa como: (a) pesquisa documental, ao buscar explorar comparativamente a legislação brasileira, por exemplo, os diplomas legais - a Constituição Federal Brasileira de 1988, o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) - com a legislação europeia, notadamente a Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR). Ademais, será empregado (b) a pesquisa jurisprudencial, de modo a, sinteticamente, entender a construção do direito ao esquecimento tendo em vista julgados recentes do STJ e STF.

BIBLIOGRAFIA: MARTINS, Guilherme Magalhães. O Direito ao Esquecimento na Sociedade da Informação. São Paulo: Editora Thomson Reuters Brasil, 2022. SCHREIBER, Anderson. Direitos Fundamentais e Sociedade Tecnológica. São Paulo: Editora Foco, 2022. LUZ, Pedro Henrique Machado da. Direito ao esquecimento no Brasil: GEDAI/UFPR, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **62**

TÍTULO: **DO RIO AO MAR: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES UNIVERSITÁRIAS PELA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA NOS EUA A PARTIR DE SUAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E NAS REDES SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **DEBORA MAGALHAES FERREIRA BINATTI DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO: O projeto “Do rio ao mar: uma análise das manifestações universitárias pela libertação da Palestina nos EUA a partir de suas representações midiáticas e nas redes sociais” consiste em uma pesquisa exploratória que busca compreender as novas lutas anticoloniais que estão se tornando presentes nos campi universitários estadunidenses. Dessa forma, a pergunta de pesquisa apresenta-se como “Como são representadas as manifestações universitárias pela libertação da Palestina nos EUA nas mídias tradicionais e nas redes sociais?”. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar as manifestações universitárias pela libertação da Palestina que estão ocorrendo no período entre outubro de 2023 até o presente. Parte-se da hipótese que há uma sub-representação das manifestações nas mídias tradicionais, devido a comparação com as menções nas mídias tradicionais em paralelo com as menções dos atos pró-Palestina nas redes sociais. A pesquisa se faz necessária para o campo das Relações Internacionais, devido à importância das manifestações nos EUA para o campo da luta anticolonial como um todo. Tendo um genocídio em curso no Oriente Médio promovido pelo EUA, é de fundamental importância que a academia se volte para a causa palestina, para uma melhor compreensão da conjuntura. Retomando a essência da pesquisa, o projeto consiste em uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa e analítica sobre o tema. Quanto às fontes que constituem a revisão teórica, pode-se ressaltar as obras “O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, de Vladimir Lênin (1917); “A questão da Palestina”, de Edward Saïd (1979), e, por fim, a obra “We Demand: The University and Student Protests”, de Roderick A. Ferguson (2017). Para além das obras, serão utilizados portais de informação como Daily Caller e The New York Times, para análise das representações dos protestos na mídia tradicional, assim como a rede social X (antigo Twitter) para analisar a representação dos protestos nas mídias sociais. Vale ressaltar que o trabalho parte da definição de Pierre Bourdieu de representações, compreende que as representações recebem influências das ideias, dos valores, das crenças e das ideologias existentes anteriormente em uma sociedade, as quais se fazem presentes na linguagem que utilizamos para nos comunicar.

BIBLIOGRAFIA: Lênin, V. O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo. 1917. Saïd, E. A questão da Palestina. 1979. Ferguson, R. We Demand: The University and Student Protests. 2017

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **63**

TÍTULO: **DAS PÁGINAS PARA A POLÍTICA EXTERNA: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA DE APOIO À TRADUÇÃO E À PUBLICAÇÃO DE AUTORES BRASILEIROS NO EXTERIOR COMO DIPLOMACIA CULTURAL NO GOVERNO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA**

AUTOR(ES) : **DEBORA MAGALHAES FERREIRA BINATTI DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: A "Das Páginas Para a Política Externa: Estudo de Caso do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior como Diplomacia Cultural no Governo De Luís Inácio Lula Da Silva" consiste em compreender se o Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior, lançado em 2023, no terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, se caracteriza como um instrumento de diplomacia cultural da política externa do referido governo, partindo da hipótese que o programa se constitui como uma política pública voltada para o exterior, podendo assim se configurar como parte de uma diplomacia cultural brasileira. A pesquisa insere-se na área de Relações Internacionais, abrangendo subcampos como Análise de Política Externa Brasileira, Estudos Diplomáticos e Estudos Culturais. É importante ressaltar que a cultura está intrinsecamente ligada às Relações Internacionais, embora, historicamente análises de política internacional e política externa não fazem uso da dimensão cultural para compreender as dinâmicas dos Estados, conjuntura que pode ser sintetizada a partir das teorias neoliberais e neorealistas das Relações Internacionais (Barão, 2012; Bijos, Arruda, 2010). Assim, a pesquisa tem o intuito de valorizar a cultura dentro da política internacional, aplicando-a dentro de um espectro nacional, ao analisar o do Programa de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior e a Diplomacia Cultural Brasileira. Por fim, para compor o marco teórico, a pesquisa apresenta como base teórica a definição de diplomacia cultural de Edgard Telles Ribeiro e Nicolas Laos, assim como a definição de política cultural de Mario Brockmann Machado, e a percepção de política externa brasileira pós redemocratização de Fernando de Mello Barreto.

BIBLIOGRAFIA: BARÃO, Giulia Ribeiro. A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: Um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003 - 2010). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2012. BARRETO, Fernando de Mello. A Política Externa Após a Redemocratização. Brasília. FUNAG. 2012. BIJOS, Leila; ARRUDA, Verônica. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. Revista Dialogos: a cultura como dispositivo de inclusão, Brasília, v.13, n.1, ago, 2010

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **65**

TÍTULO: **Troca e Propriedade em Perspectiva Evolucionária**

AUTOR(ES) : **HEITOR DE FARIA GROISMAN**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO: Através de uma abordagem interdisciplinar, o trabalho tem por objetivo propor uma resposta à seguinte pergunta: a propriedade (mesmo que em sua dimensão coletiva) e a troca, enquanto comportamentos econômicos institucionalizados desde as primeiras sociedades humanas, interagem com fenômenos cognitivo-comportamentais de origem evolucionária? Com foco na longa e na longuíssima duração, essa pesquisa está organizada em duas etapas: 1) análise de literatura sobre testes econômicos envolvendo primatas não humanos, a partir de esforços de psicólogos, economistas e primatólogos; 2) análise de literatura sobre sistemas econômicos em sociedades humanas sem excedente, de caça-coleta, a partir da antropologia econômica. Com inspiração nas propostas de Brosnan & Wilson (2023) e Schultz (2022), entende-se que a pesquisa primatológica é uma aliada no estudo do comportamento econômico, permitindo prospectar elementos de longuíssima duração próprios da mente humana inconsciente. Já a literatura antropológica permite perscrutar elementos basilares do comportamento humano em sua dimensão cultural e institucional (de longa duração), especialmente aquela que investiga sociedades não modernas, ou apenas indiretamente impactadas pelas sociedades modernas. Como Resultados alcançados, verifica-se que: a) primatas não humanos são capazes de participar de interações de troca apenas quando induzidos laboratorialmente, nunca em seus habitats naturais; b) primatas não humanos demonstram uma compreensão intuitiva da posse de objetos; c) humanos em sociedades de caça-coleta operam trocas econômicas, especialmente em regimes cerimoniais de dom e contradom; d) humanos em sociedades de caça-coleta operam o conceito de posse e propriedade, ainda que com ampla variação ecológica e cultural. Como considerações parciais, temos: 1) a instituição da propriedade, que assume diferentes aspectos específicos de acordo com o contexto cultural, interage com um substrato cognitivo-comportamental herdado ao longo de milhões de anos de evolução primata, da qual naturalmente Homo sapiens é parte; 2) primatas não humanos são capazes de compreender interações de troca econômica somente quando induzidos, o que sugere que não contam com módulos cognitivos dedicados a essa interação; 3) por parcimônia, entende-se que humanos também não contam com módulos cognitivos dedicados à mediação da troca econômica, mas a frequência com que trocas com conteúdo simbólico, cerimonial e de status são praticadas em sociedades de caçadores-coletores sugere que esse fenômeno seja produzido pela operação do domínio cognitivo social, no sentido dado por Mithen (1998).

BIBLIOGRAFIA: Brosnan, S. F., & Wilson, B. J. (2023). Comparative economics: how studying other primates helps us better understand the evolution of our own economic decision making. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 378(1876), 20210497. Mithen, S. (1998). *The Prehistory of the Mind: A Search in the Origins of Art, Religion and Science*. Londres: Orion. Schulz, A. (2022). Tools of the trade: the bio-cultural evolution of the human propensity to trade. *Biology & Philosophy*, 37(2), 8.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **94**

TÍTULO: **Agentes sociais, políticas públicas, os ODS e o direito à cidade**

AUTOR(ES) : **YASMIN DE OLIVEIRA LUIZ DE BARROS, DHANA BHAWAN OTTO, KAYQUE JARDEL SANTOS ROCHA, REBECA MENDONÇA**

ORIENTADOR(ES): **ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**

RESUMO: O projeto de extensão "Curso de Formação de Agentes Sociais, Políticas Públicas, os ODS e o Direito à Cidade" foi promovido pelo Observatório das Metrópoles–RJ, membro do IPPUR–UFRJ. Além de integrar a iniciativa Fórum Nacional de Reforma Urbana, onde, possui como promotores a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Habitat para a Humanidade Brasil, a Central de Movimentos Populares (CMP), o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE–RJ), e a União Europeia, como principal apoiadora. Nesse contexto, o objetivo principal da ação de extensão foi oferecer um curso à sociedade civil, abordando metodologias e técnicas voltadas à prática de ativistas nas ações de mobilização social e insurgência, com o foco na promoção do direito à cidade e seus componentes. Além disso, o curso teve como propósito qualificar ativistas e agentes sociais para integrarem os espaços de discussão de políticas públicas urbanas, tanto em fóruns e redes de apoio vinculados à luta pela inclusão e pelo direito à cidade quanto nos espaços institucionais. Dessa forma, o projeto ambicionou principalmente, capacitar os estudantes para o debate sobre a apropriação da área central da cidade pelas classes populares, conectando questões políticas, urbanas e sociais da região. Logo, o público–alvo era composto por lideranças e ativistas com atuação em associações, movimentos populares, redes e fóruns vinculados à política urbana. Assim como, educadores de organizações não–governamentais com atuação na temática urbana, mulheres e jovens que trabalham em associações, grupos culturais e redes. Ademais, todos os módulos foram estruturados por uma equipe pedagógica composta por alunos e professores vinculados à pós–graduação do IPPUR–UFRJ, sendo constituído por aulas temáticas, ministradas por professores e especialistas, convidados de acordo com os assuntos abordados. Como bibliografia principal, foi utilizado o "Caderno de Formação: O Direito à Cidade, os ODS e as Políticas Públicas", que reúne uma vasta produção textual confeccionada por pesquisadores do campo, diretamente vinculados ao Observatório da Metrópoles. Nesse sentido, a formação buscou integrar os mais diferentes grupos que lutam pelo direito à cidade e pela reforma urbana, capacitando–os a partir da sistematização de conceitos e métodos relacionados aos mais diversos assuntos no que tange à cidadania, aos objetivos de desenvolvimento sustentável e às políticas públicas. Pensando nisso, a equipe de extensionistas propôs realizar uma apresentação sobre o trabalho desenvolvido ao longo da ação de extensão na SIAC. O objetivo é compartilhar a experiência vivenciada com o corpo docente e discente da UFRJ, por meio da exposição de dados pertinentes ao perfil do público–alvo do curso, além de uma análise diagnóstica dos objetivos alcançados, a fim de divulgar a importância do tripé educacional (ensino, pesquisa e extensão) na disseminação de conhecimento à sociedade civil.

BIBLIOGRAFIA: Caderno de Formação: O Direito à Cidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as Políticas Públicas. Orlando Alves dos Santos Junior; Valéria Pinheiro; Patrícia Ramos Novaes (organizadores). Rio de Janeiro: Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU; Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU; Observatório das Metrópoles, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **122**

TÍTULO: **CÂMARAS DE MEDIAÇÃO PRIVADAS VINCULADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO**

AUTOR(ES) : **BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO: Pesquisa a ser desenvolvida no Núcleo de Mediação e Conciliação da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (NUMEC/FND/UFRJ) e tem por objeto produzir uma análise do funcionamento, composição e características principais das Câmaras Privadas de Mediação que estão cadastradas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Deseja-se compreender, principalmente, o modo de fato e de direito como se dá a estruturação do processo de mediação, a prática e perfil de seus mediadores e partes, conhecidas como mediandos. Dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa são: (I) compreender quais são os critérios e os procedimentos de cadastramento de uma Câmara Privada de Mediação de Conflitos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro- TJRJ; (II) compreender como é a atuação destas Câmaras de Mediação junto a este órgão da justiça; (III) analisar sua estrutura interna, com foco no corpo técnico de mediadores, na estrutura normativa e na demanda de casos; (IV) analisar e compreender como são conduzidos os processos das mediações nestes espaços. A metodologia utilizada será, em um primeiro momento, o desk research. Com isso, pretende-se coletar dados e informações a partir da análise de sites eletrônicos. Como pressuposto da pesquisa serão realizados levantamentos e leituras de referências bibliográficas, como artigos, dissertações, teses, livros e demais documentos acadêmicos relativos ao tema. Em um segundo momento, pretende-se efetuar entrevistas com mediadores que atuam nas câmaras objeto deste estudo, a fim de coletar informações acerca de suas experiências como mediadores. Como resultados esperados, pretende-se produzir conhecimento e melhor compreender a atuação das Câmaras Privadas de Mediação e seu impacto na resolução de conflitos. Espera-se, também, traçar um perfil básico dos mediadores que trabalham nestas câmaras. Ainda não há considerações finais, devido ao inicial estágio da pesquisa. Consideração parcial após consulta ao site do Tribunal de Justiça objeto de estudo, mostrou que há catorze câmaras de mediação devidamente cadastradas, sendo dez sediadas no município do Rio de Janeiro; e uma sediada nas seguintes cidades: Campinas/SP; Duque de Caxias/RJ; Niterói/RJ; e Nova Friburgo/RJ, que possuem áreas de atuação, em sua maioria, voltadas a Direito de Família e societários nos conflitos da área empresarial, que são fruto de relações pretéritas e contínuas entre as partes, que são relações que se impõem a busca pelo restabelecimento do diálogo.

BIBLIOGRAFIA: Como Chegar ao Sim/Roger Fisher, William Ury, Bruce Patton. Ed., rev. e atual.. Rio de Janeiro: Sextante, 2018. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática / Miracy Barbosa de Sousa Gustin, Maria Tereza Fonseca Dias, Camila Silva Nicácio. 5. ed., rev., ampl., e atual.. Imprensa: São Paulo, Almedina, 2020. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 219, p. 1-14, 1º dez. 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **124**

TÍTULO: **ANÁLISE DA ESTRUTURA DOS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS DISPONÍVEIS EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **ALYCE BARBOZA SOARES,LUCAS GUIMARÃES DE SOUZA MAGALHÃES**

ORIENTADOR(ES): **ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO,NYSIA OLIVEIRA DE SÁ**

RESUMO: A Educação Aberta relaciona-se à educação democrática ao alinhar a qualidade do método de ensino com o princípio do ODS 4, da ONU, de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, por meio de práticas de ensino e recursos educacionais. Segundo a UNESCO (2019), os recursos educacionais abertos (REA) são definidos como materiais de aprendizagem e pesquisa, disponíveis em domínio público ou com uma licença que permita seu uso e adaptação. Esses recursos foram estabelecidos a partir de princípios, chamados de 4Rs, que caracterizam um objeto de aprendizagem como um REA, permitindo que esses documentos possuam os direitos de Reuso, Revisão, Remixagem e Redistribuição (Wiley, 2007). Nesse contexto, os repositórios institucionais (RI) são fundamentais na disponibilização de materiais em acesso aberto que apoiam o ensino, a pesquisa e a extensão, disseminando a produção do corpo social da instituição na qual estão inseridos. Os REA favorecem uma produção científica baseada em trocas entre os pesquisadores, promovendo o avanço científico-tecnológico por meio de práticas educacionais abertas. Esta pesquisa tem como objetivo principal a análise dos REA em RI de instituições federais de ensino superior (IFES) brasileiras. Utilizando uma metodologia exploratória de natureza descritiva e abordagens quali-quantitativas, mapeou-se tais instituições brasileiras por meio do Cadastro e-MEC e selecionaram-se 10 RI no Diretório OpenDOAR que continham "objetos de aprendizagem". Analisaram-se os recursos disponíveis em cada RI para identificar sua estrutura, forma de disponibilização e contatos com os responsáveis pelos ambientes. A análise revelou que o conceito de REA não é percebido de forma clara pelas instituições, levando à necessidade de consultar diretamente os gestores dos RI para entender suas percepções. Para isso, foi elaborado um questionário com o objetivo de compreender a percepção dos gestores sobre a estrutura, definição, funcionalidades e importância da disponibilização de REA. Os resultados indicam que a maioria dos participantes conhece os REA, obtendo conhecimento de fontes científicas e acadêmicas, e que os repositórios contêm REA e objetos de aprendizagem. Contudo, muitos recursos não podem ser considerados REA devido aos formatos utilizados, e há falta de suporte institucional para a permanência e manutenção dos REA nos RI, sem diretrizes ou políticas de incentivo. Portanto, além de incluir REA nos repositórios, é crucial criar mecanismos que assegurem sua estabilidade e desenvolvimento, contribuindo para a democratização do conhecimento. Os autores participaram de todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, desde a leitura de artigos até a análise dos resultados.

BIBLIOGRAFIA: FURTADO, Débora (org.). Guia de bolso da educação aberta. Brasília, DF: Iniciativa Educação Aberta, 2019. 28 p. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/564609>. Acesso em: 13 jul. 2024. UNESCO. Recommendation on Open Educational Resources (OER), 2019. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/legal-affairs/recommendation-open-educational-resources-oer>. Acesso em: 13 jul. 2024. WILEY, D. Open Education Licence Draft. 2007. Disponível em: <https://opencontent.org/blog/archives/355>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **138**

TÍTULO: **"A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO AUDIOVISUAL NO TIK TOK: CONTRIBUIÇÕES DA INTEGRAÇÃO DE FOLKSONOMIAS E TAXONOMIAS"**

AUTOR(ES) : **THAIS BARRETO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Título: "A recuperação da informação audiovisual no Tik Tok: contribuições da integração de folksonomias e taxonomias" Este estudo teve por objetivo entender os impactos da integração entre folksonomia e taxonomia na recuperação da informação audiovisual inserida no Tik Tok. Por intermédio da folksonomia, os usuários conseguem fazer publicações e categorizações colaborativas nas plataformas atribuindo hashtags (etiquetas), que são metadados que recuperam informações de acordo com o assunto previamente descrito pelo usuário. A taxonomia co-relaciona com a folksonomia por ser o tipo de sistema de organização do conhecimento que irá classificar e organizar as etiquetas descritas pelos usuários. Os objetivos desta pesquisa foram: analisar a representação e recuperação das informações do Tik Tok; descrever o funcionamento da folksonomia e da taxonomia, a fim de identificar as vantagens e as desvantagens de cada um destes instrumentos; apontar os impactos e possíveis potenciais de integração entre esses instrumentos. A pesquisa caracterizou-se como exploratória e qualitativa. Como principal técnica de coleta de dados foi empregado um questionário, aplicado aos criadores de conteúdo para entender os comportamentos, como utilizam a plataforma e o grau de facilidade que possuem para buscar hashtags e acessar a taxonomia da rede social digital. Verificou-se que a organização da informação encontrou-se confusa e aberta para os usuários, gerando dificuldade em publicar conteúdos por intermédio do Tik Tok. Portanto, percebe-se a necessidade da integração entre a folksonomia e a taxonomia na plataforma de forma objetiva e bem estruturada, tendo em vista que são essenciais para auxiliar o usuário a desenvolver seus conteúdos no Tik Tok. Palavras-chave: Tik Tok. Folksonomia. Taxonomia. Organização da informação. Recuperação da informação.

BIBLIOGRAFIA: WAL, Thomas Vander. Folksonomy Definition and Wikipedia. 2005. Disponível em: <https://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=17> 50. Acesso em: 23 jun. 2024. CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. DataGramZero. Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 4, artigo 01. 2008. Acesso em: 23 jun. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **146**

TÍTULO: **Desdolarização: lento processo de contenção de crises para o protagonismo da China no cenário econômico internacional**

AUTOR(ES) : **MURILO RANGEL DA SILVA, EDUARDO MANTOAN DE ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE PAULA**

RESUMO: A partir da dolarização do sistema econômico internacional, desde o final do século XX, a implementação da diplomacia do dólar no âmbito internacional significou o firmamento da hegemonia estadunidense como potência econômica, política e militar no mundo. Nesse aspecto, dadas as desigualdades enfrentadas pelas economias periféricas em comparação aos Estados centrais, observa-se que o desenvolvimento dos Estados periféricos é limitado pela estrutura financeira e econômica internacional. Entretanto, mesmo os mecanismos de desenvolvimento econômico sendo desfavoráveis às economias periféricas, é notória a ascensão da China como um contraponto na composição da política monetária internacional vigente. Dessa forma, a partir da internacionalização do Renminbi (RMB) como moeda alternativa nas transações comerciais da China com seus parceiros, a desdolarização se configura em uma perspectiva de diversificação monetária, sendo uma ação de interesse mútuo entre os Estados periféricos integrantes dos arranjos econômicos que a China compõe. Através da teoria crítica, ou neomarxista, proveniente das Relações Internacionais, a abordagem de autores como Robert Cox, juntamente com seus estudos dos textos de Gramsci acerca da hegemonia e contra-hegemonia, e Lênin são utilizados para a compreender os contextos de dependência que as economias periféricas estão com as economias centrais. Além disso, Robert Cox é utilizado com a finalidade de entender a importância da institucionalização dos arranjos internacionais para o desenvolvimento de uma cooperação mais efetiva entre os Estados membros, sendo as instituições internacionais um fator preponderante na identificação dos mecanismos que agregam e/ou excluem determinados agentes estatais. Com isso, dada a história-economia do dólar enquanto protagonista de ascensões e crises econômicas internacionais, a presente monografia irá usufruir de uma natureza de pesquisa exploratória e explicativa no decorrer das análises apresentadas. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é compreender o papel da China no processo de diversificação monetária a partir das movimentações de arranjos econômicos internacionais, a fim de identificar os progressivos efeitos na economia internacional.

BIBLIOGRAFIA: Cox, Robert W. "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory" Millennium 10, no. 2 (June 1, 1981). Gabel, Ilene. (2019). Continuity, Discontinuity and Incoherence in the Bretton Woods Order: A Hirschmanian Reading. Development and Change, 50(1), 46–71. Jabbour, Elias. China hoje: Projeto nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado – 1 ed. – São Paulo: Anita Garibaldi: Fundação Maurício Grabois; Paraíba: EDUEPB, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **159**

TÍTULO: **Liberdade de Expressão e Políticas de Conteúdo no Twitter de Elon Musk**

AUTOR(ES) : **LUANA DOS SANTOS MARCELINO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO: Morozov (2018) diz que a comunicação contemporânea acontece em plataformas digitais, que se tornaram as principais fontes de compartilhamento de informações. O Twitter, renomeado para X após sua aquisição por Elon Musk em Outubro de 2022, é um exemplo notável que utiliza algoritmos para destacar e atualizar continuamente os Trending Topics, destacando em tópicos rápido sobre o que seria relevante globalmente. A compra da plataforma por Musk, conhecido por suas posições controversas sobre liberdade de expressão, gerou um impacto significativo no cenário digital. Elon Musk, uma figura controversa conhecida por suas posições sobre liberdade de expressão, teve grande impacto no cenário das plataformas digitais. Musk defende uma visão radical sobre liberdade de expressão, o que gerou intensos debates sobre as políticas de moderação de conteúdo na plataforma. A moderação de conteúdo é uma atividade essencial para uma vivência harmônica dentro de uma plataforma digital, pois envolve criação e aplicação de regras, rotulando, limitando e removendo certos tipos de conteúdo. Conforme Douek (2022), essas políticas refletem as normas internas de cada plataforma, orientando como o conteúdo dos usuários é gerido. As plataformas têm sido frequentemente acusadas de censurar discursos políticos, e no Brasil essa questão ganhou destaque, com casos envolvendo decisões judiciais e políticos. Esta pesquisa se propõe a analisar os processos e políticas de moderação de conteúdo e liberdade de expressão adotados pelo Twitter/X sob a liderança de Elon Musk, com foco no contexto brasileiro. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, utilizando a etnografia virtual. Kozinets (2010), na etnografia virtual permite estudar as interações e práticas sociais no ambiente digital, incluindo a imersão no ecossistema online, a coleta de dados através de observação participativa e análise de conteúdo, e a subsequente interpretação das dinâmicas culturais e sociais observadas. O estudo terá como campo de análise o Twitter/X Brasil, dentro desse contexto está o envolvimento do ministro do STF, Alexandre de Moraes, que ordenou o bloqueio de contas e conteúdos no Twitter, gerando debates sobre o equilíbrio entre liberdade de expressão e controle de desinformação. Nitrini (2021) conclui que opiniões variam quanto à necessidade e extensão da regulação específica para o setor. O Twitter/X é uma empresa privada, podendo estabelecer e aplicar suas próprias regras de conduta. Elon Musk afirmou que o Twitter era a nova "praça pública", porém a nunca foi tão privada quanto agora. Com a demissão em massa de funcionários a moderação de conteúdo está cada vez mais influenciada pelo controle da desinformação e a dita liberdade de expressão de Musk.

BIBLIOGRAFIA: DOEUK, Evelyn. Content Moderation as Systems Thinking. Harvard Law Review, v. 136, n. 2, p. 528-607, dez. 2022. Disponível em: . Acesso em: 9 jul. 2024. KOZINETS, Robert V. Netnography: Doing Ethnographic Research Online. Los Angeles: SAGE Publications, 2010. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, Editora, 2018. NITRINI, Rodrigo Vidal. Liberdade de expressão nas redes sociais: o problema jurídico da remoção de conteúdo pelas plataformas. São Paulo: Dialética, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **169**

TITULO: **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PANDEMIA DA COVID-19**

AUTOR(ES) : **REBECA MARIA CUNHA SILVA,VITORIA AGOMES DE BARROS,JOAO PEDRO ALVES,ANNA PAOLA TUÃO DE OLIVEIRA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: A Covid-19 emergiu como um desafio sem precedentes, em que o vírus do SARS-CoV-2, espalhou-se pelo mundo, provocando impactos significativos na saúde pública. Buscamos revelar o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, em especial sua aplicação na Proteção Social Básica no município do Rio de Janeiro. Nos debruçamos sobre as experiências e conhecimentos agregados ao Sistema Único, através da legislação aplicada ao caso entre os anos de 2020 e 2023. Nossa metodologia para realização da pesquisa consiste em aplicar um questionário, trata-se do método Survey, a partir das respostas que receberemos, de dados quantitativos e qualitativos, e informações sobre o trabalho profissional, durante o período pandêmico. Esses dados serão organizados em uma planilha do excel e analisados. O questionário foi reorganizado posteriormente através da avaliação realizada a partir de uma consulta com a profissional da Assistência Social da Secretaria Municipal, tornando-se necessário alterá-lo para os profissionais da Assistência Social Básica (CRAS e outros equipamentos da Proteção Social básica) e aos técnicos do SUAS. Nossos objetivos se concentram em: Obter informações, a partir das respostas dos profissionais do SUAS e da Proteção Social Básica SMAS/RJ, como uma contribuição ao planejamento estratégico de políticas públicas, em ocorrências emergenciais; examinar a legislação no âmbito das Portarias a respeito dos protocolos para os atendimentos dos equipamentos no período da COVID-19 (2020-2023); averiguar se aumentou a demanda e se o atendimento foi adequado no contexto da emergência sanitária internacional que acessa os serviços de Assistência Social e se houve aplicação das medidas de segurança e cuidados para com os profissionais para a não proliferação e mitigação de contágio da doença durante a prestação dos serviços socioassistenciais. Estudamos a legislação vigente emanada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). No início da pesquisa, tivemos que readequar o projeto à plataforma Brasil e aguardar a análise do Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como iniciamos a pesquisa de campo em agosto de 2024, esperamos como resultado a confirmação do aumento dos atendimentos neste período pandêmico, por outro lado, a falta de uma política republicana que atenda as demandas no período de incertezas pode ter aumentado o contágio, e a falta de uma política para administrar o período adverso, pode ter levado a indefinição quanto a escolha e distribuição dos equipamentos de proteção para os profissionais que estavam nas unidades. Assim, os dados levantados, em nosso entendimento, servirão para que as estratégias de definição para escolhas de ações a serem tomadas seja um processo mais proativo.

BIBLIOGRAFIA: -VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Diagnóstico e resenha das pesquisas na área de política social: um "survey de avaliações". In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL) CONVÊNIO MPAS/CEPAL. Projeto: A política social em tempo de crise: Articulação Institucional E Descentralização Volume III Avaliação Das Políticas Sociais Brasileiras. LC7BRS/L. 12. Brasília, 1989. -Secretaria Nacional de Assistência Social. Portaria nº 58, de 15 de abril de 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **193**

TITULO: **CONEXÕES ENTRE BIBLIOGRAFIA E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INDEXAÇÃO E RESUMO..**

AUTOR(ES) : **CAROLINA FERNANDES DE MEDEIROS BARROS,ANDRE VIEIRA DE FREITAS ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A Bibliografia é uma disciplina constituída por métodos teóricos e práticos que, desde sua origem, tem fundamentado o tratamento documental, antecedendo os âmbitos da Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI). Nessas áreas, a Organização da Informação desempenha um papel crucial no ordenamento de informações, atentando-se à descrição bibliográfica e de conteúdo dos documentos por meio da Representação Descritiva (RD) e da Representação Temática (RT). No âmbito da RT, temos a Indexação e Resumo, abarcando processos referentes à condensação do conteúdo dos documentos, no intuito de indicar a sua atinência, além de gerar pontos de acesso aos assuntos inerentes a eles, facilitando aos usuários a busca e o acesso a estes itens. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a Bibliografia e a Organização da Informação no âmbito da Indexação e Resumo. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e qualitativa. Diante dos resultados obtidos, observou-se uma relevante relação histórica entre a Bibliografia e a Organização da Informação. A Bibliografia contribuiu com o arcabouço teórico e metodológico da Indexação e Resumo, sobretudo nas práticas referentes ao desenvolvimento de índices documentais. As três, de forma conjunta, facilitam a recuperação, busca, disseminação e acesso aos itens informacionais. Diante dos resultados que foram alcançados, compreendemos que a relação entre a Bibliografia e a Organização da Informação, no âmbito da Indexação e Resumo, remete às práticas de organização da informação, descrição, catalogação, indexação e indicialização.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, A.V.F. De indicibus librorum e a arte da indicialização em Conrad Gesner (Parte I): contexto e princípios. Informação & Informação, Paraná, v. 23, n. 2, p. 14-37, 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34495>. Acesso em: 24 jun. 2024. LANCASTER, F.W. Indexação e resumos: teoria e prática. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004. TOLENTINO, V.S; ORTEGA, C.D. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 21, n. 46, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p2>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **229**

TÍTULO: **Territórios Divinos: A Influência da Teologia do Domínio no Complexo de Israel**

AUTOR(ES) : **MATHEUS OLIVEIRA MACRUZ**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA FRANCO CORREA**

RESUMO: A presente pesquisa explora a influência da Teologia do Domínio no Complexo de Israel, analisando como essa corrente teológica impacta as práticas religiosas na região. O estudo visa entender a disseminação e o impacto da Teologia do Domínio, originada nos Estados Unidos e adotada por segmentos neopentecostais no Brasil. Inicialmente, a pesquisa contextualiza o Complexo de Israel, um conjunto de favelas que abrange parte das regiões da Zona Norte e Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, ressaltando as tensões religiosas na região. A fundamentação teórica explora os conceitos de Teologia do Domínio, também conhecida como Teologia da Batalha Espiritual, que prega a luta contra o demônio e suas influências como central na vida cristã. Nesse corolário, elucida-se o entendimento de Peter Wagner, um dos principais proponentes, que argumenta que a evangelização é mais eficaz quando acompanhada de oração e intercessão, combatendo espíritos hereditários e até mesmo territoriais (TEIXEIRA, 2016). A revisão de literatura examina estudos sobre a influência da Teologia do Domínio. A saber, a obra "Traficantes Evangélicos" de Viviane Costa oferece uma perspectiva sobre a utilização da religião por traficantes nas periferias brasileiras, ilustrando como o discurso religioso pode ser instrumentalizado para dominação territorial e controle social (COSTA, 2023). Já a obra "Crime e Violência no Brasil Contemporâneo", do sociólogo Michel Misse, destaca como certas práticas religiosas estão ligadas a questões estruturais e históricas, proporcionando um paralelo com as dinâmicas observadas em Israel (MISSE, 2006). A pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. A coleta de dados inclui entrevistas e análise documental, enquanto a análise de dados utiliza métodos estatísticos e interpretativos. Embora ainda esteja em escopo inicial, os dados revelam que a Teologia do Domínio promove a ideia de que demônios específicos e espíritos territoriais controlam certas regiões e pessoas, exigindo práticas intensivas de oração e intercessão para "libertação", o que também inclui a extinção de práticas religiosas aversas ao protestantismo. Nesse diapasão, Viviane Costa discute como a religiosidade pode ser utilizada como ferramenta de poder por traficantes, ressignificando práticas religiosas para consolidar domínio sobre territórios (COSTA, 2023). Por fim, embora a pesquisa tem indicado que a Teologia do Domínio desempenha um papel significativo ao reforçar práticas religiosas específicas no Complexo de Israel, ainda estar-se-á em fase de estudo e análise, sendo imperativo continuar investigando não só as dinâmicas relativas a tais fenômenos, mas também os atores sociais envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, V. Traficantes Evangélicos: Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus. GodBooks Editora, 2023. MISSE, M. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. TEIXEIRA, A. G. Teologia do Domínio. Revista Teológica, [S.l.], n. 6, jun. 2016. ISSN 2674-7898. Disponível em: <http://ead.teologica.net/revista/index.php/teologicaonline/article/view/80>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **230**

TÍTULO: **MÚSICA, ALIMENTAÇÃO E COMPORTAMENTO DE CONSUMO: EXPLORANDO AS DINÂMICAS DO EVENTO DE CHORINHO NA PRAÇA SÃO SALVADOR**

AUTOR(ES) : **MARIA LEITE BARROZO DO AMARAL RANGEL**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO**

RESUMO: De acordo com Choo (2020), o ato de ouvir música aumenta o consumo de alimentos, pois altera o nível de excitação, o que afeta o humor e funciona como uma forma de distração, promovendo a ingestão de comidas e bebidas em contextos sociais. Xavier et al. (2022) destacam que a música pode influenciar diretamente o comportamento do consumidor, servindo como um estímulo que afeta os gastos em ambientes com oferta de alimentos. No mesmo sentido, Araujo e Rocha (2019) sublinharam que as práticas de reunião em encontro musicais estimulam a interação social e podem promover outras formas de consumo. Esta pesquisa investigou a interação entre a música e a sociabilidade com as dinâmicas de consumo de comida e de bebidas durante o evento de chorinho na Praça São Salvador. O foco foi analisar como a experiência musical influencia os padrões de consumo de alimentos e as práticas sociais nos eventos de domingo. O método adotado envolveu a observação participante, com visitas regulares à praça para a coleta de dados e anotações in loco. Foram também realizadas entrevistas com vendedores e consumidores para aprofundar a compreensão dos comportamentos observados. Constatou-se que a relação das pessoas com o chorinho vai além do simples consumo musical, estando associada a significados emocionais à experiência do evento. Apesar de o chorinho ser o principal atrativo, foram identificados padrões específicos de consumo, como o notável consumo de bebidas alcoólicas, especialmente cerveja, ao longo de todo o evento, destacando seu papel central na socialização dos frequentadores. Os dados de campo indicam que o chorinho estimula o consumo de alimentos, pois prolonga a permanência das pessoas na praça e incentiva a interação social. Embora haja diversas opções de petiscos, o horário favorece o consumo de almoços, com pratos como feijoada, moqueca de peixe ou camarão, bobó de camarão, carne assada e risoto de costela. Além disso, o evento também ajudou a revitalizar a praça, que há 17 anos atrás era vista como um local sujo e perigoso, contribuindo para a criação da feira diversificada que acompanha a história do chorinho. Dessa forma, a pesquisa contribui para o tema pesquisa ao apresentar uma análise sobre as dinâmicas coletivas e individuais dos comportamentos de consumo dos frequentadores da Praça São Salvador durante os eventos de chorinho aos domingos. Devido ao caráter exploratório da pesquisa, os resultados são específicos ao contexto estudado, não podendo ser generalizados.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, F. F.; ROCHA, A. The redefining of later life through leisure: music and dance groups in Brazil. Leisure Studies, v. 38, n. 5, p. 712-727, 2019. CHOO, B.J.-K.; CHEOK, T.-S.; GUNASEGARAN, D.; WAN, K.-S.; QUEK, Y.-S.; TAN, C. S.-L.; QUEK, B.-K.; GAN, S.K.-E. The sound of music on the pocket: A study of background music in retail. Psychology of Music, v.49, n.5, 2020. XAVIER, P.S.; GOMES, L.R.; AMARAL, T.; COSTA, J.M.G. A influência da música no consumo dos alimentos. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **252**

TITULO: **MUDANÇAS DE RUMO NO TWITTER: EFEITOS DA COMPRA POR ELON MUSK**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA MACEDO DE REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO: O Twitter foi inaugurado como uma plataforma de mídia social com estrutura de microblog fundada em 2006 por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan William. Seu funcionamento começou a partir do compartilhamento de mensagens de até 140 caracteres e dobrando para 280 caracteres, em 2017, conforme sua popularização e consolidação no mercado. A plataforma digital empresarial foi renomeada como X em julho de 2023 a partir de uma das demandas da gestão Elon Musk, que foi iniciada em outubro de 2022. A plataforma digital empresarial passou por uma reformulação a partir da compra pelo seu principal acionista, Musk, cercada por muitas polêmicas e mudanças radicais tanto na estrutura da plataforma digital empresarial como na dinâmica de relações dentro da plataforma, o que não foi favorável para a empresa já que acarretou em uma perda de parte de seus anunciantes e prejuízos financeiros com a gestão conturbada, perdendo 55% de valor de mercado no primeiro ano. Esse trabalho tem o objetivo de analisar a nova gestão do Twitter e como ela afetou a plataforma tanto no âmbito político quanto no seu funcionamento estrutural. Como fundamentação teórica há a articulação da perspectiva de Cesarino (2022), que postula uma maior promoção de conteúdos da extrema-direita, não uma melhor apropriação da plataforma pelos usuários, com Morozov (2018), a partir da articulação dos modelos de negócio que envolvem a venda ou troca de dados dos usuários das Big Techs e o uso da inteligência artificial, e o processo de uberização citado por Slee (2019) no que tange ao novo método de monetização da plataforma. A metodologia utilizada é a netnografia compreendendo observação entre novembro de 2022 e junho de 2024, elaboração de diário de campo, com coleta de tuítes de Musk e matérias de mídia após o anúncio da compra. As mudanças de Musk mais polêmicas envolvem a demissão em massa de funcionários, rigidez na jornada de trabalho dos restantes, mudança na política do selo de verificação da plataforma, restrição da API para pesquisa e perda de relevância das discussões políticas na plataforma. Foi possível constatar como resultados um estilo autocrático de gestão a partir das ações empreendidas dentro da estrutura empresarial, reconfigura tanto seu campo organizacional, quanto a própria plataforma, gerando confusão, descontentamento e politização a favor da extrema direita.

BIBLIOGRAFIA: CESARINO, Leticia. O mundo do avesso – verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018. SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora. Elefante, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **266**

TITULO: **Rio de Janeiro: a capital do G20 e a construção, com os jovens, de uma cultura sustentável de interação com o Meio Ambiente**

AUTOR(ES) : **YASMIN PORTO DE ALMEIDA, BRENDA MEDEIROS MESQUITA, WENDEL SOUSA, THAYNÁ RAMOS, BEATRIZ FREITAS DE CARVALHO, MATEUS MIRANDA COHEN, GABRIELA RODRIGO REBELO, LARA FERNANDA DOS SANTOS NUNES, IGOR OLIVEIRA MATOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: O G20, composto por 19 países e a União Europeia, é um fórum para a discussão de questões globais. Em 2024, o Brasil assumiu a presidência deste grupo, e o Rio de Janeiro sediará a cúpula, posicionando a cidade como um epicentro de decisões globais. Este evento é particularmente relevante devido ao foco na sustentabilidade ambiental e climática, temas críticos dada a crescente degradação ambiental. O eixo meio ambiente será um dos principais focos do G20 em 2024. A cúpula abordará a transição climática, cadeias de valor, combate à pobreza e industrialização dos países do sul global. Iniciativas como a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima e a Iniciativa sobre Bioeconomia destacam a importância de soluções inovadoras e urgentes para a descarbonização e preservação ambiental. Neste sentido, apresentamos e discutimos o tema "Rio de Janeiro: A capital do G20 e o meio ambiente" na Nave do Conhecimento de Irajá, como uma das atividades de extensão no âmbito da parceria entre a UFRJ e à Secretaria de Ciência e tecnologia do município do Rio de Janeiro. As visitas foram marcadas por rodas de conversa que envolveram jovens, como também o público que frequenta a Nave do Conhecimento, em discussões sobre a importância da sustentabilidade ambiental, alinhadas às pautas estratégicas do G20. A apresentação visual de slides e o quiz informativo e educativo sobre as ações e acordos ambientais do G20 foram eficazes. A roda de conversa estimulou discussões produtivas e troca de ideias sobre a importância e a eficácia dos acordos ambientais do G20. Coordenado pela Prof^a Renata Bastos da Silva (IPPUR/UFRJ), Prof. Ricardo José de Azevedo Marinho (Unyleya) e a Prof^a Sandra Becker (IRID/UFRJ), o projeto foi desenvolvido na Nave do Conhecimento em Irajá, através de uma parceria entre a UFRJ e a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. As atividades foram realizadas nos dias 8 e 29 de junho e 6 e 20 de julho de 2024.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Cidadania. Agenda 2030: Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pessoa_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 01 out. 2024. Ramos, L., & Garcia, A. (2024). Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (9), 177-194. Recuperado de <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/160> COUTO, Thiago Ferreira. Breve história do G20 e a participação social na agenda brasileira para 2024. Revista CEBRI, 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/140/brev>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **267**

TÍTULO: **OBSERVATÓRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA AMBTENC: MISSÃO E SERVIÇOS**

AUTOR(ES) : **DIEGO VELASCO COELHO**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON**

RESUMO: O grande volume de informações trazido pela era digital gerou uma preocupação na comunidade científica sobre a disponibilização e o acesso ao conhecimento científico. Com isso, torna-se necessário o uso de ferramentas adequadas para tratar essas informações. A criação de um observatório de dados tem se mostrado uma abordagem valiosa para lidar com o volume e a complexidade desses dados (Chen et al., 2018). Um observatório tem a capacidade de fornecer informações fundamentadas em evidências e de ser uma fonte centralizada e confiável, permitindo às organizações tomarem decisões mais pertinentes com base em dados concretos, na implementação de políticas públicas e na identificação de tendências em diferentes horizontes temporais. Ademais, possibilita a criação de um repositório que, conforme salientam Semeler e Pinto (2019, p. 119), oferece inúmeros benefícios para a comunidade científica. A AMBTENC, Associação Brasileira de Materiais e Tecnologias Não Convencionais, fundada em março de 1996, incentiva estudos para o desenvolvimento da ciência dos Materiais e Tecnologias Não Convencionais (MTNCs), como estudos sobre bambu, barro e fibras vegetais na construção civil. Assim, os objetivos deste estudo em andamento são: (i) mapear os observatórios de materiais e tecnologias sustentáveis para a construção civil; (ii) sugerir a criação de um observatório para a AMBTENC, destacando sua missão e serviços; (iii) propor um repositório digital para organizar e armazenar as produções científicas sobre os MTNCs. A metodologia traz uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Para Silva, Oliveira e Silva (2021), a pesquisa bibliográfica busca identificar as lacunas no conhecimento já produzido e, assim, progredir nas pesquisas futuras sobre MTNCs. A pesquisa exploratória, por sua vez, busca compreender os observatórios existentes no Brasil identificando áreas de conhecimento relacionadas a sua missão e serviços. Os resultados alcançados foram a partir de mapeamentos de associações semelhantes à AMBTENC, como: RBB, Ecocasa, Rede TerraBrasil, entre outros, onde foram identificadas lacunas a serem preenchidas como, indicadores estratégicos e adequados de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I); boletim sobre MTNCs; promoção de apresentações, diálogo e interação através de eventos e webinars; repositório de currículos de profissionais para atividades especializadas; bases de dados com atualizações recentes sobre estudos setoriais, análises de problemas técnicos e regionais específicos, relatórios de demanda e seu estado da arte. Este estudo evidencia a importância de um observatório para AMBTENC, o que traz incentivo a pesquisas na área da construção civil mais sustentáveis. Além disso, o Observatório referido será de grande valia, uma vez que trará informações lapidadas e verídicas de diversas fontes, até mesmo de outras associações, trazendo de forma completa subsídios informacionais e intelectuais.

BIBLIOGRAFIA: CHEN, C.; ZHANG, C.; CHEN, S. Data observatories for big data analytics: A comprehensive Survey. *Information Fusion*, [s. l.], v. 42, p. 103-123, 2018. SEMELER, Alexandre Ribas; PINTO, Adilson Luiz. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 48, n. 1, p.113-129, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4461/4102>. Acesso em: 18 julho 2024. SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Glênio Oliveira da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. *Revista Prisma*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **330**

TÍTULO: **JUSTIÇA CLIMÁTICA E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O POLLUTER PAYS PRINCIPLE NA ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

AUTOR(ES) : **GABRIEL GURJAO DO COUTO ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: As emissões de gases de efeito estufa (GEE) foram produzidas em tal magnitude que os seus graves efeitos negativos estendem-se ao redor do globo. As políticas de mitigação (as ações que visam reduzir tanto quanto possível e tão rapidamente quanto possível a concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera) tornam-se, por isso, indispensáveis. Contudo, a implementação de um sistema de mitigação internacional envolve custos e renúncias, o que desestimula uma ação voluntária dos países. O objetivo da pesquisa, assim, consiste na pergunta sobre a atribuição de responsabilidade pelos custos das políticas de mitigação. Mais particularmente, a pesquisa foca na abordagem conhecida como polluter pays principle ou PPP. A pergunta que se coloca é: a aplicação do PPP pode ser considerada como justa no contexto da mitigação dos gases de efeito estufa? A pesquisa, realizada com o apoio do CNPq é essencialmente teórica e se vale majoritariamente da literatura filosófica em torno da justiça climática. A hipótese inicial, fundamentada no caráter intuitivo do princípio e na sua consolidação em outras áreas da justiça ambiental, propõe que o PPP é um princípio adequado para o contexto da mitigação, ou seja, que os agentes que emitiram ou emitem GEE devem arcar com os custos relacionados à promoção de políticas de mitigação proporcionalmente à quantidade que emitiram desde o início da Revolução Industrial. A clareza teórica sobre atribuição de responsabilidades tem implicações concretas para a condução de acordos internacionais com vistas à promoção de políticas de mitigação de âmbito internacional em consonância com princípios de justiça que possam ser endossados por todas as partes envolvidas.

BIBLIOGRAFIA: Gardiner, Stephen M., *A Perfect Moral Storm: The Ethical Tragedy of Climate Change*, Environmental Ethics and Science Policy Series (2011; online edn, Oxford Academic, 22 Sept. 2011), <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195379440.001.0001>, accessed 13 Mar. 2024. Meyer, L.; Sanklecha, P. (eds) (2017) *Climate Justice and Historical Emissions*. Cambridge: Cambridge University Press. Zellentini, A. (2015). Compensation For Historical Emissions and Excusable Ignorance. *Journal of Applied Philosophy*, 32(3):258-274

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **345**

TITULO: **ARMAS, BRASIL E BOLSONARO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

AUTOR(ES) : **EDUARDA ESTEVES TENORIO CALDAS BRAGA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho busca analisar a evolução da legislação armamentista brasileira e sua relação com o tráfico de armas, com foco no período recente sob o governo de Jair Bolsonaro. O trabalho foi iniciado com a análise da legislação colonial, indo, através de uma visualização histórica, até a criação do Estatuto do Desarmamento e o posterior Referendo, realizado em 2005. Consoante a isso, para que sejam delimitadas as forças que influenciaram a legislação armamentista no período delimitado, o trabalho também examinou o papel do lobby armamentista, especialmente da "Bancada da Bala", forte influenciadora da política de controle de armas no Brasil atual e passada. Finalmente, a flexibilização das leis de armas durante o governo Bolsonaro é destacada, com ênfase no acesso a armas de fogo para ex-condenados e o aumento da quantidade de circulação destas. Assim, há também uma análise da facilidade encontrada para o tráfico de armas, com facções criminosas se aproveitando das políticas mais liberais para obter e, portanto, consumir e traficar esses armamentos. A partir disso, é possível compreender e concluir que a flexibilização interna e externa (pensando na passagem fronteiriça) do acesso a esses armamentos só aumenta a demanda e fortalece o crime organizado, bem como coloca o Brasil no radar de exportadores desses artigos, seja legal ou ilegalmente.

BIBLIOGRAFIA: GOMES, Fábio de Oliveira. Breve histórico do desarmamento no Brasil. Jusbrasil, 11 set. 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/breve-historico-do-desarmamento-no-brasil/1728341387>. FACCIN, Nei Carlos Roos. Operações coordenadas e cooperação internacional para o combate ao tráfico de armas - Legislação, estratégias e perspectivas. Revista (RE)Definições das Fronteiras, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 335-349, abr. 2023. Disponível em: <https://www.journal.idesf.org.br>. LEITE, Rebeca Lages. Tendências atuais sobre o tráfico internacional de armas na América do Sul: o papel do Brasil. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso — Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **351**

TITULO: **A Defesa Cibernética e a Cibersegurança no Estado Brasileiro: Desafios e Iniciativas**

AUTOR(ES) : **LARISSA FONSECA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução da defesa cibernética no Brasil, abordando a importância crescente da cibersegurança diante do aumento dos ataques a infraestruturas críticas e a evolução das técnicas de combate que têm transposto para o domínio digital. A metodologia utilizada consiste em uma revisão das práticas e políticas públicas existentes, bem como a análise de dados estatísticos que evidenciam a crescente incidência de ataques cibernéticos no Brasil. A abordagem é fundamentada em um estudo de caso sobre os programas de defesa cibernética implementados pelo Exército Brasileiro, como o Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional (PDCDN) e o Programa Estratégico do Exército de Defesa Cibernética (PEEDCiber), explorando como essas iniciativas visam garantir a integridade das instituições e a segurança da população. A pesquisa se dá no contexto de análise qualitativa dos dados e colaboração na elaboração de relatórios técnicos que discutem as melhores práticas em segurança digital, sem haver a participação ativa nas discussões sobre a implementação das estratégias propostas nos programas de defesa cibernética. No que tange os programas, os resultados alcançados até o momento incluem a concepção de uma estrutura inicial para o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) e a realização de capacitações para militares e civis em segurança da informação, com a meta de expandir essas iniciativas no curto prazo para abordar as vulnerabilidades críticas já identificadas. Espera-se que, em fases posteriores do trabalho, haja a consolidação das informações acerca do sistema de proteção e resposta a incidentes, analisando como esse sistema se aplica no escopo do Estado Brasileiro e quais influências ocasionam frente ao Sistema Internacional.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Defesa Nacional. Estratégia nacional de defesa. Brasília: Ministério da Defesa Nacional, 2008. IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNETICA PARA A DEFESA NACIONAL. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2024. RBI Revista Brasileira de Inteligência. [s.l: s.n.]. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **397**

TÍTULO: **DIREITOS FUNDAMENTAIS E A INCLUSÃO ESCOLAR: FAVOR OU OBRIGAÇÃO DO ESTADO?**

AUTOR(ES) : **ABDO DA SILVA MACRUZ, MATHEUS OLIVEIRA MACRUZ**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA FRANCO CORREA**

RESUMO: A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, assegura a igualdade perante a lei e a inviolabilidade dos direitos à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade. No entanto, o direito à educação, garantido no artigo 6º, enfrenta desafios significativos na sua implementação, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência. A Lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), visa garantir a inclusão social e educacional dessas pessoas, estabelecendo diretrizes para sua efetivação. Embora a lei preveja sanções para o descumprimento, sua efetividade é limitada, resultando em barreiras que ainda dificultam a inclusão escolar. Assim, a pesquisa propõe identificar os principais obstáculos à inclusão educacional e desenvolver soluções pedagógicas que promovam a equidade no sistema educacional brasileiro. O objetivo central da pesquisa é analisar as barreiras estruturais, institucionais e culturais que limitam a efetiva aplicação da LBI nas escolas e avaliar a eficácia das legislações infraconstitucionais na promoção da inclusão ou no fortalecimento da segregação. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica e análise documental de textos legais, como a Constituição Federal e a LBI, além de dados estatísticos do IBGE e do Ministério da Educação. O referencial teórico é fundamentado na pedagogia de Paulo Freire, que valoriza o diálogo e defende a inclusão de todas as diversidades no processo educativo. Como afirmam Turci & Costa (2011, p. 3768), "a filosofia educacional política e dialógica de Paulo Freire não é para o aluno com necessidades educacionais especiais (NEEs) e os demais excluídos, mas sim com todos". Embora a pesquisa esteja em fase inicial, já indica que a criação de leis como a LBI tem um impacto limitado na superação das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência nas escolas. Freire argumenta que a verdadeira inclusão vai além de adaptar o aluno ao ambiente escolar; ela requer uma transformação na própria estrutura educacional, de forma que a diversidade seja valorizada. A análise preliminar revela que as práticas pedagógicas inclusivas ainda não foram suficientemente implementadas para garantir uma mudança significativa no cenário educacional. Os resultados esperados incluem a proposição de estratégias pedagógicas que possam ser adotadas pelas escolas, como adaptações curriculares e metodológicas, além de sugestões para a reformulação das políticas públicas, visando uma aplicação mais eficaz. É essencial promover uma mudança cultural nas instituições de ensino, para que estas incorporem a diversidade e a inclusão como valores centrais. Em conclusão, a pesquisa sugere que, apesar das boas intenções das normativas jurídicas, a inclusão escolar das pessoas com deficiência ainda está distante de se tornar uma realidade.

BIBLIOGRAFIA: TURCI, Paulo Cesar; COSTA, Maria da Piedade Resende da.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **407**

TÍTULO: **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO SOB A ÓTICA DA ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS (DPP).**

AUTOR(ES) : **THIAGO TEIXEIRA DE JESUS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O objetivo do estudo é analisar a institucionalização da Política Nacional de Combate ao Trabalho Escravo a partir de 2021. A escolha desse marco temporal deve-se à atualização da referida política por meio da Portaria nº 1.620, de 13 de maio de 2021, do então Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que tem por objetivo estimular as articulações entre os entes federados nas ações de erradicação do trabalho escravo. O método utilizado para investigar tal política será a abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP) de Maria Paula Dallari Bucci. A escolha desse método justifica-se pela demanda de uma "abordagem estruturada com referências comuns e procedimentos de pesquisa generalizáveis, que façam sentido para uma comunidade de pesquisadores e lhes permitam evoluir como conjunto" (BUCCI, 2019). O presente estudo, portanto, busca investigar se a atual institucionalização da referida política pública está desenhada de modo efetivo, bem como identificar as lacunas e os pontos de melhoria possíveis na atual conjuntura política e institucional nacional. O referencial teórico utilizado na discussão será a compreensão crítica da teoria de direitos humanos de Joaquín Herrera Flores, para quem os direitos humanos se traduzem em ponto de partida e direitos de luta por tais direitos. Para a análise e construção argumentativa da discussão, serão utilizados dados estatísticos de órgãos oficiais, como o Radar SIT, Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, que consolida e detalha dados das ações concluídas de combate ao trabalho escravo desde 1995. A partir da abordagem DPP, objetiva-se identificar estratégias e metas relevantes para a melhoria contínua da gestão das Políticas Públicas de Combate à Escravidão Contemporânea.

BIBLIOGRAFIA: Arbex, Alexandre & Galiza, Marcelo & Oliveira, Tiago. (2018). A Política de Combate ao Trabalho Escravo no Período Recente. Acesso em 05 jun. 2024. BATISTA, V. O.; BERNER, V. B.; LOPES, R.. Direitos Humanos: o Embate Entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: CONPEDI/UFPB. (Org.). Filosofia do direito Bucci, M. P. D. (2019). MÉTODO E APLICAÇÕES DA ABORDAGEM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS (DPP). REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, 5(3), 791-832. <https://doi.org/10.21783/rei.v5i3.430>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **415**

TÍTULO: **O USO DOS MEMES COMO FERRAMENTA NO CENÁRIO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL BRASILEIRA DE 2018: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DAS MÍDIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTO DE EXARCEBAÇÃO DA EMOÇÃO DOS USUÁRIOS**

AUTOR(ES) : **DANIELE RODRIGUES NETTO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo fazer uma análise do uso dos meios de comunicação como ferramenta de discurso político, com foco nas publicações no formato de memes na plataforma Facebook. Essas publicações, ao expressarem emoções dos usuários, têm o poder de direcioná-los a melhorar ou piorar a visão pública acerca de determinado candidato eleitoral. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, fundamentada na análise de conteúdo das publicações em formato de memes, com foco em sua capacidade de influenciar a percepção política dos eleitores. A pesquisa também utiliza a revisão de literatura, analisando publicações de revistas digitais e sites, além de obras de autores renomados que discutem as estratégias de discurso nas redes sociais. Especial ênfase é dada às interações comunicativas que geram descortesia e polêmica, bem como às causas e consequências da linguagem agressiva nas redes sociais. As redes sociais, conforme apontado, tendem a exacerbar os conflitos até se tornarem vetores de violência. A disseminação de opiniões dos principais líderes de opinião para os eleitores ocorre tanto por meio da mídia quanto por contatos diretos. Contudo, como discutido por Popkin (1995), a eficácia das mensagens políticas depende da validação por outros, constituindo uma estratégia para economizar informações e superar incertezas. A troca de informações de interesse público e o debate político fundamentado na racionalidade e argumentação pública, como destacado por Gomes (2008), está diretamente ligada aos canais informativos. A participação dos cidadãos na formação da opinião pública se dá tanto por meio de notícias veiculadas por meios de comunicação profissionais quanto pela comunicação interpessoal e redes de contato. A civilidade, a argumentação racional e a disposição para aceitar divergências são vistas como essenciais para a coesão da esfera pública e a concepção da democracia moderna, especialmente nas mídias digitais amplamente utilizadas, como o Facebook. O recorte temporal da pesquisa concentra-se no ano de 2018, período em que foram analisadas as páginas Corrupção Brasileira Memes e Movimento Brasil Livre no Facebook. Nesse período, o uso de memes como ferramenta de comunicação política foi destacado, especialmente no contexto das eleições presidenciais, o que torna o ano de 2018 um marco relevante para o estudo da influência das redes sociais e dos memes no discurso político.

BIBLIOGRAFIA: POPKIN, Samuel L. Information shortcuts and the reasoning voter. Information, participation and choice: An economic theory of democracy in perspective, p. 17-35, 1995. GOMES, W. Esfera pública política e comunicação em Direito e Democracia de Jürgen Habermas. GOMES, W., e MAIA, R.. Comunicação e democracia-problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **485**

TÍTULO: **A GUERRA SECRETA NO LAOS (1959-1975): CONFLITOS OCULTOS E IMPACTOS PERMANENTES**

AUTOR(ES) : **GABRIEL FERREIRA DE ALMEIDA**

ORIENTADOR(ES): **VICENTE GIL DA SILVA**

RESUMO: O presente trabalho apresenta um estudo sobre a Guerra Civil do Laos (1959-1975) que foi um conflito entre o Pathet Lao, um movimento comunista apoiado pela União Soviética, Vietnã do Norte e a China, e as forças do governo monárquico do Reino do Laos, apoiadas pelos Estados Unidos, Vietnã do Sul e a Tailândia. A guerra refletiu as tensões políticas da Guerra Fria pelo controle na região, que culminaram na vitória do Pathet Lao e na proclamação da República Democrática Popular do Laos em 1975. Este conflito por vezes recebe a alcunha de "Guerra Secreta" ou "Guerra Furtiva" por diferentes pesquisadores devido ao pouco apelo midiático que o conflito teve, por ocorrer no mesmo momento que a Guerra do Vietnã (1955-1975), o que permitiu aos Estados Unidos ocultarem suas atividades militares no país da Indochina. As atuações só se tornaram públicas pelo próprio governo estadunidense após a divulgação de documentos sigilosos em 2006. O trabalho está dividido em três dimensões específicas: 1) A compreensão do conflito como uma Guerra Secreta; 2) As atividades militares dos Estados Unidos no Laos a partir da Doutrina Kennedy e a Teoria do Dominó; 3) A proclamação da República Democrática Popular do Laos (1975) e as consequências permanentes do conflito para a sociedade laosiana. O objetivo geral é interpretar a Guerra Civil do Laos como uma Guerra Secreta, delimitando o papel dos Estados Unidos no conflito e os impactos de suas ações e políticas para a sociedade laosiana. Para tanto, a metodologia da pesquisa é de caráter bibliográfico, baseada nos estudos elaborados sobre a Guerra Civil do Laos e detalhada como básica, devido a sua natureza teórica que se pauta na análise do material para a maior compreensão do conflito enquanto uma "Guerra Secreta", contemplando parte dos estudos relativos à História dos Grandes Conflitos Mundiais. A pesquisa busca agregar nos materiais de estudo sobre o conflito no Laos, aumentando o interesse acadêmico no assunto e explicitando como a guerra transformou o Laos no país mais bombardeado do mundo. Dessa forma, o estudo busca compreender o tema enquanto uma memória valiosa, mas cruel no campo das relações internacionais.

BIBLIOGRAFIA: THE FURTIVE War: The United States in Vietnam and Laos. 1. ed. Estados Unidos: International Publishers, 1963. KENNEDY'S Wars: Berlin, Cuba, Laos and Vietnam. 1. ed. Estados Unidos: Oxford University Press, 2002. KAYSONE, Phomvihane: Revolution in Laos - Practice and Prospects. 1981.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **488**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS TRANSFORMADORAS POR MEIO DO MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR**

AUTOR(ES) : **ALINE VENTORINI DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: O trabalho Desenvolvimento de Lideranças Transformadoras por meio do Movimento Empresa Júnior busca relacionar o impacto que as atividades e características do Movimento Empresa Júnior (MEJ) têm em formar líderes competentes, empreendedores e transformadores. O estudo está sendo desenvolvido a partir de uma análise de práticas em empresas juniores, com suas consequências acompanhadas por meio de consulta e depoimentos de membros e ex-membros da Ayra Consultoria, Empresa Júnior de Gestão de Negócios de Finanças da UFRJ. A análise se baseia em estudar o efeito das atividades de uma Empresa Júnior em estimular a trajetória de liderança de seus membros. Dentre os estímulos abordados, há a elaboração de projetos de consultoria, atividades de gestão de pessoas, ativações voltadas para responsabilidade socioambiental, a oportunidade de ocupação de cargos de liderança na Empresa Júnior e o Programa de Formação de Lideranças que a mesma executa. Em primeira instância, será analisado o processo de criação da identidade de um líder transformador. Enquanto liderança, relacionar-se-á os três fatores de formação de identidade de um líder explicados por DeRue e Ashford (2010)- internalização individual, reconhecimento relacional e endosso coletivo- com um lema defendido e aplicado no Movimento Empresa Júnior: "Liderar a si, liderar no MEJ e liderar na vida". Além disso, no caráter transformador dessa liderança, será considerado o efeito do Movimento em reforçar o que Burns, pioneiro da teoria, considera uma liderança transformadora, como o processo no qual líder e liderado elevam-se uns aos outros a escalas mais altas da consciência, da moralidade e da motivação (Burns, 2003). Em diálogo com esse aspecto, o trabalho buscará compreender o efeito do Movimento Empresa Júnior na formação de lideranças que buscam um impacto na sociedade, embasado no desenvolvimento de pessoas e retorno para os outros, em lugar de objetivos individuais, de modo a pensar como o trabalho em uma estrutura empresarial sem fins lucrativos com o objetivo final de proporcionar oportunidades e desenvolver seus membros pode impactar a aspiração à liderança de um estudante universitário. Com isso, o trabalho também apresentará o estudo das características chave de um líder defendidas pelo Movimento Empresa Júnior, pautadas, principalmente, em: Autoliderança, com os preceitos de competência, priorização, vulnerabilidade e equilíbrio; Liderança do Time, a partir da inspiração, curiosidade, agilidade e reconhecimento. Por fim, serão traçadas as experiências práticas de empresas juniores para desenvolvimento de lideranças transformadoras, de modo a avaliar o efeito da trilha de formação de liderança apresentada. O trabalho tem como resultado esperado uma melhor compreensão dos aspectos de formação de líderes em suas atividades no Movimento Empresa Júnior, de modo a identificar os principais estímulos e avaliar a percepção das pessoas envolvidas no Movimento sobre a liderança transformadora.

BIBLIOGRAFIA: Burns, J.M. (1978). Leadership. New York: Harper & Row. DeRue, S. D., & Ashford, S. J. (2010, out). Who will lead and who will follow? A social process of leadership identity construction in organizations. Academy of Management Review, vol35, n4, 627-647

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **495**

TÍTULO: **FEMINICÍDIO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA: LACUNAS E NARRATIVAS**

AUTOR(ES) : **MARCELLO DE OLIVEIRA BERTACCHINI**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO: A Lei nº 13.104/2015, que alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, entrou em vigor com redação substancialmente diferente daquela contida no Projeto de Lei que a originou. A substituição do termo "gênero" por "sexo" feminino e a supressão das elementares descritivas de violência sexual, mutilação ou desfiguração da vítima suscitam questionamentos sobre o sentido, a natureza e o alcance do tipo penal, facilitando não só o encapsulamento da adequação típica em relações "marido-mulher" e a invisibilização da violência contra a população LGBTQI (lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexos), mas também um deslocamento de matriz objetiva ("violência sexual", "mutilação", "desfiguração") para o aspecto motivacional ("menosprezo", "discriminação"), de natureza subjetiva. Dessa forma, por meio de revisão bibliográfica conjugada à pesquisa jurisprudencial nos Tribunais de Justiça estaduais da Região Sudeste, desenvolveremos uma pesquisa de abordagem quantitativa que buscará analisar a recepção da definição legal do feminicídio pelo sistema brasileiro de justiça criminal e seus impactos na realidade social. A coleta de dados será realizada por meio da consulta aos bancos de jurisprudência disponíveis nos sítios eletrônicos dos Tribunais de Justiça do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A seguir, serão identificadas categorias analíticas relevantes, como "motivo do crime", "relação entre vítima e réu", "local de ocorrência" etc. Com a sistematização e o tratamento dos dados, que serão confrontados com a literatura especializada acerca do tema, espera-se a obtenção de resultados que forneçam subsídios científicos para possíveis alterações no entendimento e tratamento institucional atribuído aos casos de feminicídio.

BIBLIOGRAFIA: LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. Presentación a la edición en español. In: RUSSELL, Diana E; HARMES, Roberta A. Feminicídio: una perspectiva global. Ciudad de México: Ed. CEICH-UNAM, 2006. PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. Campinas: Cadernos Pagu, n. 37, p. 219-246, jul-dez. 2011. RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. Femicide: the politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, set. 1992.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **507**

TÍTULO: **PARADIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS SUBNACIONAIS NO CENÁRIO GLOBAL**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO GOMES ROCHA,EDUARDO RUSSO DE ALMEIDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ARIANE CRISTINE RODER FIGUEIRA**

RESUMO: A pesquisa visa entender o papel desempenhado pelas Agências de Promoção de Investimentos (APIs) subnacionais no exercício da paradiplomacia e na orientação dos investimentos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A competição internacional por investimentos ultrapassou as fronteiras do Estado-nação, com APIs de mercados desenvolvidos já atuando globalmente. Mercados emergentes, como o Brasil, começam a buscar essa movimentação com o objetivo de ganhar competitividade global. As APIs nacionais promovem o país no exterior, mas as potencialidades regionais ficam sob a responsabilidade das APIs subnacionais. No Brasil, os agentes subnacionais com maior institucionalização dessas agências buscam, como próximo passo, promover uma expansão internacional, seguidos por outros estados e municípios brasileiros. Esse movimento, no entanto, ainda não foi completamente diagnosticado, sendo pouco compreendido em todas as suas nuances. Os pesquisadores desenvolveram atividades de codificação e análise dos dados de 34 entrevistas, na intenção de compreender melhor esse fenômeno. Os convidados, em maioria, foram servidores das APIs, contudo, também participaram indivíduos envolvidos nas atividades de promoção no âmbito federal, em estados e em municípios nacionais e internacionais, como membros das secretarias de governo e funcionários de instituições públicas ligadas à promoção e atração de investimentos. Os relatos demonstraram vácuos informativos sobre a implementação das APIs, sua governança institucional, seus desafios, assim como, seus objetivos frente a um ambiente globalizado. Como resultados parciais obtidos, o estado de São Paulo demonstra um grau mais elevado de institucionalização das APIs brasileiras, servindo como referência para muitas agências que estão iniciando. Além disso, as agências mostram interesse comum em desenvolver projetos e atividades voltadas para as necessidades sustentáveis do ambiente econômico e comercial local. Nesse contexto, as agências subnacionais, ao mesmo tempo que competem por oportunidades e atração de investimentos, também cooperam ao buscar parcerias entre si e com outros atores que promovem ações internacionais. A pesquisa procura compreender, através da prescrição analítica e com base nas melhores práticas internacionais: 1) um modelo de governança multinível; 2) um diagnóstico sobre as estratégias adotadas globalmente para aumentar a competitividade internacional das cidades e orquestrar as ações das APIs na atração de investimentos alinhadas às políticas públicas de desenvolvimento local sustentável. Desta forma, esta pesquisa tem o potencial de contribuir com gestores públicos para o aprimoramento de suas atividades e no desenvolvimento de políticas públicas. Cientificamente, o tema ainda é amplamente desconhecido, sendo que uma análise detalhada e holística pode promover novos debates tanto no campo das políticas públicas quanto no próprio desenho da atividade diplomática.

BIBLIOGRAFIA: WAIPA (2019). State of Investment Promotion Agencies Evidence from WAIP and WBG. Retirado de: <https://waipa.org/waipa-content/uploads/State-of-Investment-Promotion-Agencies-Evidence-from-WAIPA-WBG-s-joint-Global-Survey.pdf>. Acesso em: 28 jun. de 2024. Milani, C. R., and L. Pinheiro. "Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública." Contexto Internacional 35, no. 1 (2013): 11-41. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100001> Kuznetsov, A. Theory and practice of paradiplomacy: subnational governments in international affairs. London: Routledge, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **528**

TÍTULO: **Percepções sobre violência, paz e poder entre jovens no Rio de Janeiro**

AUTOR(ES) : **HIGOR PAIVA NASCIMENTO,NATHALIA GALDINO,NAIARA SANTOS COUTINHO,KAIKE FERREIRA MOTA,ANNA CLARA MARQUES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA**

RESUMO: A pesquisa busca compreender o aspecto subjetivo ligado à violência, explorando as percepções de jovens estudantes do ensino médio e superior no Rio de Janeiro. O foco está na definição de violência, suas expressões, dinâmicas e como os jovens se veem como potenciais vítimas. Utilizando os Estudos da Paz como referencial teórico, o trabalho também explora o conceito de paz, seus valores e tangibilidade na visão dos participantes, além de abordar o conceito de poder e empoderamento. O objetivo geral é analisar as percepções dos jovens sobre paz, violência e poder, a partir de questões específicas, como a definição e vivência desses conceitos, discursos naturalizados sobre violência e sua relação com a transformação social. A pesquisa também explora obstáculos percebidos para a promoção da paz e formas percebidas de mudar a estrutura de poder sem recorrer a métodos violentos. A compreensão da violência abrange suas dimensões direta, estrutural e simbólica. A análise de narrativas busca identificar a dimensão simbólica da violência, explorando discursos normalizados que definem parâmetros como paz, justiça e legitimidade, afetando as percepções da violência. O conceito de poder é introduzido para problematizar a relação entre dimensões simbólicas e estruturais da violência, investigando áreas em que os participantes se sentem empoderados ou desempoderados. A metodologia é qualitativa, visando capturar a dimensão subjetiva das percepções. A pesquisa se concentra no Rio de Janeiro, contribuindo para um projeto mais amplo de análise comparada a outras cidades do Brasil. Os participantes são estudantes de ensino médio e graduação, tanto em instituições públicas quanto privadas, com idades entre 16 e 21 anos. Os procedimentos incluem grupos focais gravados em áudio e atividades escritas, totalizando uma hora de participação. O trabalho é acadêmico, visando divulgar resultados em eventos e periódicos científicos, além de contribuir para a formação de alunos e promover uma interação transformadora entre pesquisadores e a sociedade por meio de atividades de extensão.

BIBLIOGRAFIA: ATLAS DA VIOLÊNCIA. Atlas da Violência 2019. Brasília: IPEA, 2019. GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191. GALTUNG, J. Cultural violence. Journal of Peace Research, v. 27, n. 3, 1990, p. 291-305. OLIVEIRA, G. C. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. Carta Internacional, v.12, 2017, p.148 - 172.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **622**

TÍTULO: **ANÁLISE DA ABORDAGEM DA SAÚDE MENTAL NOS FILMES DA PIXAR: UM OLHAR PARA A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **LAURA DE AZEREDO SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANE DE FATIMA BECKMAN CAVALCANTE**

RESUMO: Os filmes de animação são recursos informacionais que podem ser utilizados para diferentes finalidades, como gerar debates sobre o retrato de uma sociedade representada, complementos para fins educacionais, atividades de lazer, dentre outras. Ainda que o público infantil seja o maior consumidor das animações, não se deve anular as mudanças recentes no cinema de animação que afetam suas abordagens, de modo a contar histórias relacionáveis para todo tipo de público. Diante dessa perspectiva, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar como a discussão acerca da saúde mental está sendo mediada nos filmes animados contemporâneos para o público jovem e adulto. Em termos metodológicos, o estudo é de natureza qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e do tipo documental, assumindo como universo da pesquisa seis filmes animados da Pixar Animation Studios: Toy Story 3, Divertidamente, Os Incríveis 2, Dois Irmãos, Soul e Luca. Além disso, a partir da técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin, foram delimitadas três categorias que foram de auxílio à discussão crítica do material analisado, são elas: o amadurecimento frente a mudanças, a importância dos relacionamentos familiares e amizades e a influência dos distúrbios mentais nos comportamentos humanos. Com base na exploração das narrativas dos filmes, foi observado que a discussão sobre saúde mental está sendo mediada nos filmes animados contemporâneos de modo que o público de diferentes idades possa interpretar conforme suas visões de mundo, contradizendo as alegações de que filmes de animação dirigem-se somente para as crianças. No que se refere à saúde mental, foi observado que a temática não contempla somente os distúrbios mentais como também o bem-estar mental, resultando na harmonia dos processos cognitivos de um indivíduo. Com isso, análises interdisciplinares no âmbito desse assunto agregam valor justamente por permitirem diferentes perspectivas que se complementam. Neste sentido, entende-se que os filmes animados são ricas fontes informacionais que geram ou complementam debates, atuando como seus próprios mediadores de informações nas questões que envolvem saúde mental. A partir do entendimento de que a atuação do profissional bibliotecário é interdisciplinar, deve ser levado em consideração a concepção de atividades e pesquisas que englobam objetos informacionais para além dos tradicionais livros e periódicos. Com isso, novas perspectivas sobre diversas temáticas podem ser construídas, complementando os conhecimentos dos profissionais, dos usuários e de outros indivíduos envolvidos no processo. Desse modo, a presente pesquisa permitiu um olhar sobre um determinado objeto informacional incomum e suas relações com assuntos relacionados à saúde voltados para um determinado grupo de usuários.

BIBLIOGRAFIA: BRITO, C. F. O filme como fonte de informação aplicado ao ensino da biblioteconomia. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 4, p. 6-18, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72479>. Acesso em: 10 jul. 2024. CHAGAS, R. L.; PIZARRO, D. C. Bibliotecas em ambientes de saúde mental: um diálogo interdisciplinar. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 21, n. 3, p. 930-943, 2016. QUINTANS, G. C. G. Animação contemporânea: filmes para crianças e adultos. Trabalho de Conclusão de Curso—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/6547>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **656**

TÍTULO: **A ADPF N.º 601/19 E O CASO NEW YORK TIMES CO. V. USA: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO CONSTITUTIONAL BORROWING**

AUTOR(ES) : **THAIANA CONRADO NOGUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Por meio da presente pesquisa, foram levantados os principais elementos atinentes à teoria do constitucional borrowing, que se relaciona intrinsecamente com o uso de precedentes estrangeiros em decisões judiciais, com o objetivo de formar o arcabouço doutrinário necessário à análise posteriormente realizada. Nesse ponto, o referencial teórico foi composto principalmente pelas obras de Rosalind Dixon, Sujit Choudhry e Ran Hirschl. Posteriormente, foi objeto de estudo a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 601, julgada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2019, a fim de verificar de que forma o posicionamento da Corte Brasileira foi influenciado pelo “The Pentagon Papers Case” (New York Times Co. v. USA), precedente da Suprema Corte dos EUA considerado paradigma no que diz respeito ao sigilo de informações confidenciais e à liberdade de imprensa. Para tanto, foram analisados, ainda, os principais aspectos históricos, políticos e sociais atinentes ao caso norte-americano, tendo por base, em especial, as obras de Neil Sheehan e Paulo Visentini, que discorrem acerca do vazamento de informações confidenciais no contexto da Guerra do Vietnã. Objetivou-se, assim, verificar em que medida a decisão do STF foi fundamentada no julgado estadunidense, confirmando, à luz das observações teóricas iniciais, se a utilização desse precedente se deu de forma adequada, tendo em vista as suas especificidades em relação à realidade brasileira. No que tange ao aspecto metodológico, a pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e consulta à jurisprudência norte-americana e brasileira, traçando-se um paralelo entre julgados.

BIBLIOGRAFIA: CHOUDHRY, Sujit. The migration of constitutional ideas. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. DIXON, Rosalind; LANDAU, David. Abusive constitutional borrowing: legal globalization and the subversion of liberal democracy. Oxford: Oxford University Press, 2021. HIRSCHL, Ran. Comparative Matters: The Renaissance of Comparative Constitutional Law. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **665**

TITULO: **A QUESTÃO TERRITORIAL FLUMINENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

AUTOR(ES) : **AMANDA OLIVEIRA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FANIA FRIDMAN**

RESUMO: O território fluminense passou por diversas transformações ao longo dos séculos. O que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, no século XIX correspondia à Província do Rio de Janeiro. A pesquisa busca entender, neste contexto, o processo de conquista deste território por meio de agentes como o Estado Provincial, a classe política e as classes senhoriais, enfatizando a urbanização durante os dois primeiros quartéis do século XIX. É importante mencionar que a Lei de Terras (1850) foi fundamental neste processo. Deve-se levar em consideração ainda a apropriação indevida por parte desses agentes de terras indígenas e quilombolas. Acerca da metodologia, foram levantados dados oficiais a respeito da população indígena e negra, da infraestrutura, como a abertura de estradas, portos e registros (um tipo de aduana), assim como sobre o número de freguesias, vilas e cidades existentes naquele período. Foram consultados os Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, entre 1835 a 1855, e os Relatórios Ministeriais do Império do Brasil, entre 1832 e 1855. Acerca dos resultados, é possível afirmar que foram encontrados poucos dados sobre as populações indígenas e negra, o que pode indicar o interesse, por parte do Governo, de ocultar a presença e resistência dos nativos e dos escravizados para legitimar o processo de conquista do território fluminense. Soma-se a isso, os grandes esforços do Governo Provincial na construção de estradas em locais estratégicos, principalmente para o transporte da produção de café, cujos barões foram responsáveis pela fundação de novas freguesias e vilas.

BIBLIOGRAFIA: Brasil. Província do Rio de Janeiro. Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro. Sessões da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Anos de 1835 a 1855. Brasil. Ministério do Império do Brasil. Relatórios dos Ministérios do Império do Brasil: Apresentados nas Assembleias Gerais Legislativas nas Sessões Ordinárias dos Anos de 1832 a 1855. Urbanizações Brasileiras - 1800-1850. Organização: Fania Fridman, Carlos Henrique C. Ferreira. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **701**

TITULO: **DESIGUALDADES E DESAFIOS DA MIGRAÇÃO LABORAL NO BRASIL: O CASO DOS VENEZUELANOS**

AUTOR(ES) : **EMERSON DA SILVA DOS SANTOS, TAMIRES MARIA ALVES**

ORIENTADOR(ES): **FLÁVIO ALVES COMBAT**

RESUMO: O deslocamento internacional de pessoas é impulsionado por fatores como reunificação familiar, crises políticas e sociais, perseguições e motivos socioeconômicos, visando melhores condições financeiras e ascensão social. Na América do Sul, essa mobilidade se intensificou a partir do final do século XX, impulsionada também pelas políticas do Mercosul que facilitaram a circulação entre os países membros (VILLAMAR, 2018). Embora países sul-americanos tenham adotado leis para valorizar e integrar migrantes desde o século XX, o Brasil manteve legislações mais restritivas, como a Lei de Cotas/1934 e o Estatuto do Estrangeiro/1980, que limitavam a entrada de determinadas nacionalidades e tratavam o migrante como questão de segurança nacional, sem reconhecer plenamente seus direitos e liberdades. A persistência dessas leis conservadoras até 2017 influenciou a percepção da população brasileira em relação aos migrantes de países em desenvolvimento, favorecendo migrantes de nações desenvolvidas (KOIFMAN, 2012). No contexto da migração laboral para o Brasil, são as nações desenvolvidas que se destacam, enquanto migrantes da América Latina, África e Ásia não figuram entre os principais solicitantes de visto laboral. Embora os povos do Sul global não sejam o grupo laboral central, são os que mais sofrem com discriminação e xenofobia (JUSTO, 2020). Este trabalho foca sua análise nos venezuelanos, dada a crise econômica e humanitária enfrentada pelo país, que tem impulsionado significativamente esse deslocamento. A partir das análises com dados e relatórios da Coordenação Geral de Migração Laboral (CGIL) e do Observatório das Migrações (OBMigra), os resultados preliminares indicam que, de 2011 a 2023, mais de 5,3 mil venezuelanos entraram no Brasil com visto laboral e aproximadamente 79% possuíam ensino superior completo. No entanto, a média salarial desses venezuelanos é de 1,7 mil reais. Em contraste, no mesmo período, mais de 71,2 mil estadunidenses e 36,8 mil britânicos entraram com visto laboral, com médias salariais de 7,9 mil e 10,7 mil reais, respectivamente. Há uma clara disparidade entre os salários dos migrantes de países emergentes e desenvolvidos. Acerca das ocupações, entre 2018 e 2023, os venezuelanos estavam ocupados majoritariamente nas indústrias do petróleo e gás (51,23%), enquanto os estadunidenses tinham ocupações diversas, com maioria nas atividades de organização religiosa (16,32%). Por fim, será apresentado o levantamento bibliográfico realizado. O objetivo é analisar os fluxos migratórios laborais para o Brasil, com ênfase nos venezuelanos, organizando os microdados da CGIL e do OBMigra. Serão abordadas a situação dos migrantes venezuelanos no mercado de trabalho e discutida a presença de outras nacionalidades no contexto laboral no Brasil, destacando sua centralidade e as consequências da desinformação sobre o tema, que contribuem para a desigualdade social, xenofobia e outras formas de discriminação.

BIBLIOGRAFIA: JUSTO, Camilla. Migrações venezuelanas e a xenofobia: temáticas da realidade brasileira contemporânea, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso - Defesa e Gestão Estratégica Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 72. 2020. KOIFMAN, Fábio. Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941- 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. VILLAMAR, María del Carmen Villarreal. Portas não tão abertas: a política migratória brasileira no contexto latino-americano. Revista Coletiva FUNDAJ, v. 23, p. 1-13, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **708**

TÍTULO: **DIGNIDADE DE RENDA AO REFUGIADO: O PAPEL DA MOEDA SOCIAL: A MOEDA SOCIAL COMO FERRAMENTA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DE REFUGIADOS**

AUTOR(ES) : **LARISSA FONSECA SOUZA,CAROLINE BARCELOS,AMANDA DA SILVA DE ASSIZ OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Este trabalho investiga o papel da moeda social como uma solução inovadora para a vulnerabilidade econômica enfrentada por refugiados em países anfitriões. A moeda social, uma forma de moeda local que circula paralelamente ao dinheiro convencional, visa promover a economia local e fomentar a solidariedade comunitária, tendo como principais objetivos estimular o comércio local e criar redes de apoio que beneficiem diretamente a economia regional. A metodologia adotada inclui a análise do funcionamento das moedas sociais, seus benefícios e desafios, bem como uma avaliação das condições econômicas dos refugiados, como subempregos e informalidade no mercado de trabalho. A pesquisa se baseia em revisão de literatura e estudo de casos existentes para identificar como a moeda social pode ser adaptada para atender às necessidades dos refugiados. Os autores do trabalho, estudantes do curso de DGEI/IRID e integrantes do projeto de extensão universitária NAPIES (Núcleo de Auxílio a Pessoas Refugiadas e Imigrantes no Ensino Superior), estão envolvidos na coleta e análise de dados e na elaboração de propostas de integração da moeda social. Os resultados esperados incluem a identificação de modelos de moeda social que podem ser implementados para melhorar a situação econômica dos refugiados e a elaboração de recomendações para políticas públicas que incentivem sua adoção. Considerações parciais indicam que a moeda social pode oferecer uma forma eficaz de inclusão econômica e social, proporcionando aos refugiados acesso a recursos e oportunidades de emprego, embora a implementação exija um planejamento cuidadoso e o desenvolvimento de infraestruturas adequadas. Conclui-se, portanto, que a integração da moeda social como uma estratégia para apoiar refugiados apresenta um potencial significativo para promover a inclusão econômica e social. Para que essa abordagem seja eficaz, é essencial desenvolver parcerias entre governos, organizações não-governamentais e comunidades locais, recomendando-se a realização de estudos de caso e a implementação de projetos piloto para avaliar a viabilidade e o impacto da moeda social em contextos específicos. A adoção de políticas públicas que apoiem e regulamentem a moeda social também será crucial para garantir sua sustentabilidade e eficácia a longo prazo. Dessa forma, este trabalho propõe uma reflexão aprofundada sobre o papel da moeda social na promoção da justiça econômica e social, com vistas a contribuir para soluções práticas e inovadoras no enfrentamento da vulnerabilidade dos refugiados.

BIBLIOGRAFIA: Assistência financeira do ACNUR oferece dignidade e poder de escolha a pessoas refugiadas. Disponível em: . Acesso em: 29 jul. 2024. RESGALA, G. A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 19, n. 2, p. 267-267, 27 abr. 2017. SANCHES, B. et al. De moeda social a criptomoeda: dilemas da emancipação tecnológica do E-Dinheiro. Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração, v. 12, n. especial, p. c13, 26 set. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **775**

TÍTULO: **Rodas de Diálogo, acesso aos serviços públicos e consolidação da cidadania**

AUTOR(ES) : **PEDRO PAULO MONTEIRO DA SILVA NASSIF,LUCIO SOARES ANDRADE JUNIOR**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO: Objetivo: O projeto "Rodas de Diálogo" tem como objetivo principal a construção de conhecimento coletivo, promovendo a inclusão, o encorajamento e a motivação dos alunos. Atividades Desenvolvidas: As principais atividades do projeto consistem em rodas de conversa realizadas em ambientes fechados e abertos de escolas de ensino fundamental e médio. Esses encontros são conduzidos com o objetivo de promover o debate e o intercâmbio de ideias entre os participantes, abordando temas diversos de relevância social. Ao criar um espaço acolhedor e aberto, conseguimos incentivar o surgimento de novas ideias e propostas. O objetivo é que, ao final de cada roda, tenhamos encontrado soluções concretas ou, pelo menos, contribuído para que cada aluno desenvolva melhor seu raciocínio e se coloque em diferentes pontos de vista. Justificativa: A iniciativa surgiu da necessidade de evidenciar a importância do debate e do confronto de ideias entre pessoas com perspectivas diferentes. Acreditamos que essa prática é fundamental para a formação de um pensamento crítico e para a consolidação de uma cidadania ativa e consciente. Além disso, as rodas de diálogo se apresentam como uma ferramenta eficaz no combate à desinformação e às fake news, promovendo um ambiente de discussão pautado em informações verídicas e confiáveis. Participantes e Beneficiários: O projeto envolve alunos de escolas de ensino fundamental e médio, proporcionando-lhes um espaço seguro para expressar suas opiniões e ouvir as dos outros. Os facilitadores do projeto, geralmente alunos de graduação e profissionais das áreas de educação e comunicação, conduzem as rodas de conversa, garantindo que os debates sejam produtivos e inclusivos. Resultados Esperados: Espera-se que, ao longo do desenvolvimento do projeto, os alunos participantes adquiram uma maior capacidade de argumentação e análise crítica, tornando-se cidadãos mais bem informados e preparados para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea. Além disso, o projeto visa fortalecer a comunidade escolar, promovendo uma cultura de diálogo e respeito mútuo. Destaques: Um dos principais diferenciais do "Rodas de Diálogo" é a sua abordagem inclusiva e dinâmica, que busca não apenas informar, mas também engajar os alunos em um processo contínuo de aprendizado e desenvolvimento pessoal. As atividades são planejadas para serem acessíveis e envolventes, garantindo a participação ativa de todos os envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. ISBN 8521900058.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **833**

TÍTULO: **O SIKHISMO NA ÍNDIA CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE À LUZ DO CONSTRUTIVISMO**

AUTOR(ES) : **GABRIEL PARADELA HEIL, ALIRIA GRANJA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: O Sikhismo é uma religião com origem na região indiana de Punjab, datando do século XVI. Atualmente, 2% da população indiana é sikh, representando, aproximadamente, 26 milhões de pessoas. Devido a isso, nota-se que os praticantes desta crença formam uma minoria em um país majoritariamente hinduísta. Com a chegada ao poder do primeiro-ministro Narendra Modi, em 2014, o nacionalismo hindu emergiu como a tônica principal da política nacional, levando à dificuldade de convivência entre religiões. Apesar disto, os sikhs se mantiveram com status importante dentro da sociedade indiana. Em vista disso, o presente trabalho parte de uma abordagem construtivista das Relações Internacionais para entender a relação do Sikhismo com o governo e sociedade indiana atual. O objetivo é compreender as estratégias utilizadas por esse grupo para se destacar na sociedade, enquanto uma parcela de sua população se protege de possíveis perseguições e arquiteta um Estado separatista por meio do movimento do Calistão. Temos como tese que as funções exercidas por seus praticantes geram o status necessário para evitar retaliações. A pesquisa está dividida em duas partes. A primeira trata da origem social e política do sikhismo, dando um maior destaque para o período do começo do século XX, delimitando e identificando os motivos que irão levar a posição privilegiada desta minoria. A segunda parte é uma análise partindo do recorte da primeira eleição de Modi, observando o crescimento do movimento separatista do Calistão e a relação dos sikhs dentro deste nacionalismo Hindu.

BIBLIOGRAFIA: HALL, I. Multialignment and Indian Foreign Policy under Narendra Modi. The Round Table, v. 105, n. 3, p. 271-286, 3 maio 2016. ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 47, p. 201-246, ago. 1999. VAN DYKE, V. The Khalistan Movement in Punjab, India, and the Post-Militancy Era: Structural Change and New Political Compulsions. Asian Survey, v. 49, n. 6, p. 975-997, nov. 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **889**

TÍTULO: **GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E HONORÁRIOS DE AUDITORIA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO PANDÊMICO EM EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

AUTOR(ES) : **GABRIEL SOUZA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **ALINI DA SILVA**

RESUMO: A pandemia de COVID-19 deflagrou uma crise repentina à sociedade, cujo impacto econômico fez com que diversos ativos sofressem com a redução do seu valor recuperável. Esse ambiente instável aumentou a necessidade de informações tempestivas para apresentar um relatório atrativo aos stakeholders, tornando mais propícia a ocorrência de gerenciamento de resultados nas empresas para evidenciar uma apuração mascarada de sua situação financeira, a qual se mostraria um desvio intencional dos gestores ao manipularem os relatórios financeiros. Nesse aspecto, pode-se dizer que a auditoria tem um papel vital na transparência e qualidade das demonstrações contábeis, mediando os demonstrativos das empresas de modo a verificar se há distorções relevantes que indiquem incoerências em seus relatórios contábeis. Ainda neste contexto de auditoria, seus honorários podem sofrer influência da inconsistência dos dados, pois uma maior exposição a riscos gera mais custos e ameaça a reputação da firma auditora. Desta forma, o problema de pesquisa refere-se à: Qual a relação do gerenciamento de resultados com os honorários de auditoria considerando o período pandêmico de empresas brasileiras de capital aberto? Para sanar este problema, coletou-se dados da plataforma Economatica de 159 empresas de capital aberto listadas na B3 entre 2016 e 2023, no que se refere ao modelo de Kothari, Leone e Wasley (2005) para o gerenciamento de resultados variáveis de controle, e as informações de honorários foram coletadas pelo formulário de referência. A partir disso, realizaram-se testes de regressão baseados no gerenciamento de resultado, como variável dependente, em função das variáveis independentes de honorários de auditoria, de não auditoria, ROA e Ativo para verificar o quanto essas variáveis se correlacionam. A partir dos dados coletados, não se estabeleceu correlação significativa em relação à variável de honorários de auditoria, mas a de não auditoria influenciou diretamente no aumento dessa prática. Com isso, infere-se que, ao pagar por mais honorários de não auditoria, a independência da auditoria pode ser comprometida e torna mais suscetível a ocorrência de manipulações no resultado. O ROA e o Ativo também registraram influências significativas, com este sendo um estimador diretamente proporcional (coeficiente positivo) e aquele sendo inversamente proporcional (coeficiente negativo) ao gerenciamento de resultado. Quanto ao período pandêmico, observou-se que o ano de 2019 não teve influência no gerenciamento; já os anos de 2020, 2021 e 2022, que correspondem ao período pandêmico de acordo com a OMS, demonstraram certo grau de influência sobre o gerenciamento. Em suma, apesar de não ter sido comprovada a relação analisada pela presente pesquisa, observou-se que os honorários de não auditoria foram onerados em função do gerenciamento; logo, isso pode indicar uma influência dos riscos atribuídos à ocorrência de gerenciamento de resultados no âmbito inconstante da pandemia.

BIBLIOGRAFIA: SENA, T. R.; DE FREITAS, S. C.; DE SANTANA JUNIOR, J. L. Gerenciamento de resultados e legibilidade das notas explicativas: manipulações nas evidenciações contábeis. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 17, n. 1, 2023. BRANDÃO, C. V. et al. Punição ou Reputação? Uma análise dos Honorários e Mudança da Auditoria após a Reapresentação das Demonstrações Financeiras. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 18, n. 1, 2024. GOULD, S.; ARNOLD, C. The Financial Reporting Implications of COVID-19. IFAC. 13 abril 2020. Disponível em: . Acesso em: 15 mai. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **890**

TÍTULO: **ANÁLISE DO SILÊNCIO FORJADO NO CONFLITO AMBIENTAL DE HIDROITUANGO**

AUTOR(ES) : **PIETRA CRISTINA SOARES MASCARENHAS**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: Este resumo se refere a pesquisa sobre o lançamento de alertas na construção de Hidroituango, Colômbia. A pesquisa, inicialmente voluntária, obteve bolsa remunerada do PIBIC-CNPq e faz parte do grupo de iniciação científica de análise sócio-informática de controvérsias ambientais do Instituto de Políticas e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). O caso estudado é a construção da usina hidrelétrica Hidroituango situada em Ituango, departamento de Antioquia, Colômbia. A construção é de iniciativa das Empresas Públicas de Medellín (EPM) e teve início em 2009 com base no argumento da necessidade de gerar energia elétrica para o país. A obra suscitou controvérsias sociais e ambientais. Dentre os impactos negativos, ocorreram assassinatos de lideranças, destruição de ecossistema e obstrução do rio Cauca, culminando em 2018 no risco iminente de desabamento de represa e, conseqüentemente, de inundação e mortes. Assim, em 2008, pouco antes do início da construção, o coletivo Movimiento Ríos Vivos surgiu. Ele surgiu pela junção de vários coletivos afetados por Hidroituango com o objetivo de resistir, sendo o foco deste trabalho antes. Por isso, o objeto do trabalho são as ações de oposição à usina, com destaque para organizações menos expressivas que Ríos Vivos, e a dinâmica do conflito de interesses. O estudo do conflito se dá por meio de análise de pesquisa documental através de ferramentas sócio-informáticas, sendo a principal o software Prospéro. A obtenção do material documental - o corpus - a ser analisado se deu por buscas sistemáticas no Google utilizando uma "equação" de busca em um recorte temporal de 2008 a 2022. Para o estudo deste conflito ambiental foram usados os conceitos de sociologia pragmática, de lançamento de alertas - a emissão de avisos sobre uma situação para prevenir danos futuros à coletividade - e de conflito ambiental como um conflito simbólico pela significação do meio material. Nos desdobramentos, o lançamento de alertas contra o projeto se tornou cerne do trabalho, o que trouxe o conceito de "ocultar mostrando" de Bordieu que é a tendência da mídia hegemônica de manipular o debate público sem necessariamente mentir e sim ocultar algo mostrando outra coisa. Ademais, a análise de alertas lançados torna preciso observar o que ocorre com os alertas e para isso o conceito de ocultar mostrando é bastante útil. Até o momento, a pesquisa se concentrou nos alertas de Ríos Vivos, constatando uma postura bastante combativa e pouco ouvida pelos jornais e sites mais expressivos no corpus, os quais concentram a cobertura de Hidroituango após 2018. Entre os resultados almejados estão o aprofundamento da trajetória de Ríos Vivos, detalhamento de vieses dos títulos de mídia coletados e o mapeamento do impacto dos alertas de coletivos menos expressivos. Assim, a pesquisa se encaminha para seu término, maturando a análise sobre o silenciamento de Ríos Vivos e focando nos demais lançadores de alertas e na sua influência para Hidroituango.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, Henri; GIFFONI, Raquel. Os alertas e o arbítrio. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-alertas-e-o-arbitrio/>. Acesso em: 12 fev. 2023. CHATEAURAYNAUD, Francis. Los tópicos ambientales: entre controversias y conflictos: Ecología política y sociología pragmática en Francia. *Revista Colombiana de Sociología*, vol. 34, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 13-40 Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia. ZULETA, Isabel Cristina . Hidroituango: Un desastre socioambiental con responsabilidad internacional. *OpenEditions Journals*, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ideas/10005>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **961**

TÍTULO: **MEDIAÇÃO DA LEITURA: EXPERIÊNCIAS E COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES DE BIBLIOTECONOMIA NA BIBLIOTECA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFRJ.**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA ATTINA XAVIER, MILLA CRISTINE ALMEIDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **TATYANNE FERREIRA**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo investigar as experiências e competências adquiridas por bolsistas de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação por meio das práticas de mediação da leitura realizadas na Biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ), como parte do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC). O estudo visa identificar as atividades desenvolvidas pelos bolsistas, verificar as competências adquiridas durante a concessão da bolsa e analisar o impacto da mediação da leitura na formação dos discentes de Biblioteconomia. A metodologia deste trabalho consiste na pesquisa bibliográfica que, conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 199) "abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos [...]". Dessa maneira, foi possível levantar informações sobre os conceitos de biblioteca escolar, competência dos bibliotecários escolares e a mediação da leitura. Também foi utilizada a pesquisa-ação que, na definição de Thiollent (1988 apud VERGARA, 2012) é um tipo de pesquisa social, de base empírica, que associa uma ação à resolução de um problema coletivo. Essa pode ser classificada como pesquisa participante que segundo Lakatos (2021, p. 211) "consiste na participação real do pesquisador na comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo à comunidade quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste". Essa pesquisa é aplicada no cenário de mediação da leitura seguida de uma atividade onde os estudantes deverão assimilar conteúdos e desenvolver de maneira autônoma o que fora absorvido, demonstrando proximidade com o acervo disponível ao mesmo tempo que estabelecendo associações com outros materiais que tratam da mesma temática ou de assuntos correlatos. Assim, foi possível avaliar as ações desenvolvidas pelos discentes de biblioteconomia por meio da observação, uma técnica de coleta de dados realizada de forma individual e coletiva pela equipe da biblioteca. As atividades dos bolsistas durante a mediação da leitura foram analisadas, assimiladas e registradas em um relatório. Logo, foi verificado que por meio das atividades de mediação da leitura é possível estimular a imaginação, criatividade, atenção e empatia dos alunos, trabalhar com temas atuais e apresentar o mundo da leitura de forma lúdica e prazerosa, o que propicia a formação de leitores críticos e reflexivos. O projeto contribui diretamente para o enriquecimento cognitivo e prático dos graduandos do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação no âmbito de aplicação de metodologias de pesquisa e práticas relacionadas à Biblioteconomia Escolar auxiliando no seu aprimoramento como alunos, futuros profissionais e cidadãos.

BIBLIOGRAFIA: Referências: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 9. ed. atualização João Bosco Medeiros. São Paulo: Atlas, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **967**

TÍTULO: **GEOPOLÍTICA DA COMIDA: A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA DO SUL**

AUTOR(ES) : **JOSE EDUARDO DE JESUS GOMES**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO: A segurança alimentar carrega como significado a garantia permanente e acesso físico, social e econômico da população ao alimento de forma saudável que satisfassa todas as necessidades nutricionais. Quando isso não ocorre, denomina-se insegurança alimentar. Em 2022 em torno de 258 milhões de pessoas em 58 países e territórios se encontravam em contexto de crise, com insegurança alimentar aguda ou em situações piores. (FAO, 2022). No ano de 2023, durante a cúpula do G-20 com presidência indiana, algumas temáticas tiveram maior destaque, foram amplamente discutidas pelos estados com um grau maior de importância, entre elas a garantia da segurança alimentar, que está presente na declaração da do ano de 2023 do G-20, na qual pretendem Incentivar os esforços para reforçar a cooperação em investigação sobre cereais nutritivos e resistentes ao clima comprometer-se a facilitar o comércio agrícola, alimentar e de fertilizantes aberto, justo, previsível e baseado em regras, a não impor proibições ou restrições à exportação e a reduzir as distorções do mercado, em conformidade com as regras relevantes da OMC. Diante disso e com base no panorama de segurança alimentar observado, é questionável se essas previsões da declaração das vinte maiores economias vão de fato utilizar a fome como prioridade ou se esses objetivos vão se difundir apenas em objetivos econômicos e comerciais. Dessa forma, busca-se investigar a produção agrícola e a fome no sul global, os processos e fluxos de comercialização mundial de alimentos nessa região que ao mesmo momento é uma grande produtora de alimentos mas concentra níveis elevados de insegurança alimentar. Essa investigação concentra-se primeiramente através da busca em fontes secundárias e primárias de informação, estudos já elaborados a cerca da temática e por meio da plataforma da FAO (Organizações da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) a qual contém uma extensa fonte de dados sobre a produção mundial de alimentos, será comparado a a atual produção de alimentos e objetivos traçados pelos países e posteriormente estabelece a análise crítica. Essa crítica tem como base teoria o livro “Geografia da fome” e “Geopolítica da fome” de Josué de Castro, que teoriza a fome como a expressão biológica de males sociológicos. Além disso, também será complementar para a construção da análise crítica a inserção da teoria da dependência de Theotônio dos Santos. Por fim através de objeto de estudo espera-se entender a geopolítica da comida no sul global, analisar as relações de dependência estabelecidas entre os países dessa região acerca da produção de alimentos e compreender como ao mesmo tempo uma região altamente produtora de alimentos, também contém altas taxas de população em casos de insegurança alimentar.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 195. CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Todavia, 1984. 316 p. ONU. FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura). Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1052**

TÍTULO: **APLICAÇÃO DOS MECANISMOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL PARA RECONHECIMENTO DE ALIMENTOS NO ÂMBITO DA HOMOLOGAÇÃO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

AUTOR(ES) : **RAFAEL REIS BARROSO, THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar as decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a homologação de decisões estrangeiras (HDE) em divórcios que envolvem alimentos internacionais, conforme a competência delegada pelo art. 105, inciso I, alínea i, da Constituição Federal de 1988. O marco legal temporal é o Código de Processo Civil de 2015 (CPC/15), e a pesquisa foca no uso dos mecanismos de cooperação jurídica internacional. Pela função deliberatória do STJ, verifica-se o cumprimento dos requisitos previstos no Art. 963 do CPC e daqueles elencados no art. 216 do Regimento Interno do STJ (“RISTJ”). Estes incluem a competência da autoridade estrangeira, a regularidade da citação, a eficácia da decisão no país de origem, a inexistência de conflito com a coisa julgada brasileira, a tradução oficial do documento e a ausência de violação à ordem pública, soberania nacional, e dignidade da pessoa humana – estando os últimos dois apenas presentes no RISTJ. Com o uso de método dedutivo, a pesquisa visa identificar o perfil jurisprudencial do STJ para o tema. A análise abrangeu 289 decisões, das quais 90 estão relacionadas à cobrança de alimentos transnacionais. Os dados preliminares indicam que, a cada quatro decisões, três são homologadas, revelando uma alta taxa de sucesso nos pedidos de homologação. As principais causas de indeferimento envolvem irregularidades na citação (como uso inadequado de carta rogatória, edital ou declaração de revelia), conflitos de coisa julgada entre jurisdições diferentes e violações à ordem pública. Além disso, verifica-se uma questão decorrente do Provimento 53 do CNJ. Neste, é estabelecido que os divórcios simples – que não envolvem efeitos acessórios patrimoniais, de partilha de imóvel, de alimentos, etc – devem ser registrados diretamente no Registro Civil de Pessoa Natural (“RCPN”). Assim, os Ministros do STJ têm se atentado, e recusado a homologação nesses casos. O estudo também explora o impacto de convenções internacionais que regulam a cobrança de alimentos, como a Convenção de Nova York de 1956, a Convenção Interamericana de 1989 e a Convenção da Haia de 2007, junto com seu Protocolo. Nesse contexto, o papel do Ministério da Justiça como Autoridade Central, a ampliação da gratuidade de justiça e a aplicação erga omnes do Protocolo da Convenção da Haia são analisados como mecanismos essenciais para a cooperação internacional. O corpus jurisprudencial utilizado, inicialmente, envolveu uma triagem que compilou 289 homologações de divórcios ou alimentos estrangeiros no Brasil, de abordagem quantitativa. Em razão do objeto de estudo envolver a questão dos alimentos, foi feita uma segunda filtragem dos casos que envolviam alimentos, e por fim, um estudo qualitativo de casos, com os achados mais interessantes, possibilitando a quebra de paradigma no contexto estudado. O objetivo é oferecer uma visão holística aprofundada da questão, fomentando o debate sobre a execução de alimentos em contexto internacional.

BIBLIOGRAFIA: DOLINGER, J. Direito Civil Internacional – volume I – A Família no Direito Internacional Privado – tomo segundo – A Criança no Direito Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. v. 2. 550p. KLEIN, Thiago Mello Coutinho Ennes; BARROSO, Rafael Reis; PEREIRA, Marcos Vinicius Torres. Aplicação dos mecanismos de cooperação jurídica internacional para reconhecimento de alimentos no âmbito da homologação de divórcios estrangeiros no Superior Tribunal de Justiça. In: MENEZES, Wagner (Org.). Direito Internacional em Expansão: direito internacional e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2024. v. XXVI, p. 181–206. ISBN 978–65–5929–435–0.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1089**

TÍTULO: **INFLUÊNCIA DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS RUPTURAS INSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE VENEZUELA E BOLÍVIA**

AUTOR(ES) : **ALINE SILVA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: Desde o final da década de 1990, a América Latina vem enfrentando uma nova série de conflitos sócio-políticos, os quais questionam a legitimidade de certos governos democraticamente eleitos com bases sociais alargadas. A pesquisa parte do princípio de que as estratégias de comunicação possibilitadas pelas novas mídias digitais e pelos avanços na inteligência artificial adicionam novas questões a essa instabilidade. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é analisar os novos debates políticos, categorizados por uma nova era da globalização e das tecnologias, em que torna-se cada vez mais simples manipular narrativas pela influência dos meios de comunicação. Será observado em particular o impacto sobre possibilidades de ruptura institucional que vem se apresentando no horizonte político da região. Do ponto de vista metodológico, procederemos a essa investigação por meio de um estudo comparado entre os casos dos processos eleitorais recentes da Bolívia e da Venezuela para o executivo nacional, além de referendos constitucionais promovidos pelo executivo nos dois casos. A análise da Venezuela se concentrará no período pós ascensão de Chávez e no da Bolívia após a ascensão de Evo Morales, dando atenção à bibliografia secundária produzida e evidenciando até mesmo o desenvolvimento histórico, econômico e social de ambos os países. Adota-se como hipótese deste trabalho a visão de que com as tensões no subcontinente latino-americano e o acirramento das disputas político-ideológicas, dentro de um contexto de crise econômica internacional, há um ciclo, não somente localizado na América Latina, de movimentos extremistas questionadores da ordem político-democrática. Esse movimento histórico tem em seu centro o controle das narrativas e interferências externas. Espera-se alcançar com este trabalho um entendimento da política e da estratégia de segurança latino-americanas em meio às crescentes crises das democracias locais, e como os inúmeros atores subestatais se localizam dentro dessa disputa. Como já mencionado, os principais parâmetros da pesquisa são o comparativo e a revisão bibliográfica, buscando paralelos e descontinuidades entre a trajetória do acesso ao executivo nacional nos dois casos e seus desafios contemporâneos. Serão levantados, além de bibliografia secundária, de analistas e especialistas no tema, fontes jornalísticas selecionadas, utilizando critérios específicos de relevância e representatividade de opiniões políticas discordantes. Este estudo busca compreender a interação entre política e tecnologia no subcontinente, considerando inclusive aspectos historiográficos e de formação das bases socioeconômicas venezuelanas e bolivianas. Tudo isso para, enfim oferecer uma perspectiva crítica sobre a segurança das instituições democráticas na América Latina frente às crises contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA: Luigi, R. . A Crise na Bolívia: Da Renúncia do Presidente Evo Morales à Convocação de Novas Eleições. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 1, n. 3, p. 34-40, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3752341. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/164>. Acesso em: 5 mar. 2024. TRIPATH, Anurag; S.B, Girisanter. A RIVALIDADE DE RECURSOS ENTRE OS EUA E A RÚSSIA NO CONTEXTO DA ATUAL CRISE VENEZUELANA: OS PERIGOS DO PETRO-ESTADO RENTISTA. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 17, p. 92-110, 16 jun. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1124**

TÍTULO: **OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DOS DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES: A PRODUÇÃO NORMATIVA PARA PAUTAS, GRUPOS E CORPOS SUBALTERNIZADOS**

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA FIDELIS DE CARVALHO, MARINNA ANTONIA ALVARENGA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILLA DE MAGALHAES GOMES**

RESUMO: O presente projeto de pesquisa pretende contribuir com a produção de dados e debates sobre como o processo de produção normativa no Brasil tem abordado pautas relacionadas a direitos humanos e desigualdades. Inserido dentro das atividades do grupo de pesquisa Corpografias - Gênero, Raça, e Direito, o projeto se desenvolve a partir das suas linhas de pesquisa dedicadas à "Decolonialidade: gênero, raça e corpografias", "História do direito, estudos de gênero e relações raciais" e "Criminologia crítica e decolonialidade". A proposta é fruto de uma parceria com o Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense) da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), que tem como uma de suas frentes de trabalho o monitoramento da atividade legislativa em matéria de direitos humanos em âmbito federal. Parte-se do entendimento de que a arena legislativa oferece um campo profícuo de investigação, tendo em vista a centralidade da legislação para a confecção das políticas públicas de direitos humanos e a sua relevância aos processos, tanto de reconhecimento, como de ameaças a direitos. Nesse sentido, a partir do levantamento das proposições legislativas sobre direitos humanos, sua tramitação e seus resultados, é possível realizar estudos quantitativos e qualitativos voltados (i) à análise do processo legislativo, seus atores e discursos; (ii) à análise de impacto legislativo, tendo em vista o balanço das medidas apresentadas, aprovadas e rejeitadas. Dentro desse enquadramento mais amplo, o objetivo do projeto é analisar especificamente como a produção normativa interpela as margens, ou seja, pautas, grupos e corpos subalternizados. Interessa-nos compreender como a agenda das desigualdades - de gênero, raça e classe - é tratada no processo de formação das leis, quais atores a promovem, quais são as orientações, os enfoques e as estratégias adotadas, quais disputas de sentidos podem ser observadas, qual o papel das dinâmicas institucionais envolvendo articulações e conflitos dentro do Parlamento e entre os poderes Legislativo e Executivo. Esperamos contribuir para uma reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades do processo legislativo no campo dos direitos humanos e das desigualdades, em especial no âmbito das normas e políticas de gênero e antirracistas.

BIBLIOGRAFIA: BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Estado de Direito, Democracia e Devido Processo Legislativo. In: CLÈVE Clèmerson Merlin; FREIRE Alexandre (Coord). Direitos fundamentais e jurisdição constitucional: análise, crítica e contribuições. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. BOBBIO, Norberto. A era dos direitos [tradução Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1125**

TÍTULO: **Conflitos na Colômbia: Guerra Assimétrica e a Reintegração de Ex-Combatentes**

AUTOR(ES) : **ANDRE LANA RAMOS OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A Colômbia experienciou, durante toda sua história, conflitos internos e violência, que se intensificaram nas últimas décadas do século XX. O país encontrava-se profundamente imerso em disputas, protagonizadas pelas forças do Estado, movimentos guerrilheiros, grupos paramilitares e narcotraficantes, sendo também perceptível a influência direta de outros Estados em diferentes momentos. Ao fim de 2016, depois de diversos esforços de negociação, o Estado e a maior guerrilha colombiana, as FARC-EP, chegaram a um acordo de paz. O presente trabalho buscará compreender o grau de efetividade desse acordo nos âmbitos da reintegração social de ex-combatentes, continuidade da violência e cumprimento dos compromissos estabelecidos. Para tal, na primeira parte da apresentação discutiremos em que medida podemos qualificar o cenário colombiano à luz de conceitos importantes da literatura sobre conflitos assimétricos, como 'novas guerras' e 'estados falidos'. A partir disso, consideraremos o surgimento, a evolução e a atuação dos movimentos guerrilheiros, o impacto da Doutrina de Segurança Nacional e das políticas de contransigência no posicionamento do Estado colombiano, e por fim o surgimento do fenômeno do paramilitarismo. A reconstrução desses processos nos permitirá um mapeamento dos atores e das dinâmicas de forças envolvidas, que é fundamental para uma análise crítica das possibilidades e vulnerabilidades da construção do acordo e de sua implementação.

BIBLIOGRAFIA: DARIO, Diogo Monteiro. Da Política de Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia. Contexto Internacional, [s. l.], 2010. KALDOR, Mary. New and Old Wars: organised violence in a global era. Cambridge: Polity Press, 2012. VILLAMIZAR, Darío. Las guerrillas en Colombia: Una historia desde los orígenes hasta los confines. Bogotá: Penguin Random House, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1173**

TÍTULO: **SOBERANIA EM XEQUE: A PERDA DE TERRITÓRIOS SOBERANOS DE ESTADOS INSULARES E SEUS IMPACTOS**

AUTOR(ES) : **LAYS SERPA DE SOUZA DE OLIVEIRA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O mundo enfrenta hoje uma série de eventos naturais de grande escala responsáveis por desestabilizar vastas regiões e levar a óbito milhares de indivíduos. Estes eventos têm se tornado mais frequentes graças ao conjunto de ações antrópicas que corroboram para a rápida degradação ambiental. Tamanho os danos ambientais e a preocupação proveniente deles, que hoje a problemática é considerada uma das mais sensíveis matérias debatidas nos últimos anos. Antônio Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, declarou que "a humanidade abriu as portas do inferno". A região da Ásia-Pacífico, local onde estão situados inúmeros Estados Insulares, merece especial atenção: vítimas do severo aumento do nível do mar e iminente submersão/desaparecimento territorial, não obstante a descoloração de corais, salinização de fontes de água potável, desequilíbrio da fauna local, as referidas nações lidam hoje com a possível perda de sua soberania – haja vista sua plausível submersão completa. Nesse contexto, a problemática da perda de territórios, ainda que gradual, merece atenção especial. A fragmentação e a possível perda da soberania desses Estados são suas consequências diretas, que em efeito cascata, resultam na incapacidade de assegurar uma vida digna aos seus cidadãos. Tamanha a relevância da temática que questionamentos por parte sociedade internacional insurgem. Exemplo disto é o pedido de Opinião Consultiva apresentado pela Comissão de Pequenos Estados Insulares sobre Mudanças Climáticas e Direito Internacional; e o pedido de Opinião Consultiva, aprovado na Assembleia Geral da ONU em março de 2023, a fim de determinar as responsabilidades dos estados em relação à contenção e mitigação das mudanças climáticas. Os debates acima mencionados limitam-se a buscar um meio capaz de compelir diferentes nações a engajar na contenção, mitigação e superação do avanço das mudanças climáticas. Contudo, regramentos jurídicos criados para fins similares já se fazem presentes e têm se demonstrado insuficientes no que tange ao cumprimento de seus objetivos fim. Por isso, urge a necessidade de respostas aos questionamentos relativos aos impactos do avanço do nível dos oceanos, partindo do pressuposto de que a contenção deste fenômeno é inverossímil. Assim, com o presente trabalho objetiva-se de compreender a repercussão da perda de território geográfico diante da soberania destas nações. Esta submersão resultaria em uma extinção automática dos Estados e de suas soberanias? Existiria alguma forma de preservar as soberanias? A pesquisa bibliográfica e o estudo serão desenvolvidos a partir da metodologia dialética, com uma abordagem qualitativa de bibliografia e revisão documental. Assim, como resultado trazem-se breves contribuições a partir de possíveis formas de preservar a soberania dos Estados Insulares, a fim de evitar a ruptura ou extinção das referidas nações.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney Cesar Silva. Curso de Direito Internacional Público. 16ª edição. São Paulo: SaraivaJur, 2024. INTERNATIONAL TRIBUNAL FOR THE LAW OF THE SEA. Commission Of Small Island States on Climate Change And International Law. Request for Advisory Opinion. 2022. YAMAMOTO, Lilian; ESTEBAN, Miguel. Atoll Island States and international law. Springer-Verlag Berlin An, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1174**

TÍTULO: **A SITUAÇÃO ATUAL DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE METROVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS FLUMINENSES E A ATUAÇÃO DA AGETRANSP NO SEU PAPEL COMO AGÊNCIA REGULADORA DAS CONCESSÕES**

AUTOR(ES) : **CASSIO FABIANO MENDES SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Os modais ferroviários e metroviários fluminenses transportam mais de 200 milhões de passageiros por ano, serviços de transportes estes que sofrem, constantemente, duras críticas por parte da população mediante ao que é prestado para os usuários. Tal fenômeno ocorre pela precariedade dos trens, tempo de espera para usar o transporte e custo de passagens que esses serviços vêm apresentando aos populares, que culpabilizam os entes responsáveis pela regulação da Supervia Trens e do Metrô Rio, pela atual situação. O objeto desta pesquisa seria pensar sobre a atuação da AGETRANSP, por ser a agência que exerce o poder regulatório sob o serviço oferecido pelas concessionárias, controlando e fiscalizando, com o fim de garantir para a população o funcionamento efetivo destes serviços essenciais. A pergunta problema: por que a AGETRANSP não consegue exercer seu papel de agência reguladora com efetividade, ou seja, atendendo a demanda populacional e garantido, com eficácia, a boa qualidade dos trens e metrô ? O que se apresenta como tese é o fato de que a mera atuação da AGETRANSP não garante, necessariamente, a melhoria dos serviços da Supervia Trens e do Metrô Rio tendo urgindo a necessidade de intervenções por parte do estado. A metodologia será a realização de análises qualitativas e quantitativas acerca das informações, prestadas pelos entes privados e públicos, acerca da eficiência dos transportes de pessoas, ferroviários e metroviários e em como a AGETRANSP age, no momento atual, como agência reguladora. A conclusão prevista seria a resposta da pergunta, que, de certa forma, já foi citada, se há ou não a urgência na realização de políticas públicas para melhorar os serviços das concessionárias, garantindo um serviço bem prestado à população.

BIBLIOGRAFIA: Mueller, B. (2001). Regulação, informação e política: Uma resenha da teoria política positiva da regulação. Revista Brasileira de Economia de Empresas, 1, 9-29. Balla, S. (2011). Institutional design and the management of regulatory governance. In D. LeviFaur (Org.), Handbook on the Politics of Regulation. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing. Lima, Jana. A. de, & Fonseca, Elize Massard da (2021). Captura ou não captura? Perspectivas analíticas no estudo de políticas regulatórias. Revista de Administração Pública.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1205**

TÍTULO: **ZONA DE INTERESSES: O USO POST MORTEM DE BENS DIGITAIS NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: A crescente digitalização em inúmeros aspectos da dinâmica social hodierna impõe novos desafios para o Direito, que passa a se deparar com situações pouco vivenciadas e reguladas, a exemplo da chamada Herança Digital. Na órbita privada, questiona-se a natureza dos bens digitais e ventila-se a perspectiva de a sucessão universal abarcar tais bens, assim como os demais aspectos do legado virtual derivados dos serviços digitais utilizados pelo indivíduo falecido. Busca-se delinear a perspectiva da herança digital no cenário brasileiro e investigar a teoria acerca da transmissibilidade sucessória de bens virtuais. A partir do Leading Case do direito alemão (BGH v. 12.07.2018, III ZR 183/17), o trabalho perpassa duas decisões significativas no tema no cenário nacional (Apelação 1017379-58.2022.8.26.0068 e Apelação 1119688-66.2019.8.26.0100, ambas do Tribunal de Justiça de São Paulo). Além de confrontar os elementos da decisão germânica e os julgados brasileiros, o artigo atravessa os aspectos existentes na legislação e na doutrina. Com isso, pretende-se enfrentar a problemática acerca da viabilidade da tutela da herança digital, de modo a se mapear seus desdobramentos jurídicos. Trata-se de pesquisa bibliográfica, em que se revisita e mobiliza obras e publicações acadêmicas significativas no tema. Também, há o emprego do método desk research, em que se verifica a investigação de decisões sobre a temática nos tribunais brasileiros. Desse modo, na análise, são levados em conta e enfrentados 1) os interesses atinentes aos direitos dos herdeiros, 2) a autonomia da vontade dos usuários e seus direitos da personalidade e 3) o argumento de inviolabilidade das comunicações trazida pelas Big Techs. Assim, a investigação visa clarificar e demonstrar que a possibilidade de continuidade da exploração patrimonial post mortem é uma postura conforme o ordenamento jurídico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: GONÇALVES, Laura Marques. Exploração post mortem de bens digitais. Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCivil, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 201-222, jul./ set. 2023. DOI: 10.33242/rbdc.2023.03.010. GONÇALVES, Laura Marques. Transmissão post mortem de patrimônio digital: em defesa da ampla sucessão. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/41742>. Acesso em: 01 ago. 2024. NUNES FRITZ, Karina. Herança digital: quem tem legitimidade para ficar com o conteúdo digital do falecido? In: Direito digital. Guilherme Magalhães Martinse João Victor Rozatti Longhi (coord.).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1208**

TÍTULO: **ARRANJOS FAMILIARES NAS REGIÕES METROPOLITANAS**

AUTOR(ES) : **TITO MAGALHÃES DA ROSA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: Esta apresentação pretende divulgar os resultados da classificação de arranjos familiares no âmbito do projeto de pesquisa “Estratégias familiares e reprodução social nas metrópoles brasileiras”. A classificação de arranjos familiares, dentro do contexto de uma análise da reprodução social nas metrópoles brasileiras, se torna relevante na medida em que essa reprodução social acontece, na maioria das vezes, em contexto familiar. Portanto, conhecer como certas estruturas de famílias dentro das metrópoles brasileiras se organizam em nível de relações de dependência e participação na vida econômica é indispensável para a compreensão das particularidades metropolitanas da reprodução social no Brasil. Para a classificação dos arranjos familiares para a presente pesquisa, foram utilizados dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), produzida pelo IBGE, no período de 2017–2018 por meio da utilização da linguagem de programação R e do ambiente de desenvolvimento integrado RStudio, que permite alterações na base de dados da POF (2017–2018), a criação de novas variáveis relevantes e a elaboração de gráficos e tabelas resultantes de levantamentos de dados quantitativos. A classificação foi construída para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras disponibilizadas pela POF. A referida classificação é constituída nos seguintes arranjos familiares: Unipessoal (adulto); Unipessoal (idoso); Não casal, sem filhos, sem pais; Não casal, sem filhos, com pais; Não casal, com filhos, sem pais; Não casal, com filhos, com pais; Casal, sem filhos, sem pais; Casal, sem filhos, com pais; Casal, com filhos, sem pais; Casal, com filhos, com pais. Os formatos identificados refletem, majoritariamente, preocupações de como as diferenças de faixa etária dentro de uma única família afetam o tipo de renda e a reprodução social dessa família. Procura-se, também, estabelecer quais as formas de organização familiar mais presentes nas diferentes regiões metropolitanas. Além dos arranjos, os resultados constam com algumas análises estatísticas que concernem o cruzamento da frequência dos arranjos com outras variáveis da POF (2017–2018), variáveis estas que constam com informações como sexo, faixa etária e nível de escolaridade da pessoa de referência de cada tipo de arranjo familiar.

BIBLIOGRAFIA: RIBEIRO, Rosa. Transformações domiciliares: arranjos, trabalho e renda. In: Rio de Janeiro [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana / organização e coordenação Luiz Cesar Queiroz Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1221**

TÍTULO: **LITERATURA INFANTO-JUVENIL FEMINISTA**

AUTOR(ES) : **ISABELLA GABRIEL ROBLES**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**

RESUMO: O projeto de pesquisa que tem como temática a literatura infanto-juvenil feminista, visa fazer uma análise e mapear, através do ponto de vista científico, a literatura infanto-juvenil publicada no Brasil, mostrando como é abordada a questão do feminismo e a desconstrução dos estereótipos de gênero dentro das obras. Assim, a pesquisa tem um caráter documental qualitativo e quantitativo. Através da revisão de literatura feita, pôde-se entender o feminismo como um movimento plural que tem o foco no combate à desigualdade de gênero e luta pela autonomia e representatividade das mulheres em todos os setores da vida em sociedade. A partir de buscas na internet, foram localizados 206 livros infanto-juvenis e em quadrinhos que abordam o feminismo e seus movimentos. Os livros estão sendo adquiridos e, até o momento, adquiriu-se 156 obras, que foram colocadas em uma planilha com informações bases, como título, autoria, faixa-etária etc. Para determinar como foi abordado o feminismo na literatura, 146 obras foram lidas até o momento e, a partir da análise da leitura, estão sendo colocadas na mesma planilha as temáticas pré-definidas que foram encontradas nos livros, como desconstrução de estereótipos de gênero, feminismo étnico-racial, mulheres ativistas, entre outros temas. Além disso, está sendo buscado nas leituras como feminismo é retratado dentro da obra. Os resultados obtidos até agora dos livros analisados pela autora (representando 22 livros), foram: 6 obras foram definidas pela temática “feminismo étnico-racial”, 2 pela temática “sororidade”, 10 por “desconstrução de estereótipos de gênero”, 5 como “Mulheres ativistas”, 10 como “Feminismo” (o que envolve movimentos feministas propriamente ditos), 6 abordam a temática “Ciência e tecnologia”, 3 possuem a temática “Profissão” como foco, 1 trata-se de “Releitura de contos de fadas” e “Violência” e 9 dessas obras são “biografias”. Dessa forma, a pesquisa vem mapeando e analisando obras infanto-juvenis feministas no Brasil, mas também ressalta a importância de ampliar o acesso a esse tipo de literatura, que pode ser uma poderosa ferramenta na promoção da igualdade de gênero e na desconstrução de padrões prejudiciais.

BIBLIOGRAFIA: MALLMANN, Patrícia; OLINTO, Gilda; LAMAS, Thaís. Desconstrução de estereótipos de gênero e perspectiva feminista na literatura infanto-juvenil: análise de livros publicados no Brasil. In: XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 22., dez. 2022, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, nov. 2022. Eixo temático: GT-12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/view/1221>. Acesso em: 10 de ago. de 2024 MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1241**

TÍTULO: **BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS: REPRESENTAÇÃO DE LITERATURA INCLUSIVA ATRAVÉS DO FEMINISMO INTERSECCIONAL**

AUTOR(ES) : **LARISSA PINHEIRO LOPES, GIOVANNA VALENTINI PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade discutir a inclusão de um acervo que contenha literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ em bibliotecas públicas. Com isso, discutir a necessidade da inclusão, no acervo das bibliotecas, de literatura referente ao feminismo, à comunidade LGBTQIAPN+ e à educação antirracista é fundamental. Para tanto, tendo como base a competência em informação, que contribui como método para o empoderamento dos grupos sociais vulnerabilizados. A competência em informação além de auxiliar na busca, serve para desenvolver habilidades informacionais e autonomia no indivíduo. As bibliotecas públicas e comunitárias são espaços físicos de disseminação de informação, sendo de acesso à comunidade e tem por objetivo ser democrática, universal e equitativa. Assim, obter recursos acessíveis e disponíveis para as pessoas é essencial para não haver exclusão social e corresponder à demanda informacional dos indivíduos. Tendo por metodologia um recorte da pesquisa denominada Literatura infantojuvenil feminista: no contexto da informação social, em sequência, o projeto está construindo um acervo para a elaboração de atividades de mediação de leitura. Para tanto, foram analisados nove livros do acervo como forma de discutir as possibilidades para a inserção dos temas de igualdade de gênero, feminismo, antirracismo e LGBTQIAPN+ em bibliotecas, bem como a disseminação entre a população em geral. Logo, os resultados são de como a inclusão desta literatura é relevante para lutar contra os preconceitos sociais, a fim de apresentar a importância da representatividade e identificação para os grupos sociais minorizados, assim como as temáticas dos livros que foram analisados que apresentam sobre a desconstrução de estereótipos de gênero; empoderamento feminino; representatividade LGBTQIAPN+; feminismo negro, identidade, pertencimento, ancestralidade e reconhecimento. Portanto, a inserção através do feminismo interseccional é importante para tornar as bibliotecas inclusivas e para a promoção de equidade entre as pessoas.

BIBLIOGRAFIA: IFLA; UNESCO. Manifesto da biblioteca pública IFLA UNESCO 2022. Colaborador e tradutor: FEBAB. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 26 jun. 2024. LUCCA, Djuli Machado de; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da ciência da informação: em foca, a fenomenologia. Perspectiva da Ciência da Informação, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 22-48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25503>. Acesso em: 4 jul. 2024. PINTO, C. R. J. P. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1256**

TÍTULO: **CASO PINHEIRO: UMA ANÁLISE DA MAIOR CATÁSTROFE URBANA NA ATUALIDADE À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES**

AUTOR(ES) : **LUANA COSTA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: Em 03 de março de 2018, a região da Lagoa do Mandáú, no estado do Maceió foi atingida por tremores de 2,5 pontos na escala Richter, observados nos bairros Serraria, Farol, Bebedouro, Mutange, Jatiuca, Cruz das Almas, e sobretudo em Pinheiro. Esse fenômeno provocou rachaduras em imóveis e crateras no solo, que se intensificaram após fortes chuvas. Diante disso, o Serviço Geológico do Brasil - SGB/CPRM por meio de investigações descartou a possibilidade de ocorrência de fenômeno naturalmente geológico, diante disso, iniciaram-se questionamentos acerca do nexo causal entre a atividade industrial de extração de sal-gema na região e as ocorrências registradas, entretanto somente em 07 de julho de 2019 o governo brasileiro apresentou um mapa de riscos acerca da catástrofe. Há desde 1970, a exploração de 35 poços de extração de sal-gema nesta área urbana. Administrado à priori pela empresa Salgema Indústrias Químicas S/A, que utilizava o método de dissolução por meio de poços para extração subterrânea do minério a mais de mil metros de profundidade. Após diversas incorporações, a empresa responsável pelo controle da atividade na área é a Braskem, uma transacional responsável pela maior produção de PVC do continente americano e 6º maior produtora de compostos químicos do mundo. Diante disso, observamos que a exploração desenfreada dos recursos naturais causou impactos sobre a dinâmica da superfície do terreno conhecida como subsidência do solo provocando rachaduras em imóveis, crateras no solo, evacuação de moradores e alteração na dinâmica socioeconômica das áreas afetadas. Gerando séries de violações e prejuízos a população da região, o que nos leva a refletir sobre o papel do Estado nacional frente as concessões cedidas a empresas transnacionais e sobretudo, a atuação da sociedade internacional diante de situações de catástrofes.

BIBLIOGRAFIA: DANTAS, Frederico Wildson da Silva. O CASO PINHEIRO: EXEMPLO DE USO ADEQUADO DE MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM MACROLITÍGIOS. O Caso Pinheiro: Exemplo de Uso Adequado de Métodos de Resolução de Conflitos em Macrolitígios, [s. l.], v. 15, p. 171-185, 2023. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/issue/current/showToc>. GLOBAL, Justiça. O caso Braskem e a urgência de uma lei para responsabilizar empresas sobre direitos humanos e meio ambiente. 2023. GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto memória, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1267**

TÍTULO: **DA DESCOBERTA DAS CAIXAS ÀS MÃOS DO PEQUENO LEITOR. RELATO DE EXPERIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS.**

AUTOR(ES) : **FABIANA AUGUSTA DO NASCIMENTO RITA MOCO**

ORIENTADOR(ES): **LUCIA FIDALGO**

RESUMO: O trabalho descreve a experiência de distribuição de livros literários infantojuvenis para alunos da Escola Municipal Padre Paul Jean Guerry, escola que está localizada em São João de Meriti, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Garantir o direito de acesso a informação, por meio da leitura e proporcionar a vivência com a literatura na infância, parece algo óbvio no contexto escolar, mas nem sempre isso acontece de forma fluida e contínua em meio a rotina e demandas do ambiente escolar, que tem no ensino aprendizagem seu foco principal e as experiências de leitura, voltadas para a literatura, não ocupam o primeiro plano. Na Pandemia de Covid 19, projetos de leitura, com o objetivo de aproximar a criança do universo literário e reforçar a aprendizagem foram ofertados pelo MEC, muitos títulos chegaram à escola por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) direto para as mãos dos alunos nesse período, mas com o fim da Pandemia e a retomada das aulas presenciais os livros foram empilhados, mal alocados em caixas que caíram no esquecimento. O resgate desse contato da criança com o livro é o que objetiva esta apresentação, que inicia com a separação e limpeza das obras, a identificação de cada título e a distribuição de acordo com os anos de escolaridade dos alunos. Contar essa experiência, a recepção das crianças com as obras apresentadas, proporcionar o direito de escolha e também o direito de recusa em participar desse momento e as diversas reações dos alunos. A atividade desenvolvida por meio dessa experiência proporcionou às crianças desenvolvimento pessoal, garantia do direito a informação e de acesso ao universo literário.

BIBLIOGRAFIA: AUERBACH, Patrícia. Direitos do pequeno leitor. 1ª Edição. São Paulo, Bonifácio, 2018. PENNAC, Daniel. Como um romance. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1279**

TÍTULO: **A MEDIAÇÃO FAMILIAR EMANCIPADORA E RESPONSÁVEL NO ACESSO À JUSTIÇA: A CATARSE ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO**

AUTOR(ES) : **BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN**

RESUMO: Analisar como as inovações legislativas da última década trouxeram uma ampliação do conceito e imaginário de acesso à justiça, com termos até então desconhecidos ficaram conhecidos pelos atores e operadores do Direito, para se referir aos métodos autocompositivos de solução de controvérsias, que na legislação brasileira acabam por ir na direção da noção de sistema Multiportas do ordenamento jurídico. São analisadas as denominações, princípios e procedimentos empregados em certos textos normativos: a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 125/2010, Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.105 (Código de Processo Civil) a Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação). A escolha das referidas legislações decorre de sua relevância para o debate sobre meios mais céleres ao processo judicial, com a mesma segurança jurídica, sendo medida de efetividade do acesso à justiça no contexto jurídico brasileiro. O texto mobiliza, também, as inovações trazidas pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos), que possui, entre seus macro-desafios, a prevenção de litígios e a adoção de soluções consensuais para os conflitos, recepcionados pelo direito nacional. São utilizados os conceitos teóricos desenvolvidos pelo Professor, Psicólogo e Mediador Internacional Juan Carlos Vezzulla e as noções de Direito e ética do discurso pela eminente filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Vezzulla e Habermas são os referenciais teóricos principais do trabalho. Trata-se de pesquisa, essencialmente, bibliográfica. É utilizado o método dedutivo: se parte da ideia geral da necessidade de coerência do sistema multiportas do ordenamento jurídico para o recorte específico da promoção de uma sociedade pacífica com acesso à justiça para todos, por meio de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, que propicie aos cidadãos meios de resolver os próprios conflitos e de conduzir a própria vida de maneira responsável, cooperativa e solidária na mediação, principalmente no que tange aos temas familiares, responsáveis por muitos processos ajuizados no Judiciário, que é uma instituição assegurada e protegida sob o véu da Constituição como base da sociedade, que tem especial proteção do Estado. É ressaltado que a Constituição Federal é um marco da redemocratização do país e que como resultado da ampla participação popular e do pleito de tutela dos cidadãos que cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação familiar emancipadora e consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento de mecanismos consensuais de solução de litígios.

BIBLIOGRAFIA: VEZZULLA, Juan Carlos; Mediação: Teoria e Prática. Guia para Utilizadores e Profissionais, Agora Comunicações, 1ª edição, 2001. VEZZULLA, J. C. . MEDIAÇÃO RESPONSÁVEL E EMANCIPADORA. Reflexões sobre a atuação dos advogados.. Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo , v. 34, p. 56-61, 2014. Direito e democracia: entre facticidade e validade / Jürgen Habermas ; tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Imprensa: Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1315**

TÍTULO: **Distributed Generation in Industry: Feasibility and Timing Optimization**

AUTOR(ES) : **LUISA LEITE**

ORIENTADOR(ES): **GLÁUCIA FERNANDES VASCONCELOS**

RESUMO: The electricity sector has undergone significant changes in recent decades, with efforts to improve its efficiency and reduce costs. The old model of a public monopoly was replaced in 1995 with a privatization model aimed at promoting social well-being through lower costs (Filardi, 2000). However, after a period of energy rationing in the early 2000s, it became necessary to reflect on the model adopted and expand access to electric energy, resulting in the creation of two different environments for energy supply. More recently, modernization measures have been discussed to improve the organization of the energy sector, adapt it to technological changes, and address environmental concerns (Freire, 2019). Approximately 60% of the electricity consumed in the country is generated by hydroelectric plants. However, the historical and projected variations in climate patterns of temperature and precipitation have been putting at risk the energy supply of the population that depends on hydroelectricity, especially in the northern and northeastern parts of Brazil (Zuluaga et al., 2022). Amidst rising costs and environmental concerns, self-production of energy has become an attractive option for many companies in Brazil. The self-producer invests in generating their own energy and can use it to partially or fully supply their demand. This mode of energy production offers cost savings, greater security in supply, and price predictability (Dutra and Salomoni, 2018). This work aims the investigation of technical and economic premises for investing in self-production of energy contributes to the general knowledge of the subject and encourages the adoption of sustainable practices in the electricity sector, while also looking the economic results of ACR and ACL. The investigation of feasibility in different energy contracting environments is necessary to search for cost savings and mitigate risks associated with energy purchase. The results obtained are encouraging, aligning with the trend towards renewable energy sources. Moreover, the investigation of technical and economic premises for investing in self-production of energy contributes to the general knowledge of the subject and encourages the adoption of sustainable practices in the electricity sector. This article is structured as follows. After this introduction, section 2 presents an analysis of the current structure of energy trading in the Brazilian market. Section 3 introduces the concept of self-production as an alternative to purchasing energy in the energy market. Sections 4 and 5 show the economic-financial and risk assessments for energy trading in all environments presented. The conclusion is in section 6.

BIBLIOGRAFIA: Zuluaga, C. F., Avila-Diaz, A., Justino, F. B., Martins, F. R. and Ceron, W. L. (2022), 'The climate change perspective of photovoltaic power potential in Brazil', *Renewable Energy* 193, 1019-1031. Gehrke, P., Goretti, A. A. T. and Avila, L. V. (2022), 'Impacts of the energy matrix on Brazilian sustainable development', *Revista de Administração da UFSM* 14, 1032-1049. Cuervo, F. I., Arredondo-Orozco, C. A. and Marenco-Maldonado, G. C. (2021), 'Photovoltaic power purchase agreement valuation under real options approach', *Renewable Energy Focus* 36, 96-107.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1330**

TÍTULO: **FORMAÇÃO E INFLUÊNCIAS DO PARTIDO COMUNISTA DO PERU SENDERO LUMINOSO (PCP-SL): DO REVOLUCIONÁRIO AO TERRORISTA**

AUTOR(ES) : **GABRIELLA VITORIA BORDONI LEITE DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O Estado peruano vivenciou, com a chegada da década de 1980, a ascensão de um dos maiores grupos revolucionários latino-americanos, o Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso (PCP - SL), e a deflagração de um violento conflito que segue influenciando o cenário político nacional. O objetivo do presente trabalho é compreender a pluralidade de fatores que influem na construção do Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso, sua orientação ideológica e sua atuação política. A compreensão da construção ideológica e da capacidade de atuação do PCP - SL só é possível, no entanto, a partir de uma análise combinada entre nacional e internacional. Por um lado, cabe compreender o impacto dos desdobramentos da Guerra Fria; a relevância da cisão sino-soviética para o movimento comunista latino-americano; e o papel da Revolução Cubana nas guerrilhas que se espalharam pelo continente. De outro, há de se considerar um contexto doméstico bastante particular; o passado inca e suas influências no pensamento da esquerda revolucionária; e as profundas transformações sociais das décadas de 60 e 70. Ademais, o conflito é atravessado pela ditadura de Alberto Fujimori, em 1990, que se apropria da Doutrina de Segurança Nacional norte-americana na categorização do grupo armado como terrorista e transforma o Sendero Luminoso em uma ameaça não só ao Estado peruano, mas à ordem internacional. Para tal, além de uma revisão bibliográfica a respeito dos incidentes acima retratados, busca-se analisar a obra de intelectuais que compuseram o movimento guerrilheiro peruano, como Héctor Béjar; e explorar trabalhos que visam analisar os movimentos políticos peruanos entre as décadas de 1950 a 1990, como Lewis Taylor (1983) e Marcos Sorriha Pinheiro (2009).

BIBLIOGRAFIA: ADRIANZÉN, Alberto. (Ed.). Pensamiento político peruano: 1930 - 1968. Lima: Desco - Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1990. PINHEIRO, Marcos Sorriha. A sombra de José Carlos Mariátegui: socialismo e movimentos políticos de esquerda no Peru (1960-1980). História (São Paulo), v. 28, n. 2, p. 837-866, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1340**

TÍTULO: **A ÍNDIA E SUAS ASPIRAÇÕES INTERNACIONAIS NOS MOMENTOS DE TRANSIÇÃO DE PODER: UM PARALELO ENTRE O FIM DA GUERRA FRIA E A ASCENSÃO DA CHINA.**

AUTOR(ES) : **MATHEUS FERNANDES PETRELLI SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Ao possuir cerca de 15% da população global, estar localizada no continente asiático - centro de grandes debates nas relações internacionais contemporâneas -, situar-se na região mais nuclearizada do mundo e ter o potencial de ser terceira maior economia global até 2030, a Índia ocupa, progressivamente, um papel de destaque no cenário internacional. Nessa linha, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de ascensão internacional indiana e as estratégias utilizadas para efetivar suas aspirações de grande potência. A partir do método qualitativo de levantamento documental e bibliográfico, este trabalho fundamenta-se em estudos acadêmicos sobre a política externa indiana, e a relação entre momentos de transição de poder e ascensão de novas potências. Ao analisar tal base teórica, é possível levantar algumas hipóteses. De forma geral, conclui-se que a Índia adotou posturas diferentes visando a busca do protagonismo internacional em distintos períodos de transição de poder. Na década de 90, após a Guerra Fria, o governo indiano se portou como um poder reticente nas relações internacionais, ao não adaptar a política externa empregada durante a Guerra Fria a um contexto distinto de fim da bipolaridade. Dessa maneira, argumenta-se que o país adotou uma agenda de política externa considerada ultrapassada durante esse período de transição, tornando-a incapaz de alcançar suas aspirações internacionais. No momento mais recente, afere-se que, após a ascensão da China como potência internacional e o início de um novo período de transição de poder, a Índia tem buscado maior protagonismo nas relações internacionais. Assim, nesse novo momento, essa pesquisa considera que a Índia atua de forma mais revisionista e influente, visando alcançar, intencionalmente, o papel de liderança global. Acrescentamos, ainda, que este trabalho possui o objetivo de suprir uma lacuna na academia brasileira, uma vez que este é um tema ainda pouco trabalhado em português.

BIBLIOGRAFIA: ALBUQUERQUE, Marianna; LIMA, Maria Regina Soares de. What does it take for a country to rise? An analysis of Indian foreign policy in power transition contexts. Revista Brasileira de Política Internacional. (no prelo). KENNEDY, Paul. The Rise and Fall of the Great Powers. New York: Random House, 1987. MILLER, Manjari C. Why Nations Rise: narratives and the path to great power. New York: Oxford University Press, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1351**

TÍTULO: **CASO CAROLINA ARRUDA: UM DEBATE SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A ELITIZAÇÃO DO ACESSO AO SUICÍDIO ASSISTIDO NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA MACEDO RODRIGUEZ JACOBINA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: Caso Carolina Arruda: um debate acerca da dignidade da pessoa humana e a elitização do acesso ao suicídio assistido no Brasil. INTRODUÇÃO A neuralgia do trigêmeo, também conhecida como "a pior dor do mundo" e "a dor do suicídio", consiste em uma síndrome dolorosa causada por uma compressão de raiz do nervo trigêmeo. Essa doença apresenta como sintomas característicos episódios de dor excruciante nos lábios, gengivas, bochechas e queixo, que podem ocorrer espontaneamente ou através de gatilhos como o ato de falar, mastigar, sorrir, lavar o rosto, escovar os dentes e exposição ao vento. JUSTIFICATIVA No Brasil, o debate em torno do direito de morrer é negligenciado, entretanto, assegurar que os brasileiros possam morrer de forma digna é fundamental para que seja respeitado o princípio da dignidade da pessoa humana. Além disso, a proibição do suicídio assistido pelo ordenamento jurídico brasileiro elitiza o acesso a essa prática, haja vista que os altos custos envolvidos na realização dela no exterior a torna possível apenas para uma parcela limitada da população. Com isso, nessa pesquisa será analisado o caso de Carolina Arruda, brasileira que desde seus 16 anos sofre com dores excruciantes causadas pela neuralgia do trigêmeo, e seu desejo de realizar o suicídio assistido uma vez que essa doença grave e incurável impactou de forma drástica em sua qualidade de vida. OBJETIVO Objetiva-se mostrar que a proibição do suicídio assistido em território nacional atinge diretamente o princípio da dignidade da pessoa humana; elucidar sobre como a criminalização dessa prática não afeta todos os brasileiros de forma isonômica, causando, como consequência, uma elitização de seu acesso; relacioná-la ao caso de Carolina Arruda, desenvolvendo sob a luz do princípio da dignidade da pessoa humana a importância de uma morte digna. METODOLOGIA Serão elucidados os conceitos necessários para o debate desse caso, tais como a neuralgia do trigêmeo, princípio da dignidade da pessoa humana, morte digna, suicídio assistido e eutanásia. O método utilizado é do tipo hipotético-dedutivo, baseado na apresentação de um caso, por meio do qual será analisado a questão do suicídio assistido no Brasil sob a luz do princípio da dignidade da pessoa humana. Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos científicos e livros, além de um levantamento documental sobre essa temática na seara jurídica e ética.

BIBLIOGRAFIA: DADALTO, LUCIANA; SAVOI, CRISTIANA. Distanásia: entre o real e o ideal. In: GODINHO, ADRIANO MARTELETO; LEITE, GEORGE SALOMÃO (ORG.). TRATADO BRASILEIRO SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À MORTE DIGNA. SÃO PAULO: ALMEIDA, 2017. P. 151-165. DEVAL, RAFAEL ANTÔNIO. LIBERDADE DE MORRER, DIGNIDADE E RESPONSABILIDADE CÍVIL. VIL. 34 F. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. SÃO PAULO, 2012. The Economist Intelligence Unit. 2015 Quality of Death Index. Disponível em: . Acesso em: 3 de junho de 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1366**

TÍTULO: **CIDADES INTELIGENTES E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DO CONTRATO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **RICHARD HENRIQUE MOURA CASTRO**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO: A pesquisa analisa as políticas públicas de eletricidade vinculadas às cidades inteligentes, a partir do contrato de concessão do tipo parceria público-privada firmado entre a Companhia Municipal de Energia e Iluminação - Rioluz e a Smart RJ Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A, na cidade do Rio de Janeiro. No escopo da análise serão abordados os seguintes aspectos: o vínculo entre energias renováveis e o paradigma das cidades inteligentes; o modelo de concessão que vigora no contrato analisado; as ações previstas pela concessão, que conferem o seu caráter "smart"; a atuação de capitais nacionais e estrangeiros no arranjo societário; e as articulações federativas para a viabilização da concessão. Busca-se compreender, a partir da experiência da cidade do Rio de Janeiro, as implicações territoriais decorrentes da oferta de serviços públicos sob o paradigma smart, assim como seus limites e desafios. Em termos metodológicos, o trabalho realiza levantamento bibliográfico sobre cidades inteligentes e sua adesão no Brasil; discute o vínculo entre cidades inteligentes e as políticas públicas no setor de eletricidade; apresenta o marco regulatório referente à concessão do tipo parceria público-privada; e analisa o contrato de concessão de iluminação pública firmado na cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se que, em termos teóricos, as cidades inteligentes propõem o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para o aumento do bem-estar nas cidades, eficiência nos serviços articulado ao paradigma da sustentabilidade. Busca-se compreender, portanto, como tais elementos se articulam à concessão em tela; analisar a articulação público-privada que viabiliza a concessão; e verificar se o projeto rompe ou reitera processos de desigualdade territorial que marcam a cidade do Rio de Janeiro. Tem-se como hipótese o caráter fragmentado de implementação dos serviços públicos relacionados à concessão, em termos territoriais e setoriais, o que impõe limites ao alcance da proposta vinculada ao conceito; assim como o domínio do capital privado internacional relacionado às TICs, enquanto novo agente do planejamento urbano e estruturador de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: Albino, V.; Berardi, U.; Dangelico, R. M. (2015). Smart Cities: Definitions, Dimensions, Performance, and Initiatives. In: Journal of Urban Technology, 22:1, 3–21. , 2015. DOI: 10.1080/10630732.2014.942092 Antunes, V.A. Parcerias público-privadas para Smart Cities. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen, 2017 Angelidou, M. Smart city policies: a spatial approach, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.06.007> Acesso em fevereiro de 2020. BNDES, 2018. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Cartilha das cidades.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1373**

TÍTULO: **"MEIO AMBIENTE" EM DISPUTA: UMA ETNOGRAFIA SOBRE AS PRÁTICAS ESTATAIS EM RELAÇÃO AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.**

AUTOR(ES) : **FELIPE RABELLO DE LIMA DE ALMEIDA CELESTRE**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: A Administração Pública é um campo institucional frequentemente marcado por disputas decorrentes de diversos interesses. Entre elas, destaca-se aquela realizada em torno do termo "meio ambiente", o qual pode ser entendido sob diversas perspectivas, desde uma mais ecologicamente centrada até outra, com viés de exploração econômica e desenvolvimentista. Consequentemente, dependendo das dinâmicas de poder em jogo, as políticas públicas podem oscilar entre ambas as perspectivas. Logo, a pesquisa busca compreender como tais disputas ocorrem no seio da administração pública, notadamente na prefeitura do Rio de Janeiro. Como os diversos atores envolvidos utilizam conceitos e categorias jurídicas relacionados ao "meio ambiente" para influenciar as decisões da administração em busca de seus interesses? Como políticas públicas (licenciamento ambiental, reflorestamento e fiscalização ambiental) são orientadas a partir de uma ou outra definição de "meio ambiente"? Como o ordenamento urbano do MRJ é impactado por uma ou outra interpretação? Para tanto, será realizada uma pesquisa empírica, de cunho qualitativo, com estudo de casos e entrevistas semiestruturadas com os personagens que atuam nessa disputa, desde servidores municipais a representantes da sociedade civil. Trata-se de uma proposta etnográfica, visando a descrição densa (GEERTZ, 1978) sobre práticas estatais e documentos oficiais. Não se trata, portanto, de analisar o Estado enquanto modelo teórico-abstrato, mas enxergá-lo como uma entidade composta por agentes, as quais dão vida àquela entidade por meio de suas práticas. Uma etnografia sobre práticas estatais deve ser capaz de capturar os discursos de seus atores, nos mais ínfimos detalhes, a fim de capturar e compreender o fluxo dos discursos e suas nuances (GEERTZ, 1978) dentro de uma teia de significados. Em outras palavras, faz-se necessário um deslocamento particular do olhar para as práticas e sujeitos. Isso porque o estudante de Direito constrói ao longo do curso de graduação um ethos a partir de uma lógica processual do dever-ser (LIMA, 2014), em que se defende uma tese, mobilizando os recursos disponíveis, como dogmática jurídica e jurisprudências, no intuito de invalidar a tese adversária e, convencendo aquele que julga, conseguir uma sentença favorável. Uma etnografia descritiva deve, por outro lado, observar e descrever os discursos ao longo das práticas sociais, de modo que seja possível uma interpretação dos sentidos produzidos. Espera-se, assim, compreender as dinâmicas dos jogos de poder, bem como entender como se dá o processo de uso e ocupação do solo no MRJ, considerando os diversos interesses, muitas vezes conflituosos entre si. Também espera-se poder contribuir para o Direito, na medida em que uma antropologia jurídica fornece um olhar externo das práticas jurídicas, possibilitando, pois, aprimorá-lo. A pesquisa encontra-se em fase inicial, em que são realizadas entrevistas exploratórias e o mapeamento do campo de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos. In: SABER LOCAL. LIMA, Roberto Kant de; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. Anuário Antropológico, v. 39, n. 1, p. 9-37, 2014. VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. 2014, p. 43-70.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1431**

TÍTULO: **PERSPECTIVAS PARA ESTRUTURAÇÃO INFORMACIONAL DA WEB: UM ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO ENTRE FOLKSONOMIAS E ONTOLOGIAS**

AUTOR(ES) : **ISAURA NOGUEIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A pesquisa foi desenvolvida no projeto de iniciação científica "A integração entre folksonomias e ontologias na organização do conhecimento em um contexto de pós-verdade." contemplado pelo programa PIBIC/CNPq-Afir. Aborda a integração de dois Sistemas de Organização e do Conhecimento (SOC): as folksonomias e as ontologias. Folksonomias e ontologias são esquematizações conceituais e terminológicas utilizadas para representar e organizar o conhecimento e a informação. A primeira se apresenta como uma classificação colaborativa em ambiente digital e uma das principais formas de representação e recuperação da informação da Web 2.0. A segunda é o principal esquema de representação do conhecimento utilizado no âmbito da Web semântica, elaborada por sujeitos altamente especializados, constituída por uma linguagem formal, o que viabiliza a leitura por agentes computacionais. A pesquisa objetiva identificar as principais perspectivas que visam integrar folksonomias e ontologias; descrever modelos e métodos empregados nessa integração, bem como apontar benefícios e entraves, a fim de contribuir para a estruturação semântica da web. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e quali-quantitativa. O campo empírico é composto por produções científicas indexadas pela base Scopus, oriundas de conferências e capítulos de livros, no período de 2004 a 2023. Na obtenção, tratamento e interpretação dos dados foram aplicadas duas abordagens metodológicas articuladas: a pesquisa bibliográfica e a terminográfica. O levantamento de exemplos práticos e modelos teóricos de integração entre folksonomias e ontologias na literatura da área, revelou que a convergência desses SOC apresenta benefícios e desafios significativos para ambos. A junção estrutural desses sistemas, que denominamos hibridização, resulta em uma internalização de características que neutralizam suas desvantagens individuais. Conclui que a estruturação informacional da web, baseada na integração entre ontologias e folksonomias, é uma iniciativa de caráter multidisciplinar. Aponta a combinação singular de flexibilidade e expressividade semântica, sendo primordial: a elaboração de algoritmos para mapear as tags das folksonomias para os conceitos da ontologia de forma precisa; a necessidade de manter essa integração atualizada ao longo do tempo diante da dinâmica das folksonomias e da evolução dos domínios de aplicação e a importância de garantir a qualidade e a consistência dos dados devido à natureza diossincrática da linguagem natural que constitui as folksonomias.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, H; SANTANCHÉ, A. Folksonomized Ontologies - from social to formal. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SISTEMAS MULTIMÍDIA E WEB (WEBMEDIA), 17. , 2011, Florianópolis. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2011 . p. 58-65. DOTSIKA, F. Uniting formal and informal descriptive power: Reconciling ontologies with folksonomies. International Journal of Information Management, [S. l], v. 29, n. 5, p. 407-415, out. 2009. YADAV, U.; KAUR, J.; DUHAN, N. Semantically related tag recommendation using folksonomized ontology. Proceedings of the 3rd International Conference on Computing for Sustainable Global Development, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1434**

TÍTULO: **A Questão das Drogas no Brasil: Origens e Impactos**

AUTOR(ES) : **JULIA PEREIRA NOLASCO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O seguinte trabalho tem como objetivo analisar a política de drogas no Brasil e os seus impactos para a sociedade. Para isso, iremos discutir a forma como os Estados Unidos foi primordial na criação do movimento proibicionista, como isso impactou nos acordos internacionais e, por consequência, os impactos que a agenda trouxe para o Brasil. Mostraremos, ainda, como o proibicionismo levou ao desenvolvimento de políticas públicas que negligenciam o usuário, tratando-o como um problema, e não como um indivíduo, algo que não leva em conta outros modelos de mitigação da questão das drogas, como a redução de danos, que é apresentada como alternativa para a abstinência, que é a medida mais incentivada, mas com menos eficácia. Por fim, argumentaremos que o Estado deve desenvolver uma resposta para a questão das drogas que considere a dignidade dos usuários, com medidas humanizadas e respeitadas, visto que o uso de substâncias psicoativas é algo intrínseco às diferentes sociedades humanas e que não é algo que a criminalização seja capaz de evitar. A metodologia utilizada foi a análise qualitativa e o método indutivo, com a finalidade aplicada.

BIBLIOGRAFIA: TORCATO, Carlos Eduardo Martins. O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil. Saúde & Transformação Social / Health & Social Change, ano 2013, v. 4, n. 2, p. 117-125; GUADANHIN, Gustavo de Carvalho; GOMES, Leandro de Castro. Política Criminal de Drogas: A Viabilidade da Redução de Danos Como uma Alternativa ao Proibicionismo no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Criminais, RBBCCRIM, ano 2017, v. 127, p. 1- 20; RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. Revista Contexto Internacional, ano 2012, v. 34, n. 1, p. 1-33, 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1439**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO (RCA)**

AUTOR(ES) : **JULIO MUSSER DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO: Apresenta uma reflexão acerca da importância da Gestão da Informação para a editoração e para a administração de periódicos científicos, levando em conta como a informação influencia, altera e molda os processos editoriais e gerenciais durante a composição de uma revista científica em meio eletrônico, suporte o qual a criação de informação é dinâmica, volátil e imensurável em ambientes digitais. Nesse sentido, a Revista Conhecimento em Ação (RCA), do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi escolhida como campo de pesquisa a fim de realizar uma análise sobre a relevância e influência da aplicabilidade da Gestão da Informação em processos editoriais, tal como sua efetividade na tomada de decisão e administração de um periódico científico eletrônico. Como objetivo geral, avalia a Gestão da Informação a partir do comportamento e dinamicidade da informação e de suas relações em meio eletrônico, observando características presentes em fluxos informacionais. Assim, busca compreender sua contribuição para a otimização e melhor gerenciamento da Editoração de um periódico científico, pois “[...] a informação se constitui em insumo para o desempenho de processos, atividades, tarefas e tomada de decisão de médio e curto prazos” (Valentim, 2018, p. 47). Dessa forma, foi utilizado como metodologia, a pesquisa qualitativa, de abordagem interpretativista e reflexiva, aplicando a análise documental e a pesquisa bibliográfica, recuperando livros, capítulos e artigos relativos ao assunto e pertinentes à temática por meio de termos controlados e aplicados através da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa-ação, pois o resultado da pesquisa possibilita a intervenção no processo editorial da RCA qualificando as atividades e fluxos informacionais do periódico. Como resultados, evidenciou-se a importância da Gestão da Informação diante do âmbito das revistas científicas e como sua aplicação otimiza os processos externos e internos relativos ao desenvolvimento de um periódico eletrônico. Portanto, a pesquisa demonstra que o gerenciamento de informações contribui significativamente para a efetividade e organização das atividades e tarefas editoriais, tal como auxilia na resolução de barreiras e de empecilhos que afetam a concepção de um periódico, fornecendo informações úteis e pertinentes para a tomada de decisões e para um melhor gerenciamento de uma revista científica, logo, contribuindo também para o aperfeiçoamento da qualidade das publicações científicas e para o avanço da Comunicação Científica como um todo.

BIBLIOGRAFIA: VALENTIM, M. L. P. Gestão da Informação e do Conhecimento. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1443**

TÍTULO: **CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

AUTOR(ES) : **MARIANA GOULART DA SILVA, GABRIELA DE MENDONÇA DE AGUIAR, BRUNA LIMA FREIRE, GABRIELA DOS SANTOS MACHADO**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO VICTOR BOTÃO**

RESUMO: Aborda a complexidade da aplicação da gestão, preservação e acesso a documentos em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sob a perspectiva dos problemas encontrados nestas organizações para a otimização da aplicação dos instrumentos de gestão documental (GD). A produção de documentos nas instituições constituem seu modus operandi no sentido de formalizar as transações administrativas essenciais ao seu funcionamento, tornando tais documentos arquivísticos e instituindo uma relação destes documentos com seus órgãos produtores, conhecida como organicidade, que reflete as funções, atividades e estrutura institucionais para o atendimento e alcance dos objetivos organizacionais. Tais materiais necessitam ser geridos de acordo com os procedimentos estabelecidos pela GD em dispositivos normativos constituídos em legislações específicas e Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que devem aplicadas nas IFES, de forma que visem a obedecer um ciclo de vida documental, proporcionando a atualização do acervo documental, uma renovação nas informações registradas nos documentos e a liberação de espaço físico para o arquivamento desses materiais documentais. É necessário, contudo, que para a implantação de um projeto de GD, haja previamente e de forma imprescindível, a realização de um diagnóstico da situação documental do órgão, o qual visa identificar falhas ou lacunas com relação a diversos aspectos relativos aos arquivos institucionais. Objetiva-se com essa pesquisa, contribuir para a ratificação da importância da adoção de uma política de GD adequada ao perfil de atividades executadas nas IFES com vistas ao aprimoramento no fornecimento de informações aos públicos interno e externo às organizações supracitadas. A metodologia consistiu no detalhamento dos aspectos arquivísticos verificados e adequados a um projeto de reorganização do arquivo administrativo da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC-UFRJ), coordenado por um professor (arquivista), a gerente administrativa da FACC e três bolsistas, iniciando-se com o diagnóstico e posteriormente a aplicação dos procedimentos e técnicas abarcados pela GD para que os documentos que possuíssem destinação final de eliminação fossem tratados adequadamente e encaminhados ao setor competente para que a referida destinação fosse aplicada, mantendo-se somente na unidade de informação a documentação a ser eliminada em anos posteriores a 2024 e os documentos de caráter permanente. Como resultados, foi detectada a necessidade de retificação de alguns códigos de classificação para os documentos, assim como a atualização de sua temporalidade devido a mudanças na legislação que rege o ciclo de vida documental nas instituições. Considera-se de suma importância a implantação e acompanhamento sistemático dos procedimentos de GD nas IFES, a fim de proporcionar de forma otimizada e transparente o acesso às informações aos seus usuários.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e. Arquivística e Arquivologia: Arquivística - técnica, Arquivologia - ciência. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 2ª Ed. 1988. INDOLFO, Ana Celeste; CAMPOS, Ana Maria C.; OLIVEIRA, Maria Izabel de, {et. Al}. Gestão de documentos: Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p. (Publicações Técnicas, 47) PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1448**

TÍTULO: **Índia-ASEAN e a Segurança no Indo-Pacífico**

AUTOR(ES) : **VINICIUS LOPES DA COSTA,DANIELA ROSÂNEA MASCARENHAS MARQUES,LAÍSA MARIA XAVIER MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a política de segurança indiana e da ASEAN no Indo-pacífico, com ênfase na relação estratégica entre a Índia e as nações do Sudeste Asiático por meio de iniciativas conjuntas como o Indo-Pacific Oceans Initiative (IPOI). Parte-se da hipótese de que tal empreitada possui como meta a contenção da expansão chinesa e da consequente interferência dos Estados Unidos na região. Nesse sentido, busca-se examinar, em um primeiro momento, a agenda expansionista chinesa no Mar do Sul da China (MSC) e as reações dos Estados Unidos, a exemplo da formação do QUAD, a fim de compreendê-las como possíveis fontes de ação para a criação e implementação das políticas de cooperação. Em um segundo momento, faz-se necessário investigar a relação entre a Índia e a ASEAN, com ênfase na formulação da "Act East Policy" pelo Primeiro-Ministro Narendra Modi. Com isso, a pesquisa analisa se o uso do IPOI se correlaciona com a aplicação do "Act East Policy", com a Índia buscando consolidar suas relações políticas e de segurança com o bloco para a manutenção da estabilidade na região do Indo-Pacífico e, em paralelo, fortalecendo a sua capacidade de resistência às pressões chinesas e estadunidenses. O método consiste em uma pesquisa qualitativa, por meio de artigos em meios de comunicação, bem como de pesquisa documental das declarações das Cúpulas Índia-ASEAN, além de referências de literatura especializada sobre o funcionamento do IPOI, do QUAD e da política "Act East". Os principais referenciais teóricos para este projeto são as teorias realistas das Relações Internacionais, com foco no realismo neoclássico, dada a sua conjugação entre elementos sistêmicos e formulação doméstica de política externa. Levando em consideração o atual contexto de reivindicações na região, o resultado esperado da pesquisa é de verificar que políticas de cooperação em segurança marítima, como o IPOI, conduzidas pela Índia e ASEAN, possuem como um ponto de partida a ameaça que esses Estados sentem frente a expansão marítima chinesa e a interferência externa dos Estados Unidos no Indo-Pacífico.

BIBLIOGRAFIA: Referências: BATABYAL, Anindya. Looking east 1: South-East Asia and ASEAN. In: SCOTT, David (Ed.). Handbook of India's international relations. Routledge, 2011. SAHA, Premesha; MISHRA, Abhishek. The Indo-Pacific Oceans Initiative: Towards a Coherent Indo-Pacific Policy for India. 2020. WOHLFORTH, William C. Realism and the End of the Cold War. International Security, v. 19, n. 3, p. 91-129, 1994.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1494**

TÍTULO: **ABERTURA DA PAUTA IMPORTADORA BRASILEIRA NOS ANOS 2000**

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO NOUÉR NUCCI**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO: Na abordagem do crescimento liderado pela demanda, os níveis e especialmente as taxas de crescimento das economias divergem ao longo do tempo, especialmente em decorrência da chamada restrição externa que, de tempos em tempos, leva a necessidade de frear o crescimento da demanda e, como consequência, da produção e do emprego. Esse tipo de dinâmica ocorre especialmente em economias em desenvolvimento, cujas moedas não são aceitas internacionalmente. As mudanças na estrutura produtiva são um dos fatores que levam a maior ou menor exposição à vulnerabilidade de tais economias, visto que impactam diretamente na capacidade de geração de divisas e/ou na maior ou menor dependência de determinados produtos importados. As mudanças na estrutura produtiva se refletem, portanto, nas pautas exportadora e importadora. Já é relativamente consensual que durante os anos 2000 o coeficiente de importação da indústria brasileira aumentou, significando que o crescimento brasileiro se tornou mais intensivo em produtos importados. No entanto, há certa carência de trabalhos que desagreguem a pauta importadora a fim de melhor compreender quais são os tipos de produtos que o Brasil tem importado. Para tanto, o objetivo geral do trabalho é desagregar a pauta importadora em diferentes níveis de desagregação no período que vai de 2000 a 2023. A fim de atingir tal objetivo, apresentam-se como objetivos específicos: i) Compreender as distintas classificações das estatísticas de comércio exterior, dentre as quais se podem listar: Sistema harmonizado (SH), Classificação CUCI - Classificação Uniforme do Comércio Internacional, que é uma estrutura padronizada de categorias usada para classificar produtos e serviços em nível internacional; NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul, entre outras. ii) Construir a base de dados iniciando do nível de maior agregação da pauta importadora, para os níveis de menor agregação. iii) Analisar e avaliar a evolução dos indicadores;

BIBLIOGRAFIA: THIRLWALL, A. P. A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: Ipea, 2005. 112p. THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review, vol. 128, pp. 45-53, 1979.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1517**

TÍTULO: **ENTRE DISCURSO E PRÁTICA: A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA NA ALTA LIDERANÇA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS E SUA CONFORMIDADE COM SUAS COMUNICAÇÕES DE DIVERSIDADE**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA ULYSSEA VICENTE ALBUQUERQUE**

ORIENTADOR(ES): **LILIANE MAGALHAES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO**

RESUMO: ENTRE DISCURSO E PRÁTICA: A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO E RAÇA NA ALTA LIDERANÇA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS E SUA CONFORMIDADE COM SUAS COMUNICAÇÕES DE DIVERSIDADE Utilizando o conceito de 'autenticidade organizacional', que se refere à consistência entre discurso externo e práticas internas das organizações, este estudo avalia a autenticidade das iniciativas de diversidade na alta liderança das empresas pesquisadas. A partir de um reconhecido ranking das 1000 maiores empresas do Brasil, foi realizado um mapeamento abrangente tanto das comunicações externas pró-diversidade (discurso organizacional) quanto da composição da alta liderança dessas empresas em termos de raça e gênero (prática organizacional). As empresas foram, então, categorizadas em três níveis de discurso pró-diversidade: baixo, médio e alto. Os resultados revelaram uma generalizada falta de autenticidade entre o discurso e a prática no aspecto da diversidade. Isso sugere que muitas empresas podem estar se beneficiando em termos de imagem positiva e reputação através de discursos pró-diversidade, sem, de fato, implementarem práticas efetivas e concretas de diversidade na alta liderança. Portanto, há uma clara disparidade entre o que é pregado e o que é praticado. Palavras chave: liderança, diversidade, autenticidade, comunicação REFERÊNCIAS: Freitas, T. A., & Rodrigues, M. B. (2023). A gestão da diversidade em um ambiente de inovação. Revista Ciências Administrativas, 29, 1-14. <https://doi.org/10.5020/2318-0722.2023.29.e12132> Henderson, J. E., & Brookhart, S. M. (1996). Leader authenticity: Key to organizational climate, health, and perceived leader effectiveness. Institute of Education Sciences. <https://eric.ed.gov/?id=ED396373> Smith, A. N., Morgan, W. B., King, E. B., Hebl, M. R., & Peddie, C. I. (2012). The ins and outs of diversity management: The effect of authenticity on outsider perceptions and insider behaviors. Journal of Applied Social Psychology, 42(Suppl 1), E21-E55. <http://dx.doi.org/10.1080/13678868.2020.1801065> Orientadora: Liliane Magalhães Furtado

BIBLIOGRAFIA: Freitas, T. A., & Rodrigues, M. B. (2023). A gestão da diversidade em um ambiente de inovação. Revista Ciências Administrativas, 29, 1-14. Henderson, J. E., & Brookhart, S. M. (1996). Leader authenticity: Key to organizational climate, health, and perceived leader effectiveness. Institute of Education Sciences. <https://eric.ed.gov/?id=ED396373> Smith, A. N., Morgan, W. B., King, E. B., Hebl, M. R., & Peddie, C. I. (2012). The ins and outs of diversity management: The effect of authenticity on outsider perceptions and insider behaviors. Journal of Applied Social Psychology, 42(Suppl 1), E21-E55.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1542**

TÍTULO: **A CRISE CLIMÁTICA E O DESLOCAMENTO FORÇADO NO CHIFRE DA ÁFRICA.**

AUTOR(ES) : **LUISA LOIO AMENTA MORAES BITTENCOURT**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O aquecimento global vem aumentando progressivamente, potencializado pela ação antropogênica. Os países localizados no Chifre da África são especialmente atingidos pelos seus efeitos, uma vez que seus territórios têm sido castigados por secas extremas, inundações e pragas com cada vez mais frequência. Esse cenário catastrófico, agravado pelos conflitos que ocorrem na região e pelos problemas econômicos, estes também ocasionados pelas mudanças climáticas em certo grau, ocasionam o aumento de migrações. Em países majoritariamente agrários, mudanças climáticas, desastres naturais e economia estão intrinsecamente interligados, gerando quadros de insegurança alimentar, pobreza extrema e até mesmo perda de moradias, sendo as comunidades mais vulneráveis as mais afetadas. Em um cenário onde esses quadros são repetidos com uma alta frequência e potência, podemos dizer que estamos diante de uma catástrofe. É o caso da região estudada que, em 2023, já havia passado pela sexta estação chuvosa fracassada. No entanto, quando a seca não assola os países, inundações de grandes proporções ocorrem, deixando a população sem moradias e ceifando diversas vidas. Outrossim, esses eventos comprometem a subsistência de milhares de pessoas. Nesse sentido, é possível concluir que essa população não tem outra opção além do deslocamento forçado. Desse modo, o enquadramento dessas pessoas como migrantes, que é comumente entendido como um movimento voluntário, não traz a elas garantias e direitos concretos. Conclui-se, então, a existência de uma lacuna jurídica. É nesse cenário que vemos o crescimento da ideia de elevá-los à categoria de refugiados ambientais, na qual teriam mais proteção e respaldo jurídico. Diante disso, o Direito Internacional das Catástrofes pode ser uma ferramenta não só para o auxílio e proteção desses deslocados, mas também para combater as razões pelas quais eles se deslocam, isto é o agravamento do aquecimento global. Esta pesquisa busca responder se as instituições e legislações já existentes têm a capacidade de auxiliar a população deslocada em razão de catástrofes climáticas no Chifre da África. Tem como objetivo geral descobrir qual é o tratamento dispensado aos deslocados forçados no Chifre da África pela sociedade internacional. Quanto aos objetivos específicos visa expor as razões de deslocamento interno e externo nos países da região; explorar as diferenças de tratamento jurídico entre um migrante e um refugiado; além de identificar como o Direito Internacional das Catástrofes pode ser utilizado pelos atores internacionais a fim de auxiliar essa população. A pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, sendo a técnica de pesquisa escolhida a revisão de literatura. Os resultados parciais dessa pesquisa mostram a insuficiência das normas internacionais para a tutela dos interesses dos deslocados forçados. No entanto, apresenta também opções de resolução e adaptação desta questão através do Direito Internacional das Catástrofes.

BIBLIOGRAFIA: NELSON, Erica et al. Climate and Migration in East and the Horn of Africa: Spatial Analysis of Migrants' Flows Data. S.I: Iom, 2021. 37 p. PANTOJA, Othon. Refugiados climáticos na sociedade de riscos: uma proposta conjectural do direito internacional das catástrofes. In: Teoria dos direitos humanos dos refugiados e dos migrantes. Coordenador: Sidney Guerra; Organizador: Caio Grande Guerra. - Curitiba: Instituto Memória, 2022, p.168-184. GUERRA, Sidney. Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto Memória, 2021. 386 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1620**

TÍTULO: **A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DESTE CONCEITO EM MEIO AO CENÁRIO DAS REDES SOCIAIS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **JADE CAVALCANTI DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO: Traz uma análise acerca dos periódicos científicos como possíveis instrumentos para a divulgação científica. Neste trabalho de caráter documental e quantitativo, são apresentados os conceitos de Divulgação Científica, Comunicação Científica, Redes Sociais e Redes Sociais Digitais, a fim de guiarem a pesquisa para seu objetivo principal, que baseia-se na análise dos periódicos científicos no cenário das redes sociais digitais, a fim de aferir se realizam a divulgação científica neste espaço. Os objetivos específicos constituem-se em analisar os principais periódicos da área da Ciência da Informação, o que abrange os de estrato A1 e A2 do Qualis Capes, averiguar a existência de perfis nas redes sociais digitais, e por fim, verificar se as postagens neste meio condizem com os critérios elencados, a fim de que sejam consideradas postagens visando a prática da divulgação científica. Além disso, a pesquisa também apresenta gráficos acerca da interação dos usuários com as postagens, trazendo números que demonstram a dimensão do alcance das informações oferecidas pelos periódicos aos seus usuários. Teve como resultado a constatação de que os perfis nas redes sociais digitais dos principais periódicos não realizam a divulgação científica, apontando para a necessidade desta prática, tendo em vista a importância que possui para a ciência.

BIBLIOGRAFIA: RUBY, Daniel. 78 Instagram Statistics Of 2023 (Users & Trends). Boston: [s.l.], 2023. Disponível em: [https://www.demandsage.com/instagram-statistics/#:~:text=Instagram%20Monthly%20Active%20Users%20\(MAUs,by%20the%20end%20of%202023.](https://www.demandsage.com/instagram-statistics/#:~:text=Instagram%20Monthly%20Active%20Users%20(MAUs,by%20the%20end%20of%202023.) Acesso em: 17 out. 2023. BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. 1 esp, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 13 out. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1645**

TÍTULO: **O TRATAMENTO DO STJ À RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS VIRTUAIS PELA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO POR USUÁRIOS.**

AUTOR(ES) : **MARIANA MARQUESAN MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: A pesquisa encontra-se em suas últimas etapas no âmbito do Laboratório de Estudos em Sociedade e Tecnologia – LETS, UFRJ. O projeto de pesquisa tem o condão de mapear e analisar criticamente o posicionamento do STJ acerca da responsabilidade civil das plataformas virtuais pela produção de conteúdo por usuários, aferindo-se a partir de dois marcos legais, a Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, alterada pela Lei nº 13.853/2019), se há aplicação eficaz a fim de garantir a segurança jurídica nas relações digitais. As vantagens da Internet são inegáveis, mas esse meio tem em si problemas e danos gerados aos usuários sem que haja a responsabilização direta das plataformas, notadamente as redes sociais, afetando direitos fundamentais importantes, notadamente os danos morais por atos de terceiros. Metodologia: feitas pesquisas qualitativa (interpretação dos fenômenos no processo) e descritiva (análise dos dados da pesquisa bibliográfica) no âmbito dos julgados do STJ. Analisadas decisões que tratam de responsabilização civil tendo redes sociais como intermediárias das informações. Pontos de exame: natureza do dano – moral ou material; razão do dano – abusividade de direito ou ilicitude a informação; responsável – plataforma ou terceiro; extensão do dano e sua quantificação; e solidariedade da plataforma para a produção do resultado. foram inseridas na barra de pesquisa do Superior Tribunal de Justiça as expressões: responsabilidade, civil, internet. A pesquisa ocorre desde outubro de 2023, sendo coletadas mais de 100 (cem) decisões do STJ desde 2014 (recorte temporal desde a vigência do Marco Civil da Internet); do material examinado foram excluídos os que tratavam acerca de matéria com finalidades jornalísticas, criminais e tributárias. São objetivos da pesquisa: Aferir se o Marco Civil da Internet, ao propor a desresponsabilização das plataformas pelo conteúdo inserido por seus usuários nas redes sociais promoveu um sentido de justiça e de segurança jurídica aos usuários; Verificar se houve alteração no sentido das decisões do Superior Tribunal de Justiça nos casos analisados à luz do CDC, que regulou a matéria até 2014; e analisar julgados do STJ a partir da vigência do microsistema composto pelo Marco Civil da Internet e pela Lei Geral de Proteção de Dados.

BIBLIOGRAFIA: GUEDES, Any. Plataformas de Interferência Privada. Como as Redes Sociais Afetam os Desenhos Institucionais. RJ: Lumen Juris, 2022. LONGHI, João V. Responsabilidade Civil e Redes Sociais. Retirada de Conteúdo, Perfis Falsos, Discurso do Ódio e Fake News. SP: Foco, 2020. MAIMONE, Flávio H. C. de Paula. Responsabilidade civil na LGPD: efetividade na proteção de dados pessoais. SP.: Foco, 2022. MARQUES, Claudia L.. LORENZETTI, Ricardo. Contratos de Serviço em Tempos Digitais. Contribuições par uma nova teoria geral dos serviços e princípios de proteção dos consumidores: SP: Rev. dos Tribunais, 2020. MARTINS, Guilherme M.. Responsabilidade por Acidente de Consumo na Internet. SP: Rev. Trib, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1650**

TÍTULO: **PROJETO CONHECENDO A FND – RESGATE DO ACERVO HISTÓRICO–MOBILIÁRIO**

AUTOR(ES) : **ANNA CLARA CHAVES DE SOUZA LEÃO**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: Trata-se de Projeto concebido, no âmbito do Edital PIBIAC, para formação de um inventário histórico–mobiliário da Faculdade Nacional de Direito (FND) combinado com a realização de visitas guiadas às áreas de relevância do prédio que, com o referido mobiliário, remetem tanto o seu corpo social quanto o visitante à época do Senado Imperial e da República Velha, local de acirradas discussões como, por exemplo, a Regência, a Guerra do Paraguai, a Abolição da escravatura, a implantação da República etc e, também, após a década de 30 do século passado, a um fórum de resistência de um Direito comprometido com a Democracia, a Justiça Social e a liberdade. Portanto, este Projeto de Iniciação Artístico–cultural, tem realizado suas atividades (e pretende continuar assim) por meio dos seguintes objetivos: realizar tombamento e inventário do rico patrimônio artístico–cultural da FND; e promover visitas guiadas do corpo social da UFRJ e de (especialmente) usuários externos às áreas histórica e artisticamente mais relevantes do prédio da FND (por exemplo, Salão Nobre, Salão Rui Barbosa, Biblioteca Carvalho de Mendonça, Sala Hermes Lima – Congregação e Sala Pedro Calmon – Direção. Metodologia: uma Pesquisa exploratória com levantamento de informações utilizando-se uma pesquisa bibliográfica, com o levantamento de informações e conhecimentos acerca da história do prédio e da FND e uma pesquisa documental, mediante o levantamento e análise de arquivos, fichas catalográficas, fotos impressas ou digitalizadas etc.

BIBLIOGRAFIA: CALMON, Pedro. História da FND (1891/1951) . Rio de Janeiro: UFRJ, 1953. Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. 90 anos de história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das Arcadas ao bacharelismo. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1694**

TÍTULO: **CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA NO CASO FLORDELIS: ARTICULAÇÕES ENTRE PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E JUDICIÁRIAS NAS NARRATIVAS PRODUZIDAS PELO JORNALISMO E PELA POLÍCIA CIVIL SOBRE O CASO**

AUTOR(ES) : **LAURA MARIA ALMEIDA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: O presente trabalho pretende descrever e analisar as práticas narrativas do jornalismo e da Polícia Civil de construção biográfica de “vítimas” e “réus”, no âmbito do acontecimento que ficou amplamente conhecido como o Caso Flordelis. O esforço analítico se dará em três etapas. A primeira, de entender como o fazer jornalístico construiu narrativamente representações acerca da Flordelis, utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais acerca de suas condutas enquanto protagonista. A segunda, consiste num esforço de estudar a narrativa policial a partir do que é produzido no âmbito do inquérito policial, visando abarcar a construção da acusação de Flordelis. Por fim, pretende-se investigar as articulações entre as narrativas jornalística e policial e suas implicações na construção da verdade jurídica, discutindo como esses elementos afetam o curso do processo penal. O caso Flordelis inicia-se em 16 de junho de 2019, quando o esposo da então deputada federal, o pastor Anderson do Carmo de Souza, é assassinado na residência da família. A partir do dia 17 de junho de 2019, o jornalismo inicia a sua cobertura sobre o caso e, conforme surgem novos acontecimentos, veicula a informação correspondente. Ao narrar o evento, a imprensa produz, também, uma biografia moral da “ré”, por meio de uma narrativa de contraste com a imagem pública que a deputada construiu ao longo de sua trajetória, como pastora, como mulher que adotou mais de 50 crianças, etc. Concomitantemente, a investigação policial se inicia, interessada em destrinchar a trama do que aconteceu, buscando vestígios de autoria suficientes para embasar uma acusação, que dará início ao processo penal. A narrativa policial, com as provas produzidas, ocupa um lugar muito específico: ela é a grande fonte na qual tanto o jornalismo quanto os atores do processo penal vão beber para produzirem suas próprias narrativas. Adotei a analítica do poder, proposta por Michel Foucault, como matriz de inteligibilidade do material empírico. A pesquisa dialoga, também, com a proposta de desenvolvimento de uma descrição densa das práticas narrativas dessas duas instituições, seguindo a perspectiva etnográfica de Clifford Geertz. Para além disso, me apropriei das ferramentas da “Análise Pragmática da Narrativa Jornalística” desenvolvida por Luiz Gonzaga Motta (2005), para destrinchar a narrativa jornalística. A metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica, levantamento no acervo online do Jornal O Globo das matérias jornalísticas impressas que apresentam a palavra-chave “Flordelis” entre os dias 17 de junho de 2019 e 30 de agosto de 2021 bem como levantamento de todos os termos de declaração e seleção de petições produzidas por agentes policiais no inquérito policial disponibilizado no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41 FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos et al. O ritual judiciário do tribunal do júri. 2007. FOUCAULT, Michel; VERDADE, A. as formas jurídicas. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado, v. 4, 1999. MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005. p. 05-09. O GLOBO. Disponível em: . Último acesso em: 24 de abril de 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1747**

TÍTULO: **Energias Renováveis, cidades inteligentes e políticas públicas. Os impactos ambientais e econômicos do sistema de geração distribuída e os desafios de sua implementação no Brasil**

AUTOR(ES) : **AMANDA RAMOS DE OLIVEIRA CANESSO**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO: O projeto de pesquisa busca entender os desafios da implementação do sistema de geração distribuída de energia renovável no Brasil com destaque para a cidade do Rio de Janeiro. A autora atua no projeto realizando uma pesquisa bibliográfica a partir de dados disponibilizados pela Aneel. A pesquisa tem como objetivo analisar os dados existentes sobre a geração distribuída de energia e realizar uma interpretação desses dados de acordo com as regiões e estados do Brasil e as cidades do Rio de Janeiro, e a partir disso, elaborar tabelas e gráficos. Também foi realizada uma visita de campo para um projeto que promove o desenvolvimento sustentável de comunidades, a fim de compreender a importância dessas políticas públicas e entender sobre as condições de acesso à energia pelas partes mais pobres da população. Além disso, através de uma pesquisa documental, o projeto visa compreender a legislação existente sobre a geração distribuída e investigar se existem políticas públicas sendo postas em prática para auxiliar as pessoas de baixa renda na implementação desse sistema.

BIBLIOGRAFIA: Losekann, L.; Botelho, F.R. Política Energética no BRICS: desafios da transição energética. Texto para Discussão 2495. IPEA, 2019. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9347/1/TD_2495.pdf Relatórios e indicadores relacionados ao segmento de geração de energia elétrica. Disponível em <https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/relatorios-e-indicadores/geracao> Painel em Power BI dos indicadores de geração distribuída de energia. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiY2VmMmUwN2Q0YWFiOS00ZDE3LWI3NDMtZDk0NGI4MGU2NTkxliwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYtctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9> Portal do governo – Lei 14.300 de 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1762**

TÍTULO: **REVITALIZANDO A**

AUTOR(ES) : **ISABELA CAMPBELL**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO: O desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro é historicamente definido por grandes intervenções, simbolizadas por emblemáticos planos e projetos. Contudo, muitos dos seus impactos sociais não foram devidamente antecipados e mitigados, com custos pesados para a população mais vulnerável e aumento das desigualdades socioespaciais. Atualmente, com o anúncio do Projeto Reviver Centro e as tentativas de se reavivar o Projeto Porto Maravilha, abre-se uma nova rodada de reestruturação urbana, com renovado foco na área central. Considerando os potenciais impactos sociais oriundos destas iniciativas, faz-se necessário o aprofundamento da compreensão dos processos fundadores das transformações vindouras e de seus sujeitos, de maneira a melhor subsidiar a antecipação de ações que minimizem e evitem erros cometidos em intervenções anteriores. Tendo em vista tais necessidades e oportunidades, a presente proposta objetiva preparar o monitoramento desta nova rodada de reestruturação urbana, através da construção de bancos de dados, gerados a partir da análise de Relatórios disponibilizados pela Prefeitura do Rio, que permitam análises mais precisas sobre a economia política dos principais projetos em curso, isto é, o "Reviver Centro" e o "Porto Maravilha". Além das contribuições sociais e teóricas apontadas, a implementação da proposta permitirá o aprimoramento das habilidades de pesquisa dos bolsistas e da sua formação acadêmica.

BIBLIOGRAFIA: Financeirização e Transformações Recentes no Circuito Imobiliário no Brasil - Tese de Doutorado, IE Unicamp. HARVEY, David. (1989) From managerialism to entrepreneurialism: The transformation of urban governance in late capitalism. Geografiska Annaler 71B:3-17 LUCE, Mathias. Teoria marxista da dependência. Problemas e categorias uma visão histórica. SP: Expressão popular, 2018. MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011. MELO, Erick S. O. e GAFFNEY, Christopher. Mega-eventos esportivos: reestruturação urbana para quem? Rio de Janeiro: FASE, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1793**

TÍTULO: **ASPECTOS COGNITIVOS DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA PÓS-VERDADE: RELAÇÕES COM A DESINFORMAÇÃO E A DESORDEM INFORMACIONAL**

AUTOR(ES) : **VANESSA BEZERRA DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: A pós-verdade denota um contexto social, político, cultural e hiperinformacional em que os fatos são preteridos em razão das emoções e crenças pessoais na formação da opinião pública. O estudo problematiza os aspectos cognitivos da Organização do Conhecimento (OC) que se relacionam com a desinformação e a desordem informacional no contexto mais amplo, denominado pós-verdade. Aborda a atuação de três ferramentas classificatórias utilizadas no ambiente digital: as folksonomias, as ontologias e as taxonomias. Identificou-se que as folksonomias, enquanto classificações distribuídas, contribuem tanto para disseminação de informações enganosas ou imprecisas quanto para a validação de informações fidedignas; as ontologias, possuem um potencial a ser explorado na geração de inferências que auxiliem o trabalho de sistemas de fact-checking e as taxonomias, especificamente as taxonomias de confiança, desempenham um papel relevante na análise, sistematização e validação de conteúdos em plataformas de fact-checking. O trabalho, em desenvolvimento no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFRJ, explora a aplicabilidade de esquemas classificatórios em ambientes digitais em um cenário no qual a desinformação se apresenta como um fenômeno que contribui para a manutenção da era da pós-verdade. O estudo possui caráter exploratório, natureza qualitativa e documental e adota a perspectiva metodológica do estudo de caso. Desenvolve pesquisa bibliográfica e análise comparativa de três plataformas de fact-checking, sendo elas a Media Bias Fact Check, a News Guard e a Full Fact. Essas plataformas foram escolhidas dado o seu alcance internacional e o potencial de problematização de ferramentas de organização do conhecimento como atores elementares na classificação e validação dos conteúdos digitais. Dado o impacto causado pela desinformação nas esferas política, cultural e comportamental da sociedade, reforça-se a importância de destrinchar os aspectos que envolvem esse fenômeno tendo em vista contribuir para a mitigação de seus efeitos sob a perspectiva da OC.

BIBLIOGRAFIA: CROVITZ, G. et al.. News Guard. Website. 2024. Disponível em: <https://www.newsguardtech.com/>. Acesso em: 12 jul. 2024. MORRIS, C. et al.. Full Fact. Website. Disponível em: <https://fullfact.org/>. Acesso em: 12 jul. 2024. ZANDT, D. V. et al.. Media bias fact check. Website. 2024. Disponível em: <https://mediabiasfactcheck.com/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1846**

TÍTULO: **FINANCIAMENTO, GESTÃO E DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RESILÊNCIA E INOVAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS INSTALADAS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MATHEUS PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO RAUPP DE VARGAS**

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar a relação entre os modelos de financiamento e gestão orçamentária e o desempenho acadêmico de universidades públicas brasileiras, utilizando a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como estudo de caso. A pesquisa foi motivada pelo cenário de contingenciamentos orçamentários enfrentados pelas instituições de ensino superior nos últimos anos. O desempenho acadêmico foi avaliado a partir de indicadores como a produção científica e a taxa de sucesso na graduação. A produção científica foi mensurada por meio do número de artigos publicados em periódicos indexados e seu impacto na comunidade científica, enquanto a taxa de sucesso na graduação correspondeu à proporção de estudantes que concluíram seus cursos no prazo previsto. A metodologia que foi utilizada para o trabalho combinou revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Primeiramente, foram selecionados os indicadores acadêmicos, através dos índices propostos pelo TCU que avaliam as universidades federais em um caráter mais amplo e posteriormente uma análise de progresso dos indicadores através dos anos como previsto no site do Ministério da Educação. A revisão bibliográfica abordou estudos nacionais e internacionais sobre financiamento e gestão orçamentária em universidades, além de políticas públicas relacionadas ao setor. A análise documental concentrou-se em documentos oficiais da UFRJ, como relatórios de gestão, planos de desenvolvimento institucional e dados disponíveis no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). O estudo de caso da UFRJ envolveu a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos referentes ao período de 2015 até 2021, que no caso é até onde se possuem dados oficiais. Foram analisadas as séries temporais dos indicadores de desempenho acadêmico, correlacionando-as com os dados orçamentários da instituição. Os resultados da pesquisa indicaram que mesmo que a UFRJ, ano após ano, tenha convivido com redução do orçamento, ela conseguiu manter sua produção científica em alto nível. Além disso, a taxa de sucesso na graduação, apresentou uma tendência de queda nos últimos anos, coincidente com a redução do orçamento destinado à assistência estudantil e principalmente durante o ano de 2020 da pandemia de COVID-19. Os resultados, sobretudo relativos à graduação, indicam a relação entre financiamento e desempenho acadêmico. A graduação não conta com fontes orçamentárias extraordinárias, como apoio das agências de fomento, e a queda da taxa de sucesso na graduação se mostrou suscetível a isto. Entendemos que estes resultados contribuem para o debate sobre o financiamento e a gestão orçamentária das universidades, apontando que a escassez orçamentária afeta a missão universitária, sobretudo no ensino de graduação, o que deve ser levado em conta na formulação de políticas públicas que melhoram a educação superior no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: Lis, M. (2021). Higher Education Institutions as Partners in Growing Innovation of Local Economy. *Social Sciences*, 10(8), 316. <https://doi.org/10.3390/socsci10080316> Agasisti, T. (2017). Management of Higher Education Institutions and the Evaluation of their Efficiency and Performance. In *Tertiary Education and Management* (Vol. 23, Issue 3, pp. 187-190). <https://doi.org/10.1080/13583883.2017.1336250>

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1871**

TÍTULO: **GLOBALIZAÇÃO E MIGRAÇÕES NA ERA DO ANTROPOCENO SOB A PERSPECTIVA DA ECONOMIA FEMINISTA**

AUTOR(ES) : **LUISA GRISOLIA ROUXINOL**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO: A proposta do trabalho é examinar as complexas interações entre globalização, migrações forçadas e mudanças climáticas e ambientais, causadas pela intervenção humana no meio ambiente, característica da era que vivemos hoje, conhecida por Antropoceno (KRENAK, 2019), a partir de uma abordagem interseccional que coloca a economia feminista no centro da análise, convergendo gênero, raça e meio ambiente para pensar a economia sob outra ótica que não contribua para o capitalismo predatório. Através dessa lente, o trabalho oferece uma análise das desigualdades e os desafios impostos pela globalização, que podem ser enfrentados e pensados de maneira mais justa e sustentável sob a ótica da Economia Feminista e Ecológica (ISLA, 2020). O objetivo principal é avaliar como a economia feminista pode oferecer soluções sustentáveis e equitativas para os desafios impostos pela globalização com foco na justiça social e ambiental. A metodologia do trabalho baseia-se na análise dos textos e debates realizados durante os encontros do projeto de extensão de Economia e Feminismos, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Economia e Feminismos (NuEFem/IE/UFRJ), que busca promover o diálogo e a aprendizagem sobre o papel das mulheres no sistema capitalista e na economia brasileira, produzindo materiais como vídeos, entrevistas, artigos e posts em mídias sociais, que estão disponíveis no nosso canal de youtube (<https://www.youtube.com/c/economiafeminismoufrj>). Tal como artigos, entradas de blog (disponíveis no nosso blog medium.com/NuEFem) e também pela produção de artes e pequenos textos nas mídias sociais do projeto (@economiaeconomiafeminismos). A atuação da autora está ligada à participação ativa nos encontros e na produção de conteúdo de divulgação nas redes sociais, contribuindo para a disseminação de assuntos sobre economia feminista e sustentabilidade. Os resultados esperados incluem uma maior conscientização sobre as questões discutidas e uma contribuição significativa para os debates sobre economia feminista.

BIBLIOGRAFIA: ISLA, Ana; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; IYUSUKA, S. Sheyla; HERRERO, Yayo. Economia Feminista e Ecológica: resistências e retomadas de corpos e territórios. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1874**

TÍTULO: **O MOVIMENTO PENTECOSTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EXPANSÃO AO FENÔMENO DAS MEGAIGREJAS**

AUTOR(ES) : **ANA CECILIA OLIVEIRA DE PAULA**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO: O Brasil tem se tornado cada vez mais evangélico. Análises apontam que a população evangélica pode ultrapassar o número de católicos no país na década de 2030 (BBC, 2023). O movimento pentecostal é protagonista nesse fenômeno denominado como trânsito religioso. Segundo o IPEA (2023), o movimento pentecostal, inserido no Brasil no início do século XX, possuía 52% do total de estabelecimentos religiosos do país em 2021, contra 19% de evangélicos tradicionais e 11% de católicos. Sua expansão se deu em paralelo à agitações sociais decorrentes do processo de modernização e urbanização, especialmente a partir da década de 1970, assim como nos EUA, país de origem do movimento (Campos, 2005). Se, por um lado, esses processos abalam a hegemonia católica no país, de que forma o pentecostalismo logrou em se expandir em uma sociedade cada vez mais moderna, urbana e secularizada? Em vista disso, este trabalho propõe realizar uma análise sociológica da expansão pentecostal no Brasil, da década de 1970 ao século XXI, baseada no processo de adaptação à psicosfera estruturada pela modernização brasileira. Segundo Cândido Procópio Camargo (1973), o relacionamento entre religião e sociedade envolve um processo cuja religião se configura a partir de determinado contexto cultural e socioeconômico, o qual é também influenciado por ela. Sendo assim, nossa hipótese é de que o movimento pentecostal brasileiro logrou adaptar suas funções às carências da sociabilidade urbana ao fornecer uma nova gramática social que permite o reconhecimento das pessoas, e de suas posições na estrutura social marcada pela desigualdade econômica e pela marginalidade social e política. A pesquisa se baseia em dados quantitativos relacionados ao avanço da urbanização no Brasil e ao trânsito religioso em questão, além da análise da literatura especializada. De antemão, é necessário conceituar o que significa modernização para a sociologia, de que forma sua intensificação vem modificando a tecnosfera e construindo a psicosfera a partir da década de 60. A partir disso, serão apresentadas três seções em ordem cronológica, com início na década de 70 e fim no século XXI. Cada uma delas pretende desenhar, através de dados qualitativos e quantitativos, as estratégias de inserção do movimento pentecostal a partir da estrutura organizacional surgida na terceira onda do pentecostalismo e o contexto socioeconômico que permitiu a expansão bem-sucedida dessas instituições religiosas. Dentre as referências bibliográficas estão as obras A urbanização brasileira de Milton Santos e Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil de Ricardo Mariano.

BIBLIOGRAFIA: CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Católicos, protestantes e espíritas. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. SILVA, Silvana Cristina da. Espaço urbano, neoliberalismo e igrejas evangélicas: um debate necessário. Boletim Campineiro de Geografia, v. 13, n. 2, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1894**

TITULO: **REDES SOCIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO RECONHECIMENTO DAS UNIÕES POLIAFETIVAS**

AUTOR(ES) : **LUANA FELIZARDO ALVES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO: O Direito de Família se encontra em constante transformação, dentre as quais está o surgimento de alternativas e questionamentos à monogamia, com o aparecimento de divergentes formas de relacionamentos afetivos. A pesquisa em questão busca analisar como o debate nas redes sociais influencia no reconhecimento das uniões poliafetivas no Brasil, levando em consideração os acontecimentos dos últimos anos no direito brasileiro sobre o assunto. Entendendo também os diversos conceitos de família e comparando as diferenças nos requisitos para uma união estável ser válida em relacionamentos poliafetivos com base nas já existentes. É analisado também pontos positivos e negativos nessas uniões e tópicos como sucessão, herança, partilha de bens, alimentos e guarda de menores. Com as transformações sociais nas últimas décadas, divergentes formas de se relacionar surgiram no direito de família de todo o mundo, inclusive no Brasil, evidenciando a necessidade de reconhecimento jurídico dessas famílias. A grande questão é que configurações divergentes de famílias, sendo estas poliafetivas, já existem, estando o direito brasileiro as reconhecendo ou não, e apesar de estar crescendo o debate sobre poliamor e outras configurações familiares na sociedade, no universo jurídico este assunto ainda não é tratado com a devida seriedade. Além de que, a falta de tutela jurídica deixa os indivíduos em vulnerabilidade de direitos.

BIBLIOGRAFIA: Igor Alves Pinto - "TRISAL NÃO É BAGUNÇA NÃO": RECONFIGURAÇÕES DO CAMPO JURÍDICO SOBRE AS MARGENS DO CONCEITO DE FAMÍLIA CONJUGAL DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021 núñez, geni. descolonizando afetos: experientações sobre outras formas de amar.4.ed.são paulo, 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1903**

TITULO: **RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O CURSO DE EXTENSÃO "SOBRE MEMÓRIA SOCIAL"**

AUTOR(ES) : **ANDRE JOAQUIM GONCALVES DE CAMPOS JUNIOR**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA**

RESUMO: O objetivo do curso "Sobre a Memória Social: construções identitárias, narrativas e pertencimento" foi promover o diálogo entre fenômenos da memória social, identidade e narrativas de vida para um público diverso: acadêmico e externo à academia. Os encontros do curso ocorreram no formato online e síncrono, utilizando a metodologia dialógica, cruzando as referências bibliográficas do curso com os relatos de experiência. Nesta metodologia podemos aprofundar os autores e os diálogos que tivemos tanto no decorrer das aulas quanto nos relatórios de experiência. O curso se desenrolou entre os meses de outubro e novembro de 2023, com frequência semanal e duração de uma hora. Os alunos extensionistas tinham por atribuição organizar as inscrições, frequência e participação dos alunos inscritos no curso, além de dinamizar os debates a partir das referências bibliográficas. Ao longo dos encontros, os participantes foram convidados a elaborar um relato de experiência como forma de organizar suas reflexões. Ao fim do curso, o estudo sobre memória social despertou reflexões sobre práticas cotidianas e de valorização das narrativas e sobre o senso de pertencimento a partir da memória. Para os extensionistas, o curso foi uma excelente oportunidade de exercício pedagógico ao elaborarem estratégias que pudessem acolher um público tão diverso com qualidade.

BIBLIOGRAFIA: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2,n.3,p.3-15, 1989. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5., n. 10, 1992

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1933**

TÍTULO: **Cartografias Jurídicas: Mapeamento e Qualificação de Dados de Ameaça Fundiária em Parceria com a Defensoria Pública**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ CORREA REZENDE,JULIANNA SANTOS GRIPP,MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA,NATHALIA CUNHA PECANHA,MARIA CLARA CRUZ SILVA DO NASCIMENTO,ANA HELENA DA SILVA OLIVEIRA,LUCIANA ALENCAR XIMENES**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: O objetivo do resumo é apresentar a atualização da metodologia da pesquisa “Cartografias Jurídicas” para o ano de 2024, e o seu impacto nas categorias de mapeamento e nas análises dos conflitos fundiários. O projeto é coordenado pelo grupo de pesquisa-extensão LABA Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ) e se desenvolve em parceria com o Observatório das Metrópoles (IPUR/UFRJ) e o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH/DPERJ). As novas bases da pesquisa são oriundas das oficinas realizadas em parceria com o NUTH. O objetivo do projeto é o mapeamento situado e cartográfico dos conflitos fundiários-urbanos do Rio de Janeiro e a sistematização das informações em uma base de dados unificada. A isto, segue-se a análise criteriosa dos resultados para produção de um relatório final em parceria com o Fórum Nacional da Reforma Urbana, além de produtos georreferenciados para incidência político-jurídica. A metodologia se desenvolve por meio da coleta de dados a partir dos documentos internos do Núcleo, a consulta processual eletrônica e a reunião com os defensores, aliada ao marco teórico da Geografia Jurídica Crítica. Em curso desde 2018, o projeto é uma investigação em série histórica realizada a cada biênio. Atualmente, está em atualização e irá abranger dados até dezembro de 2023. A planilha unificada contém as informações dos casos do período analisado preenchidos a partir de marcadores como: situação do caso, ator promotor da ameaça e sua respectiva esfera, endereço, motivo alegado para remoção. As oficinas foram realizadas em formato presencial (março e abril/2024). Na primeira, a equipe apresentou a metodologia, o fluxograma de trabalho, as categorias de análise, assim como o procedimento de coleta e qualificação dos dados para colocar em debate e socializar o processo de investigação. No segundo encontro, o Núcleo pôde apresentar o seu processo de trabalho e instrumentos de atuação. Sendo certo que essa escuta com os defensores têm o condão de trazer maiores informações e refinar a coleta, destaca-se alguns resultados dessa troca: i) consolidação dos termos da situação do caso (ameaça de remoção, remoção evitada e remoção efetivada) - posse assegurada substituída por remoção evitada; ii) inclusão do Ministério Público na esfera do ator promotor da ameaça, para diferenciar as ações do MP das ações do Estado (Municipal, Estadual, Privado ou Ministério Público); iii) identificação do proprietário privado promotor da ameaça; iv) identificação do ano da ameaça formal em contraste com o ano da ameaça fática (em quanto tempo as famílias tomaram conhecimento da ameaça de remoção) e v) melhora na qualificação da ficha de primeiro atendimento que contém as informações sobre o caso (documento interno do Núcleo). Por fim, ressalta-se que as autoras atuam em todas as etapas de trabalho e, por ser uma equipe multidisciplinar, possibilita o enriquecimento dos debates para obter melhores diagnósticos da realidade.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia et al. CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: Mapeamento Jurídico-Espacial dos Conflitos Fundiários Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (BIÊNIO2019/2020). In: Fórum Nacional de Reforma (org.); Centro de Direitos Econômicos e Sociais (coord.). Panorama dos conflitos fundiários no Brasil [livro eletrônico]: Relatório 2019-2020. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021. FRANZONI, J. Geografia Jurídica Tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. REVISTA DIREITO E PRAXIS, v.10, p.2923-2967, 2019. O direito & o direito: histórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1982**

TÍTULO: **MODELOS DE DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS SOB A ÉGIDE DAS INOVAÇÕES SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **JESSIKA DA SILVA FERNANDES,ARTUR PORTO TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: Entendemos primeiramente, que o conhecimento não deve ser restrito a um grupo de pessoas e nesse intuito, resolvemos trazer a temática dos diagnósticos participativos como forma de auxiliar a sociedade a se organizar e se entender como um grupo complexo e diverso, onde suas demandas devem ser ouvidas e discutidas. Nesse estudo, nós decidimos utilizar apenas pesquisadores latinos a fim de que as discussões sobre a temática perpassem por momentos que nos são comuns. E como referência principal, temos o Guia de Diagnóstico Participativo (FLACSO,2021). Esse guia nos permite de forma mais incisiva, entender a inovação social, que compreendemos por uma consolidação de ideias e propostas pensadas pela população com o viés de sanar os problemas por eles vividos (Kon, 2018). Dada a introdução, é necessário agora refletirmos sobre o que seriam e como funcionam os modelos de diagnóstico da participação social. E como exemplo prático para entendimento geral, é válido referenciar os estudos e considerações desenvolvidos pelo fórum Ecoar para a cidade de Florianópolis. Os modelos de diagnósticos participativos consistem numa síntese das ideias e propostas formuladas por cidadãos de um determinado local que possuem por objetivo comum resolver problemáticas comuns nesse ambiente público para que assim, tenham uma melhor qualidade de vida. Esses diagnósticos tendem a levar em consideração as principais problemáticas da região, juntamente com suas ideias de reparação. Em alguns casos também são relatadas as principais produções da localidade e como elas podem influenciar nessa resolução dos problemas falados. Os diagnósticos também servem como uma ótima base de conhecimento de organizações sociais e como as suas respectivas ações podem ajudar nessa perspectiva de desenvolvimento local. Através desses estudos, temos como meta relatar os diferentes modelos de diagnóstico participativo e como eles são refletidos no espaço, mediante as diversas demandas da população local. Além disso, é válido ressaltar também que o presente conteúdo servirá como complemento a outros estudos do grupo pertinentes ao tema das inovações sociais e suas aplicações na vida pública. Também é nosso desejo que esse estudo alcance não somente pesquisadores e estudantes, como também, o setor público, para que estes entendam a importância da participação social na construção da vida pública. Concluindo a síntese do tema analisado, devemos então enfatizar as principais contribuições dos modelos, que são diversas, indo desde a facilitação na criação de políticas públicas à desenvolvimento de uma base de dados completa para pesquisadores. Juntamente com a confiança popular, esses modelos também apontam uma consonância entre setor público e sociedade, desvinculando o conceito social de duas vertentes rivais na sociedade, e isso se faz essencial quando pensamos numa sociedade democrática de direitos.

BIBLIOGRAFIA: - Castro MG, Abramovay M. Guia do diagnóstico participativo. Brasília: Flacso; 2015. - KON, A. A inovação nos serviços como instrumento para a Inovação Social: uma visão integrativa. Brazilian Journal of Political Economy, v. 38, n. 3, p. 584-605, jul. 2018. - ANDION, C. (Coord.). Diagnóstico Participativo de Florianópolis: Olhares dos distritos sobre a cidade. Florianópolis: Imaginar o Brasil Editora; 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **1991**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES**

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA SILVA DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANE DE FATIMA BECKMAN CAVALCANTE**

RESUMO: A violência contra as mulheres é um dos graves problemas que ainda estão presentes em nossa sociedade. Tal violência está arraigada estruturalmente em concepções errôneas de hierarquias de gênero, como argumenta Cavalcante (2022). Dentro desse contexto é importante destacar a mediação da informação como importante elemento potencializador de ações de enfrentamento à violência. Para Henriette Gomes, tal mediação está ligada à promoção ao diálogo, à conscientização, ao pensamento crítico e à compreensão do mediador como sujeito político (2020). Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo apresentar como a mediação da informação e a mediação cultural da informação podem contribuir significativamente nesse cenário de violência constante contra mulheres por meio de debates e ações conscientizadoras, em bibliotecas, que coloquem essas vítimas em evidência e incentivem a sociedade como um todo a se unir em prol dessa causa. A metodologia do trabalho consiste inicialmente em levantamento de referencial teórico e revisões bibliográficas para posteriormente serem desenvolvidas ações e pesquisas que comprovem este argumento. Posteriormente os dados serão coletados por meio de questionários, junto as pessoas que atuam em bibliotecas, para averiguar o que está sendo feito e o que pode ser feito em bibliotecas a respeito do enfrentamento à violência contra as mulheres. Henriette Gomes defende a criação de um ambiente mediador problematizador que não somente compartilhe informações através de diálogos, mas que também gere questionamentos nos indivíduos e estimule o pensamento crítico (2020). Como conclusões prévias, tem-se que a mediação da informação desempenha um papel fundamental para facilitar o acesso à informação de forma consciente, ajudando as mulheres a reconhecer e reagir às situações de violência, orientando-as em como e onde devem buscar seus direitos (Carvalho, Cortes e Silva, 2021). Enquanto a mediação cultural da informação contribui ao levar em conta os aspectos culturais e contextuais de cada comunidade as quais essas mulheres estão inseridas (Cavalcante, 2022). O impacto social esperado do trabalho é gerar novos entendimentos e significados sobre a violência contra mulheres por meio da mediação da informação e da mediação cultural, com enfoque em como práticas e ações no contextos das bibliotecas podem contribuir para o enfrentamento dessa difícil realidade que aflige muitas mulheres.

BIBLIOGRAFIA: GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. *Informação & Sociedade*, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 1-23, 2020. CAVALCANTE, L. de F. B. A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos Relatos". *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 1-19, 2022. CARVALHO, Marília Albernaz Pinheiro de; CORTES, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. A mediação da informação e o protagonismo social das mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Conhecimento em Ação*, [S. l.], v.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2002**

TÍTULO: **O ESTADO DA ARTE DAS DISCUSSÕES ACERCA DA LITERATURA INFANTO JUVENIL FEMINISTA**

AUTOR(ES) : **JULIANA PLACIDO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**

RESUMO: Este trabalho integra a primeira etapa do projeto de pesquisa acadêmica "Literatura infantojuvenil feminista no Brasil: e a mediação da informação social pelos movimentos sociais", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é o de analisar a literatura infantojuvenil feminista publicada no Brasil, com suas especificidades étnico-raciais, de classe, gênero e sexualidade, enquanto objeto de mediação de informação social. Este resumo apresenta um recorte da pesquisa, com o objetivo de elucidar o estado da arte sobre a literatura infantojuvenil de temática feminista em contexto científico-acadêmico e social, isto é, busca conhecer o que se sabe hoje sobre o assunto, a fim de embasar teoricamente a pesquisa com os livros de literatura. Este trabalho está em andamento e foi iniciado no segundo semestre de 2023, tendo como processo metodológico a revisão sistemática de literatura de caráter qualitativo e quantitativo. As buscas foram realizadas nas bases de dados: Banco de Dissertações e Teses (BDTD), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Scholar, WebOfScience e Scielo, através dos termos de busca: "Literatura Infantojuvenil Feminista", "Literatura Infantil Feminista", "Feminist Young Adult's Literature", "Feminist Children's Literature", "Feminist Youth Literature"; nos idiomas inglês, português e espanhol priorizando artigos e trabalhos acadêmicos que abordam o conceito de feminismo no contexto literário infantil e juvenil ou demais subtemas. Recuperaram-se 51 arquivos dos quais, após o refinamento a partir da leitura total destes arquivos, 11 trabalhos acadêmicos e 31 artigos foram selecionados para permanência no estudo, sendo separados em tabela pelas categorias de: ano, metodologia dotada na pesquisa, autoria e temáticas desenvolvidas. Espera-se como resultado se obter conhecimento acerca do que vem sendo estudado em relação à literatura infanto-juvenil feminista; contudo, já se pode perceber um aumento na abordagem da perspectiva feminista ao longo dos anos, devido aos progressos realizados e o fomento do assunto na sociedade em diversos setores. Entretanto, cabe ressaltar que a perspectiva da representatividade e da interseccionalidade também se faz necessária, uma vez que a produção acadêmica da literatura infantojuvenil raramente ou dificilmente faz menção à perspectiva de meninas e mulheres. Por fim, busca-se contribuir com a discussão acerca de uma maior acessibilidade de literatura com temáticas feministas, tanto em ambiente acadêmico como em espaços sociais, demonstrando a resistência e a relevância da literatura infantojuvenil feminista enquanto agente de mudança social mediante um cenário patriarcal e excludente, como destaca bell hooks: "Devemos ter coragem para aprender com o passado e trabalhar por um futuro em que princípios feministas serão o suporte para todos os aspectos de nossa vida pública e privada."

BIBLIOGRAFIA: HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2020**

TITULO: **O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: DA LEGALIDADE AUTORITÁRIA AO ATIVISMO JUDICIAL**

AUTOR(ES) : **DANIEL ANUNCIACAO DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A Constituição da República Federativa do Brasil concedeu, ao Supremo Tribunal Federal, sua guarda precípua, fato este que culminou no notável aumento das críticas direcionadas à legitimidade da atuação recente do STF, resultando no fenômeno denominado ativismo judicial. Em decorrência de tal cenário, não foram poucas as mobilizações e as divergências opostas ao poder judicante, suscitando dúvidas acerca das particularidades que envolvem a sua atuação nestes últimos anos. Contudo, não obstante aos diversos trabalhos que se debruçam a entender o envolvimento do STF neste fenômeno a partir da sua dimensão objetiva, visando a análise das competências previstas no texto constitucional, este estudo visa compreender o fenômeno do ativismo judicial a partir da sua dimensão subjetiva, isto é, tendo em vista os aspectos que decorrem da atuação dos ministros do Supremo Tribunal Federal e em como refletiram e em como hoje refletem determinadas decisões da suprema corte. Nesse sentido, o presente trabalho visa entender o conceito de ativismo judicial, dada a mudança de postura dos magistrados do STF que possam explicar este fenômeno. Para tanto, utilizando-se do recorte temporal do regime ditatorial militar e do marco teórico da legalidade autoritária, este estudo visa desenvolver a hipótese de que o fenômeno do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal se dá em decorrência de uma mudança subjetiva de paradigma institucional, visto que o poder judiciário brasileiro tem pecado historicamente por omissão, inércia e passividade, acumpliciando-se diante dos desmandos dos poderes políticos e econômicos, o que pôde ser visto durante a ditadura brasileira de 1964, marcada pela crise de legitimidade advinda do estrito cumprimento dos dispositivos legais do poder executivo, em contraste com a atual crise de legitimidade decorrente da sua nova postura progressista que, em vez de aplicar a lei em sentido estrito, atribui, em seus recentes julgados, a interpretação conforme à Constituição que antes não realizava de forma independente. Deste modo, a metodologia adotada centra-se na análise bibliográfica acerca dos referenciais teóricos que denunciaram a convivência dos ministros do Supremo Tribunal Federal com o regime ditatorial, bem como os registros históricos que demonstram as ferramentas de controle das composições do STF, além de três recursos julgados pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal entre os anos de 1968-1975, em matéria criminal, cuja doutrina de segurança nacional elucida a falta de enfrentamento da suprema corte aos dispositivos legais vigentes, ainda que carentes de legitimidade, em contraponto à recente postura ativista do Supremo. Em síntese, a presente pesquisa qualitativa propõe como tese inicial que a postura ativa do STF, caracterizada como ativista, contrasta com longos períodos de omissão e subordinação deste mesmo tribunal ao longo de sua existência.

BIBLIOGRAFIA: ASSIS, Victor Hugo Siqueira de. Crimes contra a humanidade e ditadura militar: STF, corteidh e o fetiche pelo "direito de errar por último". Revista da AGU, Brasília, p. 245-268, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2359/2322> . Acesso em: 28 jun. 2024. MATTOS, M. A. V. L. de. Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. Mestrado em História, USP, São Paulo, 2002. PEREIRA, Anthony W. Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2043**

TITULO: **PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, INVESTIMENTO E EDUCAÇÃO NO BRASIL- DOS ANOS 1980 AOS ANOS 2020**

AUTOR(ES) : **CAMILLA SANTOS DE OLIVEIRA,SUSAN SCHOMMER**

ORIENTADOR(ES): **JOÃO SABOIA**

RESUMO: A pesquisa de iniciação científica tem como objetivo analisar como os níveis de investimento e escolaridade influenciam a produtividade do trabalho no Brasil durante 1981 até 2022. Como metodologia, foram utilizados dados do IBGE e do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, para estimar regressões lineares de curto e longo prazo que mostram uma associação positiva entre variáveis de investimentos e de educação com a evolução da produtividade no período analisado. Os autores coletaram dados e realizaram vários testes de especificação, tais como teste de raiz unitária, teste de cointegração, teste de autocorrelação e heterocedasticidade. Após isso, foi aplicado o método de mínimos quadrados ordinários para obter os coeficientes de cada variável e identificar o impacto do investimento e escolaridade na produtividade do trabalho. A pesquisa confirmou a hipótese de que tanto os níveis de investimento quanto os de escolaridade são determinantes cruciais para a produtividade do trabalho. Políticas que visam aumentar o investimento e melhorar a educação podem, portanto, ter efeitos positivos significativos na produtividade econômica. E, com base nos coeficientes estimados, políticas voltadas a aumentar a escolaridade média da população ocupada tem maior impacto sobre a produtividade do que aumento dos níveis de educação superior.

BIBLIOGRAFIA: SABOIA, J., ROSA, L.L.G., VILLACORTA, V.N., SOARES, I., "Mercado de Trabalho e Produtividade em Tempos de Pandemia - 2020/2021", Textos para Discussão 009, IE-UFRJ, 2022. SABOIA, J., SCHOMMER, S., GOES, Y., "Produtividade do Trabalho, Investimentos e Educação no Brasil - A Experiência da Última Década", Textos para Discussão 033, IE-UFRJ, 2023. VELOSO, F., MATOS, S., COELHO, B. Produtividade do trabalho no Brasil: uma análise setorial. Ensaios IBRE de economia brasileira II, 1, 75-107, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2067**

TÍTULO: **RELAÇÕES ÍNDIA E GUIANA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO INDIANA NA AMÉRICA DO SUL**

AUTOR(ES) : **GUILHERME DOMINGUES FRITZ, THIAGO BOTELHO IECKER, ANA CLARA BERNARDES GUERSONI**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: A Índia vem sendo considerada como a principal candidata ao posto de nova superpotência e isso se deve a uma combinação de decisões políticas e econômicas, realidade demográfica e capacidade de diversificação econômica. O crescimento indiano vem sendo acompanhado por uma demanda crescente de consumo energético, sendo assim o país vem adotando programas robustos de transição energética, contudo o consumo de petróleo permanece fundamental para sustentar o crescimento ambicionado. Por sua vez, em 2015 a Guiana descobriu enormes jazidas de petróleo em seu litoral, o que proporciona uma perspectiva de crescimento econômico e desenvolvimento social ímpar na história do país. Desde 2019 a exportação de petróleo conforma mais de 80% da pauta exportadora, segundo o FMI, o país deve crescer cerca de 33% no ano de 2024. Com esse aspecto em mente, a Guiana se torna um país atrativo para a Índia, em razão de suas relações no contexto histórico e contemporâneo. Historicamente, a relação entre os dois países remonta ao período de colonização britânica, quando o governo inglês implementou uma política de migração forçada de indianos para trabalhar nas lavouras guianesas. Com esse passado compartilhado, o setor energético também se destaca, e parcerias cada vez mais promissoras estão sendo construídas, como o Memorando de Entendimento assinado em janeiro deste ano. Tendo em vista a contextualização do cenário, a pesquisa é direcionada a partir do questionamento, quais são as novas projeções indianas para, em um contexto macro, a América do Sul e, em um estudo de caso, a Guiana? Para isso, trataremos a questão a partir das seguintes dimensões: passado em comum (1), geopolítica da energia e crescimento econômico (2), restrições externas e possíveis desdobramentos (3). Assumimos como hipótese que a Índia vem exercendo uma política externa na América do Sul, especialmente com a Guiana, para suprir suas necessidades energéticas. O marco teórico que guia este trabalho parte da teoria geopolítica dos círculos concêntricos, tendo em vista como os países estruturam suas prioridades dentro do ambiente internacional, da esfera global à localizada na Guiana. Como referências, foram utilizadas fontes históricas, entre as relações Índia e Guiana, e econômico-políticas, ambos por meio de fontes primárias e dados econômicos. Desse modo, o presente trabalho busca evidenciar a relação entre Índia e Guiana, que possuem um passado em comum, mas que aprofundam suas relações político-econômicas da contemporaneidade. Espera-se que este estudo apresente uma análise aprimorada do cenário energético da Índia, com foco no petróleo, e explore os possíveis cenários da parceria estratégica entre Índia e Guiana, por meio de um aprofundamento histórico, político e econômico existente entre os dois países.

BIBLIOGRAFIA: HARRY, Cynthia. *The Migration of South Asians from India to Guyana: The Journey, Struggles in a New Land, Reasons for Changes Over Time and Their Cultivation of a New Culture*. New York, 2024. SENNES, Ricardo Ubiraci. *Brasil, México e Índia na rodada Uruguai do GATT e no conselho de segurança da ONU: um estudo sobre os países intermediários*. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 12 ago. 2024. PADULA, Raphael; CECÍLIO, Matheus de Freitas; OLIVEIRA, Igor Candido de; PRADO, Caio Jorge. *Guyana: Oil, Internal Disputes, the USA and Venezuela*. *Contexto Internacional*, v. 45, n. 1, e20210031, jan./abr. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2083**

TÍTULO: **ESTADOS FALIDOS: O CASO DO HAITI EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

AUTOR(ES) : **GUILHERME DOMINGUES FRITZ, LARISSA FONSECA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Devido a um histórico de tensões internas sucessivas, em diversas análises internacionais é comum a caracterização do Haiti, um dos países mais pobres do mundo e que apresenta altos índices de violência, como um “Estado Falido”. O conceito, por sua vez, representa um tipo de Estado incapaz de prover condições civis mínimas e também a ordem política. A partir desse contexto, o presente trabalho busca apresentar uma revisão do processo histórico de formação do Estado haitiano para demonstrar como o conceito de “Estado Falido” não pode ser compreendido sem uma visão ampla da formação do sistema internacional. A abordagem busca, a partir de uma análise histórica, refutar uma atribuição acrítica do conceito à situação haitiana, ressaltando a importância de identificar e analisar as condições de fundo que levaram o país às atuais e recorrentes dificuldades de controle interno. Partimos da hipótese de que não é possível compreender a realidade atual do Haiti sem partir de uma abordagem sistêmica que considere a relação do país com o imperialismo francês e estadunidense. Para cumprir o objetivo, partimos de algumas definições do conceito de “Estado Falido” e, na sequência, apresentamos um percurso histórico que começa na Revolução Haitiana, e engloba as Operações de Paz das Nações Unidas no país, que começaram na década de 1990 e se estendem até o presente. Além da revisão histórica, também são utilizadas informações quantitativas para sustentar nossa argumentação, a exemplo do valor da dívida que o Haiti teve que pagar à França após conquistar sua independência.

BIBLIOGRAFIA: HIRST, Mônica; NASSER, Reginaldo Mattar. *Brazil's involvement in peacekeeping operations: the new defence security foreign policy nexus*. Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 2014. JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2010. Saint-Pierre, Héctor Luis e Vitelli, Marina Gisela (Org.). 2018. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora UNESP, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 1038p. ISBN: 978-85-393-0753-1.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2098**

TÍTULO: **DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE GÊNERO EM CARGOS DE LIDERANÇA NA ÁREA DE FINANÇAS**

AUTOR(ES) : **ISABELA SIMOES FREIRE**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ CARLOS FEITOSA DE MOURA**

RESUMO: O setor financeiro é um segmento majoritariamente composto por homens, devido a diversos aspectos socioculturais que distanciaram, ao longo de muitos séculos, as mulheres da temática financeira. Dentro desse cenário, ao analisar estritamente os cargos de liderança deste segmento, viu-se que a participação feminina é ainda mais reduzida - com a soma das barreiras impostas no mundo das finanças com as impostas pelos cargos de liderança. Este estudo, portanto, busca compreender e aprofundar quais são os determinantes da desigualdade de gênero em cargos de liderança da área de finanças. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito mulheres líderes do setor e foi possível identificar quais são as funções desempenhadas nos respectivos cargos, em que momento elas começaram a ter interesse pela área financeira, quais foram os principais desafios encontrados por elas e quais foram os impactos em suas vidas pessoal e profissional, gerados pela desigualdade de gênero do setor.

BIBLIOGRAFIA: HRYNIEWICZ, L.; VIANNA, M. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 16, nº 3, jul./set.2018. INSPER – INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA. O perfil do CFO no Brasil 2021. Brasil: Insuper, 2021. MILTERSTEINER, R.; OLIVEIRA, F.; HRYNIEWICZ, L.; SANT'ANNA, A.; MOURA, L. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 18, nº 2, abr./jun.2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2181**

TÍTULO: **ANÁLISE CIENTOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CLÍNICA MÉDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **THAMIRES ANELLI RIBEIRO, THAIS SOARES MENDES**

ORIENTADOR(ES): **VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS**

RESUMO: O estudo tem como objetivo analisar a produtividade e a popularidade científicas, na área disciplinar de Medicina, de docentes/pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Clínica Médica (PPGCM) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), classificado com nota máxima na área de Medicina I pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Investigam-se fenômenos que regem a produção científica e a citação com propósito comunicativo a partir de indicadores de produtividade, de popularidade, de colaboração científica e de internacionalização do conhecimento. A avaliação da ciência é vista como essencial e importante pelos membros de uma comunidade, por agências de fomento à pesquisa e por bases de dados nacionais e internacionais, auxiliando na elaboração de políticas governamentais e institucionais e na classificação de cientistas, periódicos e/ou instituições. O referencial epistemológico e empírico, fundamenta-se em teorias, conceitos e métodos pertencentes às áreas de Bibliometria e Cientometria, na Ciência da Informação, especialmente no modelo de Produtividade e Popularidade Científica de Marshakova (1981), de análise de citações, de redes de colaboração na ciência de Bordon e Gómez (2000) e de internacionalização do conhecimento de Santin, Vanz e Stumpf (2016). A pesquisa cientométrica caracteriza-se como quantitativa, descritiva e exploratória tendo como fonte de coleta os registros na base de dados Web of Science (WoS) para análise das citações. A população de estudo é composta por docentes vinculados ao PPGCM/UFRJ bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq). Inicialmente procedeu-se a análise de quarenta e nove currículos dos docentes afiliados ao Programa por meio da Plataforma Lattes do CNPq para a identificação dos bolsistas e a produção dos docentes no quinquênio 2018-2022, com foco em artigos de periódicos. Após o levantamento, identificaram-se os cinco docentes bolsistas com maiores índices de produtividade. Em seguida, foi efetuada busca na WoS recuperando os dois artigos mais citados de cada docente. Foram analisadas 1.917 citações aos dez artigos selecionados. A análise revela que são predominantes o gênero de artigo de periódico (88,32%) e o inglês (98,39%), como tipologia e idioma dos documentos citantes. Os dados extraídos foram analisados pelo software VOSviewer para modelagem das redes de colaborações de coautoria nacional e internacional. Os dados indicam a internacionalização da ciência com a preponderância de afiliações internacionais, liderada pela Harvard University presente em 83 documentos, bem como a colaboração nacional centrada na UFRJ, presente em 82 documentos. A análise de coocorrência de palavras-chaves dos documentos citantes indica a predominância dos temas sobre Covid-19, Tuberculose e tratamento para doenças respiratórias.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATKINS, H. B. (ed.). The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield. New Jersey: Infotmation Today, 2000. cap. 10, p. 197-214. GINGRAS, Y. Les dérives de l'évaluation de la recherche: du bon usage de la bibliométrie. Paris: Éditions Raisons d'Agir, 2014. MARSHAKOVA, I.V. Citation networks in information science. Scientometrics, v. 3, issue 1, p. 13-25, 1981.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2189**

TÍTULO: **REVITALIZAÇÃO E EXPANSÃO DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA NA VILA RESIDENCIAL DA UFRJ: UM COMPROMISSO COM O COLETIVO.**

AUTOR(ES) : **MARCOS PAULO ALVES MESQUITA**

ORIENTADOR(ES): **PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA,CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE,DANILO PESTANA DE FREITAS**

RESUMO: O projeto de extensão "Biblioteca Comunitária na Vila Residencial - UFRJ" faz parte do "Programa Vila Residencial & Aprendendo à Cidadania Ativa: Circularidade em Rede no Saber, Fazer e Compartilhar" e conta com a parceria da Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial - UFRJ (AMAVILA). Sua meta principal é estabelecer e manter uma biblioteca comunitária na Vila Residencial - UFRJ, que seja acolhida pelos diferentes grupos da comunidade, promovendo o desenvolvimento sociocultural local. O projeto já passou por várias etapas. Após o período da pandemia, retornamos com o desafio de encontrar um novo espaço para a biblioteca, e conseguimos. Agora, estamos focados em organizar e adequar esse espaço para melhor atender à comunidade. O projeto está em busca de doações, como estantes, ar-condicionado e outros itens essenciais para a estrutura do local. Além disso, o acervo está passando por uma revisão, descartando livros em más condições e catalogando o restante por seções e faixas etárias, para facilitar o acesso dos usuários. Com isso, teremos melhorias na organização do acervo, reduzindo o tempo de busca por materiais específicos, promovendo uma experiência de uso mais agradável e produtiva para os frequentadores da biblioteca, aumento da acessibilidade, incluindo livros em bom estado e bem organizados, incentivando mais pessoas da comunidade a utilizarem a biblioteca regularmente. Também estamos planejando a criação de um ambiente acolhedor e funcional, onde todos possam usufruir dos recursos disponíveis e participar de atividades que promovam a leitura e o aprendizado. Atividades têm sido desenvolvidas majoritariamente por estudantes do curso de Biblioteconomia, mas também de outros cursos como arquitetura e urbanismo, onde fizeram um projeto de layout da nossa biblioteca. A participação ativa desses estudantes demonstra o potencial transformador da extensão universitária, ao conectar teoria e prática em prol do desenvolvimento sociocultural da comunidade.

BIBLIOGRAFIA: TEIXEIRA, G.; PEREIRA, P. M. S.; COUTINHO, L. R. S. A extensão como prática política e pedagógica das universidades em bibliotecas comunitárias: o caso do projeto Biblioteca Comunitária na Vila Residencial da UFRJ. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [S. l.], v. 13, p. 2090–2103, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1046>. Acesso em: 13 ago. 2024. PEREIRA, P.; COUTINHO, L.. Estudo de comunidade e biblioteca comunitária. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB), Brasil, out. 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1611. Data de acesso: 13 Ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2232**

TÍTULO: **Dos Gurus à intolerância religiosa: uma análise da construção da narrativa da sabedoria oriental nos governos Narendra Modi**

AUTOR(ES) : **JOAO GABRIEL CAMPOS BARROCAS MATTOS ZAMPINI**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Este trabalho objetiva compreender a construção narrativa da sabedoria oriental e estabelecer sua relação com a legitimação internacional de projetos de intolerância religiosa no governo de Narendra Modi na Índia. Partindo das bases teóricas do construtivismo e da teoria crítica, analisa-se a utilização da imagem da diversidade cultural indiana presente na figura do guru, portador da sabedoria e da iluminação, para basear um projeto de nacionalismo hindu. Nesse sentido, a compreensão do próprio processo de elaboração da narrativa da sabedoria oriental, da qual a sabedoria indiana faz parte, e de suas características internacionalmente reconhecidas, terá sua análise centrada na dinâmica da construção de percepções globais e de seus impactos no processo de legitimação de projetos de governo nacionais. Utilizando como marco temporal o período de 2014 a 2024, convergente com a chegada ao poder e a consolidação do projeto nacional de Narendra Modi, são estabelecidas as etapas de desenvolvimento do panorama da sabedoria oriental e seus impactos na Índia e em sua estratégia de expansão cultural. Como resultado esperado, o presente trabalho buscará formar uma base conceitual para compreender o mecanismo de subversão da figura do guru, utilizado para legitimar as agendas hinduístas-nacionalistas da administração Modi como positivas e representantes da sabedoria indiana por meio de uma estratégia de expansão cultural que, na realidade, vem promovendo das mais diversas formas, a crescente intolerância religiosa no país.

BIBLIOGRAFIA: PORTER, Dennis, Orientalism and its problems. In: Williams Patrick, Chrisman, Laura (eds.), Colonial Discourse and Post-colonial Theory: A Reader. New York: Columbia University Press, 1994. EZZAHER, Lahcen E. Writing and Cultural Influence: Studies in Rhetorical History, Orientalist Discourse, and Post-Colonial Criticism, vol. 18 Comparative Cultures and Literatures. New York: Peter Lang, 2003. SAID, Edward W., Cultura e imperialismo. Barcelona: Editorial Anagrama, 1996.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2294**

TÍTULO: **Revista Versus: arte, diagramação e temáticas na 11ª Edição**

AUTOR(ES) : **NAYANE CRISTINA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: A 11ª edição da "Revista Versus", vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), destaca-se pelo cuidado com a arte e diagramação, refletindo a importância visual na comunicação de temas relevantes para a sociedade. Focando no tema "Serviços Públicos", esta edição celebra os 35 anos da Constituição de 1988, utilizando elementos gráficos e tipográficos que reforçam a narrativa editorial. O design gráfico explora uma paleta de cores e layouts que dialogam com o conteúdo textual, garantindo uma experiência de leitura fluida e envolvente. A diagramação foi pensada para facilitar a navegação entre as diversas seções, como entrevistas, resenhas e artigos, utilizando hierarquias visuais claras e organização espacial que equilibra texto e imagem. A "Galeria Versus", curada pelo professor Pedro Sánchez da Escola de Belas Artes (EBA), é um destaque visual que expõe as obras de artistas alinhados ao tema da edição, integrando arte e conteúdo de forma harmoniosa. Este enfoque na arte e diagramação não apenas complementa o conteúdo editorial, mas também eleva a revista a um padrão estético que promove a acessibilidade e o engajamento com o público diversificado a que se destina.

BIBLIOGRAFIA: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MUNARI, Bruno. Comunicação Visual. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2342**

TÍTULO: **TAXA DE CÂMBIO, CUSTO UNITÁRIO E COMPETITIVIDADE**

AUTOR(ES) : **NICOLAS EMANUEL RODRIGUES DO AMARAL**

ORIENTADOR(ES): **FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA**

RESUMO: TAXA DE CÂMBIO, CUSTO UNITÁRIO E COMPETITIVIDADE. Objetivo: O projeto de pesquisa no qual este trabalho está inserido tem por objetivo estudar as relações entre taxa de câmbio e desenvolvimento, através de duas abordagens; a primeira visa entender os fatores que influenciam os movimentos da taxa de câmbio no Brasil, enquanto a segunda busca compreender como esses movimentos impactam as empresas e o desenvolvimento econômico nacional. O presente projeto está mais relacionado à segunda abordagem e tem como objetivo principal entender como os custos unitários do trabalho (CUT), em conjunto com as variações cambiais, afetam a competitividade do país e a formação de preços. Vale notar que a taxa de câmbio real (Q) poderia ser utilizada na análise da competitividade, contudo, o CUT é uma ferramenta mais adequada para esse fim pois abrange em sua definição um leque mais amplo de variáveis, a saber: a taxa de câmbio nominal, os salários e a produtividade do trabalho. Metodologia: A metodologia adotada baseia-se no texto da OCDE: "MEI Comparative Methodological Analysis Supplement 3, Wage Related Statistics" (2003). O estudo empregará uma abordagem simplificada, focando nas interpretações do CUT em termos de quantidades e valores. Para comparação internacional, o CUT será ajustado em termos de moeda internacional, utilizando a taxa de câmbio nominal. Serão utilizados dados do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a análise doméstica, e dados da OCDE para comparações internacionais. O estudo empregará técnicas estatísticas e análise bibliográfica para avaliação das relações entre o CUT, taxa de câmbio e competitividade e seus impactos na balança comercial. Resultado esperado: O projeto busca estimar como o CUT influencia o desempenho das exportações brasileiras, especialmente de bens comercializáveis, e o impacto na balança comercial e de serviços do Brasil. Embora ainda em fase inicial, espera-se que os resultados contribuam para um melhor entendimento da dinâmica do comércio exterior brasileiro e sua influência sobre o desempenho da economia brasileira. Referência bibliográfica: "MEI Comparative Methodological Analysis Supplement 3, Wage Related Statistics" (2003)

BIBLIOGRAFIA: "MEI Comparative Methodological Analysis Supplement 3, Wage Related Statistics" (2003)

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2371**

TÍTULO: **INTEGRANDO A CULTURA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS TRANS: UMA PERSPECTIVA GESTIONÁRIA CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL**

AUTOR(ES) : **LUCAS RAPOSO QUEIROZ,RENNAN FÉRRER DE MOURA BATISTA**

ORIENTADOR(ES): **TARSILA SANTOS RIBEIRO,FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO,LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO,RENATO MONTEIRO**

RESUMO: Recentemente, o Programa de Extensão Universitária TransGarçonne (UFRJ) por meio de seu Núcleo de Empregabilidade promoveu um curso de formação profissional para pessoas transgênero (mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias) selecionadas para participar do programa. O objetivo do curso foi promover a aquisição de capacidades individuais e coletivas aplicadas (ou competências, em termos de conhecimentos, habilidades/aptidões e atitudes) indispensáveis para pessoas trans iniciarem o exercício qualificado de atividades profissionais no setor de gastronomia, tendo em vista a inserção e permanência autônoma dessas pessoas na vida ativa, em diferentes tipos de emprego durante suas trajetórias profissionais. Para alcançar esse objetivo, tendo em vista os recentes estudos sobre as organizações culturais brasileiras – forma organizacional da qual o curso se assemelha, baseando-se na sociologia das ausências de Santos (2002) (BARCELLOS; DELLAGNELO, 2013) –, o estudante conduziu uma pesquisa sobre as influências culturais na formação profissional da população trans, cujos resultados indicaram a necessidade de integrar ao curso uma atividade artístico-cultural. Essa atividade, co-conduzida pelo estudante, deu-se por meio da realização de uma ação prática voltada a cultura popular ('pop') relacionada ao desenvolvimento de habilidades sociais dos participantes durante o curso. A pergunta que orientou essa ação de extensão foi: como construir um curso sensível aos aspectos culturais importantes para os trabalhadores trans, permitindo-nos integrar sua cultura como um elemento valorizado e respeitado no processo de desenvolvimento profissional? Para responder essa pergunta, utilizamos os pressupostos da gestão social, em particular, a inteligibilidade entre as partes (TENÓRIO, 1998) para elaborar a ação artístico-cultural junto ao/para os participantes do curso. Diante da necessidade de assegurar uma política de desenvolvimento extensionista culturalmente sensível e embasada na inteligibilidade, os resultados dessa ação indicam a necessidade de pensá-la a partir de uma perspectiva gestonária crítica à estratégia empresarial. Partindo de uma perspectiva social, inerente à administração social comunitária, a ação contribuiu com os estudos sobre gestão social, pessoas e desenvolvimento, no contexto do atendimento de grupos em situação de vulnerabilidade social.

BIBLIOGRAFIA: BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. Novas formas organizacionais: do dominante às ausências. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v.7, n.1, p.1-16, 2013. SANTOS, B.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. (Org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, v.32, n.5, p.7-23, 1998.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2380**

TÍTULO: **POR UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIAIS ANTITRANSFÓBICAS JUNTO A INSTRUTORES MULTIDISCIPLINARES DE UM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

AUTOR(ES) : **RENNAN FÉRRER DE MOURA BATISTA,LUCAS RAPOSO QUEIROZ**

ORIENTADOR(ES): **TARSILA SANTOS RIBEIRO,FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO,LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO,RENATO MONTEIRO**

RESUMO: Recentemente, o Programa de Extensão Universitária TransGarçonne (UFRJ) promoveu um programa de treinamento sobre diversidade de identidade de gênero para os atores sociais responsáveis pela educação instrucional das pessoas transgênero (mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias) que participaram do programa durante o curso de formação profissional oferecido pelo Núcleo de Empregabilidade. O objetivo do treinamento foi capacitar os instrutores (pessoas não-trans) do curso em suas funções educacionais, oferecendo-lhes a possibilidade de desenvolver as competências sociais (conhecimentos e habilidades) necessárias para a realização de aulas anti transfobia, tendo em vista a necessidade de combater a transfobia no Brasil, o país mais homotransfóbico do mundo (ACONTECE; ANTRA; ABGLT, 2024). Para alcançar esse objetivo, o estudante levantou as necessidades de treinamento de instrutores de áreas e setores multidisciplinares e, em seguida, elaborou o programa de treinamento, seus objetivos geral e específicos. Esse treinamento, co-conduzido pelo estudante, deu-se por meio de ações voltadas ao ensino de conhecimentos sociais relacionados à comunidade trans e à realização de atividades práticas relacionadas às habilidades sociais antitransfóbicas que os instrutores precisavam ter durante o curso. A pergunta que orientou essa ação de extensão e, a partir dela, a pesquisa realizada foi: como construir uma política de desenvolvimento extensionista que nos permita realizar um curso antitransfóbico para pessoas trans, cumprindo a prerrogativa da extensão com a entrega à sociedade daquilo que melhor se pesquisa e ensina na universidade pública, gratuita e de qualidade? Para responder essa pergunta, utilizamos os pressupostos da gestão social, em particular, a dialogicidade entre as partes (TENÓRIO, 1998) para elaborar as práticas de treinamento junto aos instrutores do curso. Diante da necessidade de assegurar uma política de desenvolvimento extensionista antitransfóbica embasada na dialogicidade, a pesquisa-ação foi o método escolhido (LEITE; LEMOS, 2022), pois envolve a participação ativa dos pesquisadores e dos sujeitos de pesquisa, os instrutores do curso, no processo de investigação, tendo como objetivo combinar a pesquisa acadêmica com a ação prática e, assim, transformar (para a melhor) as práticas de treinamento dos trabalhadores trans, tornando-as mais humanizadas e, porventura, socialmente saudáveis e sustentáveis. Os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de pensar a política de desenvolvimento extensionista antitransfóbica a partir de uma perspectiva gestonária crítica à estratégia empresarial. Partindo de uma perspectiva social, inerente à administração social comunitária, a pesquisa contribuiu com os estudos sobre gestão social, pessoas e desenvolvimento relacionados aos atores sociais responsáveis pela educação instrucional, no contexto do atendimento de grupos em situação de vulnerabilidade social.

BIBLIOGRAFIA: ACONTECE; ANTRA; ABGLT. Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023. Florianópolis, 2024. LEITE, A.; LEMOS, D. Utilização da pesquisa-ação no campo das ciências sociais aplicadas. Revista Eletrônica de Administração - REAd, v.28, n.1, p.64-91, 2022. TENÓRIO, F. Gestão social: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, v.32, n.5, p.7-23, 1998.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2412**

TÍTULO: **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA CRÍTICA À INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES (2012-2022) A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE CLÓVIS MOURA**

AUTOR(ES) : **JACKSON ROGER DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO: No começo do século XXI, houve intenso debate público e no Congresso Nacional sobre a adoção de ações afirmativas nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. Clóvis Moura (2020a;2020b) esteve atento ao processo histórico de luta de classes e luta antirracista no país que, segundo o autor, fazem parte pela luta democrática. Assim, o debate que o autor visualizou e participou intensamente na transição do século XX para o XXI resultou na Lei de Cotas (n.12.711/2012), que passou a vigorar em 2012. Em 2022, foram celebrados dez anos da lei de forma muito controversa, tanto na sua implementação como nas suas consequências. Assim, o recorte temporal são os primeiros 10 anos de implementação da Lei de Cotas (2012-2022). O direito à universidade, nesse sentido, tem sido pauta constante dos movimentos sociais e do movimento negro, como atores relevantes para engendrar políticas que contribuam para a eliminação das desigualdades e das iniquidades preservadas pela não superação efetiva das fábulas de cordialidade racial existentes no Brasil. A hipótese de que trata tal síntese é a de que, a política de reserva de vagas, apesar de possibilitar uma importante expansão do acesso de egressos do ensino público, negros, indígenas, pessoas com perfil de renda e, posteriormente, pessoas com deficiência, ainda está incompleta. O objetivo central é construir uma crítica, do ponto de vista histórico-dialético, das controvérsias que permeiam a formação socioeconômica de argumentos conservadores e neoliberais a respeito da eficácia das ações afirmativas no ensino superior brasileiro a partir da contribuição de Clóvis Moura. De modo específico, pretende-se analisar - a partir das análises de Moura - os dez anos de implementação da Lei de Cotas no Ensino Superior Público brasileiro e entender como a integração dessas políticas podem ser vistas como políticas bem-sucedidas, que coadunam com a redução das discriminações (racial e de gênero) e da exclusão social, pode significar a produção de novas perspectivas de aprimoramento e fortalecimento dessa política, que é fruto da luta social pela democratização do ensino superior no Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa-teórica, partindo do materialismo histórico e da dialética presentes nas análises de Moura (2020a;2020b) e Fernandes (2021) sobre os elementos estruturais da formação econômico-social brasileira e as questões raciais. A partir destas análises, busca-se compreender os dados sobre ensino superior público no Brasil, com recorte racial e sócioeconômico, e os dados do Censo 2022 (IBGE) sobre a situação sócioeconômica no Brasil com recortes raciais. Como resultados alcançados até aqui, podemos afirmar que, embora tenha avançado muito, a discussão e a política sobre cotas no ensino superior seguem sendo polêmicas e que ainda há muito a avançar. Em especial, em relação às políticas de garantia de permanência dos estudantes contemplados por cotas nas instituições de ensino superior.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 6. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, [1964] 2021. MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b [1994]. _____. Professor Clóvis Moura: Brasil País Inconcluso. In: Inclusão é Paixão, 14 out. de 2020a. 1 vídeo (70min33s). Disponível em: <https://youtu.be/81iRUK-OehU>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2435**

TÍTULO: **A PROTEÇÃO DO DIREITO AUTORAL À BASE DE DADOS, PAYWALL E O ACESSO AOS PORTAIS DE NOTÍCIAS NO MEIO DIGITAL**

AUTOR(ES) : **JÚLIA VELOSO**

ORIENTADOR(ES): **ALLAN ROCHA DE SOUZA**

RESUMO: O artigo discute a relação entre a proteção conferida pela Lei de Direitos Autorais às bases de dados, o uso de tecnologias de paywall e as limitações de acesso a notícias online. A metodologia é qualitativa e a estratégia de pesquisa é documental. Dessa forma, o texto explora como o paywall, uma barreira econômica que restringe o acesso a conteúdos online, afeta a disponibilidade de informação pública e o impacto disso no direito de acesso à informação. A pesquisa se justifica devido à sua relevância no estudo sobre as barreiras que impedem a propagação do conhecimento na sociedade da informação. O texto analisa a proteção autoral dada às bases de dados, observando que, enquanto as notícias em si estão em domínio público, a estrutura que as organiza pode ser protegida por direitos autorais. O artigo também discute o conceito de "fair use" e questiona se a proteção autoral pode, por vezes, se tornar uma barreira ao acesso à informação, especialmente em um contexto onde o acesso a notícias confiáveis é essencial para a formação da opinião pública. Conclui-se que a proteção de bases de dados por direitos autorais, associada ao uso de paywalls, pode dificultar o acesso à informação, sugerindo a necessidade de se buscar alternativas que equilibrem a rentabilidade dos portais de notícias com o interesse público.

BIBLIOGRAFIA: ANANNY, Mike; BIGHASH, Leila. Why Drop a Paywall? Mapping Industry Accounts of Online News Decommodification International Journal of Communication. USC Annenberg. Vol.10, 2016. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5096>. Acesso em: 07/06/2023. ASCENÇÃO, José de Oliveira. Direito Autoral. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. HUGENHOLTZ, Bernt. Data property: Unwelcome Guest in the house of IP. In: REDA, J. (ed.). Better Regulation for Copyright: Academics meet Policy Makers. University of Southampton. The Greens/EFA in the European Parliament. pp. 65-77, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2436**

TÍTULO: **DINÂMICA REGIONAL DOS MERCADOS DE TRABALHO NO SUDESTE DO BRASIL, 2000-2022**

AUTOR(ES) : **RAFAEL MENDONCA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA**

RESUMO: Para analisar a dinâmica dos mercados de trabalho, foram considerados 4 subperíodos. O intervalo 2000-2004 equivale a uma etapa de crescimento do PIB com equilíbrio da inflação, alicerçado nas decisões do plano real e do regime de metas de inflação. A média de crescimento foi de 3,14% a.a. A taxa de desemprego apresentou resultados estáveis, variando entre 10,4% e 9,7%. Entre 2004-2010, houve reversão das políticas econômicas adotadas, principalmente após 2006. A média de variação do PIB foi de 4,28% a.a. Houve redução das taxas de desemprego (de 9,7% para 6,7%) e incremento da renda média dos trabalhadores, associada à política de valorização real do salário-mínimo. O período 2010-2014 foi de continuidade da política econômica, com desempenho estável do produto (média de variação de 2,3%) e a taxa de desemprego diminuiu de 6,7% para 4,8%. Entre 2014-2018, o PIB variou negativamente em 2015 e 2016 (-3,55% e -3,28%, respectivamente), o que levou a alterações no direcionamento da gestão econômica, com a aprovação da reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467) e a implementação do teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016). Os resultados do PIB foram iguais a 1,32% em 2017 e 2018. Houve crescimento das taxas de desemprego (de 4,8% para 12,3% em 2018) e de informalidade. Por fim, entre 2018-2022 pode-se observar crescimento estável, todavia, a trajetória nos dois últimos foi afetada pela pandemia da covid-19. Assim, a média de crescimento foi de 1,86%. A taxa de desemprego variou negativamente (de 12,3% para 9,3%), houve queda da informalidade e elevação dos rendimentos do trabalho. Considerando essas particularidades, buscou-se analisar a dinâmica setorial e espacial do mercado de trabalho na região sudeste do Brasil. Para a consecução do objetivo, foi realizada uma análise exploratória de dados da RAIS a partir do cálculo de medidas de localização e de especialização regional. O objetivo foi identificar padrões de concentração ou dispersão espacial da variável emprego no período. Para evitar heterogeneidades setoriais muito amplas, optou-se por concentrar a análise nos setores extrativos minerais e da indústria de transformação. Os dados para os 1.668 municípios da região Sudeste e 13 setores de atividades indicam persistência de elevadas concentrações de emprego, especialmente dos empregos mais qualificados, em municípios pertencentes a regiões metropolitanas e/ou ao seu entorno. A despeito da possibilidade de desconcentração produtiva e ocupacional, promovida pelas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e pelas reduções dos custos de transporte, é possível observar que o emprego tende a se concentrar em localidades específicas do território, geralmente associadas às economias de aglomeração e às vantagens dos grandes centros urbanos metropolitanos. Além disso, é possível observar que setores específicos, como as atividades extrativas minerais, tendem a se localizar próximas às suas fontes de insumos.

BIBLIOGRAFIA: HADDAD, P. R. Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB, 1989. MARSHALL, A. Princípios de Economia. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova cultura, 1890 [1982]. SABOIA, J.; KUBRUSLY, L. Evolução das ocupações no Brasil no crescimento e na crise: um estudo dos subgrupos principais no período 2003/2017. Economia Aplicada, 25(4), 609-636, 2021. <https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea164989>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2472**

TÍTULO: **ANÁLISE DA GOVERNANÇA NAS FRONTEIRAS MOLHADAS: RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA.**

AUTOR(ES) : **DIEGO ARCANJO DA SILVA CAMPOS**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: O presente trabalho consiste em um relato final referente à bolsa PIBIC concedida ao Grupo Gestão de Segurança e Defesa (LESD/IRID/UFRJ), vinculada ao projeto "Análise da Governança nas Fronteiras Molhadas Brasileiras", proposto no ano de 2022 pela Profª. Drª. Daniele da Silva Dionísio à Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa, financiada pelo CNPq, foi realizada pelo aluno bolsista, Diego Arcanjo da Silva Campos, graduando do bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional, em conjunto com voluntários da mesma graduação, e também da graduação em Relações Internacionais, ambas parte do IRID. Cabe ressaltar que participam das atividades de pesquisa alunos dos períodos iniciais da graduação até os períodos finais. A proposta do projeto consistiu em, por meio da coleta e leitura de referências bibliográficas e documentais, refletir acerca de uma análise da gestão e elaboração de políticas públicas de segurança nas faixas de fronteira brasileiras demarcadas por grandes rios e lagos, propondo de modo complementar a necessidade de construção de um conceito específico de "fronteiras molhadas". A escolha do recorte geográfico para a análise foi definida pela relevância, com base na definição proposta pelo IPEA dos Arcos de Fronteira, sendo então selecionadas as três principais redes fluviais que demarcam as fronteiras brasileiras: as Bacias Amazônica, Pantaneira e Platina. O objetivo principal da pesquisa foi tornar evidente a necessidade de analisar a gestão nas fronteiras molhadas brasileiras de forma diferencial com relação às fronteiras terrestres; e tivemos como objetivos secundários: delinear elementos de governança nas áreas aquáticas brasileiras (sejam elas oceânicas, fluviais, ou portuárias); bem como mapear não apenas o controle das atividades ilícitas nas fronteiras molhadas e principais atores envolvidos, mas também ressaltar a diferença nos modus operandis, por ser essa uma área de fronteira com características de ambientes molhados. Foram realizadas também pesquisas bibliográficas referentes aos aspectos históricos na construção das fronteiras brasileiras; e análises dos documentos estratégicos, programas e projetos de políticas públicas para as fronteiras, observando a existência ou ausência de um olhar específico para áreas molhadas da fronteira. Também foram avaliados os aspectos ambientais e as dinâmicas socioeconômicas nas fronteiras molhadas. Por fim, nos propusemos a expor as singularidades dessas regiões considerando compreender as complexidades que envolvem a gestão de segurança nessas fronteiras, construindo um conceito próprio que possa auxiliar as reflexões acerca da elaboração de políticas públicas para esse espaço.

BIBLIOGRAFIA: BERTUOL, Mário J. e COSTA, Tiago M. C. da. Avaliação da governança das políticas nacionais de fronteiras dos países da América Latina e do Caribe. Revista do TCU. Julho-Dezembro, 2021. PÉGO, Bolívar (coord); MOURA, Rosa; NUNES, Maria KRUGER, Caroline; NAGAMINE, Líria; FERREIRA, Gustavo; MOREIRAR, Paula. Fronteiras do Brasil: Referências para a Formulação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério da Integração Nacional (IPEA), 2021, vol. 6. BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2473**

TÍTULO: **MARKETING DIGITAL NA INDÚSTRIA MUSICAL POP COREANA: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS PLATAFORMAS SOCIODIGITAIS CRIADAS EXCLUSIVAMENTE PARA A COMUNIDADE DE FÃS.**

AUTOR(ES) : **CLARA HELENA RIZZO PORTUGAL, ANNA CAROLLINA AFFONSO VIEIRA DOS PASSOS SOARES, MARCELO VIEIRA DE BRITO RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **NIKIFOROS JOANNIS PHILYPPIS JUNIOR**

RESUMO: A criação de plataformas sociodigitais voltada para a comunidade de fãs de K-pop tem como objetivo principal a criação de um ambiente de comunicação e interação entre fãs e celebridades. A partir do crescimento e popularidade global do K-pop, e visando um mercado amplo, novas plataformas sociodigitais surgiram para marketing digital e com a missão de trazer diversas outras formas de notícias, novidades, modos de aquisição de produtos e mercadorias voltados ao fã, ampla comunicação e novos formatos de interação entre fã e celebridade. A partir deste contexto, esse trabalho tem como objetivo uma análise exploratória das plataformas sociodigitais, utilizando como metodologia a revisão narrativa de literatura e alguns estudos de casos específicos, para traçar o caminho percorrido até as plataformas da atualidade, podendo assim compreender suas finalidades e valores para o mercado da indústria musical, assim como suas implementações que funcionam como instrumentos essenciais para o marketing digital da nova geração no K-pop. O resultado da análise sugere que a criação de plataformas sociodigitais voltadas para a comunidade de fãs foi um fator importante para o aumento da popularidade do K-pop mundialmente, e que a utilização do marketing digital é um dos principais fatores para o constante desenvolvimento de funcionalidades dentro das plataformas, sendo a análise de seus indicadores chave de desempenho (KPI), indispensável em situações de tomadas de decisão sobre os futuros serviços e produtos.

BIBLIOGRAFIA: CIALDINI, Robert B. As Armas da Persuasão. São Paulo: Sextante. 304 p., 26 jul. 2012. DANTAS, Marcos; RIBEIRO, Ana Maria de Almeida. As plataformas sociodigitais coreanas impulsionam o trabalho gratuito dos fãs da banda BTS. In: IX Encontro da ULEPICC. [Os tramas do Imperialismo do Século XXI]. Paraná: UEL, 22/25 de nov. 2022. SEPPÁLA, Desy. K-Pop Marketing Strategy: BTS. 2022. Tese (Bacharelado em Administração de Empresas) — Universidade de Ciências Aplicadas Haaga-Helia, Helsínquia, 2022. Disponível em: <https://www.theseus.fi/bitstream/handle/10024/779747/Desy%20Sepp%C3%A4%20Thesis.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2477**

TÍTULO: **Reprimarização da pauta de exportações da Região Norte do Brasil: conflitos territoriais e socioambientais em territórios indígenas**

AUTOR(ES) : **THAIANA DOS SANTOS VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**

RESUMO: A reprimarização da pauta de exportações é um processo no qual há uma maior exportação de produtos básicos em relação aos manufaturados, mostrando uma reversão ao que tinha sido atingido em períodos anteriores (Michelotti; Siqueira, 2019). Esse fenômeno tem impactado o Brasil devido à expansão das atividades ligadas ao setor primário, tais como a agropecuária e a indústria extrativista, em detrimento da indústria de transformação. O presente trabalho busca entendê-lo, para analisar os fundamentos dos conflitos territoriais e socioambientais, especificamente em territórios indígenas, na Região Norte do Brasil. Analisando dados da Comex Stat do período entre 2000 e 2023, ocorreu uma maior exportação total de produtos básicos em relação a manufaturados nos estados do Acre, Pará, Rondônia, e Tocantins. Nesse sentido, no estado do Pará, o município de Novo Progresso tem sido um epicentro de conflitos relacionados à expansão agropecuária. A pressão da pecuária e o avanço do desmatamento têm levado à invasão de terras indígenas e à degradação dos recursos naturais, exacerbando a violência e a disputa por território. Em Rondônia, o Território Indígena Karipuna, nos municípios de Nova Mamoré e Porto Velho, enfrenta constantes invasões e desmatamento ilegal. Investigação da Polícia Federal, em 2019, revelou indícios de apropriação ilegal de terras para a expansão agropecuária, com consequências graves como as enchentes de 2014 e 2023, ligadas à Usina Hidrelétrica Jirau. Já em Tocantins, em Colinas do Tocantins, a construção da rodovia TO-050 atravessa terras indígenas e tem gerado tensões entre os Xerente e os setores que buscam expandir a infraestrutura, exacerbando conflitos territoriais. Dessa forma, é importante compreender esse tema que, além de atual, envolve minorias em um contexto de violação dos direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa é analisar alguns efeitos do processo de reprimarização nos estados da Região Norte do Brasil, no período contemporâneo e seus efeitos em termos de conflitos territoriais. Os objetivos específicos são examinar a participação de agentes ligados à expansão do agronegócio e da mineração na violência contra grupos indígenas na Região Norte e estudar o impacto da construção de infraestrutura, como rodovias e hidrelétricas, na origem de conflitos socioambientais em territórios indígenas. A metodologia utilizada tem abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira é feita através do exame de notícias e a revisão de conteúdo bibliográfico. Já a abordagem quantitativa refere-se à coleta, análise e sistematização de dados estatísticos de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comex Stat, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário. A análise dos dados e revisão do conteúdo bibliográfico permitirá apontar a relação entre a reprimarização no território brasileiro e as origens de conflitos territoriais e socioambientais na Região Norte do País.

BIBLIOGRAFIA: LAMOSO, Lisandra Pereira. Reprimarização no Território Brasileiro. Espaço e Economia, n. 19, p. 1-31, 27 jul. 2020. MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. Financeirização das Commodities Agrícolas e Economia do Agronegócio no Brasil. Semestre Económico, 22, pp. 87-106, 2019. PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013..

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2594**

TÍTULO: **Para Além do Papel de Coadjuvante: Qual a Importância da Criminologia no Ensino Jurídico?**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FABIO PERIN SHECAIRA**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo realizar um mapeamento e análise acerca dos desafios do ensino da Criminologia, disciplina zetética e caracterizada pela interdisciplinaridade. Para além do debate sobre as técnicas pedagógicas no ensino, busca-se investigar os efeitos deletérios do lugar periférico usualmente atribuído à disciplina na grade curricular das Faculdades. Associado a isso, se pretende demonstrar a importância da Criminologia no Ensino de Direito e na formação profissional-cidadã. São levadas em conta na abordagem o fenômeno da desagregação das disciplinas que compõem as ciências criminais (Direito Penal, Direito Processual Penal, Política Criminal e Criminologia) e seu consequente impacto no ensino criminológico. É utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, de modo a se articular obras e artigos científicos que versam sobre o tema. Também, são levadas em conta a experiência empírica proveniente do exercício da monitoria da disciplina. Com isso, para além do mapeamento de obstáculos e seus efeitos, espera-se articular proposições que visem a mitigação desses desafios, de modo a se ter um aprimoramento do ensino da Criminologia.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Salo. Antimanual de Criminologia. 3. ed. Rio de Janeiro: SaraivaJur, 2024. LYRA FILHO, Roberto. Carta Aberta a um Jovem Criminólogo: teoria práxis e táticas atuais. Revista de Direito Penal, n.28, 1980. LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito?. 11a Edição. ed. [S. l.]: Editora Brasiliense, 1982. Disponível em: [https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17330/material/Texto %208-%20p.%2007-30.pdf](https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17330/material/Texto%208-%20p.%2007-30.pdf). Acesso em: 10 ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2615**

TÍTULO: **SANEAMENTO EM ÁREAS MAIS PRECÁRIAS DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: O CASO DO VIETNÃ NO COMPLEXO DO CANTAGALO**

AUTOR(ES) : **JENNY CARLA GOMES RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO: A pesquisa trata sobre acesso a água e esgoto em área mais precária no Complexo do Cantagalo na Zona Sul do Rio de Janeiro. O objetivo inicial do estudo foi identificar áreas mais precárias no interior do Cantagalo, para, em seguida, analisar o quadro da situação de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores. No estudo desenvolvido, identificamos como exemplar de área mais precária o caso do lugar denominado Vietnã, que se situa no ponto mais alto do morro, e apresenta moradias improvisadas, sem articulação com água e esgoto. Para o estudo foi tomado como fundamento teórico básico a ideia de infraestrutura para além de objeto técnico, tratado como algo estanque dos demais elementos do território, mas por sua dimensão social de seu papel de articulação da moradia com os serviços básicos que possibilitam sua inserção no mundo urbanizado, focando assim na fruição efetiva dos serviços provenientes de redes pelos moradores, transformando a casa de mero abrigo em um lar. A metodologia do estudo tem caráter qualitativo, com exame inicial dos dados quantitativos oficiais, e combina visitas exploratórias, entrevistas semi-estruturadas com os moradores, observação da tipologia das moradias e de seu interior, analisando as percepções que os habitantes tem sobre permanências e mudanças nos arranjos internos das casas, e suas rotinas, diante da problemática do acesso a água e esgoto, se contrastando esta percepção com observação direta de campo, com tomada de imagens fotográficas e croquis dos interiores das casas. Como resultado preliminar apontamos para um cenário precário, composto de casas de madeiras e de pau-a-pique. A água chega através de canos e mangueiras auxiliadas por bombas d'água e ficam aparentes no caminho. Quando os moradores não descem com o lixo, ele é jogado na encosta ou queimado. Os serviços urbanos não chegam até essa área, que futuramente deve ser removida. É preciso acordar de madrugada para sair à busca do líquido, e tem carência ainda mais importante quanto a ausência de coleta de esgoto sendo despejado em valão a céu aberto com acúmulo de lixo. Face ao quadro analisado se pode apontar para a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos pelos moradores os colocando à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: DUPUY, Gabriel.(1985) Systèmes. Réseaux et Territoires. Paris: Press d'Ecole Nattionale des Pontes et Chaussées. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul. MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2616**

TÍTULO: **A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA E SUA PROMESSA CONSTITUCIONAL: UM OLHAR PARA O RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **NATHALIA BARBOSA BAIA SALES SABOIA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: O projeto tem como tema a Segurança Pública como um direito fundamental, e seu objetivo é analisar a Promessa Constitucional nesse mesmo âmbito. A pergunta que se pretende responder com este artigo é: como o direito à segurança pública foi articulado e frustrou-se, principalmente, no Rio de Janeiro? Para isso, a metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica e, secundariamente, a análise de dados para sustentar a pesquisa. A revisão bibliográfica teve como base principal a tese de Daniel Capecchi - A Promessa da Constituição e, também, Hannah Arendt, tendo sido utilizada como base teórica para uma melhor compreensão do que foi proposto. Os dados supracitados são, sobretudo, do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), do Centro de Estudo de Segurança e Cidadania (CESeC), do Instituto Fogo Cruzado e, por fim, Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (Geni), da UFF. Além disso, a ADPF das favelas também foi uma importante medida a ser analisada nesse contexto. Sendo assim, o objetivo principal do projeto é analisar em que medida a Promessa Constitucional de Segurança Pública não se concretizou, especificamente, no Rio de Janeiro. Como falado anteriormente, o projeto foi desenvolvido à luz da teoria da promessa constitucional, desenvolvida por Daniel Capecchi, com fundamento na teoria de Hannah Arendt. Portanto, o objetivo do artigo foi, em suma, analisar a tese de Capecchi e as ideias de Arendt e aplicá-las ao direito fundamental à segurança, a partir de uma análise concreta dos dados existentes. Com isso, pôde-se analisar, por meio de dados empíricos, a não concretização desse direito - continuando apenas uma Promessa Constitucional.

BIBLIOGRAFIA: ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2007. _____. Sobre a revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. NUNES, Daniel Capecchi. Promessa constitucional e crise democrática: o populismo autoritário na Constituição de 1988. 2020. 457 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/18110/2/>. Acesso em 30 out. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2667**

TÍTULO: **DESIGUALDADE NO ACESSO A ÁGUA APÓS A CONCESSÃO PRIVADA NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **EMILY BONAGURA NEVES DE SOUZA, STEFANNY FIGUEIREDO CUNHA, FELIPE RISTUCCIA, PATRICIA FINAMORE ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **SUYÁ QUINTSLR**

RESUMO: Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), que desde a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, eram geridos pela CEDAE, uma companhia estadual de economia mista (OLIVEIRA et al., 2023), foram concedidos à iniciativa privada em 2021, através de um modelo desenvolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essa modelagem resultou na divisão do estado em quatro blocos de concessão, nos quais os serviços passaram a ser prestados pelas empresas Águas do Rio, Iguá Saneamento e Rio Mais Saneamento, por um período mínimo de 35 anos. Este trabalho tem como objetivo entender o contexto da privatização e as implicações das mudanças nos serviços de abastecimento de água para o quadro de desigualdade no acesso aos serviços. Para isso, a análise será focalizada na empresa Águas do Rio, responsável pelos blocos 1 e 4 do estado do Rio de Janeiro. A análise se limitará geograficamente aos municípios atendidos pelo macro sistema Guandu-Lajes-Acari: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Paracambi, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica (QUINTSLR, 2023). Inicialmente, foi constatado a partir do Plano Diretor de Água (PDA) do município do Rio de Janeiro, elaborado pela empresa, que o projeto de investimento do grupo Águas do Rio intensifica a desigualdade socioespacial no acesso ao consumo de água entre as áreas centrais e periféricas do município, ao assegurar maior vazão per capita de água para algumas regiões. Esses dados, alinhados com o campo da Ecologia Política da Água, indicam uma problemática de dimensão histórico-estrutural no próprio desenvolvimento do sistema técnico de saneamento no estado, que resiste a estratégias voltadas para a promoção de um acesso universal, justo e equitativo à água. Para sustentar esta hipótese, serão abordados temas como direito à cidade e justiça ambiental, a fim de oferecer uma dimensão teórica crítica das relações de poder que perpetuam no acesso desigual de recursos naturais, referente a um contexto de modernização do sistema conciliado com a economia de mercado. A bolsista PIBIC e os pesquisadores voluntários, autores do trabalho, vêm atuando na leitura de textos sobre saneamento básico e sistematização dos dados dos PDAs.

BIBLIOGRAFIA: QUINTSLR, S. Da Crise Hídrica à Ecologia Política da Água. Megaprojetos de abastecimento e injustiça ambiental no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora Ltda, 2023. OLIVEIRA, Aercio B. de; FRANÇA, Bruno A. de; SANTANA, Caroline dos S.; NASCIMENTO, Clara de L.; SILVA, Guilherme P. da (org.). Caminho Das Águas: quem paga tem e quem não pode pagar, fica sem?. Rio de Janeiro: Fase, 2023. SOUZA, Cezarina Maria Nobre; COSTA, André Monteiro; MORAES, Luiz Roberto Santos; FREITAS, Carlos Machado de. Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade e ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2723**

TITULO: **Colonialismo e colonialidade na amazônia xinguana: o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte no médio Xingu**

AUTOR(ES) : **HIGOR PAIVA NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE MOURA CARNEIRO CAMPELLO**

RESUMO: No decorrer de sua história moderna, a Amazônia se tornou um espaço de espoliação, subalternização e folclorização. A chegada dos colonizadores no século XV modificou as estruturas socioeconômicas e culturais da região, em benefício do projeto de Estado Nação capitalista europeu e, posteriormente, brasileiro(Loureiro, 2005). A catequização, escravização e desterritorialização configuraram-se como ferramentas imprescindíveis para este processo, o qual gerou a ideia da Amazônia como um lugar vasto, misterioso e povoado por selvagens(Oliveira, 1988). Entretanto, apesar de tais artifícios alterarem substancialmente o território, presentemente persistem áreas com epistemes contra hegemônicas, além de uma gigantesca floresta tropical que ora é visualizada como obstáculo, ora como solução(Gonçalves, 2015). Com a securitização da pauta emergência climática, os atores mundiais buscam, em seus respectivos limites e contradições, modos de desacelerar a elevação da temperatura planetária, logo, a preservação de grandes áreas florestais é considerada ponto chave para tal meta(Becker, 2005). Nessa conjuntura, a preocupação com a conservação da região amazônica se transforma em pauta global e bastante debatida em âmbito público e midiático. Lar de grandes recursos hídricos, florestas continentais e imensa variedade genética, o território é considerado como o "heartland" ecológico e, em variadas ocasiões, é referido como "Pulmão do mundo"(Campello, 2013). Entretanto, quando se olha a Amazônia, enxerga-se os amazônidas? O histórico aponta que os projetos destinados à região se concentraram apenas nos recursos naturais, a serem preservados ou explorados, não em realizar a emancipação socioeconômica das populações locais(Gonçalves, 2015). O que remete a campos sistêmicos que ressoam a ações colonizadoras. Um exemplo de tal argumento se consagra com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, pelo Consórcio Norte Energia, na região paraense do médio Xingu, a qual será utilizada como estudo de caso neste trabalho. Empreendimento este que, em nome da segurança energética nacional, desviou o curso do rio Xingu para o represamento do lago da hidrelétrica, gerando graves prejuízos socioambientais nas populações locais e inúmeras denúncias de violações de direitos humanos(Herrera; Santana; 2016). Utilizando-se do referencial teórico oriundo dos preceitos da Economia Política Internacional, dos Estudos decoloniais/pós coloniais e de análises próprias acerca da região, a fim de ambientar o objeto de estudo na lente crítica proposta de lugar colonizado e periférico, o objetivo central desta pesquisa se consagra em investigar se a construção da hidrelétrica de Belo Monte se configura como mais um instrumento de colonialismo e colonialidade brasileiro na Amazônia Xinguana, no contexto teórico do sistema mundo moderno colonial. A metodologia da pesquisa possui caráter qualitativo, de viés documental, exploratório e bibliográfico.

BIBLIOGRAFIA: CAMPELLO, Marcelo de Moura Carneiro. A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: impactos e pressões sobre a Amazônia brasileira. Espaço aberto, v. 3, n. 2, p. 131-148, 2013. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, amazônidas. Editora Contexto, 2005. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia colônia do Brasil. Editora Valer, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2727**

TITULO: **CINEMA E ESTEREÓTIPOS: O PAPEL DO SOFT POWER ESTADUNIDENSE NA PERCEPÇÃO DO LATINO-AMERICANO**

AUTOR(ES) : **LETICIA DE ALMEIDA MACIEL, JÚLIA CARVALHAL RIOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O presente artigo tem como foco uma análise detalhada sobre os impactos do cinema americano na representação dos latino-americanos e os efeitos dos estereótipos na percepção social e auto imagem deles. Explora-se o papel dos Estados Unidos como um grande ator na disseminação cultural de ideias através do cinema, com Hollywood sendo um importante símbolo deste poder. É fundamental o conceito de soft power, introduzido por Joseph Nye, que se refere à capacidade de um país influenciar outros através da cultura, valores e políticas, em contraste com o uso de força militar ou econômica. O soft power estadunidense através do cinema pode tanto consolidar uma imagem hegemônica quanto abrir espaços para reinterpretções culturais. O artigo utiliza teorias sobre identidade e estereótipos e exemplos específicos de filmes antigos como West Side Story (1961) e Evita (1996) para a construção desses estereótipos e examina suas implicações para as relações interculturais e a identidade latino-americana. O trabalho utiliza também de séries de TV e filmes recentes como Modern Family (2009) e In The Heights (2021) que podem ou não ainda reforçarem essas representações. Conclui-se, nesse artigo, a importância de uma representação equilibrada e autêntica nas produções cinematográficas e propondo caminhos para que a indústria do entretenimento colabore na promoção de uma compreensão mais profunda e respeitosa entre as culturas e sociedades.

BIBLIOGRAFIA: BHABHA, Homi K. The Location of Culture. London: Routledge, 1994. EVITA. Direção: Alan Parker; Roteiro: Alan Parker e Oliver Stone. 1996. IN THE HEIGHTS. Direção: Jon M. Chu; Roteiro: Quiara Alegria Hudes e Lin-Manuel Miranda. 2021. MODERN FAMILY. Criadores: Christopher Lloyd e Steven Levitan. 2009-2020. NYE, Joseph S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. New York: Public Affairs, 2004. SHAPIRO, Michael. 2009. Cinematic Geopolitics. New York: Routledge. WEST SIDE STORY. Direção: Robert Wise e Jerome Robbins; Roteiro: Ernest Lehman. 1961.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2729**

TÍTULO: **Políticas públicas para ecossistemas de empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA LU NI,GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA LÈBRE LA ROVERE**

RESUMO: Objetivos Analisar que lições da experiência internacional podem se traduzir em sugestões aos formuladores de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro. Palavras-chave: capacidades estatais; ecossistema de empreendedorismo; políticas públicas. Metodologia De agosto de 2022 até janeiro de 2024, foram realizados leituras e resumos de materiais acadêmicos relevantes, focando no caso do estado do Rio de Janeiro, para entender a relação entre os ecossistemas de empreendedorismo, as políticas públicas e o desenvolvimento regional. De fevereiro de 2024 até o período atual, foram feitas buscas em bases de periódicos (Periódicos CAPES, Google Scholar, Scielo e Web of Science), seleção, leituras e resumos de documentos acadêmicos relacionados aos temas de capacidades estatais, políticas públicas e ecossistemas de empreendedorismo. Foram localizados inicialmente 18338 artigos. Após leitura dos títulos dos artigos, eliminação de artigos duplicados e daqueles não aderentes ao tema de pesquisa, chegou-se ao total de 19 artigos. Após leitura dos resumos, foram selecionados 14 artigos para a pesquisa. Resultados Obtidos No Brasil, é necessário criar ambientes mais favoráveis para os empreendedores já existentes no curto prazo, e dar maior suporte à educação no longo prazo (Farinha et al.; 2020; Kantis et al.; 2020). Os ecossistemas de empreendedorismo, embora necessitem da cooperação eficiente entre os agentes neles existentes para garantir a sua sustentabilidade, apresentam singularidades que tornam as políticas públicas "one size fits all" irrealistas (Candeias et al., 2022; Wei, 2022). O governo deve dar maior apoio aos empreendedores schumpeterianos de alto impacto, ao invés daqueles replicadores ou imitadores, pois os primeiros apresentam maior grau de dificuldade na replicação e relação custo-benefício mais alta. Porém, devido à natureza imprevisível ex ante de firmas schumpeterianas as políticas de cima para baixo acabam prevalecendo sobre as políticas de baixo para cima. (Henrekson et al., 2022). Considerações finais Pode-se dizer que a capacidade mais importante do Estado no fomento ao ecossistema de empreendedorismo é a formulação e implementação de políticas eficientes, as quais atendem às suas necessidades em cada estágio do seu desenvolvimento, e que são de baixo para cima. No caso do Brasil, as prioridades dessas políticas devem ser melhorias no ambiente de empreendimentos e na educação, no curto e longo prazo, respectivamente.

BIBLIOGRAFIA: FARINHA, L. et al. Entrepreneurial dynamics and government policies to boost entrepreneurship performance, in Socio-Economic Planning Sciences 72 (2020). HENREKSON, M. et al. Schumpeterian entrepreneurship : coveted by policymakers but impervious to top-down policymaking, in Journal of Evolutionary Economics (2022) 32:867-890. MARESCH, D. et al. Hotspurs in, sober bores out : A call and an agenda for entrepreneurship and innovation policies that foster rapidly scaling ventures, in Technological Forecasting & Social Change 196 (2023).

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2802**

TÍTULO: **VIDA PÚBLICA: COMO OS TEMAS REPUBLICANOS IMPACTAM A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES E DE ENSINO DO ESTADO**

AUTOR(ES) : **LUIS FELIPE TAVARES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO: O presente projeto de pesquisa e extensão é uma parceria entre o IPPUR e o IRID. Ele visa trabalhar em conjunto com a comunidade escolar, professores, alunas(os), pais, responsáveis e técnicos da área educacional das redes municipal, estadual e federal que tenham de integrar e acolher, no dia a dia escolar, crianças refugiadas e/ou migrantes. Os alunos pesquisadores e extensionistas organizaram três encontros com a escola municipal Capistrano de Abreu para os alunos do 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. No primeiro encontro, apresentamos aos alunos do 4º e 5º ano o livro "Doçura", somente de imagem, de Anna Cunha e Emília Nuñez. Apresentamos as imagens do livro, contamos a narrativa, descrevemos os personagens: as mulheres, as professoras, as crianças, o meio ambiente. Para complementar, também colocamos a música 'Não é proibido' de Marisa Monte, que faz referência à infância e doçura. O objetivo dessa atividade foi incentivar as crianças a refletirem sobre a "doçura" em suas diversas manifestações: uma doçura para com o próximo, que vai além do simples acolhimento, englobando também o cuidado e a empatia. No segundo encontro, apresentamos novamente o livro para as turmas do 3º e 5º ano. Em seguida, realizamos a atividade do dia: o plantio das mudas. Durante essa atividade, focamos nas partes importantes do livro, como a mãe grávida na balança com o gatinho, a criança lendo com a mãe na biblioteca junto com outras crianças, e as crianças na árvore, representando união, afeto e acolhimento. No terceiro encontro, participamos da festa junina da escola. Alguns extensionistas foram até lá para ajudar nas barracas de brincadeiras e comidas, auxiliar as professoras e dar atenção às crianças. Propusemos às crianças que, se seguissem e cumprissem as orientações apresentadas, teriam uma surpresa: um piquenique. Ao final de todo o processo, foi possível perceber a capacidade e o desejo das crianças em compreender as circunstâncias e experiências de outras pessoas, reconhecendo que cada indivíduo possui uma trajetória única. Os temas abordados enriqueceram os alunos com novos conhecimentos que podem ser aplicados em situações futuras, especialmente quando se depararem com alguém em um contexto diferente do seu, como no caso de uma pessoa em situação de migração, por exemplo. Esse aprendizado os preparou para agir com mais empatia e compreensão diante da diversidade de vidas e realidades que existem ao seu redor. O envolvimento constante dos alunos foi essencial para que o projeto tenha obtido resultados tão satisfatórios e para que o grupo de extensão se encoraje em levar o projeto adiante com outras escolas na cidade do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: Livro "Doçura", Anna Cunha e Emília Nuñez Livro "Ser estrangeiro" , João Paulo Charleaux Música "Não é proibido" de Marisa Monte

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2817**

TÍTULO: **REPLICAÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO COM A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO R**

AUTOR(ES) : **BRUNA MIRANDA,GABRIELA DE OLIVEIRA LOPES**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: Este trabalho consiste em apresentar o processo de replicação do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), produzido pelo Observatório das Metrópoles a partir dos dados decorrentes do Censo Demográfico do IBGE (2010), utilizando a linguagem de programação R. O Índice de Bem-Estar Urbano ajuda a compreender como os bens coletivos urbanos são social e territorialmente distribuídos pelo Estado, a fim de explorar como algumas das esferas mais importantes da vida, principalmente nos grandes centros urbanos, perpassam e dependem da disponibilidade dos mesmos. Desse modo, o IBEU se faz necessário para o acompanhamento das condições de vida urbana das regiões metropolitanas do Brasil, permitindo analisar as desigualdades urbanas e como elas se apresentam no território. O Índice de Bem-Estar Urbano abrange 5 dimensões, sendo estas: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana e tem por objetivo analisar o nível das condições urbanas – serviços que só podem ser consumidos e adquiridos de modo coletivo, como pavimentação, rede de esgoto, arborização, entre outros bens públicos que são promovidos pelo Estado – necessárias para manter-se de maneira adequada nas cidades e, principalmente, nas metrópoles brasileiras. Sendo assim, o trabalho se deu a partir da construção de scripts no software de programação R capazes de reproduzir os resultados do IBEU e de cada uma de suas dimensões, por exemplo – e para efeito de validação da réplica – para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tendo o cálculo e a sua representação gráfica no território apresentados através da plotagem de mapas, tudo no mesmo script, simplificando todo o processo do cálculo do Índice de Bem-Estar Urbano.

BIBLIOGRAFIA: Ibeu: índice de bem-estar urbano / organização Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Ibeu municipal: Índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros / Luiz César de Queiroz Ribeiro e Marcelo Gomes Ribeiro (Orgs), 2016. JUN, G. Introdução à Ciência de Dados em R. Disponível em: .

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2818**

TÍTULO: **ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES FISCAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO COM OS DA BAIXADA FLUMINENSE**

AUTOR(ES) : **CARLOS EDUARDO GAVINO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: O presente trabalho consiste em uma análise de indicadores fiscais referentes ao município do Rio de Janeiro, comparando os resultados obtidos com os da região da Baixada Fluminense. O objetivo do trabalho é fornecer dados econômicos significativos sobre o município do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense e realizar uma análise comparativa crítica acerca dos resultados obtidos. A questão que busco responder é como se dá a situação fiscal do município do Rio de Janeiro em comparação com a Baixada Fluminense no ano de 2022. Para responder, foi necessário a elaboração de uma estrutura de indicadores fiscais utilizando dados mais recentes sobre as despesas e receitas, provenientes do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Ao todo, foram feitos 17 indicadores, chamados apenas de Indicador 01, Indicador 02, assim sucessivamente, concebidos por meio de diferentes cálculos, utilizando-se de diferentes tipos de despesas e receitas. Essa estrutura foi feita por meio da linguagem de programação R, que possibilita a análise estatística e visualização de dados. Em relação aos resultados esperados, é provável que o Rio de Janeiro possua indicadores melhores do que a Baixada Fluminense, visto que é uma região mais populosa e também é a capital do estado. Considerando o que foi apresentado, espero que essa análise possa contribuir positivamente para futuras discussões acerca do âmbito fiscal.

BIBLIOGRAFIA: GARSON, Sol. Indicadores fiscais metropolitanos. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2009. BRASIL. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2889**

TÍTULO: **ConfrontArt- Relato de Extensão**

AUTOR(ES) : **GISELE DOS SANTOS MIRANDA,GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: O Projeto de Extensão ConfrontArt realiza encontros semanais que têm por objetivo trazer a Arte (literatura, cinema, pintura e outras expressões artísticas) e suas categorias epistemológicas para dentro de um debate sobre Direito, Sociologia, Política e Ciências Sociais aplicadas. O projeto conta com a participação de Grupos de Pesquisa e Extensão da UFRJ – INPODDERALES (Profa. Dra. Lilian Balmant); UFG – Regional Goiás – Cinema, Gênero e Diversidades (Profa. Dra. Silvana Beline Tavares); e UFSC – Relações Internacionais – GEPPIC (Profa. Dra. Danielle Ayres); contando também com apoio da Red de Mujeres Constitucionalistas da América Latina. Os encontros, em formato de palestras e seminários, ocorrem semanalmente pela plataforma do youtube, no canal GEPPIC da UFSC, e além da interação ao vivo com o público, permanecem gravados para a posterioridade. O Projeto se destaca por seu compromisso com a inclusão e a diversidade. Com um foco especial na participação de mulheres e na promoção de debates que envolvem questões de gênero e diversidade, o projeto cria um espaço onde vozes historicamente marginalizadas podem ser ouvidas e valorizadas. A parceria com a Red de Mujeres Constitucionalistas da América Latina exemplifica esse compromisso, ao fortalecer a presença feminina no campo acadêmico e jurídico. Além disso, o ConfrontArt busca trazer discussões sobre Direito de maneira dinâmica, rompendo com abordagens tradicionais e dogmáticas. Ao integrar arte e suas diferentes formas de expressão aos debates jurídicos e sociais, o projeto proporciona uma reflexão crítica e multifacetada, incentivando o pensamento criativo e a troca de ideias em um ambiente inclusivo e acolhedor.

BIBLIOGRAFIA: Luykx, A. (2016). Introdução: Línguas indígenas americanas em contato e em contexto. International Journal of the Sociology of Language, 2016, 1 - 7. <https://doi.org/10.1515/IJSL-2016-0012>. Cook, E., & Wilcox, C. (1991). Feminismo e a lacuna de gênero — um segundo olhar. The Journal of Politics, 53, 1111 - 1122. <https://doi.org/10.2307/2131869>.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **2905**

TÍTULO: **ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR NOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES: O NAJUP LUISA MAHIN COMO COLABORADOR DO PROJETO “DEFENSORIA EM AÇÃO NO CAMPO”**

AUTOR(ES) : **ANSELMO SALGADO FERREIRA, CECÍLIA CAFÉ BALDANI, PEDRO HENRIQUE DANTAS RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, FERNANDA MARIA VIEIRA, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO: Este trabalho versa sobre a ação de extensão feita pelos estudantes de graduação e de pós-graduação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luisa Mahin, como grupo colaborador ao Projeto “Defensoria em Ação no Campo”, da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que inicialmente era realizado nas periferias da cidade carioca. Após a provocação feita pela Comissão de Soberania Alimentar da Assembleia Estadual do Rio de Janeiro (ALERJ), dirigida pela Deputada Estadual Marina do MST, impulsionou-se a sua ampliação aos assentamentos e acampamentos rurais. Tal projeto tem como fito prestar assistência social e jurídica para trabalhadores e trabalhadoras rurais, mobilizando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a DPU (Defensoria Pública da União), o DETRAN-RJ (Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro) e o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), a partir de uma atuação em rede, a fim de proporcionar a democratização do acesso aos diversos serviços gerais e administrativos do Estado. As principais requisições tratam de: retirada de certidão de nascimento e segunda via de documento de identificação; cadastramento dos acampados como interessados/beneficiários da Política de Reforma Agrária; liberação da Certidão de Agricultura Familiar (CAF), de créditos rurais e outras políticas públicas para assentados; aposentadoria rural; licença maternidade rural; divórcio, entre outras. A ação de extensão do NAJUP Luisa Mahin tinha por objetivo auxiliar na organização da atividade, por meio da triagem e da orientação das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais para os aludidos entes estatais, conforme a natureza da demanda apresentada, por cada pessoa atendida. A ação foi feita nos Assentamento Dandara dos Palmares (06/04/2024), Assentamento Antônio de Farias e Acampamento Leonel Brizola (18/05/2024), Assentamento Josué de Castro e Acampamento 15 de Abril (este, em específico, contou com triagem prévia em 08/06/2024 e a ação foi em 22/06/2024), todos na zona rural de Campos dos Goytacazes e junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Rio de Janeiro. Os autores participaram indo diretamente em tais lugares, auxiliando no direcionamento aos órgãos respectivos e dialogando para identificar eventuais demandas. Trata-se de uma ação de extensão dialógica, onde a partir das falas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, buscou-se as instituições responsáveis para a concretização da política pública almejada pelas famílias. O trabalho se desenvolveu por meio do método empírico, a partir da metodologia qualitativa. Como resultado, esperamos ter contribuído para a efetivação do acesso aos serviços públicos e aos direitos. A ação buscou romper com o isolamento do campo acadêmico, resgatando a função social da Universidade Pública, contribuindo com uma perspectiva crítica na formação dos estudantes de Direito.

BIBLIOGRAFIA: CARNEVALE, Viviane; CHAVES, Thamires Azeredo; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; NASCIMENTO, Matheus de Oliveira. Memórias de Luta, Resistência e Organização Popular: a Trajetória do Najup Luiza Mahin e o Papel da Extensão na Função Social da Universidade. Revista Eletrônica OAB/RJ. Edição Especial “Os 130 Anos da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ”, 2021. CORREA, L. C.; ESCRIVÃO, A. F.; SOUZA, J. G. J. Experiências compartilhadas de acesso à justiça: reflexões teóricas e práticas - A expansão semântica do acesso à justiça e o direito achado na assessoria jurídica popular. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2016. FREIRE, Paulo. Comunicação ou Extensão?. 8a ed. Rio de Janeiro: 1985.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2926**

TÍTULO: **A INOVAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL ATRAVÉS DOS BANCOS PÚBLICOS: INSTRUMENTOS HÍBRIDOS**

AUTOR(ES) : **JAMYLLI MARQUES DA CRUZ, LUCAS CARVALHO DE SOUSA BORGES**

ORIENTADOR(ES): **ALBERTO DE OLIVEIRA**

RESUMO: PROBLEMÁTICA Os bancos públicos como uma alternativa para expandir os serviços públicos. A pesquisa está focada na ODS 11-cidades sustentáveis e na ODS 6-água e saneamento. O suporte dos bancos públicos para comunidades e pequenos municípios traz desdobramentos positivos em diferentes campos: (i) econômico: articulação com políticas de geração de emprego e renda; (ii) social, articulado com recortes de gênero, raça e etnia e; (iii) ambiental, mitigação das mudanças climáticas OBJETIVO: identificar limitações e potencialidades para ampliar o financiamento de projetos vinculados a ODS 6 e ODS 11, por duas abordagens: (i) da perspectiva dos bancos públicos e (ii) da perspectiva dos municípios e comunidades. POTENCIAL DE INOVAÇÃO: do lado dos bancos, explorar o modelo de financiamento blended finance, proposto pelas Nações Unidas (em 2015) que é pouco desenvolvido dentro e fora do Brasil. Do ponto de vista dos municípios e comunidades, desenvolver tecnologias sociais ajustadas às necessidades de pequenas cidades e comunidades. METODOLOGIA: (i) definição do marco conceitual; (ii) diagnóstico; (iii) identificar as limitações dos bancos para financiar e as restrições das comunidades e municípios para desenhar projetos financiáveis; (iv) criação de base de dados de projetos financiáveis geridos por municípios e comunidades; (v) criar plataforma digital para sistematizar o banco de dados e disponibilizar material didático, artigos científicos, entrevistas e experiências. Incentivar a formação de fórum de discussão envolvendo bancos, municípios e comunidades. RESULTADOS ESPERADOS: (i) aumentar a oferta água, saneamento e energia renovável; (ii) sistematizar estratégias de serviços públicos providos prefeituras e comunidades; (iii) desenvolver tecnologias de impacto social ajustadas ao contexto de comunidades e municípios; (iv) incentivar políticas de emprego e renda. Ao longo da literatura econômica o papel desempenhado pelos Bancos públicos foi alvo de discussão, atribuindo-lhe diversas funções. Essas instituições possuem a capacidade de fornecer recursos financeiros de longo prazo com taxas de juros inferior às praticadas pelo mercado privado. Embora essas instituições públicas possuam potencial para gerar benefícios à sociedade, sua atuação permanece restrita devido à natureza de projetos que geralmente demandam um longo período para se concretizarem. Isso resulta na absorção integral, pelos bancos públicos, dos riscos associados a esses investimentos. Assim, é preciso um caminho alternativo que diminua tais riscos, sendo a parceria entre o capital público e privado a perspectiva que demonstra maior capacidade de eficiência nesse sentido. A união desses recursos em projetos é chamada de Blended Finance. Dessa forma, os riscos associados aos projetos de financiamento são divididos de forma que esses investimentos se tornam mais viáveis, aumentando o alcance e capacidade das iniciativas pró-públicas.

BIBLIOGRAFIA: MAZZUCATO, Mariana. (2011). O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. CARVALHO, Laura. Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado. Todavia, 2020. MAROIS, Thomas. A dynamic theory of public banks (and why it matters). Review of Political Economy, v. 34, n. 2, p. 356–371, 2022

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3049**

TÍTULO: **DESJUDICIALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO CIVIL POR QUANTIA CERTA A PARTIR DO PROJETO DE LEI 6.204/2019**

AUTOR(ES) : **RAQUEL DE OLIVEIRA SANTOS GASPAR**

ORIENTADOR(ES): **MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA**

RESUMO: A presente comunicação busca discutir a temática da desjudicialização do processo civil, sobretudo no que se refere aos procedimentos de execução por quantia certa, que têm como características fundamentais a certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo. Trata-se, portanto, de trabalho voltado à percepção crítica ao modelo executivo adotado no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista as diversas fases da atividade para a tentativa de entrega jurisdicional, que por vezes é frustrada ao se considerar a falta de estrutura do Poder Judiciário para o suporte da demanda. Acrescenta-se, ao mesmo cenário, a ausência de recursos suficientes para tal, sejam eles no tocante à mão de obra ou orçamentários. Paralelamente, na tentativa de dirimir a sobrecarga do Judiciário, mencionam-se os Métodos Adequados de Solução de Conflitos, sendo a desjudicialização uma de suas facetas, que surgem de acordo com as demandas instauradas e de modo a abarcar as especificidades de cada uma. Desta feita, o estudo pauta-se, em sede de objetivos, na pesquisa quanto à viabilidade da desjudicialização, para a esfera extrajudicial, dos procedimentos de execução cível, com fulcro no Projeto de Lei 6.204/2019 e com ênfase nas principais características do referido projeto e de sua inserção no ordenamento jurídico. Hodiernamente, a referida legislação, em tramitação no Senado Federal, busca uma reformulação no sistema do Poder Judiciário, retirando-lhe parte da competência originária para a atividade executiva e atribuindo-a aos cartórios notariais, sendo esses, nesse sentido, os novos agentes de execução dotados para tal prestação. Para além, necessária a elaboração de quadro comparativo com o modelo de execução português, no qual o Brasil se inspirou em diversos posicionamentos, como na adoção do processo sincrético, a título de exemplo. A metodologia adotada para tal exploração encontra respaldo no método explicativo, a partir da revisão literária, modelo por qual se busca que a temática se torne inteligível, esclarecendo quais fatores contribuem, de alguma forma, para a configuração do cenário narrado, uma vez que possui o escopo de orientar pesquisas que utilizam fontes interpretativas para a compreensão de determinados fenômenos sociais e as peculiaridades dos sujeitos envolvidos. Em suma, a proposta de desjudicialização possui uma nova configuração do tradicional processo sincrético, dispondo de um processo uno, composto por fases ou incidentes que se desenvolvam diante dos cartórios extrajudiciais e do Poder Judiciário, que por fim, tendem a se complementar e coordenarem entre si para a efetividade da prestação jurisdicional contemporânea, respeitadas as garantias legais do processo.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Projeto de Lei 6.204/2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm+8041988&ts+157850753905&disposition+in line>. Acesso em: 06 ago. 2024. HEACKTHEUER, Pedro Abib; LOPES ASSIS, Ana Cláudia Miranda. A desjudicialização da execução civil: uma tendência universal a ser seguida pelo Brasil. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v17, n. 1, 1º quadrimestre de 2021. Disponível em: www.univali.br/direitoopolitica - ISSN 1980-7791. Acesso em: 10 jul. 2024. OLIVEIRA, Carlos Eduardo de Elias. A Desjudicialização Da Execução Civil: Papel Dos Serviços Notariais – Migalhas. Migalhas, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3074**

TÍTULO: **A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E O NASCIMENTO INDESEJADO EM DECORRÊNCIA DA RECUSA MÉDICA À ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA FEMININA.**

AUTOR(ES) : **CAROLINA SILVINO DE SÁ PALMEIRA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO: A Lei 14.443 de 2022 alterou substancialmente o conteúdo da lei 9.263/96 que regulamenta o planejamento familiar nos moldes instituídos pela Constituição da República de 1988. Trata-se de conquista legislativa que assegura maior autonomia reprodutiva à mulher que, até então, dependia da autorização do cônjuge para a realização de esterilização voluntária. Dados do Ministério da Saúde apontam que houve um aumento de 99,4% dos registros de procedimentos. Todavia, pode-se dizer que os dados não garantem que está plenamente assegurado o direito ao próprio corpo, uma vez que a recusa médica está protegida pela objeção de consciência, assegurada em algumas resoluções como, por exemplo, na Resolução CFM nº 2.217 de 2018 e parecer CREMEC n.º 4/2023. Sabe-se, por outro lado, que não há previsão legal para a responsabilidade civil do médico caso ocorra a gravidez indesejada, já que não há previsão legal. Desse modo, tem-se como problema o conflito entre a objeção de consciência e a responsabilidade civil do médico por nascimento indesejado decorrente da recusa em realizar a laqueadura. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é elaborar uma análise crítica da objeção de consciência à luz do direito ao livre planejamento familiar e do princípio da paternidade responsável previsto no artigo 226, §7º da CRFB. Cumpre destacar que o presente trabalho não tem como objetivo tratar das questões atinentes à responsabilidade civil médica por cirurgias malsucedidas, conhecidas como ações de wrongful conception. Espera-se, ao contrário, com a referida pesquisa, analisar a responsabilidade civil médica pelo nascimento indesejado em decorrência da recusa do médico em realizar a esterilização voluntária feminina dentro dos parâmetros legais, com base na objeção de consciência. Como objetivo específico, o presente trabalho deseja encontrar uma solução legal para promover maior autonomia reprodutiva e sexual para a mulher e, com isso, concretizar o princípio da igualdade estabelecido no artigo 5º, da Constituição da República. Observou-se que a ausência de critérios objetivos para a análise da objeção de consciência favorece a utilização de argumentos de ordem moral para amparar a recusa da realização do procedimento. Como resultado, espera-se, ainda, conhecer as reais motivações das recusas médicas para a realização da esterilização voluntária, especialmente a laqueadura. Para tanto, a metodologia empregada será a revisão bibliográfica e a análise de casos jurisprudenciais pelo método quantitativo e qualitativo.

BIBLIOGRAFIA: BBC NEWS MUNDO. Os obstáculos enfrentados por mulheres que não querem ser mães e tentam laqueadura na América Latina. [S.l.], 09 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c97pm77v10no>. Acesso: 10 ago. 2024. CARNAUBA, Daniel Amaral. RESPONSABILIDADE CIVIL E NASCIMENTO INDESEJADO. PREJUIZOS REPARÁVEIS. 307 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. GODOY, Gabriel Gualano de. Acórdão Perruche e o direito de não nascer. 2007. 133 f. (Dissertação de mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/12026/nao_nascer_FINAL.pdf?sequence=1&isAl.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3079**

TÍTULO: **Infocracia e Crise Democrática: A Subversão do Papel do Estado pelas Fake News na Era Digital**

AUTOR(ES) : **GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA,GISELE DOS SANTOS MIRANDA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO: No contexto contemporâneo, vivemos em um regime de dominação em que o controle da informação e a manipulação algorítmica substituem os mecanismos tradicionais de poder, transformando profundamente as dinâmicas do espaço público. Na era da "infocracia" o espaço público se fragmenta e se torna volátil, de tal modo que informações e desinformações competem pela atenção e crença das massas. Mais que um fenômeno tecnológico, a infocracia representa uma transformação radical das estruturas sociais e políticas que sustentam a democracia. Nesse novo cenário, a democracia enfrenta uma crise sem precedentes, marcada pela erosão dos seus fundamentos essenciais: o espaço público, o discurso racional e a confiança nas instituições. Assim, as plataformas digitais transformam-se em arenas que se fragmentam em bolhas informativas, nas quais grupos se isolam em suas próprias realidades, alimentados por algoritmos que reforçam preconceitos. Consequentemente, o espaço público se dissolve em uma multiplicidade de discursos fragmentados e conflitantes. Nesse contexto, as fake news desempenham um papel crucial, minando a capacidade da sociedade de engajar-se em discussões fundamentadas. A proliferação de desinformação não só confunde o público, mas também enfraquece a base racional necessária para a tomada de decisões políticas, resultando em uma degradação da qualidade do processo democrático. Como resultado, isso gera a erosão da confiança nas instituições, especialmente no Estado. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, as fake news sobre vacinas ilustraram como a desinformação pode transformar medidas de saúde pública, promovidas pelo Estado como proteção, em objetos de suspeita e medo. Isso não apenas distorce o discurso público, mas também corroi a confiança nas instituições estatais, contribuindo para a crise democrática. A subversão do papel do Estado compromete a legitimidade das instituições públicas, que passam a ser vistas não como defensoras do bem comum, mas como potenciais agentes de controle e manipulação. A democracia, se torna, assim, instável. Portanto, o objetivo deste projeto de pesquisa é analisar o poder da disseminação de informações na era digital, à luz da noção de como as fake news, disseminadas durante a pandemia de COVID-19, subverteram a percepção do papel do Estado no espaço público. O projeto procura responder à pergunta: "Como as fake news podem desfigurar a percepção do papel do Estado no espaço público, contribuindo para a crise democrática na era da infocracia?" A metodologia desta pesquisa inclui uma análise crítica das teorias de Byung-Chul Han e outros autores que trabalham o papel do Estado e a noção de crise democrática, combinada com estudos analíticos sobre a disseminação de fake news durante a pandemia. Por fim, o projeto busca contribuir para a discussão sobre como restaurar a integridade do espaço público e proteger a função do Estado como promotor do bem comum em um mundo dominado pela infocracia.

BIBLIOGRAFIA: HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Editora Vozes, 2022. HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia - entre facticidade e validade, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. 2a ed.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3083**

TÍTULO: **COMO PESSOAS APOSENTADAS PERCEBEM AS NOVAS TECNOLOGIAS E AS OPORTUNIDADES DE REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

AUTOR(ES) : **GABRIEL KALEJAYE DE SOUZA E SILVA,CAIO EMANUEL RIBEIRO DOS SANTOS,RODRIGO SIMOES GULARTE**

ORIENTADOR(ES): **MARIBEL CARVALHO SUAREZ**

RESUMO: No cenário atual de envelhecimento populacional e avanços tecnológicos, a reinserção de pessoas aposentadas no mercado de trabalho se torna um tema de destaque, uma vez que no mercado de trabalho competitivo as inovações tecnológicas podem representar uma barreira para esse grupo, quando comparados com os mais jovens (FONSECA, 2020). Mais do que aspectos sobre a reconfiguração do trabalho, esse tema permite analisar as repercussões psicológicas e de propósito de vida relacionadas ao processo de envelhecimento (ELOI; LIMA; SILVA, 2019). Dessa forma, a presente pesquisa exploratória, realizada no contexto da disciplina Metodologia de Pesquisa, apresenta como pergunta de pesquisa: Como aposentados percebem as novas tecnologias e as oportunidades de reinserção no mercado de trabalho? A pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa, baseada em entrevistas em profundidade. A seleção inicial de informantes foi constituída através de amostragem intencional, que diferenciou três tipos de experiências em relação ao tema: 1) aposentados que não desejam voltar para o mercado de trabalho, 2) aposentados que querem voltar para o mercado de trabalho e não conseguem, e 3) aposentados que retornaram ao mercado de trabalho (empresas ou terceiro setor). Em comum, os três entrevistados nessa fase da pesquisa tinham mais de 54 anos de idade e pertenciam às classes urbanas, médias e de nível educacional superior. O roteiro de perguntas semiestruturado buscou focar os principais aspectos que levariam às dificuldades da reinserção ao mercado de trabalho e como estas estão ligadas às tecnologias. As perguntas buscavam entender ainda a visão dos entrevistados sobre o mercado de trabalho atual e suas expectativas futuras. As entrevistas iniciais identificaram que a distância psicológica foi mais impactante que as barreiras no uso de novas tecnologias. Os entrevistados descreveram a falta de motivação, o estresse e a carga horária exaustiva, como aspectos que os distanciam de um processo de reinserção. Enfatizaram ainda diferenças relacionadas aos valores e visões de mundo dos mais jovens no ambiente do trabalho, como dificultadores desse processo. Nesse sentido, as dimensões humanas, e não as tecnológicas, se apresentam como as barreiras percebidas por esse grupo de entrevistados. Já as respostas envolvendo as motivações para retornar se mostraram alinhadas à literatura (FRANCO et al, 2024), destacando as necessidades financeiras, o sentimento de utilidade para a sociedade e a fuga de problemas domiciliares. Essa fase inicial de pesquisa ofereceu alguns caminhos para aprofundamento sobre o tema, a partir da continuidade da coleta de dados. O trabalho poderá ser enriquecido, buscando a perspectiva de entrevistados de outras classes sociais e níveis educacionais, percebendo como outros grupos sociais dessa faixa etária são pressionados no retorno, bem como que barreiras específicas dificultam a sua reinserção.

BIBLIOGRAFIA: FONSECA, Maria H. Envelhecimento da população, reconfigurações do trabalho e qualificação profissional no Brasil. Revista Direitos, Trabalho e Política Social, v.6, n.10, p. 49-67, 2020. ELOI, Juliana F.; LIMA, Maria E. G; SILVA, Angélica M. de S. Reinserção de idosos no mercado de trabalho: uma etnografia de tela do filme Um Sr. Estagiário. Pensando fam., Porto Alegre, v.23, n.1, p.199-212, jun. 2019. FRANCO, Rafaela G.; PEREIRA DE JESUS, Cristiano A.; DE OLIVEIRA, ELIANE V. INSERÇÃO DE PESSOAS COM 50 ANOS OU MAIS NO MERCADO DE TRABALHO: COMO A GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES VÊ O IDOSO TECNOLÓGICO. Revista Alomorfia, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 674-684, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3084**

TÍTULO: **Democracia e Tecnologia: O “Eu” na Era Digital**

AUTOR(ES) : **ANA LUISA FERREIRA VITAL**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Na conceitualização da “Infocracia”, o avanço tecnológico, por meio de câmaras virtuais de informações, provocou a transformação da episteme em um objeto de desejo, tornando o conhecimento produto de um processo de satisfação pessoal ao invés de um processo trabalhoso de busca de verdades factuais. Neste avanço da tecnologia, principalmente por parte das Inteligências Artificiais, há o cenário de possível captura do sujeito; do sujeito de direitos, quando o projeto digital pretende abranger e controlar as relações intersubjetivas dos indivíduos. Deste modo, indaga-se: como será possível conceituar a democracia quando seu sujeito for a pessoa digital? Esta pesquisa se desenvolve procurando observar como seria possível uma constituição de Estado proteger o sujeito de direitos enquanto pessoa, agente ativo da vida constitucional democrática, e não um mero objeto digital. A questão problema busca refletir o modo como o projeto democrático constitucional poderia assegurar a dimensão deliberativa de toda pessoa sem que essa condição fosse ameaçada pelo mundo digital e de inteligência artificial. O marco teórico é o institucionalismo e o constitucionalismo. A metodologia é baseada no método hipotético-dedutivo, em que a construção de argumentos se dá a partir da leitura de textos relevantes ao tema.

BIBLIOGRAFIA: HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. Ranchordas, Sofia, The Invisible Citizen in the Digital State: Administrative Law Meets Digital Constitutionalism (December 24, 2023). In De Poorter, J.; Oirsouw, C.; van der Schyff, G.(eds), European Yearbook of Constitutional Law (Forthcoming). SUNSTEIN, Cass R. This is not normal : the politics of everyday expectations. New Haven: Yale University Press, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3097**

TÍTULO: **A INDÚSTRIA DE DEFESA CHILENA E OS INTERESSES MARÍTIMOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA SEGURANÇA MARÍTIMA DA AMÉRICA DO SUL**

AUTOR(ES) : **BRUNA DA SILVEIRA ELOY**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar como a indústria de defesa no Chile contribui para a proteção dos interesses marítimos do país, investigando os desafios e oportunidades dessa interação e sua influência na segurança marítima da América do Sul. A relevância da pesquisa reside no contexto geopolítico contemporâneo, onde as dinâmicas de segurança marítima se tornam cruciais para a salvaguarda de recursos naturais, integridade territorial e desenvolvimento econômico sustentável. O Chile, com suas vastas áreas marítimas e um histórico de disputas territoriais, apresenta um caso emblemático para essa análise. A metodologia adotada nesta pesquisa inclui uma revisão bibliográfica da evolução histórica da política de defesa chilena desde a redemocratização em 1990, com foco na modernização institucional e no alinhamento das capacidades da Marinha às demandas contemporâneas de segurança. Este período foi caracterizado por investimentos significativos em infraestrutura e tecnologia, refletindo um esforço consciente para adaptar a defesa nacional às novas realidades geopolíticas e econômicas. A análise também abrange os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na área de defesa, destacando suas implicações para a segurança marítima e a persistente dependência de tecnologia externa. O trabalho visa compreender a estrutura organizacional da Marinha do Chile, suas capacidades de projeção de poder e sua participação em iniciativas de cooperação regional e diplomacia marítima. A Marinha desempenha um papel fundamental na vigilância das águas chilenas, especialmente no combate à pesca ilegal, uma questão crescente na região do Indo-Pacífico. A proteção dos recursos marinhos é essencial não apenas para a sustentabilidade ambiental, mas também para a segurança econômica, dado o impacto significativo da pesca na economia chilena. Os resultados parciais obtidos até o momento indicam que, apesar dos avanços na modernização e na cooperação regional, o Chile enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de responder a ameaças assimétricas, como imigração ilegal e crime organizado, que demandam uma abordagem integrada e coordenada. As tensões territoriais, particularmente com a Argentina, impõem a necessidade de uma postura militar contínua e adaptável por parte da Marinha chilena. Ademais, embora a Marinha chilena e a indústria de defesa tenham alcançado progressos consideráveis na proteção marítima, é imperativo aumentar os investimentos em P&D para superar a dependência tecnológica e aprimorar a eficácia da proteção regional. A interação entre a indústria de defesa e a segurança marítima chilena não apenas fortalece a posição do país na América do Sul, mas também desempenha um papel estratégico na promoção da estabilidade regional. Este trabalho, portanto, visa contribuir para uma compreensão mais aprofundada da interseção entre defesa e segurança marítima.

BIBLIOGRAFIA: AITA, Edson. A viabilidade da constituição de uma base industrial de defesa sul-americana e seus benefícios para a região. Revista Política Hoje, v. 26, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/1808-8708.2017.8867>. COSTA, Carlos Magno Ferreira da. A teoria do poder marítimo de Mahan e o desenvolvimento do pensamento marítimo chileno. 2018. Dissertação (Mestrado) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018. CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. Libro de la Defensa Nacional de Chile. 2017. Disponível em: <https://www.acanav.cl/wp-content/uploads/2021/08/LibroDefensa.pdf>.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3114**

TÍTULO: **CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: MAPEANDO CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **CHIARA FERRAZ GALHANONE, JULIANNA SANTOS GRIPP, MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA, NATHALIA CUNHA PECANHA, MARIA CLARA CRUZ SILVA DO NASCIMENTO, ANA HELENA DA SILVA OLIVEIRA, LUCIANA ALENCAR XIMENES**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa Cartografias jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro, coordenada pelo LABÁ - Direito, Espaço & Política FND-UFRJ) em parceria com o Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ). A pesquisa caracteriza uma investigação em série histórica que se atualiza a cada biênio, integrando uma iniciativa para o mapeamento e análise dos conflitos pela terra urbana no país promovida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). A partir do marco teórico da Geografia Jurídica Crítica, constrói-se uma base de dados para identificar casos de ameaça de remoção, remoções efetivadas e posses asseguradas nas ações judiciais e extrajudiciais nas quais a Defensoria atua. Após, a partir de técnicas cartográficas e de georreferenciamento, mapas são elaborados para viabilizar a análise dos padrões de atuação dos poderes público e privado, as razões alegadas e as formas de morar que são mais ameaçadas em cada área de planejamento, permitindo uma melhor visualização de como o território carioca se apresenta. Abordaremos aqui os dados coletados e analisados na pesquisa referente ao ano de 2022 até o início de 2023, ainda em processo de atualização em relação à publicação do último Panorama. Nesse recorte temporal, foram contabilizados 149 casos de conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Desses, 143 casos se referem à ameaça de remoção; 2 casos de remoção remoções efetivadas e 4 casos em que a ameaça foi cessada e a posse assegurada. Os 149 casos, na verdade, escondem que 14.505 famílias são ou já foram ameaçadas pelas políticas públicas remocionistas. Desse número, 14.280 famílias encontram-se em ameaça de remoção; 90 famílias foram removidas e 135 famílias tiveram sua posse assegurada. Partindo sempre do número total de casos de ameaça de remoção (143), 60 foram promovidos pelo poder público, sendo que em 39 deles verifica-se mobilizado o argumento de vulnerabilidade ambiental/risco ou de irregularidades urbanísticas, e 83 pelo privado, dos quais 66 alegam violação da posse/propriedade do autor. Esses dados, bem como a continuação do levantamento para os anos de 2023 e 2024, seguem sendo debatidos e qualificados pela equipe do projeto, inclusive com o corpo de defensores do NUTH, de forma ainda mais aproximada em relação aos anos anteriores, com a realização de oficinas conjuntas que buscam refinar a coleta e análises dos dados. Dessa forma, o projeto caminha para a construção de um diagnóstico técnico cada vez mais detalhado, entendendo o território a partir do cruzamento dos marcadores que contribuem para uma análise mais precisa sobre a produção da cidade.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia et al. CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: Mapeamento Jurídico-Espacial dos Conflitos Fundiários Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (BIÊNIO2019/2020). In: Fórum Nacional de Reforma (org.); Centro de Direitos Econômicos e Sociais (coord.). Panorama dos conflitos fundiários no Brasil [livro eletrônico]: Relatório 2019-2020. Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021. FRANZONI, J..Geografia Jurídica Tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v.10, p.2923-2967, 2019. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3123**

TÍTULO: **O DIREITO À ALIMENTAÇÃO COMO UMA PROMESSA CONSTITUCIONAL**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA VEIGA GOMES**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO: A presente pesquisa tem como principal tema o direito à alimentação como um direito fundamental, tendo como seu objetivo a análise da Promessa Constitucional no âmbito desse mesmo direito. O proposto na pesquisa foi o estudo e a análise do que a Constituição Federal de 1988 prometeu e deixou de cumprir acerca do Sistema Constitucional Brasileiro do Direito à Alimentação, virando apenas uma Promessa Constitucional para o povo. Frente a isso, a pergunta que esta pesquisa busca responder é: de que forma o direito à alimentação se tornou uma promessa? Para isso, foi utilizado como metodologia a análise de dados de diferentes instituições como o IBGE, a FAO e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além da leitura bibliográfica atinente à temática. Para a análise do tema foi preciso, primeiramente, explicar o que seria uma promessa constitucional e a alimentação como um direito. Após isso, foi necessário explicar o direito à alimentação de forma mais ampla. Com essa base já consolidada foi possível adentrar mais no tema, e analisar a real situação do país frente à alimentação, e como esse direito fundamental tem se tornado uma grande promessa para o povo. Sendo assim, pôde-se analisar como tal direito impacta diariamente milhares de pessoas no Brasil que, sem saber quando será a próxima refeição, pode, como recentemente foi visto, entrar para a fila dos ossos, demonstrando a grande insegurança alimentar em que a população se encontra. Ainda que a fome e a insegurança alimentar fosse um problema recorrente no país, o poder constituinte originário não anexou o Direito à Alimentação no rol dos direitos fundamentais sociais, se tornando um direito fundamental apenas em 2010, pelo poder constituinte reformador. Quase quinze anos depois, pouco se evoluiu em dar maior concretude ao direito à alimentação. Por isso, busca-se ressaltar os períodos históricos em que demonstram os avanços e retrocessos obtidos por meio de diferentes políticas públicas, desde a merenda escolar obrigatória em escolas públicas até o projeto de lei 1459/2022, o pacote veneno, traçando uma dicotomia entre o antes e o após a emenda 64, que incluiu o direito à alimentação no artigo sexto da constituição. O presente artigo, portanto, busca um olhar mais crítico frente ao direito à alimentação, haja vista a incongruência existente em que um dos maiores exportadores e produtores de alimentos do mundo tenha voltado ao mapa da fome da ONU em 2022, apenas doze anos após a previsão constitucional. Assim sendo, pôde-se notar que um direito tão importante quanto a alimentação tenha se tornado apenas uma Promessa Constitucional, que figura constantemente nas propagandas políticas, mas muito pouco se concretiza na prática. A fome, como muitos autores já descreveram, é atroz, é amarela, e embora seja um direito não passar por ela, ainda muitos cidadãos têm apenas a promessa de se alimentar dignamente, sem saber quando será a próxima refeição.

BIBLIOGRAFIA: ARATO, Andrew. The Adventures Of The Constituent Power. New York: Cambridge University Press, 2017. BALKIN, Jack M. Constitutional Redemption. London: Harvard University Press, 2011. NUNES, Daniel Capecchi. Promessa constitucional e crise democrática: o populismo autoritário na Constituição de 1988. 2020. 457 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/18110/2/>. Acesso em 30 out. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3131**

TÍTULO: **PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECA DENTRO DE UNIDADE ESCOLAR**

AUTOR(ES) : **FABIANA AUGUSTA DO NASCIMENTO RITA MOCO, ELISETE DA SILVA BEZERRA VENANCIO, GABRIEL RODRIGUES GOMES**

ORIENTADOR(ES): **NIKIFOROS JOANNIS PHILYPPIS JUNIOR**

RESUMO: O trabalho descreve o planejamento, elaboração e organização do espaço destinado à biblioteca da Escola Municipal Padre Paul Jean Guerry, escola que está localizada em São João de Meriti, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto buscou um espaço adequado e acessível dentro das instalações da Unidade Escolar para a implantação da Biblioteca em meio às dificuldades de obras, reformas e baixo orçamento para aquisição de mobiliário. Com a impossibilidade de ter uma sala específica e exclusiva, criaram-se dois espaços distintos para a implantação da biblioteca em duas salas multifuncionais. A primeira sala destinada à implantação fica no primeiro andar que integra o espaço da Biblioteca e a Sala de Atividade de Reforço Escolar e a segunda sala destinada à implantação da Biblioteca, está localizada no térreo, localizada, junto ao pátio da escola e agrega também o Laboratório de Informática. A busca por ambientes limpos, arejados, com iluminação adequada e organizado é o desafio dessa atividade. A visão de organização e estruturação do espaço escolar para atender os alunos com uma biblioteca não era a prioridade da instituição, visto que a falta de recursos financeiros para investimento, e este projeto não ser prioridade da Secretaria Municipal de Educação, faz com que esse espaço não esteja em primeiro plano para receber investimentos. Na Pandemia de Covid 19, foram ofertados pelo MEC projetos de incentivo à leitura, com o objetivo de aproximar a criança do universo literário e reforçar a aprendizagem, muitos títulos chegaram à escola por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) nesse período, mas com o fim da Pandemia e a retomada das aulas presenciais os livros foram se acumulando, empilhados e mal alocados. A atividade, neste primeiro momento, concentrou-se no planejamento e organização dos espaços, limpeza e separação dos títulos para uma futura catalogação. Entregar esses espaços destinados à Biblioteca desta escola a toda comunidade escolar é o objetivo principal do projeto de extensão "Consultoria em Planejamento de Bibliotecas Escolares Públicas e Privadas" trazendo por meio desta ação a garantia de acesso à informação em ambiente planejado, limpo, seguro e adequado.

BIBLIOGRAFIA: COSTA, Jéssica Fernandes. O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem. 2013. 94 f., II. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. NASCIMENTO, Ariane Nazaré Cardoso do. O marketing na biblioteca escolar: aplicação na Biblioteca George T. Colman (CCBEU). Orientador: Franciele Marques Redigolo. 2017. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/62>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3138**

TÍTULO: **Linearidades e contradições: Retóricas da direita sul-americana sobre o porte de armas em meio a onda conservadora**

AUTOR(ES) : **SOFIA SOUZA VALADARES RAMALLO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: A segunda década do século XXI foi marcada por um avanço da agenda da direita global, que se manifestou na América Latina através da chamada "onda conservadora". Esse movimento desmarcou a eleição de candidatos nesse espectro político para a presidência em diversos países, e se deu em meio a um contexto de intensa polarização nas políticas nacionais e internacionais. Nesse contexto, foi notada uma guinada ao extremismo que se instrumentalizou do populismo para mobilizar apoio e alavancar discursos e símbolos que caracterizariam essa agenda. Entre esses símbolos, um que obteve grande destaque no Brasil foram as armas de fogo e a discussão acerca de sua liberalização. Essa pauta foi desenvolvida de maneira central na eleição de Bolsonaro, de modo a constituir inclusive o gesto representador de sua campanha. A discussão sobre a arma, por sua vez, pode ser identificada no cerne do debate político tradicional estadunidense. Nesse contexto, a interpretação do direito proclamado na Segunda Emenda Constitucional gera oposição entre os democratas, que em sua maioria advogam por maior restrição do porte, e republicanos, que defendem sua liberalização. Dessa forma, é possível observar uma influência desse entrave nos discursos da direita brasileira na recente onda, após a eleição de Trump em 2016. Diante desse tema, a presente pesquisa possui como objeto a expressão desse debate na direita sul-americana. Para isso serão investigados três países: o Brasil, a Colômbia e o Chile, seus governos de extrema-direita e contextos político-culturais internos. Dessa maneira, se busca, em última instância, averiguar a coesão da narrativa da direita e como essa agenda se transpõe regionalmente. Parte-se da hipótese de que a agenda da direita global não se expressa de maneira tão linear, e que, apesar das intensas globalização e polarização, as influências regionais ainda são determinantes na constituição das identidades dos espectros políticos nacionais. Isso se baseia em notícias e observações empíricas acerca dos debates sobre as armas estabelecidos nos diferentes países da América do Sul. Ainda se estabelece a hipótese de que esses debates foram importados dos republicanos, que tiveram papel central na formação dessa agenda. A pesquisa segue o modelo descritivo, por se basear na bibliografia acadêmica já existente sobre o tema, e exploratório, visto que também serão utilizados materiais jornalísticos para embasar a análise dos recentes fatos. Além disso, a abordagem será qualitativa, para isso, será feita uma análise crítica das informações levantadas em livros, artigos e notícias, os quais serão consultados através da internet. Esse levantamento busca averiguar a hipótese levantada através da comparação entre as dinâmicas locais do Brasil, Colômbia e Chile.

BIBLIOGRAFIA: CASARÕES, G. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. *Journal of Democracy*, v. 11, n.2, nov. 2022. GIROTTO NETO, A. A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2020. VELASCO E CRUZ, S; KAYSEL, A; CODAS, G. Direita, volver!. Fundação Perseu Abramo, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3154**

TÍTULO: **IMPORTÂNCIA DA DEFERÊNCIA JUDICIAL ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO**

AUTOR(ES) : **SHADDE DOS SANTOS DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O papel das agências reguladoras no Brasil é importante para que possam ser colhidos dados de forma a embasar políticas públicas que busquem materializar valores constitucionais. Dessa forma, o objeto da pesquisa são as agências reguladoras e suas ações ao realizarem políticas públicas, principalmente a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A hipótese é que a deferência às agências reguladoras pode trazer resultados positivos na construção de políticas públicas. Ainda assim, o controle de constitucionalidade feito pelo Poder Judiciário também pode trazer avanços na conquista de direitos. O argumento central baseia-se na atuação das agências reguladoras e do Supremo Tribunal Federal. O trabalho utilizará como base a atuação da ANP entre 2019 e 2024, por meio da análise das informações disponíveis sobre consultas e audiências públicas realizadas, a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) e a Análise de Impacto Regulatório (AIR). Assim, será possível chegar a uma conclusão sobre os efeitos da atuação dessa agência reguladora na formulação de políticas públicas. O marco teórico utiliza a teoria de Adrían Vermeule e Cass Sunstein sobre Capacidades Institucionais e Efeitos Sistêmicos. A conclusão esperada é a de que a deferência e o controle de constitucionalidade têm importância em diferentes contextos. Por fim, a metodologia usada foi a análise de textos acadêmicos sobre deferência, controle de constitucionalidade, Doutrina Chevron e relatórios disponibilizados pela ANP. Nesse sentido, o trabalho ainda está em desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA: BARROSO, L. R. Agências Reguladoras. Constituição e transformações do Estado e Legitimidade Democrática. Revista de Direito Administrativo, [S. l.], v. 229, p. 285-312, 2002. DOI: 10.12660/rda.v229.2002.46445. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/46445>. Acesso em: 8 jul. 2024. BARROSO, L. R. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. Suffragium - Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Fortaleza, v. 5, n. 8, p. 11-22, jan./dez. 2009. SUNSTEIN, C. R.; VERMEULE, A. Interpretation and Institutions. Michigan Law Review, v. 101, p. 885-951, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3158**

TÍTULO: **Identidade e Memória: O Cinema Indiano no Pós-Colonialismo**

AUTOR(ES) : **LARISSA LIMA, LUCAS ALMEIDA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA RESTUM ANTONIO DE ALBUQUERQUE**

RESUMO: Esse trabalho tem como objetivo investigar o papel fundamental do cinema Indiano na preservação e resgate da memória cultural do país no contexto pós-colonial. A pesquisa explora como o cinema se torna uma ferramenta essencial para resistir às consequências sociais, culturais e políticas impostas pela colonização britânica, em particular a imposição de um Estado Europeu arbitrário sobre uma cultura milenar. A partir disso, utilizando uma visão agostiniana de que "o tempo é interior, passando-se na alma", o objetivo do trabalho é analisar como as memórias cinematográficas contribuem para manter a identidade e a cultura indígena viva. A metodologia utilizada combina uma análise crítica de filmes indianos pós-coloniais, abrangendo o período de 1947, ano da independência da Índia, até os dias atuais, com uma revisão bibliográfica de textos filosóficos e teóricos, incluindo Frantz Fanon e Agostinho de Hipona. A análise fílmica foi conduzida com base em critérios estilísticos e temáticos que identificam a presença das questões nos filmes selecionados. Até o momento, o trabalho alcançou resultados significativos na compreensão de como o cinema indiano pós-colonial utiliza memória e tempo para reconstruir identidades culturais, resistindo às representações coloniais. A análise demonstrou que os filmes indianos vão além da mera representação do passado colonial, possibilitando o seu uso para a exploração de questões mais amplas de identidade e pertencimento. Ao final desse projeto, esperamos que os resultados contribuam para uma compreensão mais profunda do papel do cinema como ferramenta de resistência e reconstrução identitária, oferecendo novas perspectivas sobre o impacto do colonialismo e a luta pela descolonização na cultura indígena.

BIBLIOGRAFIA: AGOSTINHO. Confissões. 27a . ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2014. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Trad.: José Laurênio de Melo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. SENGUPTA, Aparajita. Nation, fantasy, and mimicry: elements of political resistance in postcolonial Indian cinema (2011). University of Kentucky Doctoral Dissertations. 129. https://uknowledge.uky.edu/gradschool_diss/129

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3209**

TÍTULO: **ANÁLISE DA MODELAGEM DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NOS ESTUDOS DE JONES (1991) E DE KLW (2005)**

AUTOR(ES) : **EDUARDA FIGUEIREDO DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

RESUMO: O Gerenciamento de Resultado (GR), segundo Martinez (2013), é um artifício contábil discricionário e legal para manipular o relato financeiro e influenciar a percepção sobre os fatos econômicos refletidos nos resultados das empresas. Sua identificação não pode ser feita de forma direta, sendo necessária a aplicação de modelos econométricos que buscam modelar o comportamento “normal” dos accruals (diferença entre o lucro e o fluxo de caixa), ficando a parte “anormal” como sendo fruto de decisões discricionárias do gestor e, por conseguinte, uma proxy de GR. Dentre os modelos de GR pode-se destacar o estudo de Jones (1991), que deu origem a diversos estudos tais como o de Kothari, Leone e Wasley (2005) – KLW (2005). Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar especificamente uma das mudanças feitas por KLW (2005) no modelo original de Jones (1991), que foi a inclusão do coeficiente linear (intercepto) na estimação dos parâmetros da regressão por MQO – Mínimos Quadrados Ordinários. Para tanto, a partir de dados do ano 2023 de uma amostra de 518 empresas não financeiras de capital aberto no Brasil, estimou-se o GR utilizando-se os modelos de Jones (1991) e KLW (2005). A estimativa em cada um dos modelos utilizou o estimador por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com e sem o coeficiente linear para obter os resíduos das regressões, que é a proxy de GR. Além disso, utilizou-se um estimador por Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), por conta de que em Jones (1991) existe a justificativa de que o uso de MQO sem o intercepto era um artifício matemático que substituiu a utilização de MQP. Para comparar os resíduos das regressões utilizou-se o teste paramétrico de diferença de médias para dados pareados. A obtenção de p-valores acima do nível de significância de 5% mostra que os resíduos não são estatisticamente diferentes. Caso contrário, tem-se a indicação de diferenças entre as estimativas de GR. Os resultados da comparação entre os resíduos por MQO sem intercepto e por MQP mostraram que em ambos os modelos de GR – Jones (1991) e KLW (2005) – obteve-se p-valores superiores ao nível de significância de 5% (0,1986 e 0,9972, respectivamente). Isso confirma a aplicabilidade do artifício apresentado por Jones (1991), ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas ao nível de 5% nas estimativas do GR dos modelos de Jones (1991) e de KLW (2005) usando MQO sem intercepto ou usando MQP. Por fim, a comparação dos modelos de GR – Jones (1991) e KLW (2005) – utilizando MQO sem e com intercepto revelaram p-valores de $1,28 \times 10^{-39}$ e $1,44 \times 10^{-39}$ para os testes de diferença de médias, indicando que existe diferença estatisticamente significativa ao nível de 5% entre as estimativas de GR em ambos os modelos. Ou seja, a inclusão do intercepto por KLW (2005) trouxe modificações significativas na estimação do GR. Pode-se concluir, então, que existe a necessidade de aprofundar a discussão da inclusão ou não do intercepto nos modelos de GR.

BIBLIOGRAFIA: JONES, J. J. Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, v. 29, n. 2, p. 193-228, 1991. KOTHARI, S. P.; LEONE, A. J.; WASLEY, C. E. Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, v. 39, p. 163-197, 2005. MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de Resultados no Brasil: um survey da literatura. *BBR*, v. 10, n. 4, p. 1-31, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3227**

TÍTULO: **SINDICALISMO EM MOVIMENTO: A ERA DE OURO E A ERA NEOLIBERAL**

AUTOR(ES) : **MATIAS LAMAS MENDES**

ORIENTADOR(ES): **IDERLEY COLOMBINI**

RESUMO: O artigo trata de explorar as grandes mudanças que o sindicalismo em geral, e o brasileiro em particular, passou desde a sua consituição a partir do advento do capitalismo até o advento da era neoliberal. O foco se dá na passagem do fordismo para o toyotismo enquanto sistemas paradigmáticos de produção nos países capitalistas. Explora-se a literatura econômica marxista para construir as categorias de análise do mundo do trabalho e compreender a dimensão sistêmica do modo de produção capitalista a fim de entender que papel realmente exercem as novas mudanças no mundo do trabalho sobre o movimento sindical e em que medida isso afeta a própria lógica de acumulação capitalista. Inclui-se também uma análise histórica factual e crítica dos movimentos sindicais e operários no geral no mundo e sua dinâmica política interna, relacionando-a com o contexto macroeconômico e geopolítico internacional quando se faz necessário. A análise utiliza diversos elementos da sociologia do trabalho, que formam, juntamente com a teoria econômica marxista, a análise crítica da estrutura sindical e a história dos movimentos operários e de massa as fontes do presente trabalho. Utiliza-se o método marxista de análise: em primeiro lugar, parte-se de uma análise sobretudo teórica das mudanças no mundo do trabalho com a consolidação do neoliberalismo e depois, uma análise crítica da realidade da forma capitalista de produção e reprodução da vida humana via produção de mercadorias. Analisa-se a criticamente a estrutura sindical brasileira, e de forma mais ampla o sindicalismo no centro do capitalismo, em seus aspectos práticos e ideológicos. Em segundo lugar, parte-se para o concreto: as mudanças no mercado de trabalho que se operaram como tendência contínua no Brasil e no mundo, destacando os novos regimes de trabalho assalariado existentes. Em paralelo, analisa-se as tendências internas do movimento sindical nacional, entrelaçando fortemente com a história recente brasileira. Por fim, volta-se às perspectivas que o sindicalismo enquanto fenômeno social tem na fase atual do capitalismo. Os objetivos centrais são a sistematização da compreensão do trabalho na sociedade capitalista e suas transformações com o advento do neoliberalismo, a construção de uma metodologia capaz de definir o sindicalismo em diferentes formatos históricos, a partir das características específicas de cada período, em especial no Brasil, caracterização do sindicalismo particularmente na era neoliberal, e a sintetização dos resultados dessa análise para enumerar as tendências mais recentes, e os possíveis caminhos do sindicalismo. Para tal, utiliza-se em especial os trabalhos de Marx e Engels, Armando Boito Jr., Leôncio Martins Rodrigues, Ricardo Antunes, Graça Druck, Iderley Colombini e outros autores que tanto produziram nesse campo e que permitiram que o trabalho se articulasse internamente de forma coesa. Como resultado imediato se tem a produção de um artigo acadêmico em fase final de redação.

BIBLIOGRAFIA: RODRIGUES, Leôncio Martins. Destino do Sindicalismo. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 1999. MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. BOITO JR., Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: HUCITEC, 1991.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3230**

TÍTULO: **Governança e o tráfico transnacional de cocaína no Brasil: um debate em segurança pública**

AUTOR(ES) : **DIEGO ARCANJO DA SILVA CAMPOS**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: O trabalho foi elaborado a partir do desenvolvimento de pesquisa monográfica a ser defendida pelo autor como requisito para obter o grau de bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional. Assim, pretende-se discorrer acerca da governança nas políticas de segurança pública referentes ao tráfico transnacional de cocaína no Brasil entre os anos de 2003 e 2022, mapeando os principais atores, elementos de governança, e elementos que evidenciem a característica transnacional do tráfico de cocaína. Por fim, pretende-se falar também sobre a perspectiva de governança em redes de políticas públicas, e se essa seria válida para a governança das políticas de segurança pública referentes ao tráfico transnacional de cocaína. Cabe ressaltar que a governança com relação ao tráfico transnacional de cocaína pode envolver uma multiplicidade de atores, que vai muito além da segurança pública, como a diplomacia, a saúde, a educação, a assistência social, a psicologia. O tráfico transnacional de cocaína tem sido uma preocupação central para a segurança pública no continente americano desde os anos 1970, quando se deu nos Estados Unidos durante as administrações dos presidentes Richard Nixon e Ronald Reagan o início do processo de securitização e militarização do tema. Os presidentes citados estabeleceram uma campanha de dura repressão às drogas dentro do país, que posteriormente se estendeu como política pública de guerra às drogas através da América Latina durante os anos 1990. O Brasil, em consonância com as normas internacionais sobre drogas, e também alinhado às normas estadunidenses, passa a implementar uma série de políticas públicas repressivas ao tráfico e consumo de drogas, tendo como um de seus pontos mais significativos a Lei de Drogas, de 2006. Essas políticas de combate ao tráfico de drogas no Brasil tiveram diversas implicações prejudiciais na vida cotidiana principalmente das populações menos favorecidas, negras e periféricas, observando-se que essas políticas públicas nascem no aparelho político de um país marcado pelo racismo. Outra observação possível, e esta vai embasar a relevância desse estudo, é que a Guerra às Drogas não diminuiu o tráfico e o consumo de droga no país, nem reduziu as organizações criminosas responsáveis pela cadeia de produção e distribuição dessas. A fim de contribuir para a reflexão acerca da eficácia da atual política de segurança pública, neste trabalho pretendo discorrer sobre a prática da governança em rede a partir dos trabalhos de Arthur Trindade Maranhão Costa. Quanto à metodologia, a pesquisa tem caráter longitudinal, a abordagem metodológica será qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo. A fim de atender aos objetivos propostos, serão realizadas pesquisas bibliográficas (fontes secundárias) e documentais (fontes primárias). Como fonte de dados serão utilizados relatórios de agências de segurança e mapeamento de órgãos internacionais como o UNODOC, o IPEA e a Polícia Federal.

BIBLIOGRAFIA: UNODC. Cocaine Insights 4. Escritório de Ligação e Parceria no Brasil, 2022. disponível em: . Acesso em: 12 dez. 2023. COSTA, Arthur Trindade M. Segurança pública, redes e governança. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023. RODRIGUES, T. Política e Drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico (2a edição). São Paulo, Desatino, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3269**

TÍTULO: **KOMPETENZ-KOMPETENZ E ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DE PRECEDENTE DA SCOTUS SOBRE A COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO E SUA APLICABILIDADE AOS CONFLITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

AUTOR(ES) : **FLAVIA DE MAGALHAES RIBEIRO, BEATRIZ TORRES**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN, HAROLDO LOURENÇO**

RESUMO: Em 23 de maio de 2024, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos decidiu por unanimidade, no caso Coinbase, Inc. v. Suski, que na hipótese de existirem dois contratos conflitantes - um que exige a arbitragem como solução de eventuais conflitos, incluindo a determinação de que o árbitro decida se um litígio é arbitrável, e o outro que designa um tribunal para resolver quaisquer litígios - cabe ao tribunal, e não aos e não aos árbitros, decidir sobre a competência. A Suprema Corte decide nesse sentido sob o argumento de que essa escolha vai ao encontro da questão fundamental de saber se as partes concordaram em arbitrar um litígio. A partir dessa decisão, propõe-se o estudo da sua aplicabilidade na conjuntura brasileira - na qual prepondera a concepção de que o árbitro deve decidir sobre a sua própria competência - no que tange aos conflitos envolvendo a Administração Pública. A relevância da pesquisa reside na análise do princípio constitucional do acesso à justiça e das ideias de vanjatosidade e arbitrabilidade, e no modo como esses podem ensejar resultados divergentes na escolha de quem é competente para decidir sobre a competência para solucionar o conflito. Para tanto, a metodologia adotada será de estudo jurisprudencial e doutrinário comparativo, para que se compreenda, primeiramente, a base utilizada pela Suprema Corte em sua decisão e, em seguida, se discuta a sua aplicabilidade nos conflitos envolvendo a administração pública brasileira, considerando as tendências e necessidades na conjuntura interna. Espera-se, como resultado do estudo, a compreensão da efetiva vantagem da ampliação da arbitragem nos conflitos envolvendo a administração pública e se essa pode ser, ao revés, maléfica ao efetivo acesso à justiça, considerando a disparidade de forças inerente a tais conflitos. Em um primeiro olhar, a decisão da Suprema Corte se mostra conservadora ou tradicionalista, mas, aplicada a casos concretos, pode vir a ser entendida como uma proteção ao acesso à justiça e seus corolários, como o devido processo e o contraditório.

BIBLIOGRAFIA: SCHMIDT, Gustavo da Rocha. A arbitragem nos conflitos envolvendo a administração pública: uma proposta de regulamentação - 2016. 140 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas. Orientador: Joaquim Falcão. Inclui bibliografia. Cleary Gottlieb Alert Memorandum: U.S. Supreme Court Rules That Judges, Not Arbitrators, Decide If A Dispute Is Arbitrable When Multiple Agreements Conflict On The Question; dated May, 28, 2024, available at: <https://www.clearygottlieb.com/news-andinsights/publication-listing/us-supreme-court-rules-that-judges-not-arbitrators-decide-if-adispute-is-arbitrable-when-multiple-agreements-conflict-on-the-question>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3284**

TÍTULO: **WORLD BEAT - MONTANDO UM FESTIVAL COM ESTATÍSTICA**

AUTOR(ES) : **MARINA DA COSTA GUIMARÃES DE SOUZA, YASMIN SANTIAGO ANTONIO, LUISA ARNAUD CANEDO**

ORIENTADOR(ES): **CRISTINA PIMENTA DE MELLO SPINETI LUZ**

RESUMO: Esta pesquisa trata-se da elaboração do caso de ensino "World Beat - Montando um Festival com Estatística", que narra a trajetória de Carolina Nogueira, uma profissional bem-sucedida que, ao se sentir incompleta em sua carreira corporativa e vida pessoal, decide fundar a CN Eventos e realizar seu sonho de organizar festivais de música. Após o fracasso de seu primeiro evento, o "Honey Vibes", Carolina reorganiza sua empresa com uma nova equipe e abordagem estratégica, focando no uso de análise de dados para garantir o sucesso do próximo festival, o "World Beat". O caso fomenta discussões sobre pesquisa de mercado, análise de dados e estratégias de marketing para eventos musicais. As decisões gerenciais no contexto do "World Beat" são embasadas em cálculos estatísticos descritivos, como medidas de tendência central (média, mediana, moda) e dispersão (desvio padrão e variância), além de análises inferenciais, como testes de hipóteses e intervalos de confiança. Essas análises ajudam a entender as preferências do público, identificar os gêneros musicais e artistas mais populares, além de embasar a interpretação teórica dos resultados. Conceitos de Marketing como segmentação de público-alvo, compostos mercadológicos e Marketing de Experiência, também são abordados. Como exemplo dessas análises, em uma questão de discussão do caso explora-se a aplicação de testes de hipóteses para revelar a preferência do público por artistas internacionais, orientando a decisão sobre a composição do line-up do festival. O objetivo principal do caso é proporcionar aos estudantes uma compreensão prática de como ferramentas estatísticas podem apoiar a tomada de decisões estratégicas de gestão e marketing, tornando-o relevante para disciplinas de estatística, marketing e gestão em cursos de Administração. Com adaptações, o caso pode ser aplicado também em disciplinas de gestão de pessoas, abordando tópicos como liderança feminina e os desafios enfrentados em uma sociedade heteronormativa.

BIBLIOGRAFIA: KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Marketing Management. 15. ed. Nova Jersey: Pearson, 2016. TAVARES, Marcelo. Estatística Aplicada à Administração. 2. ed. Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012. QUEIROS, Ana Filipa da Silva. A experiência nos festivais de música. Dissertação de Mestrado em Marketing - Universidade de Aveiro, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3289**

TÍTULO: **RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL POR VIOLAÇÕES EM DIREITOS HUMANOS TRABALHISTAS EM PERSPECTIVA COMPARADA: NOVAS FRONTEIRAS DE ENFRENTAMENTO AO TRABALHO FORÇADO**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ ELIZABETH QUINTAO NUNES**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO: A expansão do poder das grandes corporações econômicas sobre os Estados e a sociedade civil é das características do capitalismo contemporâneo. A influência das empresas transnacionais sobre as cadeias globais de valor, empresas fornecedoras e afiliadas, se dissemina em paralelo com a ampliação da precarização do trabalho e de graves violações de direitos humanos dos trabalhadores, dentre as quais o crescimento da escravidão contemporânea. Ao longo do trabalho, utilizaremos os conceitos de "nova escravidão" e "escravidão contemporânea" como sinônimos. O escravismo se modifica diante da nova ordem mundial e dos ordenamentos jurídicos modernos, moldando uma "nova escravidão" que se sustenta, segundo Kevin Bales, no controle total da vida das pessoas e não mais sobre a propriedade legal de indivíduos, mas no controle total de suas vidas. Dessa forma, enquanto na chamada "segunda escravidão" (TOMICH, 2011) o sustentáculo da produção agrícola-capitalista era a exploração do trabalho forçado e não remunerado de indivíduos racializados, na escravidão moderna existem diversos fatores e nuances, como instalações insalubres, tratamento interpessoal degradante, limitação de circulação, remuneração precária e abuso de poder, que tornam sua caracterização mais complexa que o primeiro conceito. Uma vez que estamos tratando de empresas transnacionais, não é possível falar de responsabilização penal pela prática de subjugar pessoas à escravidão ou situação análoga a de trabalho escravo. No entanto, nos últimos anos alguns países têm desenvolvido normas que miram na questão da responsabilidade jurídica das corporações, principalmente através da due diligence e do compliance. A própria Organização das Nações Unidas já criou uma Resolução, chamada Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (Guiding Principles on Business and Human Rights), para estabelecer diretrizes sobre o combate a violações de Direitos Humanos, dentre as quais inclui-se o trabalho escravo. A pesquisa, realizada no âmbito do grupo Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT), envolve o levantamento e estudo da legislação e de decisões administrativas e judiciais, nacionais e estrangeiras sobre o enfrentamento ao trabalho escravo adotadas neste século XXI. Selecionamos para analisar crítica e comparativamente legislações de combate à escravidão do Brasil - especificamente, o artigo 149 do Código Penal e as Convenções nº 29 e 105 da OIT, ratificadas pelo Estado brasileiro - e do Reino Unido, materializada na Lei da Escravidão Moderna (Modern Slavery Act), de 2015. A escolha desses dois países se deu pela promulgação recente da norma inglesa e, também, pelo histórico anti-escravista dos britânicos, enquanto a escolha da análise da realidade laboral brasileira se deu pela proximidade do objeto de estudo.

BIBLIOGRAFIA: BALES, Kevin. New Slavery in the Global Economy. Ed. rev. London: University of California Press, 2012, p.1-33; p.121-148. GUIMARÃES, Denise de Almeida. A proteção dos direitos humanos dos trabalhadores nas cadeias globais de valor: a responsabilização jurídica das empresas transnacionais. 2023. 310 f. Tese (Doutorado em Direito na Linha de Pesquisa Democracia, Instituições e Desenhos Institucionais). Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. UNITED KINGDOM. UK Modern Slavery Act 2015. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2015/30/contents/enacted>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3334**

TÍTULO: **RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL: IRAQUE NAS PERSPECTIVAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **FERNANDA MORAIS**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: As relações bilaterais brasileiras com o Iraque tomam destaque a partir da década de 1970, concentrando-se na importação brasileira do recurso mais disputado no mundo: o petróleo (Fares, 2007). Em contrapartida, o Iraque tornou-se um essencial importador de produtos brasileiros, inclusive da área da Defesa (Saleh, et all, 2010). Desde a década de 1970, tanto os contextos internos e externos do Iraque e Brasil passaram por transformações. Nesse sentido, questiona-se como se desenvolveram as relações bilaterais dos determinados países desde esse período. A pesquisa tem como marco teórico a importância dos estudos sobre as parcerias estratégicas do Brasil (Vaz, 2014) e o papel do pragmatismo na política externa brasileira e nas relações bilaterais com o Iraque (Lima; Moura, 1982; Fares, 2007). O objetivo é refletir sobre o desenvolvimento das relações bilaterais Brasil-Iraque, desde a década de 1970 aos dias atuais, apresentando o histórico dos acordos assinados entre os dois países e a evolução das suas relações políticas e comerciais. Para isso, foram usados métodos quanti e qualitativos para coleta de dados e revisão bibliográfica das pesquisas realizadas sobre o tema. Por fim, observa-se que o Brasil é presente dentro das negociações de maneira que o pragmatismo é um de seus principais aliados. Por isso, mesmo sem ofuscar seus posicionamentos, principalmente, humanitários, o Brasil se destaca nas parcerias comerciais com o Oriente Médio, mas em especial com o Iraque. Dessa forma, ambas as nações trabalham lado a lado para a fortificação de suas relações bilaterais com constante e profundo interesse mútuo na política e economia do outro.

BIBLIOGRAFIA: FARES, Seme Taleb. O pragmatismo do Petróleo: as relações entre Brasil e Iraque. Revista Brasileira de Política Internacional, n.50, p.129-145, 2007. SALEH, Alexandre Annes; SPOHR, Alexandre Piffero; MATTOS, Fernando; ANDRIOTTI, Luiza. Relações Brasil/ Iraque: desenvolvimento nacional e projeto de potência (1973-1985). Revista Fronteira, vol.9, n.18, p.7-25, Belo Horizonte, 2010. VAZ, Alcides Costa. Brazil's strategic partnerships: origins, agendas and outcomes. ESPO working paper n. 9 July 2014. LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.25, n.3, 1982, p.349-363.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3360**

TÍTULO: **Análise discursiva dos atores envolvidos no maior desastre ambiental urbano do mundo: Caso Braskem em Maceió-AL.**

AUTOR(ES) : **LUNA ALMEIDA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: A pesquisa faz parte do projeto de iniciação científica com a temática "Análise sócio-informática de conflitos ambientais", apoiada pelo PIBIC-CNPq, pertencente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Objetiva-se a partir das indicações teóricas da sociologia pragmática e sua operacionalização com apoio de ferramentas informáticas, buscando entender a trajetória dos conflitos, incluindo atores, discursos, ações, instrumentos e temporalidade das controvérsias suscitadas pelos empreendimentos. O projeto de pesquisa fez um recorte inicial do fenômeno voltado para a expansão Mineral no Sul Brasileiro, mas foi ampliado para o caso da mineradora Braskem. Desde 1976, a Braskem extrai sal-gema, um minério da indústria petroquímica, em cavernas subterrâneas da cidade, com alertas sobre os riscos ignorados e denunciante ameaçados. Em 2018, um abalo sísmico, devido a desestabilização do solo, resultou em afundamentos de solo em três bairros centrais da cidade, forçando a evacuação de 50 mil pessoas e 14 mil imóveis, transformando bairros inteiros em "fantasmas". As consequências do desastre são incalculáveis, com perdas físicas, afetivas, sociais e culturais, e a perspectiva de recuperação da área é incerta, podendo levar um mínimo de vinte anos para a estabilização do solo. A metodologia utiliza como principal ferramenta a plataforma Próspero. Um software francês, que produz análises de discurso, por meio da investigação dos dossiês estabelecidos, e operando com base em dicionários construídos durante a pesquisa, os quais irão guiar o programa em sua leitura, de modo que o mesmo possa fazer análises assertivas, coerentes e completas, podendo produzir diversos materiais, como histogramas e relatórios detalhados sobre o posicionamento dos atores analisados e os autores envolvidos. Até o momento, a pesquisa ainda está em andamento e os dossiês estruturados se baseiam na análise minuciosa das sessões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Braskem, instituída pelo Senado Federal, com enfoque na atuação dos órgãos públicos ao longo do processo. Sendo o primeiro dossiê construído com base na transcrição das sessões da CPI, através do uso da ferramenta do Collaboratory. E o segundo, teve como base as falas proferidas durante as sessões. Dentre os resultados pretendidos estão o mapeamento dos atores envolvidos no conflito em questão, o entendimento de seus respectivos posicionamentos e relações em meio a pauta e uma construção cronológica desses eventos.

BIBLIOGRAFIA: Alcântara, V. de C., Souza, A. P. L. de, Silva, J. N. da, Campos, A. C. (2021). Atila, o Lançador de Alertas: Constituição da COVID-19 como Problema Público no Brasil. *Holos*, 37(1), 1-21. ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSERALD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: DIlmo Milheiros, 2004. Cap. 2. p. 13-36. BARTHE, Y. et al. Sociologia pragmática: guia do usuário. Porto Alegre: Sociologias, , abr. 2016. (Nota técnica). MANSUR, Maira; JARDIM, Luiz. O colapso mineral em Maceió: O desastre da Braskem e o apagamento das violações. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, v.15, n.2, p. 45-60, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3377**

TITULO: **GEOPOLÍTICA DOS MINERAIS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: A INTERSEÇÃO DE INTERESSES DE UMA TÉTRADE EXÓGENA**

AUTOR(ES) : **JOSE RICARDO DE OLIVEIRA ARAUJO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: Recentemente, a África Subsaariana tem demonstrado cada vez maior habilidade de alavancar seu crescimento. Das 25 economias que mais cresceram no primeiro trimestre de 2024, nove são da África Subsaariana. Além disso, a região concentra parte considerável da produção mundial de minerais. A título de exemplo, em 2023, a República Democrática do Congo e a África do Sul foram responsáveis por 71% do cobalto e mais de 50% da platina produzidos no mundo, respectivamente. Esses atributos têm atraído a atenção de diversos players exógenos, com destaque para a China, os Estados Unidos, os países da União Europeia e a Rússia. De formas distintas e por razões próprias, esses atores vêm se engajando com o continente africano buscando influenciar na logística dos minerais da região. Buscando adicionar a academia com uma análise atual e que visualize, especificamente, a problemática da geopolítica dos minerais na África Subsaariana sob a interseção da tétrade exógena supramencionada, o escopo dessa pesquisa é responder a pergunta: quais são as diferentes motivações que norteiam a atuação desses quatro atores externos na disputa por recursos minerais na África Subsaariana? Investigando esses agentes, busca-se caracterizar as motivações de cada player externo na competição por minerais críticos; elencar as principais estratégias deles para projeção no continente africano; e definir as aproximações e distanciamentos entre os seus modus operandi. A hipótese deste trabalho é a de que a presença desses Estados exógenos é motivada por três vetores principais, sendo eles: o ímpeto de, sobretudo, diversificar e assegurar a cadeia de abastecimento de minerais críticos; bem como o interesse nesses recursos para a corrida pela transição energética, no caso chinês, estadunidense e europeu; e, no caso russo, a intenção de contornar às sanções enfrentadas desde o conflito russo-ucraniano. Sobre o substrato teórico desta pesquisa, essa produção acadêmica será edificada com base em uma análise geo-histórica e sistêmica imersa em um Sistema Internacional realista. Assim, enxerga-se os Estados se comportando racionalmente para alcançar seus interesses, segurança e conservação territorial. Acerca da estratégia metodológica, essa pesquisa se inicia com um panorama mineral do continente africano e das relações comerciais e militares relevantes. Em seguida, serão detalhadas as atuações dos atores externos mencionados e suas principais iniciativas na região. Após essa caracterização, serão apontadas proximidades e distinções na postura desses agentes. Assim, espera-se determinar o cálculo estratégico de cada componente dessa tétrade exógena e como sua atuação impacta na geopolítica dos minerais no continente africano.

BIBLIOGRAFIA: ALMEIDA, Elga; KRAYCHETE, Elsa. Potências Tradicionais e Emergentes na África Subsaariana. Salvador: Ed. Universidade Federal da Bahia, 2023. AMADI, Luke; IGWE, Prince Ikechukwu. Natural Resource Conflict and the Real Cause of the Resource Curse in Africa: A Political Economy Approach. In: CHEREJI, Christian-Radu; POP, Adrian; SANDU, Ciprian. Climate Change and Conflicts. Russia: International Conference on Conflict Studies, 2020. p. 191-151. BATYUK, Vladimir; MOROZOV, Yuriy. The China-US-Russia "Triangle" and Africa. Herald of the Russian Academy of Sciences, Vol. 92, Suppl. 15, p. 1383-1389, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3390**

TITULO: **INOVAÇÕES SOCIAIS EM PETRÓPOLIS**

AUTOR(ES) : **VITORIA SILVA BARROS DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: Problemas públicos nas mais diversas áreas foram apontados, como em educação, segurança alimentar, condições precárias amplamente presentes em todo o país que o Estado por sua vez não é capaz de mitigar devido à falta de proximidade ou conhecimento de muito casos, nesses cenários os movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), fazem-se presentes por serem muita das vezes agentes da própria comunidade que convivem com essa realidade diariamente e buscam medidas e ações para mitigar o sofrimento da população. O objetivo da pesquisa é analisar como as inovações sociais podem ser melhoradas e empregadas em prol do corpo social em busca de desenvolvimento. Os objetivos específicos são: analisar os impactos e a influência das organizações da sociedade civil em Petrópolis-RJ, observar os pontos positivos e eficientes e melhorar o que deu errado, instrumentalizar e aplicar as boas técnicas utilizadas. Para compreender melhor o que são inovações sociais e como são construídas, é válido destacar o modelo de Bhatt e Altinay¹, a teoria desses autores investiga de que maneira o capital social é utilizado para promover inovações sociais e superar limitações de recursos, sobretudo em empreendimentos sociais localizados em nações emergentes em desenvolvimento. Esse modelo teórico descreve três etapas claramente definidas no ciclo de inovação social. Estágio emergencial: Nessa etapa inicial, o objetivo é encontrar uma ideia social que tenha potencial para se tornar um empreendimento. A partir daí, percebe-se uma necessidade na sociedade que possa ser suprida por meio de um projeto inovador. Etapa de desenvolvimento: Durante essa fase, a ideia é concretizada e o negócio social começa a ser desenvolvido. Os empreendedores sociais passam a buscar uma relação mais próxima com os investidores para obter os recursos financeiros necessários. Fase de expansão: Na última etapa, o foco está no crescimento do empreendimento social. O envolvimento maior dos beneficiários contribui para diminuir os custos relacionados ao marketing e à obtenção de recursos, facilitando, assim, a ampliação do impacto econômico e social. Metodologia utilizada: Fichamento de artigos sobre Inovações Sociais, contato com OSC's, pesquisa e entrevista em campo e apresentações. Todo o trabalho foi necessário para compreender fielmente o funcionamento das organizações civis e o no que isso resulta no cotidiano dos beneficiados, ainda é necessário uma pesquisa mais extensa e visitas de campo. Ao meu parecer a pesquisa e os diagnósticos formulados apresentam uma boa base e ponto de partida, para compreender como as atividades de organizações sociais colaboram para o desenvolvimento das comunidades locais e como esse efeito pode ser em escalas maiores, inclusive no setor público.

BIBLIOGRAFIA: Bezerra-de-Sousa, I. G., Segatto, A. P., Morais-da-Silva, R. L. & Justen, G. S. (2022). As atividades que compõem as fases do processo de inovação social: um estudo no contexto dos negócios de impacto social. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 24(1), p.126-143.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3412**

TITULO: **CRITÉRIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS RARAS NO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS JURÍDICAS**

AUTOR(ES) : **CLARA HELENA RIZZO PORTUGAL**

ORIENTADOR(ES): **NADIR FERREIRA ALVES**

RESUMO: No âmbito da Biblioteconomia, a área de Formação e Desenvolvimento de Coleções se depara com a seguinte questão: como caracterizar e identificar critérios que qualifiquem uma obra como rara. A literatura específica da área não revela padrões únicos, mas sim critérios muito particulares adotados pelas bibliotecas. A orientação publicada pela Biblioteca Nacional, no Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), delimita requisitos básicos para a identificação de uma obra rara, mas não atendem todos os casos. Pinheiro (1989) apresenta em seu trabalho critérios estabelecidos que corroboram a ausência de padrões únicos. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo estudar a questão e recomendar critérios que estabeleçam um padrão para as coleções especiais dentro da área do Direito. Para isso, adota como metodologia a pesquisa exploratória, utiliza a pesquisa bibliográfica, com revisão sistemática da literatura nacional disponível em bases de dados e fontes especializadas em Direito, como a Biblioteca Digital do MPF, Biblioteca Digital do TRT-1, Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI) e o Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica, no período de janeiro de 2000 a julho de 2024, na busca de critérios que possam estabelecer um padrão mínimo de caracterização. Consta que na literatura especializada, não existe consenso sobre os critérios a serem utilizados para a avaliação de obras raras na área jurídica, porém identifica critérios que são utilizados de maneira constante em bibliotecas jurídicas no país, em especial as bibliotecas de órgãos públicos, tais como: Universidade Federal de Santa Catarina; Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Pelotas; Biblioteca do Ministério da Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Biblioteca Pedro Aleixo da Câmara dos Deputados; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; Ministério Público Federal; Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral Prof. Alysso Darowish Mitraud; entidades que serão analisadas sobre como estabelecem critérios para tipificar suas obras raras. Conclui após análise quais critérios a pesquisa encontrou.

BIBLIOGRAFIA: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. Planor. Critérios de raridade [e] Catálogo Coletivo do Patrimônio Bibliográfico Nacional - CPBN: séculos XV e XVI. Rio de Janeiro: FBN, [2000]. 1 CD-ROM : il. son., color. Sistema requerido: Windows 95. Compact Disc. Sonopress: 17595/00. PINHEIRO, Ana Virginia. Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989. FREITAS, Thiago Cirne. Introdução à gestão de coleções especiais jurídicas: apontamentos e reflexões. Rio de Janeiro: Albatroz, 2022, 206 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3413**

TITULO: **AMAZÔNIA E DEFESA: PENSAMENTO POLÍTICO E ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA REGIÃO AMAZÔNICA DURANTE O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO**

AUTOR(ES) : **LAIS SIMOES LIMA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: A pesquisa tem como objetivo avaliar a eficácia da incorporação de militares na preservação ambiental no Brasil, destacando a complexa interação entre políticas de segurança, interesses econômicos e narrativas populistas na militarização da governança ambiental. Utilizando uma metodologia bibliográfica, o estudo examina detalhadamente as Operações Verde Brasil 1 e 2, que simbolizam a militarização das políticas ambientais durante o governo de Jair Bolsonaro. A revisão da literatura forneceu uma base sólida para compreender o uso das Forças Armadas na governança ambiental e os impactos sociais e ambientais dessas operações na Amazônia. A abordagem securitizada transformou a política ambiental em uma questão de segurança nacional, gerando conflitos entre militares e especialistas ambientais, além de desviar recursos que poderiam ser melhor empregados em políticas ambientais convencionais. A militarização exacerbou os problemas existentes, e a abordagem contraditória do governo, ao militarizar a aplicação da lei ambiental enquanto enfraquecia as regulamentações, aumentou as taxas de desmatamento, refletindo a retórica populista de Bolsonaro, que priorizou o apoio popular e uma visão restrita de soberania nacional em detrimento de uma gestão ambiental sustentável.

BIBLIOGRAFIA: CARDOSO, A.; SARAIVA, L.; GERBASE, L.; OLIVEIRA, T. Recursos anticorrupção e militarização da política socioambiental na Amazônia. Brasília: INESC, 2020. PIERIK, Yoëlle. The Amazon in Camouflage: The Effects of Militarised Environmental Governance under Bolsonaro. 2023. 2-37 p. Tese (Mestrado) - Universiteit Utrecht, [S. l.], 2023. MOREIRA, N.; MENDES, C.; TEODORO, D.; CAMINHA, V. Militarização da conservação ambiental em debate: uma análise a partir das Operações Verde Brasil 1 e 2. O Social em Questão - Ano XXVII, [s. l.], p. 113-136, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3414**

TÍTULO: **LAVAGEM ROSA (PINKWASHING) E A MODA DO CAPITALISMO COLORIDO: A CONSTRUÇÃO COLONIAL DO ARMÁRIO E SUA SAÍDA FAJUTA**

AUTOR(ES) : **BRUNA DE OLIVEIRA REIS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO: A globalização contemporânea, nas palavras do pensador decolonial Aníbal Quijano, "é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial" (Quijano, 2005). A atual ordem global é definida pelo pensamento decolonial, portanto, como um projeto colonial de dominação de longa duração fundado na organização do mundo em dicotomias hierárquicas (Lugones, 2007). É observado aqui que tanto o gênero e sexualidade, quanto a raça e a classe são dispositivos impostos pelo paradigma civilizatório ocidental que instauraram mudanças na organização das relações nos territórios sob o regime colonial e seguem, atualmente, sob ordem da articulação do neoliberalismo multicultural - denominado neste trabalho de capitalismo colorido - com as colonialidades. Observa-se que desde a última década do século XX, há a cooptação da pauta de movimentos sociais que crescentemente se transnacionalizavam e contestavam as hierarquias e sistemas articulados de gênero, sexualidade e raça sustentadoras da atual ordem mundial, clamando por outro projeto político que não o de mercado máximo imposto às nações. Essa dinâmica de instrumentalização se manifesta em relação ao feminismo, através da lavagem roxa (purplewashing), com a luta dos movimentos negro e indígena com a lavagem preta (blackwashing), com a pauta ambiental através da lavagem verde (greenwashing), inclusive com a luta de classes, a partir da implementação da ideia de "empreendedorismo", a nova forma de nomear o precariado, com a lavagem social/vermelha (socialwashing/redwashing), entre tantos outros movimentos. Dado o exposto, o presente trabalho pretende realizar um recorte de análise do empoderamento proposto pelo capitalismo colorido a partir do "problema da sexualidade" - opressão de corpos dissidentes da cisheteronormatividade -, da cooptação através do homonacionalismo (Puar 2015), no âmbito estatal, e do pinkwashing (lavagem rosa), no âmbito corporativo. A partir disso, ao questionar 'Quais são os fios condutores entre a colonialidade da sexualidade e o capitalismo colorido?', apresenta como objetivo geral analisar a relação entre o "empoderamento" corporativista e estatal de corpos tratados como dissidentes e a dominação colonial que segue na ordem mundial subalternizante e sua matriz imbricada de poder. Fundamentada em perspectivas decoloniais, feministas e queer/cuir, apresenta abordagem qualitativa e adota o método de pesquisa bibliográfica. Os resultados iniciais apontam que o capitalismo colorido perpetua e atualiza a colonialidade em suas imbricações de raça, classe, gênero e sexualidade. Essa pesquisa é desenvolvida pelo núcleo de estudos INANA - Imbricações em Novos Acordos para Necessários Afetos - do IRID/UFRJ, em condição de bolsista PIBIC e segue para aprofundamento em monografia na área.

BIBLIOGRAFIA: Lugones, Maria. "Heterosexualism and the colonial/modern gender system". *Hypatia*, Vol. 22, no1. y Indiana University Press. 2007. p. 239-270. Puar, Jasbir Kaur. "Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas". *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 3, no. 1. 2015. 297-318. Quijano, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. (Org. Lander, Edgardo). 2005. 107-130. Argentina: Perspectivas latinoamericanas. Clacso.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3415**

TÍTULO: **A GOVERNANÇA OCEÂNICA E O COMBATE A PIRATARIA NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **LARYSSA DA SILVA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Este trabalho visa pesquisar acerca de como a pirataria e os crimes do mar estão inseridos na governança oceânica. Nessa pesquisa, a pirataria e os crimes do mar apresentam consideráveis desafios para a segurança do mar, ameaçando o meio ambiente, as navegações e a vida humana. É essencial a implementação de medidas de segurança e a cooperação internacional para lutar contra qualquer ameaça e garantir a segurança dos mares. A pirataria moderna envolve ações como sequestros, roubo de cargas e embarcações, exigindo uma abordagem multilateral e estratégias eficazes de prevenção e resposta. A metodologia do trabalho consiste na pesquisa bibliográfica, e através da coleta de dados na internet e relatórios do IMB Piracy and Armed Robbery Map, os objetivos específicos deste trabalho visa analisar a governança oceânica no Brasil com foco na prevenção e combate a pirataria e crimes no mar, e identificar os principais atores e instrumentos legais envolvidos na governança oceânica brasileira. O Brasil engloba diversos atores e instituições legais, com o objetivo de proteger a área e de combater a pirataria e possíveis crimes do mar, esses atores e instituições são de extrema importância para a proteção do país e de seus recursos. A administração eficaz entre a Marinha do Brasil, a Polícia Federal, a ANTAQ e outras instituições são essenciais para alcançar esses objetivos. A Marinha do Brasil, responsável pela proteção das águas territoriais brasileiras englobando a prevenção e combate a pirataria, tráfico de drogas, e outras atividades ilegais no mar. Através da Diretoria de Portos e Costas (DPC), a Marinha também regula e fiscaliza as atividades marítimas, promovendo a segurança e a proteção ambiental. O Brasil possui uma extensa costa e uma zona econômica exclusiva (ZEE) rica em recursos naturais, o que torna a governança oceânica ainda mais crucial. A Polícia Federal, efetuando em conjunto com a Marinha e outros órgãos de segurança para controlar as atividades criminosas nas águas brasileiras, como tráfico de drogas, contrabando e outros crimes. A ANTAQ regulamenta e fiscaliza o transporte aquaviário, garantindo a segurança e legalidade das operações marítimas, assegurando que as operações estejam em conformidade com as normas de segurança. Portanto, há uma complexa atividade marítima na costa brasileira que exige uma coordenação eficaz, a importância de uma capacitação dos profissionais é fundamental e a constante atualização das leis. Investimentos, monitoramentos e parcerias internacionais de segurança são fundamentais para aprimorar a governança oceânica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO. Capítulo 2: Segurança no Mar. In: CEMBRA. O Brasil e o Mar no Século XXI. Edição virtual. Disponível em: <https://cembra.org.br/capitulos>. Acesso em: 02 ago. 2024. SILVA, Antonio Henrique Lucena et al. Segurança Marítima, Pirataria e Cooperação: Lições para a Marinha do Brasil dos Casos da EU-NAVFOR Atalanta e do Golfo da Guiné. Obtido em, v. 17, 2019. IMB Piracy & Armed Robbery Map 2024. 1. ed. ICC Commercial Crime Services, 2024. Disponível em: <https://www.icc-ccs.org/piracy-reporting-centre/live-piracy-map>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3449**

TÍTULO: **Arte-Educação como ferramenta de construção da cultura oceânica**

AUTOR(ES) : **NATHALIA MAGALHAES MACEDO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS, DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: Este trabalho foi, inicialmente, desenvolvido em conjunto com a prefeitura municipal do Rio de Janeiro e o CIEDS, o programa Jovens Cientistas, sob orientação das professoras Larissa Rosevics e Daniele Dionisio. O trabalho busca instigar a curiosidade acerca dos Oceanos, destacando sua importância para a manutenção da vida e a sua governança (Dionisio, Medeiros, Carvalho, 2024). Toma-se como ponto de partida o fenômeno das ilhas de calor nos bairros da região metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo em Bangu, na Zona Oeste carioca, bairro que se tornou com o passar dos anos referência dos dias mais quentes, em virtude das altas temperaturas por lá registradas, em razão da progressiva elevação do aquecimento global – impulsionada por ações antrópicas. O evento climático intensificado faz com que a vida nos grandes centros urbanos seja, em termos climáticos, mais difícil. Adicionalmente, a ausência de uma governança oceânica adequada contribui para a decadência da saúde oceânica. A problemática intensifica-se quando se compreende que o oceano forma uma única entidade, conectando todos, por permear os limites continentais dos países; contendo potencial singular de transformar impactos negativos locais em ameaças globais, por intermédio da circulação oceânica. Caso não haja mudança nas diretrizes, alguns anos à frente, como descreve o Relatório de Síntese AR6 para Mudanças Climáticas, a vida pode se tornar insustentável (IPCC, 2023). Compreende-se que, existem lacunas de conhecimento dessa temática no currículo básico comum do ensino formal, e estas ausências impactam a maneira cujos indivíduos enxergam e preocupam-se com a urgência ambiental, também como interessam-se em promover mudanças comportamentais. Com isso, surge a necessidade de se repensar a educação com base em uma abordagem pedagógica que se utilize de manifestações artísticas, pensando em uma educação inclusiva, significativa e que transforme o estudante em agente de mudanças. Desse modo, o trabalho visa evidenciar a educação ambiental através de uma possibilidade distinta e complementar, a arte, visto que o processo de aprendizagem, principalmente na educação infanto-juvenil, quando assume uma abordagem lúdica, instigada por um movimento anterior de reflexão, favorece a expansão do conhecimento, estimulando a criatividade e pensamento crítico. Sendo, portanto, essencial para obter mais rapidamente progresso no tocante aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em particular os ODS 4 (Educação de qualidade), 5 (Igualdade de Gênero), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) e 14 (Vida na Água). Relativo à metodologia, o trabalho busca-se empreender uma pesquisa em campo. E espera-se ao final obter dados concretos com relação à funcionalidade da atividade proposta, para além da conscientização. Como metodologia, utiliza-se análises de fontes primárias e secundárias.

BIBLIOGRAFIA: DIONISIO DA SILVA, Daniele.; MEDEIROS, Sabrina Evangelista ; CARVALHO, C. A. . Governing Oceans: Policy Development, Implementation and Evaluation. 1. ed. London: Edward Elgar Publishing Ltd, 2024. v. 1. 204p UNESCO. Década do Oceano: a ciência que precisamos para o oceano que queremos. Disponível em: <https://oceandecade.org/pt/>. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Roteiro para a Educação Artística. A Conferência Mundial sobre Educação Artística: Construindo Capacidades Criativas para o Século XXI. Lisboa: UNESCO, 2006

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3471**

TÍTULO: **LITIGÂNCIA CLIMÁTICA NO BRASIL E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA SANTOS MONTEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: Apesar de diversos tratados internacionais, como o Acordo de Paris (2015), as emissões de gases de efeito estufa, que são a principal causa das mudanças climáticas, aumentaram nas últimas décadas. No Direito Internacional, não existem instituições que possam efetivamente obrigar um ou mais Estados a cumprir as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris. Por essa razão, o Direito, em âmbito nacional, tem assumido um papel cada vez mais importante no cumprimento dessas metas climáticas internacionais. Há, por um lado, a tentativa de mobilizar a desobediência civil para pressionar legisladores e tomadores de decisão, em nível nacional, a cumprir as metas do Acordo de Paris. No entanto, não é claro até que ponto essa estratégia é legítima ou sequer eficaz. Mais promissora, por outro lado, tem sido, em diversas partes do mundo, a tentativa de mobilizar o Direito, em âmbito nacional, para alcançar as metas climáticas que têm efeito global. Esse tipo de ação climática tem sido denominado “litígio climático”. Na presente pesquisa, aborda-se a questão do litígio climático no Brasil. A metodologia envolve tanto a discussão teórica sobre justiça climática, e mais especificamente sobre litígio climático, quanto a coleta de documentos sobre casos de litígios climáticos no Brasil, entre os anos de 2020 e 2021, a partir da plataforma de Litigância Climática no Brasil do grupo de pesquisa Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno (JUMA) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Como referência bibliográfica, esta pesquisa utiliza os relatórios do “The Intergovernmental Panel on Climate Change” (IPCC) e obras que tratam do tema. Além disso, a discussão teórica ocorre, mais especificamente, no âmbito do grupo de pesquisa “Justiça Climática, Pandemias, e Riscos Existenciais”, coordenado pelo Prof. Marcelo de Araujo e registrado no DGP do CNPq (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/787487>), onde são discutidos, entre outros temas, assuntos relacionados à área de justiça climática.

BIBLIOGRAFIA: Byron, Williston. The Ethics of Climate Change: An Introduction. Second edition. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2024. Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno. Base de Dados de Litigância Climática no Brasil. Disponível em: <https://www.juma.nima.puc-rio.br/base-dados-litigancia-climatica-no-brasil>. Wedy, Gabriel. Litígios climáticos: de acordo com o direito brasileiro, norte-americano e alemão. 2ª edição, Belo Horizonte, Fórum, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3505**

TÍTULO: **O "CHEGA": CONTINUIDADE E ESPECIFICIDADE NA NOVA CONFIGURAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA EM PORTUGAL.**

AUTOR(ES) : **ISADORA BORGES REZENDE,ROBERTH FREITAS CARREIRA,ARTUR BARCELOS SANTOS,KENZO BRITES YAMAGUTI**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: A presente pesquisa tem por objetivo investigar, utilizando como base estudos e análises acerca do tema em questão, por meio de uma metodologia histórica e comparativa, a partir de discursos, estratégias políticas e heranças históricas, o movimento que se destaca na política portuguesa atual, concretizado pela ascensão do partido "Chega" e da nova direita extremista em Portugal. Além disso, será abordado, também, o contexto histórico no qual essa questão se desenvolveu, a relação com a reformulação da extrema-direita pelo mundo e as implicações desse movimento para a política portuguesa. Consideramos pertinente ainda, analisar certa relação existente entre a ascensão do "bolsonarismo" na realidade brasileira com a ascensão do movimento em questão na realidade de Portugal. Durante a pesquisa, nosso recorte temporal prioritário dá-se a partir da recente inscrição do referido partido em 2019 para a disputa eleitoral. Porém, não podemos discutir sobre o seguinte tópico sem nos referirmos à fundação do atual regime político português pela Revolução dos Cravos. A partir do processo revolucionário que se inaugurou, desencadeou-se a ruptura com o salazarismo e o colonialismo até então vigentes, o que encerrou mais de quatro décadas de ditadura e abriu caminho para as últimas grandes descolonizações do ciclo aberto nos anos 50, até os dias atuais. A Constituição de 1976 consagrou um sistema parlamentar vinculado ao modelo europeu, com traços do "Welfare State" e até mesmo aspirações de cunho mais igualitário. O regime então pode ser caracterizado como uma democracia liberal típica com dois ingredientes sui generis em sua representação ideológica e sentido: a memória de uma revolução inicialmente liderada por militares com diversos momentos de fortalecimento de projetos de transformação social, de um lado, e a memória de um passado colonial perdido com suas falsas promessas de grandeza. Diante disso, esperamos destrinchar e evidenciar o comportamento da extrema-direita no sistema político português e quais as influências e vínculos internacionais - como os blocos políticos europeus, o Foro de Madri e a extrema direita brasileira - sobre esse movimento. Ademais, a pesquisa visa esclarecer como a memória da Revolução dos Cravos e do passado colonial português está sendo reconfigurada e utilizada politicamente no contexto atual. Autores como Fernando Rosas, Manuel Loff e Enzo Traverso oferecem chaves interpretativas fundamentais para a pesquisa em questão. Portanto, o objetivo principal do presente trabalho é contribuir para a compreensão da dinâmica política portuguesa contemporânea a partir da identificação das características, discurso e inserção internacional de um de seus mais recentes e relevantes componentes: o partido que expressa com maior peso naquele país o fortalecimento da extrema direita.

BIBLIOGRAFIA: Fraser, Nancy. O Velho Está Morrendo E O Novo Não Pode Nascer. Autonomia Literária, 24 Mar. 2020. Manuel Loff. Revolução Portuguesa 1974-1975. Tinta-da-China, 1 May 2022. Traverso, Enzo. As Novas Faces Do Facismo. 2021. 1st ed., Áyiné, 15 May 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3512**

TÍTULO: **CRISE NA DEMOCRACIA LIBERAL OCIDENTAL: O TRUMPISMO PÓS GOVERNO TRUMP COMO SINTOMA NA POLÍTICA ESTADUNIDENSE**

AUTOR(ES) : **MARCO ANDRÉ CORRÊA CHEBLE,GABRIEL SOUZA BRUNI,WESLEY FARIAS DOS SANTOS,PAULO GABRIEL FERREIRA MORAES,SOPHIA SANT'ANNA**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: A eleição e a gestão de Donald Trump à frente da maior potência ocidental causou choque e tensionamentos ao modelo de democracia ocidental do qual aquele país seria o mais sólido exemplo. Seu discurso supostamente anti-establishment e suas reformas políticas e fiscais contribuíram para uma aceleração dos processos de concentração de riqueza, combinaram-se com retóricas negacionistas do clima e da pandemia e tiveram, sobretudo, um sentido de reforço do sentimento anti-imigrantes e contrário aos movimentos progressistas de forma geral, como os ligados aos movimentos das mulheres e de combate ao racismo, além de uma política externa rispida com grandes embates geopolíticos com poderosos atores internacionais, como China e Coreia do Norte. O seu mandato encerrou-se com a não aceitação dos resultados eleitorais de 2020, acarretando em uma tentativa de sua descredibilização e subversão, como o violento ataque ao Capitólio de 6 de Janeiro de 2021, que colocou em causa a incolumidade das instituições com base na difusão da crença de ilegitimidade do processo eleitoral. Os discursos, políticas e posturas de Trump - em temas tão importantes como a pandemia, discriminação racial e política externa e migratória - acirraram a polarização que não se manteve circunscrita ao território estadunidense e que reverberou por grande parte do mundo. Além disso, após o encerramento atípico de sua administração, seu programa continuou a ser defendido e implementado por poderes locais, pelo Congresso e pela Suprema Corte, ensejando um movimento de esgarçamento dos compromissos liberal-democráticos que se haviam constituído nas últimas décadas. Este trabalho procura contribuir para responder à questão: qual foi o impacto global e o discurso político do "trumpismo" depois de sua administração e o que mobiliza sua coalizão e evolução do apoio entre ricos e as massas contra as estruturas democráticas?. A metodologia adotada na realização dessa pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de caráter revisionista bibliográfico, com uso de método de pesquisa observacional de corte temporal de observação do pós-trumpismo, no período de 2021 a metade de 2024, contando com o procedimento de estudo do trumpismo à luz das contribuições de Nancy Fraser e outros autores críticos como Wendy Brown, Naomi Klein, Enzo Traverso, Noam Chomsky e J. Rancière, bem como de outros autores críticos.

BIBLIOGRAFIA: TRAVERSO, Enzo. As novas faces do facismo. [S. l.: s. n.], 2023. BROWN, Wendy. Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente. [S. l.: s. n.], 2019. RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. [S. l.: s. n.], 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3518**

TÍTULO: **Modelos de diagnósticos participativos como apoio às inovações sociais**

AUTOR(ES) : **ARTUR PORTO TEIXEIRA, JESSIKA DA SILVA FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO: Abordar a temática dos diagnósticos participativos como apoio às inovações sociais é uma maneira de promover a organização da sociedade civil, se perceber como um grupo complexo, diversificado e com potencial de transformação social, que suas demandas precisam ser ouvidas e debatidas no espaço do Poder público. Utilizamos como referência para a elaboração do presente estudo o Guia de Diagnóstico Participativo (FLACSO, 2021). O diagnóstico participativo é um método utilizado para mapear a realidade local com a colaboração das lideranças comunitárias ou qualquer outro membro de um grupo específico, com o intuito de aproximar a comunidade das decisões de políticas públicas. Esse levantamento deve identificar os principais problemas da localidade em diversas áreas, como social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional. Além disso, este deve identificar as vocações e vantagens da localidade em comparação a outros lugares. Essas potencialidades são essenciais para impulsionar a superação dos problemas identificados, permitindo que a localidade ou grupo atinja o desenvolvimento sustentável de forma autônoma e transformacional. Destaca-se que há uma variedade de metodologias que possibilitam a grupos, organizações e comunidades discutir seus problemas e definir de forma mais eficaz as estratégias para enfrentá-los. Assim, a metodologia do diagnóstico participativo faz parte de um conjunto mais amplo de métodos que compõem uma estratégia de intervenção social, valorizando a participação popular. Inserido nesse contexto, podemos nortejar através de um questionamento, quais métodos de diagnóstico participativos podem auxiliar as iniciativas de inovações sociais? A avaliação é apresentada como um campo complexo e em constante evolução, marcado por disputas epistemológicas e simbólicas que moldam suas práticas e gramáticas. Emerge, por isso, a necessidade de uma nova agenda de trabalho para o campo da avaliação em políticas públicas. Este movimento busca compreender a avaliação em sua dimensão política de transformação social, promovendo uma noção mais plural e democrática de conhecimento avaliativo, que enriquece os processos avaliativos e aponta para um futuro engajado da avaliação em políticas públicas (Boullosa, 2020) Em nossa pesquisa, buscamos subsídios para a análise do ecossistema de inovações sociais, abordando elementos essenciais para a formulação de políticas públicas, para a configuração do ambiente urbano e especialmente para a identificação dos componentes da relação entre o governo e a sociedade civil que os moldam. Adotamos uma abordagem metodológica que combinou com pesquisa documental e bibliográfica, de artigos científicos e materiais didáticos sobre o diagnóstico participativo, contemplando as dimensões territoriais e históricas das organizações sociais, levando em consideração os objetos propícios para OSCs, destacando a metodologia participativa e o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP).

BIBLIOGRAFIA: – Boullosa, Rosana de Freitas, Oliveira, Breyner Ricardo de, Araújo, Edgilson Tavares de, & Gussi, Alcides Fernando (2021). Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Avaliação, 10(1), e100521. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110005> – BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. Revista Aval, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 9–37, jul./dez. 2020. – ANDION, C. (Coord.). Diagnóstico Participativo de Florianópolis: Olhares dos distritos sobre a cidade. Florianópolis: Imaginar o Brasil Editora; 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3570**

TÍTULO: **SISTEMA CARCERÁRIO E DIREITOS HUMANOS NO PODER LEGISLATIVO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO NORMATIVA FEDERAL**

AUTOR(ES) : **GABRIELA PEREIRA CECCHETTI**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: A presente pesquisa integra o Observatório Legislativo de Direitos Humanos e Desigualdades e se dedica a mapear e analisar como a pauta de direitos humanos é tratada pelo Poder Legislativo na área penal e de segurança pública, em especial nas medidas direcionadas ao sistema carcerário. Para tal, utiliza o Banco de dados elaborado pelo Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF/UNIFESP (Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo), formulado a partir da busca nos sites do Senado Federal e na Câmara de Deputados por proposições que utilizaram a expressão "direitos humanos", no período de 2006 a 2019, organizando-as conforme autoria, espécie normativa, status de tramitação, tema, entre outras categorias (MONTEIRO, 2020). A análise do Banco demonstra uma presença destacada de proposições sobre direitos humanos nos temas "segurança pública", "direito penal" e "direito processual penal", com particular incremento a partir do ano de 2015. Com base no levantamento daquelas relacionadas ao contexto carcerário - incluindo, portanto, medidas que tratam de aumento de pena ou de criminalização - por meio de metodologia de análise documental, a pesquisa busca analisar (i) como o discurso de direitos humanos é utilizado nas proposições em matéria penal e em que medida serve a um recrudescimento punitivo e (ii) de que modo e em que extensão as proposições impactam a proteção de direitos de pessoas encarceradas, em particular de mulheres presas. A pesquisa segue perspectivas teóricas que consideram que os direitos humanos não se tratam de um conceito imutável e intangível, mas sim de um território de disputa, passível de interpretações (MOYN, 2010). Utiliza métodos quantitativos e qualitativos, buscando, de um lado, avaliar as estatísticas relacionadas às proposições em matéria de cárcere; e, por outro lado, examinar criticamente a tramitação, os debates legislativos e os impactos para a proteção de direitos de pessoas privadas de liberdade. Os resultados parciais mostram apropriações do discurso de direitos humanos e um tratamento secundarizado à pauta de gênero, com entraves específicos à tramitação e à aprovação das medidas voltadas a mulheres encarceradas. Em conclusão, pretendemos aprofundar a compreensão sobre como as casas legislativas tratam da questão dos direitos humanos no âmbito do direito penal e criminal, refletindo e produzindo preconceitos. Acreditamos que a análise proposta, considerando o balanço das medidas propostas e aprovadas, os atores e discursos mobilizados, os entraves à tramitação e aprovação, ajudará a qualificar o diálogo entre a legislação e políticas públicas penitenciárias com os direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: MONTEIRO, Eduarda Ribeiro. Relatório final Observatório da Proteção dos Direitos Humanos: Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos - Monitoramento Legislativo, 2020. Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/observat%C3%B3rio%20dos%20direitos%20humanos/Relat%C3%B3rio%20Monitoramento%20Legislativo.pdf MOYN, Samuel. O futuro dos direitos humanos. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 11, n. 20, jul./dez. 2014, pp. 61-69.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3591**

TÍTULO: **ALEMANHA COMO SOLUÇÃO: A POLÍTICA EXTERNA DOS GOVERNOS GEISEL E LULA.**

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA SOUZA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: Durante os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil adotou abordagens distintas para fortalecer sua relação com a Alemanha, utilizando-a como uma peça chave em suas estratégias de política externa. Assim, essa pesquisa busca demonstrar por que as relações bilaterais com a Alemanha foram mais intensas durante os governos Geisel e Lula. O objetivo da pesquisa é analisar o aumento de acordos bilaterais, visitas e melhora da dinâmica política entre esses dois países, entre as décadas de 1970 e início do século XXI. O marco teórico aplicado para esta pesquisa está no papel das relações bilaterais e das parcerias estratégicas para as relações internacionais do Brasil (Lessa, 1998; Vaz, 2014). No governo de Ernesto Geisel, o Brasil buscou uma política externa que equilibrasse suas relações com as superpotências e explorasse novas alianças para garantir sua autonomia. A Alemanha Ocidental ofereceu ao Brasil uma oportunidade para diversificar suas parcerias econômicas e tecnológicas, apoiando projetos conjuntos e trocas comerciais que foram cruciais para o desenvolvimento industrial do Brasil (Bandeira, 2011). Durante a década de 1970 foram realizados 167 acordos bilaterais entre Brasil e Alemanha, esse fator se torna de extrema relevância ao se comparar a década anterior em que o interesse de se manter relações era inferior com 50 acordos celebrados na década de 1960. Sob a presidência de Lula da Silva (2003-2010), as parcerias estratégicas tornaram-se uma ferramenta diplomática crucial para fortalecer e harmonizar o envolvimento do Brasil em diversos níveis (Vaz, 2014). Isso contrasta com a visão anterior do Brasil sobre parcerias estratégicas, que eram consideradas apenas instrumentos bilaterais para atender a objetivos domésticos específicos. Aqui a Alemanha foi novamente um parceiro fundamental, mas o enfoque foi bastante distinto. A Alemanha de Angela Merkel, em particular, tornou-se um parceiro crucial para Lula na promoção de uma agenda de desenvolvimento sustentável e de crescimento econômico, essa relação foi marcada por diversas viagens para ambos os países, notando que Lula visitou 3 vezes a Alemanha durante seu mandato, seguida pela visita da chanceler Angela Merkel em 2008. Os governos de Geisel e Lula, embora separados por décadas e contextos distintos, reconheceram a importância da Alemanha em suas estratégias de política externa. Em ambos os casos, a relação com a Alemanha foi usada como uma solução para os desafios que o Brasil enfrentava em suas respectivas épocas, evidenciando a flexibilidade e a relevância contínua das alianças internacionais na formulação da política externa brasileira.

BIBLIOGRAFIA: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O 'milagre alemão' e o desenvolvimento do Brasil, 1949-2011. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011. CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política exterior do Brasil. 3.ed. Brasília: UNB, 2010. LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, n.41, 1998, pp.29-41. VAZ, Alcides Costa. Brazil's strategic partnerships: origins, agendas and outcomes. ESPO working paper n. 9 July 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3603**

TÍTULO: **CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO: NOTAS INSTITUCIONAIS ENTRE O DESENHO BRASILEIRO E NORTE-AMERICANO**

AUTOR(ES) : **ANA LUISA FERREIRA VITAL**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA, ANTONIO GUIMARÃES SEPULVEDA, IGOR DE LAZARI BARBOSA CARNEIRO**

RESUMO: Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil o Poder Judiciário está autorizado a realizar revisão judicial de atos expedidos por agências reguladoras. Embora os dois distintos ordenamentos jurídicos compartilhem algumas similaridades, apresentam, por enaltecem valores diversos, significativas distinções em seus desenhos institucionais, principalmente, no que tange à acessibilidade ao Judiciário. Por valorizar a nota da institucionalidade, a revisibilidade judicial nos Estados Unidos está condicionada ao esgotamento das instâncias administrativas. A regra estadunidense assenta que o interesse de agir configura-se a partir da definitiva decisão administrativa. Por sua vez, o desenho brasileiro, pautado fundamentalmente no princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, permite que o administrado escolha a via, se administrativa ou judicial, mais adequada para canalizar sua demanda. A partir da teoria institucional, esta pesquisa propõe o seguinte objeto: o processo de sindicabilidade judicial dos atos administrativos destes países, a partir de suas tradições de unidade de jurisdição e inafastabilidade do controle judicial do ponto de vista institucional. A pergunta problema é: quais são as contraposições entre os sistemas brasileiro e norte americano de sindicabilidade jurisdicional dos atos administrativo, a partir da análise das diferentes tradições institucionais que estes sistemas apresentam? O que se propõe como tese é que o parâmetro de revisão americano (padrão Chevron) é mais bem definido e mais restrito que o brasileiro (padrão da discricionariedade técnica). A presente pesquisa busca, então, realizar estudo comparado entre os modelos norte-americano e brasileiro, evidenciando as principais características e distinções, principalmente, no tocante aos mecanismos institucionais. Para tanto, será promovida pertinente revisão bibliográfica e jurisprudencial de forma a construir um debate entre as diferentes propostas institucionais destes sistemas aqui estudados.

BIBLIOGRAFIA: DOLLEY, Kevin J. Administrative Waiver of the Untimeliness Defense in Title VII Cases Concerning Federal Employees: A Proposed Analysis. Saint Louis University Law Journal, n. 46, 2002. VERMEULE, Adrian. Mechanisms of Democracy: Institutional Design Writ Small. New York: Oxford University Press, 2007. VERMEULE, Adrian. SUNSTEIN, Cass. Interpretation and institutions. Chicago Public Law & Legal Theory Working Papers Series, nº 28, 2002. WALKER, Christopher J.. Inside Agency Statutory Interpretation. Stanford Law Review, Vol. 67, 2015.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3635**

TÍTULO: **O “INVASÃO ZERO” NO CONGRESSO NACIONAL: PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS QUE CRIMINALIZAM A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **DANIEL ANUNCIACAO DOS SANTOS,LEONARDO EVARISTO TEIXEIRA,THAMIRES AZEREDO CHAVES,FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO,CECÍLIA CAFÉ BALDANI,LILIANE DA SILVA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS,FERNANDA MARIA VIEIRA**

RESUMO: Fruto de uma pesquisa militante que vem sendo desenvolvida no Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Luiza Mahin, projeto de extensão da Faculdade de Direito da UFRJ, este estudo centra-se na atuação legislativa do Congresso Nacional que vem criminalizando a luta pelo direito constitucional de acesso à terra no Brasil, como forma de garantia dos dispositivos constitucionais presentes em nossa carta magna de 1988, assim como vem criando artefatos jurídicos que igualmente impossibilitam a efetivação deste direito. Portanto, tem-se como objetivo apresentar as medidas repressivas que vêm sendo adotadas pelo Congresso Nacional, que integram e fortalecem o programa criminalizador dos movimentos sociais no Brasil, atualmente convergente com o grupo chamado “Invasão Zero”. Para tanto, será feito um mapeamento das proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional que versam, em suas propostas, medidas de restrição de direitos e repressão administrativa e/ou penal contra pessoas e organizações integrantes de movimentos que adotam táticas de ocupação de propriedades desumpridoras de sua função social. Busca-se, assim, situar este quadro no movimento de contrarreforma agrária, proporcionando uma leitura panorâmica da atuação dos parlamentares ao criar e/ou endurecer medidas/sanções para participantes de ocupações, tendo em vista o quadro sociohistórico de violência estatal e política em desfavor dos povos e que tem aprofundado cada vez mais a violência contra as lutas sociais que buscam moradia adequada e reforma agrária. Como resultados parciais deste estudo, em decorrência da fase a qual nossa pesquisa se encontra, em primeiro momento, objetiva-se identificar e padronizar objetos em comum das proposições legislativas. Em um segundo momento, pretende-se mensurar, quantitativa e qualitativamente, os dados obtidos, a fim de correlacionar as propostas mapeadas e inseri-las no contexto repressivo do movimento “Invasão Zero”, bem como identificar, concretamente, a tendência da bancada ruralista que o integra. Os autores do presente estudo buscam, portanto, desvelar o atual cenário da disputa pela terra no país, a partir da análise crítica do mapeamento das proposições legislativas aqui mensuradas, tentando compreender as permanências do processo de concentração de terra e criminalização dos movimentos de luta pela democratização do acesso à terra, bem como analisar o que há de novo na atuação do setor do agro com a criação do grupo invasão zero.

BIBLIOGRAFIA: ALENTEJANO, Paulo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra- reforma em marcha acelerada. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434. ALENTEJANO, Paulo; WANDERLEY, Luiz Jardim; SANTORO, Karoline; LEÃO; Pedro Catanzaro da Rocha; RIBEIRO, Amanda Guarniere; MARTINS, Vinícius. Ruptura política e contrarreforma agrária: geografia dos conflitos no campo brasileiro (2014-2023). Em: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. Conflitos no campo 2023. Goiânia: CPT Nacional, 2024. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. A função social da terra. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3636**

TÍTULO: **SISTEMA CARCERÁRIO E DIREITOS HUMANOS NA ARENA LEGISLATIVA: UMA ANÁLISE DO PL 6177/2016 OU “PL DA HUMANIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS”**

AUTOR(ES) : **CAROLINA SANTOS SILVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: Esta pesquisa integra o projeto do Observatório Legislativo de Direitos Humanos e Desigualdades que desenvolve estudos a partir do Banco de Dados elaborado pelo Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense) da UNIFESP, que reúne proposições legislativas que utilizam a expressão “direitos humanos” no período de 2006-2019. Dentro do eixo temático que investiga as proposições legislativas em matéria de direitos humanos voltadas a questões de segurança pública e direito penal, esta pesquisa possui a finalidade de analisar a tramitação do Projeto de Lei 6177/2016, conhecido à época como “PL da Humanização dos Presídios”. Este PL se destacou entre as outras proposições do levantamento, já que se orientava à promoção dos direitos de pessoas encarceradas por meio de uma política de caráter estrutural que propunha a “elaboração e gestão de políticas de humanização do sistema penitenciário brasileiro”. Tendo em vista o arquivamento dessa proposição, busca-se, a partir de uma metodologia de análise documental e qualitativa, analisar seu processo de tramitação e quais intervenções em seu trajeto formaram um obstáculo para o avanço do projeto de lei, considerando a perceptível incongruência de ideias entre o projeto inicialmente apresentado e a última versão proposta. A análise desse projeto de lei é feita a partir da classificação dos eventos de perturbação em relação à proposta original - tais como os pedidos de apensação, os requerimentos de audiência pública e as emendas apresentadas - e utiliza, como categoria, a noção de humanidade e a sua relação com a teoria crítica dos direitos humanos, tendo como referência teórica o autor Costas Douzinas. A justificativa do PL voltava-se a combater a superlotação carcerária e a violência interna nos presídios, bem como a promover o respeito à dignidade humana de presos, familiares, servidores e usuários do sistema em geral. A proposição, no entanto, foi apensada a três projetos de lei que, apesar de debaterem temas relacionados ao sistema penitenciário, apontavam para um sentido de recrudescimento da repressão penal, com destaque para o PL° 7223/2006, que propunha a criação de um regime penitenciário de segurança máxima. Os resultados parciais da pesquisa apontam para a relevância de analisar o processo legislativo a partir de seus mecanismos procedimentais internos, tendo em vista seu impacto sobre o destino e o conteúdo das proposições. No caso estudado, os propósitos iniciais de humanização foram neutralizados pelos eventos que processaram e alteraram o texto original do PL. Pretende-se, ao final da pesquisa, apresentar um fluxo da tramitação que permita comparar as medidas inicialmente propostas e as que prevaleceram ao final.

BIBLIOGRAFIA: DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009. MONTEIRO, Eduarda Ribeiro. Relatório final Observatório da Proteção dos Direitos Humanos: proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos - Monitoramento Legislativo. Relatório de Iniciação Científica, UNIFESP. 2020. NASCIMENTO, Roberta Simões. Táticas e Artimanhas do Parlamento: 13 táticas parlamentares para a aprovação das leis, 2021. Disponível em: REVISTA BONIJURIS, ANO 33, EDIÇÃO 670.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3641**

TÍTULO: **A RELAÇÃO DO BRASIL COM A CHINA NO CONTEXTO DA HEGEMONIA NORTE AMERICANA NO SÉCULO XXI**

AUTOR(ES) : **BRENA STEPHANY DOS SANTOS DEODATO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O intuito deste trabalho é apresentar a trajetória da relação entre Brasil e China no início do século XXI, dentro do contexto da hegemonia americana, e seu impacto na América Latina. Parte-se do princípio de que o papel dos Estados Unidos no Sistema Internacional – e na América Latina em particular – é o de uma força hegemônica, dominando outros países por meio de sua preponderância militar, econômica e tecnológica (KEOHANE, 1984). A partir dos anos 2000, a ascensão da China se torna evidente globalmente e na América Latina, refletindo-se no crescente protagonismo dessa nação na balança comercial de países como Brasil e Argentina (PECEQUILLO, 2014). O trabalho busca compreender as estratégias que o Brasil adota diante dessa expectativa de mudança no equilíbrio de poder. Dessa forma, o argumento será estruturado em três partes. Primeiramente, será apresentado um breve apanhado da relação entre Brasil e Estados Unidos, destacando a importância econômica e política desse último para o Brasil até os dias atuais. Em seguida, será discutido como a relação comercial com a China cresceu exponencialmente a partir dos anos 2000, assumindo um papel significativo, sobretudo na pauta exportadora brasileira. Por fim, será analisada a forma como o Brasil, em diferentes governos, tenta assegurar seus interesses no contexto do aumento da rivalidade entre as duas potências. Para fundamentar essa discussão sobre países hegemônicos e periféricos, será introduzido o realismo neoclássico. Para construir essa análise, serão utilizados textos de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), Pecequillo (2014, 2015, 2023) e Celso Amorim (2016), além de notícias, antigas e atuais, dos principais veículos de comunicação do Brasil e do mundo, que ilustram a relação Brasil-EUA e Brasil-China ao longo desse período de tempo com as mudanças político-econômico circunstanciais. Também serão considerados relatórios oficiais e discursos realizados por estadistas nos mesmos períodos, que expressam suas estratégias nas relações políticas. Autores como Cox, Gilpin e Luis Fiori servirão de base para a discussão teórica sobre hegemonia e se a relação Brasil-China representa uma real mudança no Sistema Internacional.

BIBLIOGRAFIA: CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil de (Editora UnB, 4ª. Edição, 2011). COX, Robert W. Social forces, States, and world orders: beyond international relations theory. Millenium, 1981, v. 10, n. 2. FIORI, José Luis. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: O mito do colapso do poder americano. São Paulo: Boitempo, 2008. GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. KEOHANE, Robert. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton University Press. 198

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3654**

TÍTULO: **CONDIÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS PARA A GOVERNANÇA NA RMRJ: PROXIMIDADE POLÍTICO PARTIDÁRIA DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS EM RELAÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO**

AUTOR(ES) : **JONATHAN VITOR DA SILVA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO: Como reflexo dos avanços trazidos pela aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015), em 27 de dezembro de 2018 o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei complementar estadual nº184 que dispôs sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e seu arranjo de governança (PANTOJA, 2021; SANTOS et al, 2020). Neste novo arranjo passamos a ter a presença de um conselho deliberativo composto pelos prefeitos dos municípios que integram a RMRJ; além de três assentos ocupados por segmentos da sociedade civil a serem indicados pelo Conselho Consultivo e um conselho consultivo representado por segmentos da sociedade civil, dentre cinco membros do legislativo municipal, sendo dois do Rio de Janeiro e os outros três dos demais municípios metropolitanos. Para este estudo, partimos do pressuposto que os padrões de intervenção dos atores políticos nas instâncias deliberativas metropolitanas são dependentes da compatibilidade das agendas políticas locais com o governo do Estado do Rio de Janeiro, que detém grande poder de agenda na instâncias deliberativas, portanto, iremos analisar a proximidade político-partidária dos representantes legislativos com o governador, para entender como essa relação influencia na agenda metropolitana. Essa proximidade é importante de ser levada em conta, pois o governo do Estado é quem preside o conselho, dando a ele o poder de agenda sobre os temas que serão debatidos. De um ponto de vista metodológico, essa proximidade política será identificada de duas formas: (a) se o vereador é do mesmo partido do governador (PL); (b) se o partido do vereador faz parte da coligação do governador. Os resultados encontrados até o momento indicam que existe uma aproximação política entre os representantes municipais, pois mais da metade desses atores políticos têm afinidade política com o governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, filiado ao Partido Liberal e eleito com base na coligação Rio Unido e Mais Forte, composta pelos partidos: AVANTE, DC, MDB, PL, PMN, PODE, PP, PROS, PRTB, PSC, PTB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE e UNIÃO.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, N. R. de. Does politics still matter? Neoliberalization processes, party government and new patterns of urban politics in brazilian local governments. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 29, n. 1, 2020. SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. Geo UERJ, n. 36, p. 1-22, 2020. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ,

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3678**

TÍTULO: **Repercussão do Patriarcado Contemporâneo: Explorando Controle Reprodutivo e Justiça sob a Sombra da Caça às Bruxas nas Dinâmicas Norte-Sul Globais**

AUTOR(ES) : **NATHALIA MAGALHAES MACEDO**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO: Ao longo da Idade Média, também conhecida como a Idade das Trevas, a extensão do poder papal era extraordinária, com fiéis se multiplicando em distintas regiões do globo. Nesse contexto, as estratégias de controle social, inerentes às práticas comportamentais e de conduta amplamente disseminadas pela Igreja Católica, foram fundamentais para a manutenção de seu domínio. A demonização do feminino emergiu tal qual elemento central nessa narrativa, inicialmente associada ao pecado original e, derivado disso, à inclinação tendenciosa ao pecado natural à mulher. Esse fenômeno alcançou seu apogeu com o surgimento do célebre documento inquisitório, *Malleus Maleficarum*, que ratificou as desconfianças com relação à figura feminina, associando-a à feitiçaria. Esse documento adquiriu caráter atemporal, propiciando a formação de movimento reativos em relação a questões de gênero e feminismo; manifestando-se tanto em sutilezas quando em cerceamento claro das liberdades individuais, sustentáculo do patriarcado moderno, associados a um mesmo marco histórico: "Caça às Bruxas". Em adição, a ascensão de partidos de extrema direita ao longo da segunda década do século XXI, cujas roupagens ideológicas vem a ser o conservadorismo, intensifica a objetificação do corpo feminino e concomitantemente restringe cada vez mais a autonomia das mulheres. A vista disso, compreende-se que o patriarcado contemporâneo persiste em excluir e estigmatizar o corpo feminino, produzindo discriminações e desigualdades em potencial para estratificar a sociedade. A pesquisa tem por objetivo fazer a articulação entre a Caça às Bruxas nas raízes do patriarcado moderno e o controle ainda imposto sobre os corpos das mulheres. Ou seja, investigar a forma pela qual tanto o controle e a justiça reprodutiva contemporâneos podem ser pensados em articulação às práticas e o estigma associado à caça às bruxas enquanto sustentáculos do patriarcado moderno, a priori nas relações entre o Norte e o Sul Globais. Para atingir os objetivos propostos, o estudo tem como base epistemológica, metodológica e teórica os feminismos dissidentes, com destaque aos oriundos do sul global. Assim, quanto à metodologia buscou-se realizar uma recuperação histórica do fenômeno da Caça às Bruxas - compreendido entre os séculos XV e XVIII - e de como este evento está associado à construção da narrativa de subalternização do corpo feminino e as várias micro e macro violências a que está submetido. Adicionalmente, incorporou-se uma abordagem qualitativa através de métodos de coleta de dados de pesquisa bibliográfica e de análise de documentos (dados estatísticos e leis, por exemplo).

BIBLIOGRAFIA: KRAMER, H.; SPRENGER, J. O martelo das feitiçeras - *Malleus maleficarum*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. FEDERICI, S. O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2017. COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3682**

TÍTULO: **O JORNAL DAS SENHORAS - ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO DE REIVINDICAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO SÉCULO XIX NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **TATIANA NEGRI MACHADO PASCHOAL, FERREIRA E SILVA JOAO GABRIEL, MAIKA CANER, MADALENA ALEXANDRE BAHIA, JADE M. MARTINS DE LOSSIO E SEIBLITZ**

ORIENTADOR(ES): **ANA LUCIA SABADELL**

RESUMO: A pesquisa tem como objeto o *Jornal das Senhoras* (1852 - 1855), o primeiro do Rio de Janeiro a ter uma mulher creditada como editora, a argentina Joana de Noronha (DUARTE, 2017, P. 122). O objetivo da pesquisa é refletir sobre a construção de um discurso acerca dos direitos das mulheres no século XIX no Brasil, na imprensa feminista da época. A consulta aos jornais será feita pelo site da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, onde estão digitalizados, num total de 209 edições. Trabalharemos na pesquisa com uma amostra de edições representativa do seu período de existência e das suas três editoras - Joana de Noronha, Violante Vellasco e Genervásia Neves, com ênfase nos primeiros 6 meses em que Joana de Noronha esteve à frente do jornal. Conforme apontado por Duarte, os jornais femininos e feministas do período foram importante locus de aglutinação, divulgação e resistência feminina (DUARTE, 2017, P. 14). A leitura deverá observar elementos da linguagem iluminista sobre direitos humanos e a relação entre discurso iluminista e empatia, tendo Hunt como referência. Deverá, ainda, observar a aglutinação de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos nas reivindicações feministas (SABADELL; CUNHA; ROSA, 2024, P. 20), a ideia de inclusão limitada como técnica jurídica do direito patriarcal brasileiro (SABADELL; CUNHA; ROSA, 2024, P. 23) e a centralidade do direito à educação, inclusive a partir da estratégia de associação da educação feminina à defesa da moral para facilitar sua aceitação (SABADELL; CUNHA; ROSA, 2024, P. 20). Adicionalmente, deve-se verificar se existem referências à crimes por razão de gênero e às mulheres negras e indígenas. Os autores vão realizar a leitura dos jornais e registrar suas reflexões dentro das referências teóricas trabalhadas em fase preliminar da pesquisa e, finalizada a etapa de leitura e compilação, haverá discussão dos principais elementos identificados nas fontes. Como resultados esperados pretende-se aumentar o repertório de exemplos de construção do discurso reivindicatório das mulheres da época e aprofundar reflexões acerca da argumentação jurídico-política empregada nos jornais.

BIBLIOGRAFIA: DUARTE, Constância Lima. IMPRENSA FEMININA E FEMINISTA NO BRASIL. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2027. HUNT, Lynn. A INVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA HISTÓRIA. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. NUNES, Diego et al. (Org.). Coleção Novos Rumos da História do Direito - vol.2: Resistências e Reivindicações Feminina na Cultura Jurídica do Século XX. / Ana Lucia Sabadell...[et al.]; Coordenadoras: Ana Lucia Sabadell e Bárbara Madruga da Cunha; Organizador: Diego Nunes. Florianópolis: Habitus. 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3717**

TITULO: **TRÁFICO HUMANO SOBRE A ÓTICA DO TRABALHO FORÇADO IMIGRANTE NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS**

AUTOR(ES) : **VICTOR MANOEL FELICIO FREIRE**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: O trabalho aqui resumido tomou forma a partir de uma coluna elaborada para o grupo de pesquisa em direito internacional da UFRJ, onde os alunos pesquisaram e elaboraram colunas sobre tópicos sensíveis ao direito internacional. O tema foi escolhido a partir do estudo do “estado da arte” da imigração sob o viés do trabalho forçado onde, através da análise sistemática dos países ainda afetados pela escravidão moderna, os Emirados Árabes Unidos prevaleceram como um dos países onde essa prática é mais predominante. A partir da análise de dados fornecidos pelo Índice Global de Escravidão e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, traçou-se um parâmetro de análise para se quantificar e elaborar uma linha do tempo e dimensão etnográfica dos imigrantes usuais dos EAU. Com base nisso, chegou-se à constatação que, em sua maioria, as grandes empreitadas da indústria petrolífera de Dubai foram construídas sob o esforço e exploração de mão de obra imigrante, preponderantemente de países do sul asiático, como Índia, Vietnã, dentre outros. Com essas informações e todas as análises históricas, sociais e estatísticas, a coluna chega na conclusão que os EAU violam inúmeras convenções de direitos humanos no que diz respeito ao tratamento dado aos seus trabalhadores imigrantes, com diversos dados explicitando abusos sofridos, até mesmo em sítios de construções da COP28, sediada em Dubai. Em suma, o objetivo final da coluna era de expor e visibilizar uma realidade muitas vezes escondida da grande mídia, demonstrando que por trás da cidade onde o prédio mais alto do mundo foi erguido, suas fundações estão sob os corpos de milhares de imigrantes forçados.

BIBLIOGRAFIA: 1- Enciclopédia Britânica. Tráfico humano. 25 de Maio de 2024. Disponível em: Human trafficking | Definition, Tactics, Statistics, Types, Examples, & Facts | Britannica . Acesso em 26 de maio de 2024. 2- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes. Disponível em: Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes . Acesso em 26 de maio de 2024 3- SPINELLI, André Luiz. Sidney Guerra, Ação de Extensão. Tráfico de pessoas. 22 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NXprUvkj0gA&t=14s> . Acesso em 26 de maio de 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3736**

TITULO: **CONSTRUÇÕES BIOGRÁFICAS NO CASO HENRY BOREL: A VÍTIMA, A MÃE E O PADRASTO NAS NARRATIVAS DA IMPRENSA E DO INQUÉRITO POLICIAL**

AUTOR(ES) : **CAROLINA CUNHA AMAZONAS PAIXAO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: O presente trabalho pretende descrever e analisar as práticas narrativas da Imprensa e da Polícia Civil na construção biográfica de “vítima” e “réus”, no contexto do acontecimento conhecido como Caso Henry Borel. O esforço analítico se dará em três etapas. A primeira, de compreender como as práticas jornalísticas construíram, narrativamente, representações acerca do menino Henry (vítima), de sua mãe, Monique Medeiros (ré) e de seu padrasto, Dr. Jairinho (réu), utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais acerca de suas condutas. A segunda, consiste num esforço de estudar a narrativa policial, nos autos do inquérito policial, visando compreender a construção biográfica desses personagens. O Caso Henry Borel inicia-se em 08 de março de 2021, quando o menino Henry (04 anos) foi morto no apartamento onde morava sua mãe e o padrasto. A partir do dia 09 de março de 2021, a Imprensa inicia uma ampla cobertura jornalística sobre o caso e, conforme surgem novas informações, veicula imediatamente. Ao narrar o evento, a Imprensa produz, também, biografias morais da vítima e dos réus. Concomitantemente, a investigação policial está interessada na apuração dos fatos, buscando indícios e provas de autoria e materialidade do crime, visando embasar uma acusação, que dará início ao processo penal. A narrativa policial é a principal fonte de informações da Imprensa e, também, produz construções biográficas dos protagonistas do caso. Adoto o conceito de “descrição densa”, proposto por Clifford Geertz, como a principal chave analítica do material de pesquisa. Utilizo, também, a “analítica do poder”, proposta por Michel Foucault, para pensar os jogos de influência mútua entre Imprensa e Polícia Judiciária. A metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica, pesquisa no acervo do portal do G1-RJ (Globo) das matérias publicadas, bem como análise dos autos do inquérito policial.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41 MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005. p. 05-09. DA SILVA, Edilson Márcio Almeida. Notícias da violência urbana: um estudo antropológico. Editora da UFF, 2010. p. 66. FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: Dreyfus, Hubert L. e Rabinow, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3768**

TÍTULO: **UM OLHAR SOBRE TELA: AÇÕES BIBLIOTECONÔMICAS NA CIÊNCIA DE DADOS**

AUTOR(ES) : **JONAS VIANNA DO AMARAL BERMOND NATAL**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Esta é uma nova era. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a transmidialidade, a sociedade metamorfoseia-se com mudanças significativas nas estruturas sociais, políticas, culturais e tecnológicas que marcam o início de uma nova fase na história da humanidade. A variedade de suportes, ferramentas e dinâmicas digitais na construção de informação e nas formas de comunicação exigem da pessoa bibliotecária adaptações e (trans)formações cotidianamente. Dessa forma, neste trabalho busca-se apresentar as ações biblioteconômicas nas mídias sociais como possibilidade de observação das ações em diferentes esferas. Para isso, esta investigação teve embasamento metodológico qualitativo a partir da análise de conteúdo das entrevistas de pessoas egressas do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no canal CBGCOM - UFRJ cuja atividade está relacionada à área da Ciência de Dados. Assim sendo, a pesquisa reconhece as ações biblioteconômicas nas mídias sociais como um panorama e possibilidade da Biblioteconomia na atualidade em meio à guerra de narrativas existentes na sociedade da informação. A pesquisa considera a versatilidade do bibliotecário moderno em meio aos novos suportes. Conclui-se que a Biblioteconomia tradicional (não esquecida, nem erradicada) e a Biblioteconomia contemporânea estão em transformação na medida em que são desenvolvidas discursivamente.

BIBLIOGRAFIA: BARBIERI, Carlos. Governança de Dados: Práticas, conceitos e novos caminhos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. p. 288. LANKES, R. David. Expect More: Demanding Better Libraries For Today's Complex World. 2012. Disponível em: http://davidlankes.org/?page_id=4598. Acesso em: 15 ago. 2024. BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando?. Informação & Informação, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017. DOI: 10.5433/1981-8920.2017v22n2p389. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3769**

TÍTULO: **ÉTICA EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE**

AUTOR(ES) : **VINICIUS FERREIRA SOARES**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA MOLINA QUEIROZ**

RESUMO: Este estudo teve por objetivo analisar a teoria sobre ética empresarial e sustentabilidade. A intenção é entender como os trabalhos publicados na área têm relacionado os temas. Sendo assim, foi feita uma análise qualitativa de levantamento da literatura que tratavam dos dois assuntos. A coleta de dados foi feita por meio do site Google Scholar. As palavras-chave utilizadas foram "ética empresarial" e "sustentabilidade". A data de coleta dos trabalhos foi feita no dia 10 de maio de 2024. Foram selecionados os artigos por ordem de aparecimento na página com o filtro de relevância de acordo com a plataforma. Assim, a amostra de trabalhos publicados sobre o tema ética empresarial e sustentabilidade foi composta por 15 trabalhos. Os resultados indicam que há diferentes maneiras de abordar os temas "ética empresarial" e a "sustentabilidade". Alguns trabalhos relacionam os temas com a Responsabilidade Social Corporativa e outros nas vantagens de desenvolver a ética e a sustentabilidade nas operações, entre outros. Porém, foi possível detectar algumas semelhanças. Os resultados apresentam evidências de que a semelhança mais relevante dos trabalhos que tratam de "ética empresarial" e a "sustentabilidade" é que quando presentes nas entidades, tornam-se um diferencial para um bom desempenho organizacional. Além disso, esses temas se tangenciam, principalmente, quando se trata de Responsabilidade Social Corporativa. Neste trabalho também são discutidas as diferenças de abordagem na literatura. Assim, os resultados apresentados podem vir a contribuir na busca de um pensamento mais aprofundado sobre o assunto e por uma melhor compreensão das organizações e da sociedade para a significância do papel desses conceitos.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Paulo Roberto; MAIA, Tania; BONELLI, Valério V. Ética como um fator integrante da Responsabilidade Social Empresarial. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, n. 15, p. 189-201, 2015. UN, United Nations. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations - Sustainable Development knowledge platform. 2015. QUEIROZ, Juliana Molina. Pesquisas Brasileiras sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Análise Bibliométrica de 2013 a 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3773**

TÍTULO: **DIREITO À MORADIA E CONFLITOS FUNDIÁRIOS: UMA ANÁLISE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM BASE NA ADPF 82**

AUTOR(ES) : **FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO,JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA,MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: Durante a crise sanitária e social da pandemia de Covid-19, diversas organizações, coletivos e movimentos sociais se articularam em torno da proposição da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 perante o Supremo Tribunal Federal, conseguindo inaugurar uma moratória inédita no Brasil, ao suspender liminarmente os despejos e remoções coletivas de ocupações anteriores à pandemia, a partir de 04/06/2021. Inicialmente vigente por seis meses, esta cautelar foi renovada outras duas vezes, até 31/10/2022, quando nova decisão determinou a adoção de um regime de transição, com a instalação de Comissões de Conflitos Fundiários pelos Tribunais da Federação. Por todo este período, centenas de reclamações constitucionais foram propostas com fundamento na ADPF 828, requerendo diretamente ao STF a suspensão de despejos em ocupações coletivas. A presente pesquisa, elaborada no âmbito do grupo de pesquisa “Poder Judiciário e conflitos fundiários no território fluminense”, realizou uma análise quantitativa e qualitativa das reclamações constitucionais ajuizadas para suspender despejos, tendo como fundamento a ADPF 828. Busca-se identificar as reclamações ajuizadas a partir de conflitos fundiários coletivos e classificar em dados, objetivando traçar um quadro amplo das origens, entendimentos e razões de decidir do STF nesses casos. A metodologia adotada consistiu na busca no site do STF por reclamações constitucionais que mencionam a ADPF 828. Deste universo, foram analisadas as decisões disponíveis pela consulta pública do sítio do tribunal, a fim de identificar as reclamações que visavam suspender despejos e remoções com base na ADPF 828 e em quais desses casos o despejo era fruto de um conflito fundiário coletivo. Em dezembro de 2023, esta seleção chegou a um universo final de 215 reclamações. As decisões identificadas foram dispostas numa tabela quantitativa sob uma série de categorias de análise, coletando desde dados mais objetivos (como o Estado de origem, Ministro relator, etc.), informações sobre o conflito de fundo (quantitativo de famílias envolvidas, natureza do imóvel em litígio, etc.) e sobre o conteúdo das decisões tomadas pelo STF (se houve suspensão, os fundamentos mobilizados, etc.). Mobilizando esta multiplicidade de categorias, a pesquisa visa realizar um diagnóstico do impacto da ADPF 828 no âmbito jurídico dos conflitos fundiários, no período que compreende de 2021 a 2023. Pretende-se aprofundar tanto a análise do Tribunal, identificando o perfil dos ministros do STF, seus diferentes entendimentos e a abrangência dada à ADPF 828 nas decisões, como da agência dos Reclamantes, que buscaram, no Supremo Tribunal Federal, suspender ou, ao menos, adiar despejos coletivos. Cabe ressaltar que se trata de uma pesquisa coletiva, e todos os autores do presente trabalho atuaram em todas as fases de sua produção. Para a “13ª SIAC”, pretende-se apresentar uma análise final das 215 reclamações analisadas e algumas conclusões produzidas.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rafael, CARVALHO, Laura e RIOS, Marcos. Fique em casa? Remoções forçadas e COVID-19. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 3, 2021. CAFRUNE, Marcelo, SILVA, Marcela e MELO, Thamara. O direito à moradia entre a relativização e a invisibilidade: o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nas Reclamações Constitucionais relacionadas à ADPF nº 828. R. Bras. de Dir. Urbanístico – RBDU, ano 8, n. 14, jan./jul, 2022. Belo Horizonte. p. 39-66. INSPER, Instituto de Ensino e Pesquisa; Instituto Pólis. Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil. Brasília. CNJ. 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3797**

TÍTULO: **Islamofobia e xenofobia nas dinâmicas políticas contemporâneas da Europa Ocidental: o “caso francês” e a imagem da “Grande Substituição”**

AUTOR(ES) : **NATHALIA MAGALHAES MACEDO,BRUNA BRAGA TENORIO,FERNANDO DE FREITAS SAMPAIO PATINO,GIOVANNA DE SOUZA LAGRIMANTE,BRUNA DE OLIVEIRA BROCHADO PETRA PIERRE**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: Entre os diversos casos de ascensão da chamada “extrema direita”, o caso francês se destaca pela importância política e cultural do país no qual ocorre, além de contrastar com a imagem associada aos valores iluministas e universalistas da Revolução Francesa. Nas últimas décadas, a força política da direita radical francesa, representada sobretudo pelo partido “Reunião Nacional” (RN), tem aumentado significativamente, assim como outras manifestações desse campo ideológico. A medida que a ciência política tradicional enfrenta dificuldades para explicar a formação da vontade do eleitorado, a extrema direita tem se adaptado em busca de uma apresentação mais “atualizada”, para diminuir a resistência ao partido e superar barreiras políticas ao mesmo tempo que expande sua base eleitoral. Apesar das sucessivas derrotas em eleições presidenciais e legislativas, em junho de 2024, o RN ficou à frente da coalizão do partido governista nas eleições para o Parlamento Europeu, levando à dissolução da Assembleia Nacional francesa e à convocação de eleições antecipadas. Diante de sinais claros de sua força política, o partido alimenta expectativas de vitórias futuras ainda mais expressivas. Este trabalho objetiva analisar, utilizando a chave teórica do “pós-fascismo”, tal como proposto por Enzo Traverso, as bases ideológicas que sustentam o movimento político liderado por Marine Le Pen e Jordan Bardella, no que diz respeito, principalmente, ao mito da “Grande Substituição”, cunhado pelo escritor Renaud Camus, e ao papel da islamofobia — que se relaciona com outras formas de discriminação — no discurso e na mobilização da direita radical francesa, destacando as diferenças e semelhanças entre a extrema direita atual e o fascismo do passado. Para tanto, metodologicamente, intenciona-se fazer uma recuperação histórica da ascensão da extrema direita neste século e de como este fenômeno está associado à islamofobia, utilizando-nos de revisão da bibliografia crítica acerca do tema, de relatórios de dados eleitorais e de fontes de publicização do discurso deste setor político

BIBLIOGRAFIA: ENZO TRAVERSO; RÉGIS MEYRAN; BRODER, D. The new faces of fascism : populism and the far right. London ; Brooklyn, Ny: Verso, 2019. UGO PALHETA. La possibilité du fascisme. La Découverte, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3808**

TÍTULO: **AMAZÔNIA E DEFESA: A ATUAÇÃO DOS COMANDOS CONJUNTOS NA REGIÃO AMAZÔNICA DURANTE O GOVERNO DE JAIR BOLSONARO**

AUTOR(ES) : **PEDRO BOAVENTURA VIEIRA BRANCO DE MATOS**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: Resumo: O trabalho está inserido na grande área de segurança e defesa, e tem como recorte espacial a Amazônia brasileira, e recorte temporal dos anos de governo Jair Bolsonaro. Tendo em vista a relevância da atuação dos comandos conjuntos na região, especialmente no que tange à crise sanitária desencadeada pela pandemia de Covid-19, a pesquisa tem por objetivo o mapeamento das ações realizadas pelos comandos conjuntos - assim como a análise da sua conformidade com a legislação - durante o período proposto. A relevância do tema se dá pela importância de se observar possíveis ilegalidades na atuação do ministério da Defesa e das forças armadas na região amazônica que ameacem a integridade do estado democrático de direito, a cidadania das populações locais, e a soberania do país sobre a floresta. A metodologia será de caráter qualitativo e natureza exploratório-descritiva, se baseando na pesquisa bibliográfica de fontes secundárias e de notícias de jornal. Por meio das notícias serão obtidos os dados a respeito do andamento das operações, que posteriormente serão confrontados à legislação competente e às boas práticas democráticas. Espera-se identificar possíveis irregularidades no decorrer dessas operações.

BIBLIOGRAFIA: Referências Bibliográficas: BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-A-10: Manual de Campanha: Garantia da Lei e da Ordem. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33a_ma_10a_gloa_1a_ed2013.pdf. Acesso em: 10 jul, 2024.. BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina de Operações Conjuntas. MD30-M-01, vol. 1, 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md30-m-01-vol-1-2a-edicao-2020-dou-178-de-15-set.pdf>. Acesso em: 10 jul, 2024. OLIVEIRA JUNIOR, C. F. C. "LA LOGÍSTICA DEL COMANDO CONJUNTO DE AMAZO

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3818**

TÍTULO: **Composição da Renda dos indivíduos nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**

AUTOR(ES) : **MATHEUS LUCAS,LUCAS DOS SANTOS JAMBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO: A presente pesquisa visa investigar a composição da renda individual nas regiões metropolitanas brasileiras, utilizando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. Esse estudo é fundamentado na obra de Rodolfo Hoffmann, que categoriza os tipos de rendimentos fornecidos pela base de dados. E a partir dessa classificação primária dos rendimentos fornecidos pela POF 2017-2018, será possível identificar padrões e diferenças entre os tipos de rendimento. O principal objetivo desta pesquisa é apresentar como está estruturada a distribuição dos tipos de renda nas regiões metropolitanas brasileiras e, ao final, realizar uma comparação dos resultados obtidos nessas áreas em relação ao restante do país. A classificação da composição da renda dos indivíduos, fornece uma base inicial para produção futuras de subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e equitativas. Para operacionalização dos dados da POF, utilizou-se a linguagem R para extrair informações cruciais sobre os tipos de renda no Brasil, partindo da classificação dos tipos de rendimento proposta por Hoffmann, que originalmente incluía oito categorias. No entanto, após estudos, expandimos essa classificação para vinte e dois tipos diferentes de rendimento. Essa nova tabela nos proporcionou uma visão mais precisa, permitindo que a pesquisa fosse conduzida de forma mais clara e bem definida. Esperamos que os resultados deste estudo contribuam de maneira significativa para a compreensão das dinâmicas econômicas e apoiar a formulação de políticas públicas que promovam uma maior equidade socioeconômica. Os resultados preliminares já indicam a diversidade nos tipos de renda em diferentes contextos, destacando-se em diversas frequências o rendimento do trabalho.

BIBLIOGRAFIA: Referências Bibliográficas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. HOFFMANN, Rodolfo; VAZ, Dimas V. Mensurando a desigualdade no Brasil: evidências a partir da renda e dos gastos das famílias.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3869**

TÍTULO: **REESCRITA FEMINISTA COM A CASA ALMERINDA GAMA: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ATLAS JUNTO AO MOVIMENTO DE MULHERES**

AUTOR(ES) : **AGNES MORAES LOPES GAMA,GABRIELI OLIVEIRA PELLEZ,CHIARA FERRAZ GALHANONE,MARIA CLARA CRUZ SILVA DO NASCIMENTO,JULIANNA SANTOS GRIPP,BEATRIZ CORREA REZENDE,CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar a continuidade do projeto Reescrita de Jurisprudências Feministas. A ação se desenvolve em parceria entre o grupo de pesquisa e extensão Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), o Movimento de Mulheres Olga Benário (MOB) e a Agência IPPUR (UFRJ) e versa sobre a metodologia e resultados parciais do processo de construção da história da Casa de Referência da Mulher Almerinda Gama, ocupação no centro do Rio de Janeiro que é objeto de uma disputa judicial entre o Estado e o MOB, por meio de um atlas jurídico-espacial. As autoras do trabalho são pesquisadoras e extensionistas do Labá, além de militantes dos movimentos sociais parceiros, e participaram de cada etapa do projeto, seja no levantamento dos dados, seja nas discussões sobre a metodologia. A partir da utilização da estratégia de elaborar raciocínios centrados no espaço, na situação e no corpo (FRANZONI, 2018), a proposta da Reescrita é contrastar a história contada pelo processo judicial com a história social, a fim de complexificar o conflito com a evidência da camada da memória social, reivindicando outros métodos de compreensão política. Para isso, utilizando os repertórios teóricos-práticos da pedagogia situada (FRANZONI, ALMEIDA, 2021), conceito que sintetiza a união semântica dos nossos nós epistêmicos (conhecimento situado, pedagogia da autonomia, materialismo histórico e advocacia popular). Para pactuar a metodologia da construção do Atlas, realizamos encontros de debates que se intercalavam entre o espaço da Ocupação e o da Universidade. Nesse sentido, para tornar possível a comparação entre a história social e história judicial, primeiramente, sistematizamos cada um dos atos do processo judicial e cada um dos acontecimentos registrados pela Ocupação em matrizes com informações como data, ato, natureza, fonte e os sujeitos envolvidos. Após o esforço de organizar todas as ações, partimos para o debate sobre quais delas aparecerão no Atlas e refletimos coletivamente sobre os critérios de seleção, que podem ser de relevância e de tendência. O projeto ainda está em andamento e já apresenta resultados parciais como a reflexão acerca da insuficiência da dimensão institucional em decodificar a história do conflito e a consequente criação de enquadramentos. Nosso trabalho complexifica as relações entre sujeitos, ações e espaço, expondo conhecimentos que não aparecem nos processos judiciais. Ao mesmo passo, revela a necessidade histórica do uso de outros métodos jurídicos que permitam visualizar elos entre a dimensão institucional e a social, onde o processo judicial interfere na materialidade, tanto quanto a dinâmica da vida social interfere no conflito institucional - e que tudo isso está em disputa. Ademais, permite ao movimento social o uso do material como instrumento político de memória que contrapõe a narrativa única, podendo resultar em arranjos jurídicos mais justos.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. FRANZONI, J. O direito & o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2018. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3879**

TÍTULO: **MIGRAÇÃO, GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS E SOCIEDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A SELEÇÃO FRANCESA NA COPA DO MUNDO DE 2018**

AUTOR(ES) : **EVELYN DUARTE PONTES,BRUNA MARTINS FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO,RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA**

RESUMO: O objetivo desse trabalho é explorar como eventos mundiais atuam no imaginário popular e mexem com o sentimento nacional. De forma mais específica, pretendemos analisar como a representação da seleção francesa na Copa do Mundo de 2018 (cuja formação era majoritariamente de filhos de imigrantes) impactou a percepção da sociedade francesa sobre o refúgio e a migração. Na Seleção Francesa de Futebol, campeã do mundo em 2018, 20 de seus 23 atletas eram migrantes. Na seleção de 2022, eram 22 de 26. Assim, tais jogadores, ao longo de sua jornada servindo ao país, foram ovacionados como franceses no contexto das grandes vitórias, assim como vítimas de injúrias raciais quando cometiam erros graves. Argumentamos que a exposição daquele grupo associado a esse grande símbolo nacional impactou positivamente a percepção dos migrantes e seus descendentes no país. Desenvolveremos essa ideia através de uma análise de como as mídias sociais e digitais tem papel fundamental para elaboração dessas colocações citadas anteriormente. Essas mídias são determinantes na construção de imaginários sobre o Estado, o lugar da cultura e das ondas migratórias. Por sua vez, essas construções podem estimular tanto a xenofobia e a intolerância religiosa quanto ressignificar o papel das diferentes culturas em relação à nacionalidade francesa. Desse modo, buscaremos investigar a visão da sociedade sobre o fenômeno da migração, e em que medida ela muda diante do sucesso dessa nova seleção francesa multirracial e composta por descendentes de migrantes. De forma mais ampla, esse trabalho buscará entender como os preconceitos de naturalização e nacionalização de migrantes e seus descendentes são entendidos no Sistema Internacional atual, como isso é potencializado pela visibilidade dos grandes eventos esportivos (os quais, por sua vez, são majoritariamente sediados pelas potências culturais e esportivas), e os limites e oportunidades oferecidos por tais eventos para pensar a complexidade da identidade no mundo contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA: ROJO, Jeferson Roberto, SOUZA, Juliano de e STAREPRAVO, Fernando Augusto. DIMENSÕES DA MIGRAÇÃO ESPORTIVA: APORTES PARA UM MODELO REFLEXIVO. Movimento [online]. 2023, v. 29. Disponível em: . NASCIMENTO, Diego Ramos do, RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcelos, PALMA, Alexandre, PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Migração no Esporte: uma revisão sistemática. Revista de Educação Física, Esporte e Lazer. Junho de 2020. FREITAS, Guilherme Silva Pires de. O Esporte como Ferramenta de Integração Social a Migrantes e Refugiados. E- Revista de Estudos Interculturais do CEI-ISCAP. N° 9. Maio de 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3890**

TÍTULO: **Proposições de Gênero e política anti-gênero no Poder Legislativo Brasileiro: uma análise da produção normativa federal (2015-2022)**

AUTOR(ES) : **KARINNI LUISE DIAS BAEZA, ISADORA ROSA ALVES**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO: Esta comunicação apresenta o desenvolvimento parcial de uma pesquisa integrante do Observatório Legislativo de Direitos Humanos e Desigualdades, focada na análise das proposições legislativas que envolvem o termo "gênero" durante as legislaturas de 2015 a 2022. A pesquisa busca mapear tendências, compreender os efeitos das proposições e identificar os atores envolvidos no debate legislativo. Para isso, a pesquisa adota metodologia de análise documental, explorando o Banco de Dados da Câmara dos Deputados para categorizar e analisar proposições legislativas com o termo "gênero". Um total de 176 proposições foram organizadas em uma base de dados, levando em conta (i) tipo de proposição; (ii) autoria; (iii) tema; (iv) sentido do termo gênero. Com base no repositório construído, a partir de métodos quantitativos e qualitativos, busca-se compreender, de um lado, (i) as tentativas de apropriação da pauta legislativa pela plataforma anti-gênero e, em especial, pela ideologia de defesa da família, de fundo religioso e moral conservador; e, de outro lado, (ii) as estratégias de resistência e de promoção da igualdade de gênero. Os resultados iniciais revelam um aumento significativo de proposições após 2018, refletindo o cenário de polarização política. Este crescimento se aplica tanto às proposições que promovem gênero quanto àquelas que representam pautas anti-gênero. As disputas políticas também se refletem no recurso a projetos de decretos legislativos orientados a sustar medidas do Poder Executivo relacionadas a questões de gênero. Nota-se, dentro do campo anti-gênero, um destaque para proposições na área da educação no sentido de combate à linguagem neutra e ao que se convencionou chamar de "ideologia de gênero". Há também particular ênfase na defesa de critérios biológicos e binários, com base no sexo, em oposição a perspectivas de transgeneridade. No campo da promoção de direitos com base no gênero, as proposições têm sido categorizadas conforme as temáticas - que apresentam maior variedade - e os efeitos - simbólicos ou regulatórios/estruturais. Com o avanço da pesquisa, espera-se contribuir com reflexões críticas sobre a mobilização do gênero no campo legislativo federal.

BIBLIOGRAFIA: Sonia Corrêa. A "política do gênero": um comentário genealógico*. DEBATE QUEM TEM MEDO DE JUDITH BUTLER? A CRUZADA MORAL CONTRA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL, [S. l.], p. 1-16, 5 mar. 2018. Isabela Kalil. Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores. [S. l.]: Ailyn Torres Santana, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3933**

TÍTULO: **"CASAL FELIZ OU TRISTE": O TRATAMENTO DO JUDICIÁRIO AOS CASOS DE DESISTÊNCIAS DA VÍTIMA NOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **LARYSSA GUIMARAES DO NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424/DF, o Supremo Tribunal Federal inclui as agressões físicas cometidas no âmbito de violência doméstica no rol de ação penal pública incondicionada. Em tese, a ação penal pública incondicionada não possui possibilidade de desistência, devendo prosseguir por meio do Ministério Público (art. 129, I, CRFB/88). Em pesquisa prévia já feita, constatou-se que as desistências são uma prática presente nos Juizados. Nesta pesquisa prévia, o policial militar atuava como o funcionário que identificava e chamava as partes que participavam das audiências, perguntando à vítima se gostaria de desistir ou continuar com o processo. Se quisesse desistir, o caso era anunciado aos agentes jurídicos como "casal feliz" mas, se quisesse prosseguir, era anunciado como "casal triste". Neste panorama, a presente pesquisa possui como objetivo geral o de observar e descrever como o Poder Judiciário lida com os pedidos de desistência da vítima ou ausências da vítima nas audiências de ações penais públicas incondicionadas (art. 100 do Código Penal) em trâmite nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Rio de Janeiro. Como objetivo específico, há o de identificar o significado e as tensões referentes a estes pedidos (ou a possibilidade dele) tanto para os agentes jurídicos quanto para as vítimas envolvidas. Como metodologia, esta ocorrerá de três formas: (1) análise bibliográfica sobre o tema, (2) pesquisa de campo em dois Juizados distintos para uma comparação por contraste, com observação presencial das audiências de instrução e julgamento e dos momentos que a sucedem e a antecedem, como a abordagem e identificação das partes e (3) entrevistas com os agentes jurídicos e as vítimas a fim de compreender os sentidos e as representações desses pedidos de desistência ou do contato com esta suposta possibilidade na prática do Juizado. Como base teórica, serão adotadas as perspectivas de Roberto Kant de Lima e Roberto Cardoso de Oliveira para a descrição da pesquisa de campo, dialogando com "A verdade e as formas jurídicas" de Michel Foucault a fim de pensar as práticas formais e informais de "acordos" dentro dos Juizados e as suas interligações com possíveis tensões ao conceito de justiça para vítima, ao princípio da dignidade e da responsabilidade dos agentes de não promover uma revitimização. Como resultado, espera-se obter uma descrição desta prática do requerimento de desistência pela vítima ou do contato que possui com esta suposta possibilidade, a descrição das falas, procedimentos e estratégias que estiverem interrelacionados, podendo ser tanto das partes processuais quanto dos agentes jurídicos com a finalidade de compor e reenquadrar esta modalidade de ação a aspectos práticos presentes na realidade dos Juizados, refletindo sobre qual seria a representação, para as vítimas e os profissionais do direito, dos ritos adotados nestas possibilidades e pedidos de desistências.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em 10 ago. 2024. BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: . Acesso em 10 ago. 2024. BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424. Relator ministro Marco Aurélio, Plenário, julgado em 09/02/2012, publicado em: 17/02/2012. Disponível em: . Acesso em 10 ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3955**

TÍTULO: **Um Estudo Etnográfico Sobre a Construção da Identidade Institucional do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM)**

AUTOR(ES) : **ENEAS DA SILVA OLIVEIRA LIMA**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: Este estudo tem como objetivo compreender a construção simbólica e institucional do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidão (RECOM) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Criado em 2018 durante a intervenção federal, o RECOM foi concebido como uma resposta às novas demandas de policiamento, sendo a mais recente unidade especializada da PMERJ. Desde sua fundação, o batalhão enfrenta desafios significativos para consolidar sua identidade institucional, especialmente quando comparado a outras unidades de elite já estabelecidas. A pesquisa investiga como seus membros, conhecidos como "carcarás", constroem e reafirmam sua identidade profissional dentro da estrutura policial. O problema de pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: como o RECOM constrói e consolida sua identidade institucional dentro da estrutura organizacional da PMERJ? Essa questão busca explorar os processos simbólicos, operacionais e institucionais que moldam a identidade do RECOM. A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem etnográfica, combinando entrevistas, análise do material didático utilizado nos cursos de formação e observação participante. Além disso, a etnografia visual, utilizando registros fotográficos e filmagens, será empregada para capturar nuances e detalhes que métodos tradicionais podem não alcançar. Este enfoque se concentrará especialmente na análise do espaço físico ocupado pelo RECOM, nas viaturas, uniformes, breves e nas áreas de atuação da unidade. O estudo também se debruça sobre as interações entre o RECOM e outras unidades especializadas da PMERJ, como o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq) e o Batalhão Especial de Policiamento em Estádios (BEPE). Busca-se compreender como essas interações influenciam a identidade do RECOM, bem como as dinâmicas de colaboração ou conflito que podem surgir entre essas unidades. Os resultados preliminares indicam que o processo de construção da identidade do RECOM é complexo e dinâmico, caracterizado por uma busca contínua por reconhecimento e legitimidade dentro da hierarquia militar. Símbolos de distinção, como o fardamento, as viaturas e o breve de "carcará", desempenham papéis centrais nessa consolidação, funcionando como símbolos de honra e reconhecimento entre os policiais. A ausência de uma sede própria é identificada como um dos aspectos mais desafiadores e impactantes na construção identitária do RECOM. O COPEM desempenha um papel crucial na capacitação dos policiais do RECOM, tanto por seu papel estratégico na formação e no desenvolvimento das operações motorizadas e no controle de multidões, essenciais para o policiamento em ambientes urbanos complexos, quanto por atuar como um elemento de coesão e fortalecimento do senso de pertencimento entre os "cursados", contribuindo para a formação de uma identidade coletiva dentro da complexa hierarquia simbólica da Polícia Militar.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre. *Habitus*. In: *HABITUS: a sense of place*. Londres: Routledge, 2017 BRETAS, M.L. *Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **3969**

TÍTULO: **GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**

AUTOR(ES) : **CARLA RAFAELA LOPES DA SILVA, MARIA EUGÊNIA GEOVANUCI**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FARIA**

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo geral identificar as ações realizadas por universidades públicas federais no país para realizar a gestão de suas estratégias institucionais. O levantamento bibliográfico foi realizado no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas bibliotecas eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL.org) e nas bases Scopus e Web of Science. Elaborou-se uma linha do tempo sobre a legislação relacionada às universidades federais que contivessem as palavras-chave: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); gestão estratégica; planejamento estratégico e/ou estratégias institucionais. Na pesquisa empírica, empregou-se o método qualitativo, em uma pesquisa descritiva, com a pesquisa documental nos sites das 20 universidades públicas federais brasileiras mais bem classificadas no Ranking Universitário Folha (RUF) de 2023, em busca de informações relacionadas à construção, monitoramento e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como outras informações e documentos disponíveis que abordassem as estratégias institucionais. De acordo com a análise demográfica das universidades, das 20 analisadas, dez delas estão situadas na região Sudeste, quatro no Nordeste, quatro no Sul e duas no Centro-Oeste. Dentre as 20 do ranking não está presente nenhuma universidade da região norte do Brasil. Identificou-se que 12 delas possuem o PDI com vigência de 5 anos, que estão de acordo com a Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017, que indica que a vigência do PDI deve abranger o período de cinco anos (BRASIL, 2017c). Quatro delas possuem vigência de seis anos, sendo elas a UnB, UFV, UFMG e UFU. Apenas três universidades possuem o PDI com 10 anos de vigência, sendo a UFES, UFRN e UFRGS. A UFSM é a única instituição que possui o PDI elaborado para um período de 11 anos. Observou-se que o número de páginas do documento varia de acordo com cada universidade, destaca-se a UFRGS com o menor número, 77 páginas, e UFSM com um PDI de 579 páginas. Das 20 universidades, cinco realizam audiências públicas presencialmente e/ou online para a construção do PDI e/ou recebimento de sugestões (UFMG; UFF; UFV; UFRN; UFJF), cinco disponibilizaram a minuta do PDI online para que a comunidade pudesse conferir o documento completo, mas não a sua versão final, e assim contribuir com sugestões de melhoria (UFRJ; UFSC; UFV; UFRN; UFLA), nove disponibilizam um formulário online para o envio das sugestões (UFRGS; UFRJ; UFSC; UFPR; UnB; UFPE; UNIFESP; UFF; UFC) e quatro universidades elaboraram vídeos institucionais para sua divulgação e/ou apresentação do PDI (UFRJ; UnB; UFF; UFSM). Há também particularidades no período de monitoramento, cinco universidades realizam a cada trimestre (UNIFESP; UFF; UFRN; UFC; UFU), cinco semestralmente (UFRJ; UFMG; UFV; UFJF; UFBA) e oito anualmente (UFSC; UnB; UFSCar; UFG; UFSM; UFES; UFLA; UFBA).

BIBLIOGRAFIA: -

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4039**

TÍTULO: **CRIMES CIBERNÉTICOS: ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E OS NOVOS DESAFIOS DE GOVERNANÇA**

AUTOR(ES) : **LYDIA VITORIA LIMA AMORIM**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O artigo intitulado "Crimes cibernéticos: organizações criminosas e os novos desafios de governança" tem como objetivo principal fornecer um olhar didático sobre crimes cibernéticos no Brasil, analisando, a partir de uma mudança do perfil do que se entende por uma organização criminosa, para além de uma modernização dos atores tradicionais que exercem atividades ilícitas neste mercado em ascensão. Objetiva também refletir sobre classificação e definição dos delitos cibernéticos e explorar sobre a natureza dos grupos criminosos atuantes no Brasil e suas atividades. Subsequentemente, o trabalho aprofunda sobre como a tecnologia fornece meios de sofisticação de operações criminosas, ao mesmo tempo que pluraliza as organizações atuantes e dificulta a investigação dessas atividades ilegais e descentraliza a atuação. Recorrendo a uma abordagem realista e racionalista, o trabalho busca responder à seguinte pergunta: "Como a expansão das organizações criminosas para o meio digital exige uma reestruturação da governança estatal?", fazendo o uso de recorte temporal dos anos 2000 até 2023, bem como, restringindo a grupos que migraram suas atividades clandestinas para o ambiente tecnológico, compreendendo que estes desempenham papéis de atores racionais e unidades de análise auto interessadas. Por fim, é abordado os diversos desafios que a governança brasileira enfrenta em combater o novo modelo de infrações penais, bem como sua busca por desenvolver e reformular ferramentas legislativas que lidem com a questão.

BIBLIOGRAFIA: FABIANE BARBOSA MARRA. Desafios do Direito na Era da Internet: uma breve análise sobre os crimes cibernéticos. *Journal of Law and Sustainable Development*, v. 7, n. 2, p. 145-167, 12 dez. 2019. ALMEIDA, J. DE J. et al. Crimes cibernéticos. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE*, v. 2, n. 3, p. 215-236, 25 mar. 2015. BARBOSA, Mateus Israel Alves Crivinel. Crimes virtuais: a evolução dos crimes cibernéticos e os desafios no combate. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4127**

TÍTULO: **ANÁLISE DA PESCA ARTESANAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE NITERÓI (RJ)**

AUTOR(ES) : **THAIANE OLIVEIRA ARRUDA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ANTONIETA PARAHYBA LEOPOLDI**

RESUMO: Nos últimos anos, vem se discutindo a importância do engajamento da sociedade na elaboração de políticas públicas, almejando um desenvolvimento democrático e sustentável. Porém, para que haja um desenvolvimento qualificado como sustentável, medidas são necessárias para diminuir as desigualdades sociais e a pobreza, bem como para assegurar os direitos humanos, políticos, econômicos, ambientais, sociais e culturais (SACHS, 2002). Esse é o caso das políticas públicas dirigidas à pesca artesanal, cujos grupos envolvidos possuem limitados poderes de influência nas ações governamentais. Ao investigar a realidade do município de Niterói, oito comunidades pesqueiras são identificadas. De forma particular, sofrem com os impactos decorrentes da degradação ambiental e com os processos de urbanização ou industrialização. Enfrentam a invisibilidade social, a precariedade de infraestrutura para armazenamento e abastecimento dos pescados, os obstáculos para a comercialização por atacado, os agravos à saúde etc. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar as políticas públicas que abarcam os trabalhadores da pesca artesanal, à luz da noção de sustentabilidade, além de identificar a imagem construída do pescador artesanal. Nessa direção, a metodologia se iniciou com levantamento bibliográfico e documental, com utilização de registros fotográficos e de diário de campo para anotação das observações da dinâmica local. Na sequência, vem sendo desenvolvida a etapa de entrevistas semiestruturadas com os interlocutores, compreendendo representantes de órgãos públicos e de pescadores e pescadoras artesanais. O aporte teórico para a leitura crítica das principais políticas públicas, nas três esferas de governo, tem como base a abordagem de Análise Cognitiva proposta por Pierre Muller (2000), uma corrente francesa interpretativista que ressalta as mudanças das ações do Estado conforme o referencial global e o referencial setorial envolvido na sociedade. Sendo, nesta pesquisa, "sustentabilidade" o referencial global e "pesca artesanal" o referencial setorial. Ademais, a técnica de análise dos materiais obtidos em campo será baseada na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). Preliminarmente, pode-se verificar que as políticas que envolvem pescadores e pescadoras artesanais são difusas e os colocam apenas como beneficiários passivos. Embora esteja incluído o termo desenvolvimento sustentável nas redações das leis e existam regulação e estruturas organizacionais em nível nacional, o que chega a esses trabalhadores é fragmentado. Assim, espera-se construir um diálogo amplo sobre a sustentabilidade da pesca artesanal na região, buscar medidas possíveis para mitigar os impactos e garantir que pescadores e pescadoras tenham mais qualidade de vida, direitos assegurados e sejam mais valorizados. Com a atual ausência de políticas públicas municipais específicas, se mostra relevante o fortalecimento do referencial da pesca artesanal, em nível local, para demandar por ações governamentais.

BIBLIOGRAFIA: BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. 3ª reimp. da 1ª ed. de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p. MULLER, P. L'analyse cognitive des politiques publiques : vers une sociologie politique de l'action publique. *Revue française de science politique*, 50^e année, n. 2, p. 189-208, 2000. DOI: <https://doi.org/10.3406/rfsp.2000.395464>. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4165**

TÍTULO: **O DIREITO DAS FAVELAS: situação fundiária e urbanística**

AUTOR(ES) : **OSIAS PINTO PEÇANHA, ANDREA PIRES BAPTISTA, JULIANA ALVES BERNARDO, 07309865600**

ORIENTADOR(ES): **ALEX FERREIRA MAGALHAES**

RESUMO: Este ensaio faz parte da pesquisa "O direito das favelas no contexto das políticas de regularização fundiária: proposições conceituais, teóricas, metodológicas e políticas". A pesquisa está dividida em 04 núcleos: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Belém, investigando duas favelas, de cada, sem necessariamente compará-las. No Rio de Janeiro as favelas escolhidas são Vidigal e Cachoeirinha. Os objetivos são: A) Sistematizar a produção existente a respeito da questão central do projeto; B) Analisar criticamente os produtos identificados; C) Produzir uma cartografia jurídica crítica nacional a respeito do estágio da regulação das favelas no país e um guia metodológico para o estabelecimento de legislação municipal, especialmente daquela que for produzida na esteira de ações de urbanização e de regularização de favelas, vilas e bairros populares, com estudo de múltiplos casos, e análise de oito fenômenos distintos nas favelas escolhidas. Parte do grupo desenvolve uma cartografia das áreas pesquisadas; parte trabalha na definição das hipóteses; outra, na ambientação e contextualização. Áreas de Especial Interesse Social-AEIS são instrumentos normativos utilizados pelos municípios para ordenar a ocupação do solo. É a partir da definição de uma AEIS que se abre espaço para políticas públicas visando o desenvolvimento habitacional de favelas e comunidades urbanas, reconhecendo a ocupação. A favela do Vidigal (área ocupada de 295.519,38 m²) está dividida em 04 áreas distintas: o Bairro Jardim Vidigal (65% do espaço), a área do PAL 31.489 (30% do espaço) que é objeto de um processo de desapropriação para fins de interesse social; e outras duas áreas pertencentes a particulares. Essa favela foi declarada AEIS em 1998, porém, tramita o PL Municipal nº 781/2018, que propõe ampliar a área da AEIS. A favela da Cachoeirinha (área ocupada de 51.088,23m²) compõe o Complexo do Lins, no bairro Lins de Vasconcelos, e possui como principal acesso a Av. Menezes Cortes. Para essa favela o PL Municipal nº 448/2009 pretende estabelecer uma AEIS. Após revisão bibliográfica foi procedida a escolha das favelas a pesquisar. A etapa da pesquisa de campo está em desenvolvimento, através de entrevistas e aproximação ativa dos integrantes. Espera-se entender a efetiva regularização fundiária das localidades estudadas. O mapeamento da situação fundiária de favelas é um importante instrumento para nortear a implementação e desenvolvimento de políticas públicas e visa contribuir para a organização e reflexões da sociedade civil organizada no caminho da busca por melhoria das condições habitacionais.

BIBLIOGRAFIA: FALCÃO, Joaquim de Arruda. Justiça social e justiça legal: conflitos de propriedade no Recife. In: _____ (org). Conflito de direito de propriedade: invasões urbanas. Rio de Janeiro: Forense, 1984, 84. MAGALHAES, Alex Ferreira. O direito da favela no contexto pós-Programa Favela-Bairro: uma recolocação do debate a respeito do 'Direito de Pasárgada'. RJ: UFRJ, 2010. 2 v. (594 f.). VALLADARES, Licia. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4201**

TÍTULO: **COMO A "POLÍCIA" "COMBATE" "MILÍCIA"? UMA ANÁLISE EMPÍRICA DAS REPRESENTAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO SOBRE "MILÍCIA"**

AUTOR(ES) : **ISABELLA PILAR GIMENES DA CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO: Trata-se de pesquisa empírica de inspiração etnográfica com a finalidade de descrever e analisar as representações que policiais civis do estado do Rio de Janeiro possuem de "Milícia" a fim de compreender como essas representações formam a inteligibilidade que a instituição Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro possui desse fenômeno e, assim, orientam as práticas repressivas estatais relacionadas aos grupos identificados como tal. A pesquisa, portanto, se dá no âmbito do processo de "criminação" (MISSE, 2011) ou seja, "da efetiva interpretação de eventos como crimes, por indivíduos em contextos singulares e por agências em cumprimento da lei". Para isso, será realizada a análise de discursos de integrantes da Polícia Civil para compreender as perspectivas que esses agentes têm de suas práticas institucionais e como essas práticas confluem para o funcionamento da instituição. Esses discursos devem ser analisados, dentro da perspectiva etnográfica, enquanto representações que determinado indivíduo/grupo social possui e que devem ser tratados, na pesquisa empírica, pelos seus próprios termos e significados, sem atribuição de sentido externa à do campo. Preliminarmente, serão realizadas entrevistas com o Secretário de Polícia Civil, Delegado de Polícia Marcus Vinícius Amim Fernandes, e com o Diretor do Departamento-Geral de Polícia Especializada (DPGE), Delegado de Polícia Edson Henrique Damascenos, a fim de compreender, principalmente, como é idealizada a "Força-Tarefa da Polícia Civil de combate às milícias" e suas "operações". Em seguida, deverá ser realizado o trabalho de campo em delegacias em atuação na "Força-Tarefa da Polícia Civil de combate às milícias", com a entrevista de pelo menos um policial civil de cada unidade a fim de compreender, pelos seus próprios discursos e práticas, o funcionamento da referida força-tarefa, a realização de "operações", o padrão das atividades da "milícia" investigadas e a tipificação que a elas se atribui. Não há uma definição prévia das delegacias em que será realizada a pesquisa, dependendo da abertura e oportunidade que será observada em campo. Por tratar-se de uma pesquisa de inspiração etnográfica, não há um resultado esperado. A expectativa é de que seja realizada uma descrição densa (GEERTZ, 2011) do que o campo apresentar, gerando dados sobre ambos os grupos sociais - "polícia" e "milícia" - de maneira relacionada. Nos termos de Peirano (2014), a proposta é permitir "o despertar de realidades/agências desconhecidas no senso comum, especialmente no senso comum acadêmico", trazendo à luz representações, a partir de discursos policiais, que orientam a prática de seus agentes e, portanto, da própria instituição que, em último caso, é o Estado mesmo.

BIBLIOGRAFIA: GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2011. MISSE, Michel. O Papel do Inquérito Policial no Processo de Incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. Sociedade e Estado, v. 26, n. 1, p. 15-27, 2011. LIMA, Roberto Kant de. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Traduzido por Otto Miller. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: [s.n.], 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4237**

TÍTULO: **Uma análise sobre a identidade nacional perspectivada pelo imigrante a partir do fim do século XIX**

AUTOR(ES) : **Yafa Miriam Benyosef, Kenzo Brites Yamaguti**

ORIENTADOR(ES): **Diogo Monteiro Dario**

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar, utilizando como base discursos políticos, leis de migração do período correspondente e análises históricas posteriores, como se deu a inclusão da figura do migrante na sociedade brasileira a partir do final do século XIX. Será visualizado, de forma crítica, quais as pretensões políticas por trás da incerção de imigrantes na sociedade brasileira, sendo estes majoritariamente europeus e quais os impactos por trás dessa migração para a consolidação da identidade nacional. Tais recortes têm como intuito a visualização da política de branqueamento proposta desde o final do século XIX e quais impactos ela teve sobre as políticas migratórias posteriores ao período, buscando compreender a amplitude desse fenômeno e sua violência, observando como funcionava a seleção dos imigrantes que seriam visados para integrar o Brasil. Para a conclusão honesta da análise, é justo analisar breves observações de como se deu o processo de assentamento desses migrantes no país, buscando compreender como foi o processo de naturalização da nova pátria e como se deu o processo de integração social destes por parte dos outros brasileiros que aqui viviam. A partir de tal perspectiva pretendemos analisar tais fluxos, como se deu a participação do Estado brasileiro nesse processo, como se deu o assentamento dos imigrantes italianos, especificamente, e das comunidades japonesas e judaicas que migraram ao Brasil no período, buscando referenciar as duas categorias de migrantes (desejáveis e indesejáveis) (Carneiro, Maria, página 1) e buscando entender como se deu a integração na sociedade por esses dois grupos de imigrantes. Buscamos entender também como ambos os grupos influenciaram a formação da identidade nacional. Concluímos, portanto, que é preciso entender de maneira crítica como se deu o processo de inclusão dos imigrantes depois do século XIX, dado ao numeroso fluxo que se deu até a década de 1950, que abalou as dinâmicas aqui já presentes, criando novos fluxos culturais, raciais e de violência, tanto contra grupos que desembarcaram no Brasil, quanto grupos que aqui já viviam (Carvalho, Gilberto, página 10). Entender tais fluxos é essencial para compreender como a sociedade brasileira percebeu os migrantes no passado e como ela pode perceber os no futuro.

BIBLIOGRAFIA: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: A ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. Revista USP, n. 119, 2018. CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. "Branqueamento" como política brasileira de exclusão social dos negros (séculos 19 e 20). Revista da ASBRAP, n. 21, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4245**

TÍTULO: **ENTRE CONTINUIDADES E - SUPOSTAS - RUPTURAS: O IMPACTO DA DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA LUSÓFONA NAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-PORTUGAL AO LONGO DOS ANOS 1960 E 1970.**

AUTOR(ES) : **Rafael Lins Teixeira**

ORIENTADOR(ES): **Larissa Rosevics**

RESUMO: As relações bilaterais entre Brasil e Portugal, bastante harmoniosas e sintônicas, passaram por profundas transformações a partir da década de 1960. A pesquisa em curso busca questionar, como se processaram as relações bilaterais entre Brasil e Portugal, entre as décadas de 1960 e 1970 e a influência da temática da descolonização da África Lusófona no processo decisório da política externa brasileira (Pinheiro, 1989; Santos, 2011). Os objetivos da pesquisa são: apresentar um panorama geral das relações entre Brasil e Portugal; e fazer uma revisão bibliográfica das principais pesquisas realizadas sobre as relações entre os dois países entre os anos de 1960 e 1970. Durante o período estudado, Brasil e Portugal passaram por mudanças políticas internas que afetaram significativamente suas políticas externas. Nesse sentido, a pesquisa segue os princípios da Análise da Política Externa, ao considerar relevante não apenas os Estados e o Sistema Internacional, mas também atores e conjunturas nacionais, na análise dos processos decisórios de política externa (Gonçalves, Pinheiro, 2020).

BIBLIOGRAFIA: GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Leticia. Análise de política externa: o que estudar e por quê?. Curitiba: Intersaberes, 2020. PINHEIRO, Leticia. Brasil, Portugal e a descolonização da África (1946-1960). Contexto Internacional, vol.4, n.9, 1989. SANTOS, Luiz Cláudio Machado dos. As relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta ao processo de descolonização Lusa na África (1953-1975). Tese. Doutorado em História. Brasília: UNB, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4284**

TÍTULO: **Impactos da Inteligência Artificial na Biblioteconomia**

AUTOR(ES) : **Larissa Dias Miralha**

ORIENTADOR(ES): **Daniilo Pestana de Freitas**

RESUMO: Com as fortes expectativas de contribuições transformadoras da Inteligência Artificial (IA) em todas as áreas do conhecimento, os estudos dessa disciplina têm aumentado nos últimos anos. Esse estudo visa analisar os impactos da Inteligência Artificial na Biblioteconomia a partir de uma proposta metodológica descritiva e qualitativa. Foram analisados o conceito da Inteligência Artificial e seu contexto histórico, assim como as técnicas a ela relacionadas: Processamento de Linguagem Natural, Machine Learning, Redes Neurais Artificiais, Deep Learning, Data mining e blockchain. Também foram identificadas as aplicações da Inteligência Artificial na atividade biblioteconômica, como Classificação, Indexação e Catalogação automáticas, Serviço de Referência Automatizado, Sistemas de Recomendação de Leitura e Preservação Digital. E, por fim, foram identificados os riscos e as questões éticas na aplicação da IA. Concluiu-se, a partir da análise do referencial teórico, que até o presente momento o maior impacto direto da inteligência artificial na biblioteconomia está associado à automação de tarefas.

BIBLIOGRAFIA: GODINHO, K. I. S. Inteligência artificial em bibliotecas: Bibliotecária Informativa Automatizada (BIA) da divisão de bibliotecas e documentação da PUC-RIO. 2019. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. HORA, N. MyNews Explica! Algoritmos. São Paulo: Edições 70, 2023. IFLA. Declaração da IFLA sobre bibliotecas e Inteligência Artificial. [s. l.], 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4298**

TÍTULO: **Hip Hop Como Ferramenta de Transformação: Apropriação Tecnológica e Impacto no Território**

AUTOR(ES) : **KAUA MISAEL ALMEIDA,THADEU VIANNA LEAL E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **IVANA BENTES**

RESUMO: A presente pesquisa quer entender como funciona a produção de eventos socioculturais que buscam a transformação social nas periferias do Distrito Federal e seus impactos no cotidiano, com base em dois projetos de HIP-HOP que participaram do Laboratório de Inovação Cidadã realizado em Brasília, em 2024: o Casa N'Dengo e o Escola do Flow. O Laboratório de Inovação Cidadã da UFRJ é um projeto de pesquisa e extensão que desenvolve, apoia e acelera projetos com potencial de serem replicados ou de iniciar novas pesquisas, ações e projetos. De acordo com Ivana Bentes, em artigo no livro Inovação cidadã, bem comum e virtualização da vida (BENTES, 2024) usamos o conceito de Inovação Cidadã, em que a própria comunidade afetada se envolve nos processos e na busca por soluções para seus problemas concretos com uso de tecnologias (digitais, sociais, ancestrais) e metodologias inovadoras, reforçando o protagonismo dessas vozes. Os coletivos citados integram o movimento Hip-Hop e o utilizam como uma ferramenta de inserção e ascensão sociocultural, adotando essa cultura como um ponto de ligação entre diferentes segmentos da sociedade transcendendo espaços e corpos. No livro O Funk e o hip-hop invadem a cena (HERSCHMANN, 2000), o autor diz que o movimento se desenvolveu a partir da denúncia da violência urbana sofrida pela juventude periférica, que usou diversas formas de expressão para evidenciar as tensões vividas. Assim, ao denunciar as opressões, essa mesma juventude reconheceu sua potência. Para a Siac 2024, apresentaremos o resultado de uma abordagem exploratória com método qualitativo, através de pesquisa bibliográfica e entrevista de campo com os grupos Casa N'Dengo e Escola do Flow, respondendo: Quais são os principais desafios enfrentados pelos coletivos culturais na organização de eventos que conectam diferentes grupos sociais?; Qual é a percepção dos artistas e gestores culturais sobre o impacto do Hip-Hop na transformação das realidades sociais das comunidades envolvidas?; Como as experiências e desafios desses coletivos culturais podem ser replicados ou adaptados em outros contextos? Próximos passos: a pesquisa será continuada a partir do acompanhamento dos grupos e seus eventos nas regiões administrativas de Brasília e as ações coletivas, colaborativas, de formação artística, cultural e cidadã para entender como essas ações impactam a vida dos participantes nos territórios e nas cidades.

BIBLIOGRAFIA: HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003 HERSCHMANN, Micael. O Funk e o hip-hop invadem a cena. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2000. BENTES, Ivana (org.). Inovação cidadã, bem comum e virtualização da vida. Amazon. 2024 (no prelo)

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4322**

TÍTULO: **DESIGUALDADES DE RENDA NO MERCADO DE TRABALHO FLUMINENSE**

AUTOR(ES) : **MIGUEL TARANTO DE VASCONCELLOS**

ORIENTADOR(ES): **VALÉRIA PERO**

RESUMO: Desde 2015, o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) vem apresentando uma tendência de grande crescimento da desigualdade de renda do trabalho, sendo esse movimento muito divergente aos do Estado de São Paulo (ESP) e da média brasileira. Atualmente, esse projeto de pesquisa visa entender e analisar os fatores que contribuíram para esse movimento anormal ocorrido no território fluminense. A análise foi realizada com base nos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD-C) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com atualização até 2023. O tratamento desses dados foi feito com auxílio do software R, ferramenta essencial para montar a base de dados e calcular os indicadores para as inferências estatísticas e análises do mercado de trabalho. Para tanto, os dados de ocupação e rendimentos foram analisados por escolaridade, sexo e cor/raça, com um recorte geográfico para Brasil, ERJ e ESP - sendo os estados divididos em Região Metropolitana, Capital, Periferia e Interior. Com isso, a análise feita tem como base diversos indicadores do mercado de trabalho e das desigualdades de renda, como o Índice de Gini e os rendimentos médios, e busca encontrar fatores que contribuíram para esse crescimento da desigualdade no ERJ. Os resultados encontrados trazem algumas considerações interessantes que contribuem para a explicação da questão. Por exemplo, quando se faz um recorte de cor, é possível verificar que a diferença entre os rendimentos médios da população branca e os da população preta no ERJ é superior e cresce mais ao longo do tempo, quando comparada com a do ESP e com a média brasileira. O mesmo vale quando se faz um recorte de gênero, na qual os homens e mulheres fluminenses são os que têm a maior diferença salarial. Quando analisa-se a diferença salarial entre a população com ensino médio completo e ensino superior completo, obtém-se os mesmos resultados anteriores. Isso somado ao dado que mostra que a porcentagem da população de cada estado que se encaixa nos dois níveis de instrução citados anteriormente mostra, mais uma vez, que a desigualdade no ERJ é superior. Por fim, é interessante apresentar o estudo que envolveu dividir a população em 10 decis de renda e acompanhar a evolução dos rendimentos médios do trabalho por decil ao longo do tempo. O que foi observado é que, nos decis mais baixos, a renda média de São Paulo é superior a do Rio de Janeiro. Contudo, quando se analisa os decis mais altos, é possível perceber que a renda média dos fluminenses supera a dos paulistas, mostrando que a diferença entre as rendas médias no ERJ é superior às do ESP. Resumidamente, pode-se concluir com essa análise que as desigualdades de rendimentos no Rio de Janeiro tornaram-se maiores que as de São Paulo, mostrando alguns fatores para entender a dinâmica socioeconômica do ERJ e contribuir para adotar políticas públicas para melhorar a situação socioeconômica atual.

BIBLIOGRAFIA: PERO, V., FONTES, A., & FERRAZ, C. (2013). Desigualdade de renda e mercado de trabalho na metrópole e no interior do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, (3), 27-48. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/cdf.2013.9339> MACHADO, D. C.; PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade Urbana E Mercado De Trabalho Na Região Metropolitana Do Rio De Janeiro. Revista da ABET, [S. l.], v. 14, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/27958>

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4349**

TÍTULO: **TERREIROS DE QUILOMBO: O DIREITO À CIDADE EM SANTA RITA DO BRACUÍ**

AUTOR(ES) : **CINTIA ABEL BEZERRA, LAIDYANNE DA SILVA MENDONÇA, HELISSAN CAVALCANTE VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Este trabalho pretende apresentar o projeto de extensão apoiado pelo edital de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social ATHIS do CAU/RJ e desenvolvido pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí - ARQUISABRA em conjunto com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais - NEGRAM. O projeto é fruto de um esforço coletivo que tem como objetivo principal a elaboração de um plano popular de ocupação e desenvolvimento territorial para o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, no município de Angra dos Reis. A ideia é promover o debate sobre o direito à cidade, pensar o território a partir da perspectiva da titulação de terra e do fortalecimento do turismo de base comunitária e instrumentalizar a participação da comunidade quilombola na disputa pelo processo de revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis, bem como reivindicar ações da prefeitura no território, intervenções realizadas ao longo do rio, após os desastres ambientais provocados pelas fortes chuvas em dezembro de 2023. A metodologia aplicada no desenvolvimento do projeto se desdobra em cinco frentes de atuação: (i) Recenseamento - coleta de dados sócio-territoriais, dando sequência ao censo quilombola anteriormente realizado e protagonizado pela comunidade; (ii) Legislações - levantamento de legislação relacionada aos territórios quilombolas, como Planos Municipais de Igualdade Racial, com a estruturação de propostas que inspirem à construção do Plano; (iii) Seminário e Escuta - realização de escutas comunitárias e seminários de apresentação e discussão do projeto com a comunidade; (iv) Cartografias - compatibilização e espacialização dos dados coletados no censo quilombola sob a produção de mapas e análise e sistematização das produções; (v) Turismo e Memória - levantamento das legislações relacionadas ao turismo e preservação de memórias, bem como dos repertórios e práticas turísticas de comunidades quilombolas. Atuamos na análise de 11 planos municipais de Promoção da Igualdade racial, observando de que forma dialogam com as pautas quilombolas, para a elaboração de um banco de dados compilando: as políticas de ações afirmativas e de reparação e; políticas territoriais para grupos tradicionais. O material produzido foi apresentado e debatido junto à comunidade, no Seminário Terreiros de Quilombo, e a partir do acúmulo originado deste encontro ficaram evidenciadas demandas mais latentes inscritas no quilombo, as quais devem ser contempladas no Plano de Desenvolvimento. Destacamos aqui: abastecimento de água, preocupação com a expansão urbana dentro do território, preconceito, juventude, geração de trabalho e renda, educação. Em primeiro momento, as especializações dos dados coletados no censo foram realizadas sob o propósito de compreender o território e expor os resultados parciais da coleta.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos. Quilombos.in: CALDART, Roseli Salete; Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular; 2012, p. 652 a 658. ELIZIARIO, R. B. . Territorialidade quilombola Santa Rita do Bracuí e o Plano Diretor de Angra dos Reis (RJ). 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4361**

TÍTULO: **Migração feminina nas perspectivas do norte e sul global: uma análise comparativa dos casos “Nadege Dorzema e outros vs República Dominicana” da Corte Interamericana de Direitos Humanos e “A.A e outros vs. Suécia” da Corte Europeia de Direitos Humanos**

AUTOR(ES) : **JULIA LOPEZ CANCIO, BÁRBARA MANGANOTE**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: Diante das complexidades que permeiam a migração feminina, desde os aspectos da invisibilidade dessa dinâmica diante da escassez de dados, até as perspectivas de gênero, que tornam singulares os motivos e origens da mobilidade urbana feminina e das consequências no país de destino, esta pesquisa analisa a relação entre o norte e sul global frente à migração feminina, por meio da análise comparativa entre os casos “Nadege Dorzema e outros vs. República Dominicana” (2012), da Corte Interamericana de Direitos Humanos, e o caso “A.A. e outros vs. Suécia” (2012), da Corte Europeia de Direitos Humanos. A dinâmica capitalista e de globalização gera cenário internacional político complexo de forças e poderes entre países, sustentados nas desigualdades sociais, e tal contexto permite compreender a atuação dos Tribunais Internacionais frente às questões sociais postas. Da análise qualitativa e comparativa dos casos, bem como da aplicação da metodologia por análise do levantamento bibliográfico no campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, é possível verificar o alinhamento frente às questões de direitos humanos e a necessidade de protegê-los a nível global, sendo um consenso entre os Estados sobre a importância de documentos para protegê-los, sobretudo em vista do regime jurídico internacional de Direitos Humanos e os tratados vigentes no mundo, com reconhecimento da universalidade destes direitos. Contudo, apesar do fortalecimento de um sistema jurídico internacional de proteção aos direitos humanos, que vem de um processo desde metade do século XX, as dificuldades de aplicação prática permanecem na atuação dos Tribunais, seja pela falta da análise sob perspectiva de gênero no processo argumentativo das sentenças, bem como na interpretação e aplicação da norma. Objetiva-se de forma ampla compreender as nuances de como o norte e o sul global lidam com a migração feminina, a partir dos tratamentos dados pelas Cortes diante da violação dos direitos de mulheres migrantes. Especificamente, a pesquisa passa pelos objetivos de contextualizar a migração feminina no mundo, além de levantar os instrumentos jurídicos de proteção aos direitos dos migrantes e das mulheres, questionando a (não) perspectiva de gênero. Após esse momento inicial, a pesquisa realiza a análise dos casos escolhidos e elabora o diálogo possível.

BIBLIOGRAFIA: BOYD, M & GRIECO, E. Mulheres e Migração: Incorporando gênero na teoria da migração internacional. Instituto de Política de Migração. Washington, 2003. CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Caso A.A. e outros vs. Suécia. 28 de setembro de 2012. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Nadege Dorzema e outros vs. República Dominicana. 24 de outubro de 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4411**

TÍTULO: **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA MUNDIAL (2010-2021)**

AUTOR(ES) : **LUCAS DE MELO BRITO, LETICIA REIS DIAS VILLELA ASSANO, ANA LETÍCIA CARDOSO BRANCO, GABRIEL LUBE TESCH**

ORIENTADOR(ES): **WILSON VIEIRA**

RESUMO: A pesquisa busca compreender as transformações econômicas e tentativas de superação do subdesenvolvimento/dependência que ocorreram na América Latina durante o período de 2010-2021, dando continuidade na pesquisa anterior que analisava de 1970-2010. A partir de uma abordagem que utiliza como método de compreensão da realidade uma síntese da Teoria Marxista da Dependência, da construção teórica de Celso Furtado e da Economia Política do Sistema-Mundo, a pesquisa enxerga a importância crucial de interpretar o papel do imperialismo e da hegemonia estadunidense para compreender a dinâmica político-econômica que ocorre na América Latina. A pesquisa busca interpretar o funcionamento da região com a mudança do regime de acumulação, a partir de 1980/1990, com o início do Neoliberalismo e o fim do estado desenvolvimentista, como vetor principal de investimento e crescimento. Nessa pesquisa, é analisada a transição do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo (novo desenvolvimentismo), suas consequências no início dos anos 2010 e a ruptura do neodesenvolvimentismo, em sua maioria anti-democrática, que levou a governos de extrema-direita neoliberais na América Latina. Como resultados parciais da pesquisa, observamos que a ruptura nos anos de 2010 com o novo desenvolvimentismo nos países latino-americanos foram causadas por uma junção de fenômenos socioeconômicos. Os principais motivos se dão por caráter externo fomentado pelo país hegemônico a partir de rupturas democrático-institucionais e a nível interno com a limitação das políticas novo desenvolvimentista ao conciliarem com o neoliberalismo e a reprimarização da pauta exportadora, em conjunto com a ascensão da extrema direita. É necessário ressaltar o caráter orgânico do capitalismo em gerar a ascensão do fascismo em momentos de crise. Por fim, o fator pandemia acelera o processo de caos sistêmico e transição hegemônica. Até o momento foram realizadas pesquisas que resultarão em um texto para discussão publicado no Instituto de Economia.

BIBLIOGRAFIA: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 105-165 (publicado pela primeira vez em 1973). MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011. OCAMPO, José; FLORES, Luis Eduardo Bértola. O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4418**

TÍTULO: **ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO EDITORIAL DO BOLETIM IPPUR**

AUTOR(ES) : **MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO, MARIANA LUSCHER ALBINATI, LALITA KRAUS**

RESUMO: O projeto de extensão da Agência de comunicação do IPPUR tem como objetivo principal divulgar o conhecimento produzido no Instituto, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública, e favorecer os diálogos interno e externo, estabelecendo parcerias com movimentos sociais e criando espaços de debate virtual e presencial. Para além da "comunicação científica", voltada à disseminação de informações especializadas entre pares, a Agência IPPUR vem realizando uma série de atividades de "divulgação científica", visando democratizar o acesso ao conhecimento científico (BUENO, 2010), estabelecendo pontes com outros públicos e outras formas de produção de conhecimento. Participam da Agência alunos de Gestão Pública e de outras graduações da UFRJ, além de estudantes de pós-graduação, organizados em três núcleos de trabalho: o Boletim IPPUR, o núcleo de gestão de mídias e eventos e o núcleo de produção de séries especiais. Este resumo apresenta o trabalho desenvolvido na edição do Boletim IPPUR e seus impactos para a extensionista bolsista e a comunidade. O Boletim funciona como espaço de publicação institucional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, com o objetivo de promover o diálogo e difusão de saberes nos campos do Planejamento Urbano e Regional e da Gestão Pública. Assim, com caráter colaborativo, compreendendo o poder da comunicação enquanto ferramenta dialógica de incidência política e social, busca divulgar as produções de pesquisa, extensão e eventos da comunidade IPPUR, assim como contribuições de organizações acadêmicas e movimentos parceiros. A realização do trabalho editorial se estrutura a partir das reuniões de organização da Agência IPPUR, nas quais são debatidas e distribuídas as demandas e atividades a serem realizadas para toda a equipe de forma conjunta e dialógica entre os extensionistas, permitindo que as equipes estejam mutuamente a par das tarefas e também promovendo uma fluidez de interação entre o editorial do Boletim e o núcleo de mídias e eventos. O trabalho editorial, incluindo a obtenção, organização e publicação dos materiais, envolve as seguintes etapas: a) comunicação e articulação com contribuintes; b) recebimento dos materiais para publicação e organização em pastas compartilhadas; c) revisão ortográfica e formatação; d) produção de textos de divulgação; e) organização do material no arquivo "pauta". A participação extensionista ocorre em todas as etapas do trabalho editorial, do planejamento de atividades à organização da pauta, possibilitando o contato qualificado com as produções relacionadas ao Planejamento Urbano e Regional e Gestão Pública, assim como uma ampliação de relações, horizontes e das referências tanto no espaço acadêmico quanto nas organizações e lutas populares parceiras. Esse contato é especialmente importante para mim, enquanto graduanda em Arquitetura e Urbanismo, com interesse nos temas de planejamento urbano, direito à cidade e lutas populares.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1-12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4425**

TÍTULO: **“Soy Loco Por Ti, América”: a diplomacia cultural de projeção do bolivarianismo chavista como soft power venezuelano por meio do desfile de carnaval da Unidos de Vila Isabel em 2006**

AUTOR(ES) : **MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **HENRIQUE PAIVA**

RESUMO: Este trabalho analisa a diplomacia cultural de projeção do bolivarianismo chavista como soft power venezuelano na América Latina. O caso estudado analisa o financiamento do desfile de carnaval da Unidos de Vila Isabel de 2006 pela petrolífera estatal Petróleos de Venezuela SA (PDVSA). Para compreender esse fenômeno, foi feita uma revisão bibliográfica dos marcos teóricos sobre soft power e diplomacia cultural, com uso do método de análise qualitativa do estudo de caso em questão. O caso estudado está dentro do contexto da chamada “onda rosa” (pink tide) no início dos anos 2000 na América Latina. Após vinte anos de crises econômicas, nas décadas de 1980 e de 1990, em função da obediência às diretrizes do centro capitalista, muitos governos latino-americanos, no início do século XXI, deram uma guinada à esquerda. O “giro a la izquierda” mais marcante foi o da Venezuela. Hugo Chávez, presidente venezuelano de 1999 a 2013, promoveu políticas de maior justiça social no âmbito doméstico e liderou um processo desenvolvimentista na região financiado pelos “petrodólares”. Muitos países latino-americanos foram atraídos para a agenda do novo bolivarianismo liderado por Chávez. Para exercer uma atração positiva para a agenda de política externa do seu governo, a chancelaria venezuelana resolveu promover uma robusta diplomacia cultural com diversas iniciativas. Durante o período conhecido como “Era Lula-Chávez”, as relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela foram significativamente intensificadas. Hugo Chávez identificou no carnaval carioca uma oportunidade estratégica para reforçar os vínculos culturais e diplomáticos, além de promover a imagem da Venezuela e do ideal bolivariano. A escola de samba Unidos de Vila Isabel entrou na avenida em 2006 com o enredo “Soy Loco Por Ti, América: A Vila Canta a Latinidade”. A narrativa da escola ressaltava tanto a diversidade cultural quanto a similaridade encontrada na identidade latino-americana comum aos povos de toda a região, sagrando-se a vencedora do carnaval 2006. A pesquisa realizada chega à conclusão de que a chancelaria do governo Chávez promoveu uma relevante diplomacia cultural, a fim de aumentar o soft power da Venezuela na região. O ideal do bolivarianismo chavista, quer se goste ou não, continua no imaginário coletivo regional. O estudo de caso realizado busca oferecer uma modesta contribuição para o debate sobre soft power e diplomacia cultural no âmbito acadêmico das Relações Internacionais.

BIBLIOGRAFIA: FOLHA de São Paulo. Abre-Alas: Estatal venezuelana investe no Carnaval e promove Chávez. Folha de São Paulo, 24 Fev 2006. NYE JR, Joseph S. Soft Power: The Means to Success in World Politics. Nova York: PublicAffairs, 2004. RIBEIRO, Edgard Telles. Diplomacia Cultural: Seu Papel na Política Externa Brasileira. Brasília: FUNAG, 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4428**

TÍTULO: **REPOSITÓRIO DIGITAL HUET PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS: POVOAMENTO DE OBJETOS DIGITAIS DE APRENDIZAGEM, ACADÊMICOS E CULTURAIS**

AUTOR(ES) : **LUIS FELIPE DA CONCEICAO LOUREIRO, THAMIRES ANELLI RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS**

RESUMO: Este trabalho integra o projeto de extensão PROFAEX "Repositório Bilingue para Educação de Surdos: mecanismo de inclusão", realizado pelo Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). O Repositório Digital Huet, desenvolvido pelo INES, reúne e disponibiliza objetos digitais acadêmicos e culturais, como livros, periódicos e trabalhos acadêmicos, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Português, dispersos em diferentes instituições de ensino. O projeto promove atividades de Biblioteconomia e Pedagogia Bilingue para o tratamento técnico desses materiais e sua disponibilização no Repositório Huet, com os objetivos de potencializar o uso desses objetos pela comunidade surda em todos os segmentos educacionais do país, aumentar a visibilidade e usabilidade do repositório, e promover a interação e comunicação nas redes sociais. Metodologicamente, caracteriza-se como pesquisa-ação, que envolve pesquisadores e a comunidade surda de forma cooperativa. Os resultados preliminares incluem mais de 100 entradas no repositório, sendo, no segundo ano do projeto, acréscidos da indexação de 32 artigos de periódicos e 10 periódicos, 4 trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e outros produtos informacionais. A expectativa é que as ações desenvolvidas possibilitem a inclusão social da comunidade surda, principalmente alunos surdos, por meio do acesso livre a esse manancial de fontes em variados suportes, realizando, assim, um trabalho social relevante para a educação, produção e troca de conhecimentos entre a comunidade surda e de ouvintes, numa relação de trocas interdisciplinares. A participação dos estudantes no projeto cumpre as horas exigidas para atividades de extensão pelo currículo do curso, beneficiando tanto a comunidade surda quanto os estudantes envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (Brasil). Repositório Digital Huet. Núcleo de Educação Online. Rio de Janeiro: INES, 2021. Elaborado pela equipe de TI do NEO. Disponível em: <http://repositorio.ines.gov.br/ilustra/>. Acesso em: 16 jul. 2024. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (Brasil). Política Institucional do Repositório Huet (INES, Ed.), SANTOS, M.J.C.; CHALUB, T. Repositório Bilingue para Educação de Surdos: mecanismo de inclusão. Rio de Janeiro: UFRJ, INES, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4437**

TÍTULO: **CÂMERAS CORPORAIS COM RECONHECIMENTO FACIAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA – PMERJ**

AUTOR(ES) : **KARYTA ALINE PINNA DE JESUZ**

ORIENTADOR(ES): **BERNARDO SALGADO RODRIGUES**

RESUMO: A tecnologia de reconhecimento facial (RF) tem se destacado como uma ferramenta poderosa no âmbito da segurança pública, prometendo aumentar a eficiência e a precisão na identificação de suspeitos e na prevenção de crimes. No entanto, o uso de câmeras corporais equipadas com RF levanta questões importantes relacionadas à privacidade, direitos civis, regulação e impacto democrático. Dessa forma, esta dissertação visa explorar a implementação dessa tecnologia na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) através da utilização de câmeras corporais, analisando seus potenciais benefícios e riscos. Com isso, o objetivo principal do estudo é investigar o impacto da adoção de câmeras corporais com reconhecimento facial na PMERJ, considerando os aspectos de segurança, direitos humanos, regulação e políticas públicas. Assim como, avaliar a eficácia das câmeras corporais com RF na redução de crimes e na identificação de suspeitos, analisar os riscos à privacidade e aos direitos civis decorrentes do uso da tecnologia de RF, estudar as melhores práticas de regulação e políticas públicas para o uso responsável de RF na segurança pública, e, por fim, propor um framework regulatório e de políticas públicas para a implementação da tecnologia na PMERJ. Como fonte de pesquisa bibliográfica serão utilizadas revisões de literatura sobre o uso de reconhecimento facial em segurança pública, incluindo estudos de caso internacionais, artigos acadêmicos e relatórios de organizações de direitos humanos. Portanto, o uso de métodos qualitativos e quantitativos para analisar os dados coletados, focando nos impactos sociais, legais e operacionais da implementação de câmeras corporais com RF, e elaborar um conjunto de diretrizes e políticas públicas baseadas no empirismo da pesquisa, incluindo recomendações para a regulação da tecnologia. Assim, espera-se que a implementação de câmeras corporais com RF na PMERJ resulte em uma redução nos índices de criminalidade e uma maior eficiência na identificação de suspeitos e garanta que o uso da tecnologia respeite os direitos à privacidade e à não discriminação, promovendo um equilíbrio entre segurança pública e direitos civis.

BIBLIOGRAFIA: • Costa, E. M. (2020). Segurança Pública e Tecnologia: Desafios da Regulação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 119, 215–230. • Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018. • Constituição Federal de 1988.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4446**

TÍTULO: **DISTRIBUIÇÃO E SEGREGAÇÃO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO SIMAO RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: O presente projeto visa contribuir para o combate ao racismo e seus impactos sociais, no âmbito dos estudos, do planejamento e das políticas urbanas através de três eixos de atuação: Leituras e debates a respeito da temática da segregação racial (Garcia, 2009), levantamento histórico dos censos produzidos pelo IBGE e a produção cartográfica da espacialização da distribuição racial. O objetivo é fomentar ferramentas para a compreensão da complexidade urbana do nosso racismo, identificando padrões de distribuição dos grupos raciais nas cidades (centro-periferia, manchas de concentração, relação com indicadores sociais, espacialização da pobreza e da riqueza, entre outros) e seus efeitos materiais e simbólicos sobre as relações raciais, além do debate sobre o papel do planejamento urbano sobre tais fenômenos (Santos, 2024). Assim este projeto busca comparações da distribuição racial da população em cidades brasileiras, numa etapa inicial com foco na região metropolitana do Rio de Janeiro via um levantamento dos censos demográficos. Nesta etapa inicial, o foco tem sido o levantamento dos dados sobre cor/raça nos censos passados, a partir de 1940, onde estamos reunindo e analisando o material encontrado, observando e organizando os seguintes aspectos: a presença ou não do dado racial, a unidade espacial que os dados foram coletados e apresentados (que variam a cada censo, podendo ser por setor censitário, área de ponderação, distrito, região administrativa ou outro), as delimitações destas unidades e suas compatibilizações (importante para a posterior produção de séries históricas de mapas) e os instrumentos de coleta aplicados. Essa etapa nos permitirá realizar uma série histórica dos censos e analisar como era abordado a temática racial. Olhando para os resultados conseguiremos analisar a configuração populacional das cidades e suas características de distribuição racial e como isso se alterou ao longo dos anos. Como objeto deste levantamento, estamos trabalhando na produção cartográfica através de ferramentas de geoprocessamento que possibilitam a visualização gráfica dos dados – principalmente o software QGIS. Inicialmente, trabalhando os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estamos produzindo mapas da distribuição e concentração da população branca e da população negra que permitam analisar o padrão de segregação de cada município, e temos observado como a reprodução de centralidades em cada município se coaduna com o padrão da metrópole como um todo. A problematização dos padrões a serem identificados nos permitirá discutir a função urbanística na reprodução do racismo no Brasil, e do racismo na produção das nossas cidades. Assim, espera-se contribuir para a construção de uma agenda racializada de leitura do espaço urbano, buscando identificar expressões espaciais das relações raciais, buscando desenvolver e construir referências na convergência entre agendas antirracismo e agendas urbanas.

BIBLIOGRAFIA: GARCIA, Antônia dos Santos. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. SANTOS, Renato Emerson dos. Distribuição dos grupos raciais em cidades brasileiras: sobre segregação, estrutura e experiência urbana. In: Volochko, Danilo & Prizon, Leonardo Palhares (orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora. Curitiba: Appris, 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4447**

TÍTULO: **Clínica de Direitos e Trabalho**

AUTOR(ES) : **DIOGO GUEDES QUEIROGA DE SÁ**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA BENICIO XAVIER,RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA**

RESUMO: O projeto possui, como objetivo geral, a orientação jurídica às/aos moradoras/es do Complexo da Maré, comunidade localizada na cidade do Rio de Janeiro, em Direitos Sociais. O projeto teve início em 2022/1 e se encontra em andamento. Desenvolve-se por meio de parcerias com organizações que atuam em temas relacionados aos direitos humanos, a exemplo da "Redes da Maré". No primeiro ano, o projeto realizou atendimentos quinzenais nas localidades Nova Holanda e Vila dos Pinheiros que pertencem à Maré. Nesses momentos, as extensionistas da graduação e da pós, acompanhadas por advogada, efetivaram orientações jurídicas e encaminhamentos a trabalhadores/as em relação a dúvidas e demandas sobre os direitos do trabalho, bem como realizaram o ajuizamento e o acompanhamento de ações trabalhistas no município. Foram realizados, no ano de 2022, 30 atendimentos. Como objetivos específicos, para além dos atendimentos, o projeto busca fomentar um processo amplo de educação histórico-jurídico-social-crítica para os direitos fundamentais do trabalho, que envolve um diálogo formativo durante os atendimentos, bem como a realização de oficinas internas para os membros do projeto, espaço de discussão entre membras/os e parceiros e a construção de materiais formativos sobre a temática. Para isso, o projeto realizou, por um lado, formações internas sobre o mundo do trabalho, Direitos Humanos, Direito e Processo do Trabalho, e espaços de discussão sobre as dificuldades e desafios encontrados na atuação da extensão, como as diversas operações policiais realizadas na comunidade da Maré, que impossibilitaram a ocorrência de atendimentos em vários dias acordados. No ano de 2023, o projeto desenvolveu as suas atuações organizando sessões de estudo, realizando a produção e disponibilização de materiais informativos sobre a temática do Direito Previdenciário e Direito do Trabalho, assim como a realização de cursos na sede da "Redes da Maré" sobre essas matérias, criando um espaço de diálogo e troca entre a extensão e os funcionários da ONG. Em 2024, o grupo protocolou ação trabalhista para que os usuários participantes da intervenção tivessem respeitado o direito basilar de acesso à justiça disposto no art. 5º, XXXV, da CRFB/88 (processo 0100642-15.2024.5.01.0057), bem como passou a representar em juízo dois menores, assistidos por suas mães (processo 0100080-55.2018.5.01.044). Ademais, foi apresentado outro curso de Previdenciário em parceria com a ONG "Redes da Maré", assim como a produção de materiais para distribuição, além de organizar outro encontro centrado na temática dos direitos da trabalhadora(or) doméstica(o). Para o restante do ano 2024, pretende-se realizar oficinas com os/as moradores/as da Maré com temáticas no universo trabalhista e construir materiais formativos sobre direitos humanos do trabalho, bem como refletir, de forma crítica e coletiva, sobre o contexto atual de precarização de direitos e os desafios inúmeros para o acesso integral à justiça.

BIBLIOGRAFIA: FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformala. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo, 1978. HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cepolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. VERSIANI, Renata. A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. Tese de Doutorado em Sociologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 344 fls., 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4452**

TÍTULO: **BUSCA INFORMACIONAL DO DIA A DIA: UM ESTUDO SOBRE AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO EM 2024**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Este trabalho busca apresentar os resultados obtidos no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, que teve com o objetivo principal investigar como a comunidade discente do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) avalia as informações sobre as eleições municipais de 2024. Para tal, tem como referencial teórico os estudos sobre as seguintes temáticas: busca informacional no dia a dia; avaliação de fontes de informação; campos informacionais; filtros invisíveis e bolhas informacionais; e serendipidade. Além de apresentar o processo eleitoral brasileiro. Os procedimentos metodológicos partem de uma pesquisa exploratória realizada por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Apresenta como principais resultados as formas de avaliação mais utilizadas pela comunidade discente de Biblioteconomia em relação às buscas de informações no dia a dia e sobre as eleições municipais de 2024. Destaca-se a maneira que os discentes utilizam os mesmos tipos de avaliação, como por exemplo: os estudos comparativos; reputação da publicação; atualidade; credibilidade; etc. Entretanto, utilizando de diferentes formas em relação à avaliação de fontes informacionais sobre as eleições e as do cotidiano. Por fim, este trabalho possibilitou um estudo para compreender como os estudantes avaliam informações para o dia a dia e, ainda, como futuros profissionais da informação desenvolvem tal ação no âmbito pessoal sobre assuntos que possibilitam o exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA: HJØRLAND, Birger. Methods for evaluating information sources: An annotated catalogue. Journal of information science, v. 38, n. 3, p. 258-268, 2012. PÅRISER, Eli. O filtro invisível: O que a internet está escondendo de você. [S. l.]: Zahar, 2012. 252 páginas p. SAVOLAINEN, Reijo. Everyday life information seeking. na, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4456**

TÍTULO: **INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA INFORMAR E RESGATAR: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **ISABELLE DE LIMA LEITE**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR**

RESUMO: Título: Informação Étnico-racial Para Informar e Resgatar: Uma Análise dos Cursos de Biblioteconomia no Brasil Autora: Isabelle de Lima Leite. Orientadora: Marianna Zattar. Este trabalho se dedicou primeiramente a familiarizar a pessoa leitora com os conceitos relacionados à temática racial, partindo da pesquisa bibliográfica sobre: raça, racismo, antirracismo, justiça social e informacional, a fim de estabelecer uma relação entre desigualdades raciais e informacionais. Neste sentido, sinalizamos como a atuação decolonial e antirracista dos bibliotecários pode contribuir para amenizar estas desigualdades. A pesquisa se propõe a identificar os currículos de graduação em Biblioteconomia, em Universidades Federais no Brasil, para identificar o ensino de disciplinas que envolvem a temática da Informação Étnico-racial. Esta pesquisa teve caráter documental, exploratória, descritiva e percorreu as etapas de: identificar a lista dos cursos de Biblioteconomia, ativos e em Universidades Federais pela plataforma do E-MEC; localizar os projetos político-pedagógicos e/ou currículos com o quadro de disciplinas ofertadas. Diante disto, realizou-se uma análise temática por atribuição, valendo-se dos termos extraídos do referencial teórico construído inicialmente. A partir disto, foram localizados sessenta e um (61) cursos de Biblioteconomia, ativos em nível nacional. trinta e dois (32) cursos estão ativos em Universidades Federais. Foram identificados e analisados trinta (30) currículos. Tendo como resultado dentro do recorte proposto, vinte e um (21) cursos ofertam disciplinas que perpassam sobre cultura geral e afro-brasileira. Nove (9) cursos ofertam disciplinas que abordam o ensino da Informação Étnico-Racial. Dentre estas nove (9) disciplinas, oito (8) são divididas em eletivas e optativas, sendo apenas uma (1) é de caráter obrigatório. Diante da análise dos dados e das reflexões trazidas nesta pesquisa, é possível compreender a importância do ensino obrigatório da Informação Étnico-Racial, aplicada à formação dos profissionais bibliotecários, já que esta pode ser uma das principais ferramentas de enfrentamento do racismo institucional e atuar, principalmente, como engrenagem da justiça informacional.

BIBLIOGRAFIA: Referências: ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 136 p. SILVA, A. S; LIMA, G. S. Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política. ACB, Florianópolis, p. 1-498, 2018. LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Lemos Informação e Comunicação, 2004. 452 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4519**

TÍTULO: **A TRAJETÓRIA DE JAIR BOLSONARO E A REORGANIZAÇÃO DA DIREITA NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **AMANDA SILVESTRE DANTAS SIQUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa é apresentar a forma que o ex-presidente Bolsonaro aglutinou um conjunto heterogêneo de agendas e grupos que não estavam imediatamente integrados ao longo da história brasileira, unificou-os em torno do "combate à corrupção e ao comunismo" e venceu as eleições presidenciais em 2018. Buscarei demonstrar que Jair Bolsonaro começa a mobilizar o oficialato ainda durante o período em que era militar, resistindo às alas dentro das Forças Armadas que negociavam a transição para a democracia. Em um segundo momento, mostrarei como Bolsonaro, enquanto deputado (1990-2018), amparado em seu capital político adquirido junto às demandas desses oficiais e de suas famílias (exemplificado pela maioria de votos entre suas bases da Vila Militar e algumas zonas de Resende em sua eleição como deputado) fortaleceu uma pauta conservadora de costumes, mas antiliberal no aspecto econômico, e foi protagonista no embate contra as pautas identitárias. Esses aspectos atraíram o interesse de outros grupos conservadores, mas ainda sem a ligação direta com os grupos neopentecostais que guiariam a sua campanha presidencial. Por fim, no contexto da instabilidade trazida pelos movimentos das ruas em 2013, ele integra - de forma definitiva - em sua plataforma política as lideranças neopentecostais que o acompanham até hoje, adota uma agenda econômica liberal para atrair setores do empresariado - insatisfeitos com os rumos do governo - e potencializa as transformações trazidas tanto pela capacidade de engajamento das redes sociais quanto pelo então nascente processo de internacionalização da direita conservadora, a fim de integrar todos esses interesses em torno do combate a um inimigo comum - estigmatizado na figura da corrupção e do comunismo.

BIBLIOGRAFIA: LUÍS MAKLOUF. O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel. São Paulo, Sp: Todavia, 2019. Jair Bolsonaro: conheça a trajetória política do ex-presidente. Disponível em: . Acesso em: 14 ago. 2024. CLOVIS SAINT-CLAIR. Bolsonaro: o homem que peitou o exército e desafia a democracia. [s.l.] Editora Máquina de Livros, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4546**

TÍTULO: **O Papel do Mercosul na Integração Regional nas Américas: Desafios e Perspectivas**

AUTOR(ES) : **PEDRO NOBRE VECCHIA**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO: A integração regional na América Latina, almejada há décadas, visa fortalecer economias, ampliar mercados e promover estabilidade política. Nesse cenário, o Mercosul, fundado pelo Tratado de Assunção em 1991, tornou-se um bloco essencial, buscando criar um mercado comum e expandindo suas áreas de cooperação para além do comércio, abrangendo aspectos políticos, sociais e culturais. A estrutura institucional do Mercosul inclui o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum, o Parlamento do Mercosul e o Tribunal Permanente de Revisão. Apesar de avanços, o Mercosul enfrenta desafios, como a assimetria econômica entre Brasil e Argentina, com economias mais desenvolvidas, em contraste com Paraguai e Uruguai, dificultando a harmonização de políticas e regulamentações. Questões políticas internas e mudanças de liderança também afetam a coesão do bloco, especialmente com a ascensão da extrema direita nos governos da América Latina na última década. Além disso, a falta de infraestrutura e disparidades no desenvolvimento humano dificultam uma integração mais profunda. Politicamente, o Mercosul contribui para a estabilidade democrática na região, promovendo diálogo e cooperação entre os membros. Suas instituições desempenham papel crucial na resolução de disputas e governança regional. O Parlamento do Mercosul, embora enfrente desafios, representa um avanço para a integração política. O Mercosul enfrenta novos desafios no cenário geopolítico global, como crises econômicas, mudanças climáticas e avanços tecnológicos. Internamente, o Mercosul facilita o comércio intrabloco, reduzindo tarifas e eliminando barreiras comerciais, o que beneficia as economias participantes. Externamente, o bloco desempenha papel importante na negociação de acordos comerciais, como o tratado de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, concluído em 2019, mas ainda pendente de ratificação. Esse acordo promete expandir relações comerciais e criar novas oportunidades para os membros. Para compreender este papel, a pesquisa gira em torno de um método qualitativo e descritivo a fim de entender a respeito de como foi criado o bloco e o papel que desempenha atualmente, além de analisar uma sequência de documentos que abordam sobre a temática, como a Declaração de Ushuaia e os relatórios anuais da Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Ainda, será feita a análise de casos concretos dentro do Mercosul que refletem avanços ou retrocessos na integração regional, como a relação Brasil e Venezuela após a crise e o papel do Brasil e Argentina como líderes indiretos do bloco. Em conclusão, o Mercosul é crucial na integração regional das Américas, enfrentando desafios enquanto busca consolidar seus avanços. A cooperação econômica e política é fundamental para lidar com desafios globais e promover o desenvolvimento sustentável. O futuro do bloco depende da superação de diferenças e do fortalecimento da coesão em um contexto internacional em constante mudança.

BIBLIOGRAFIA: BOUZAS, R.; DA MOTTA VEIGA, P. O Mercosul: Origem, evolução e desafios atuais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, p. 5-28, 2002. MALAMUD, A. Mercosur Turns 15: Between Rhetoric and Pragmatism. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 18, n. 3, p. 421-436, 2005. PECEQUILO, C. S. Mercosul: História, desafios e perspectivas. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 63, p. 95-108, 2008.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4556**

TÍTULO: **Agência IPPUR: produção de séries especiais**

AUTOR(ES) : **ARTUR ROCHA GABRIEL DE OLIVEIRA,VIVIAN MONTEIRO FRANCO,TAYNA DA SILVA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO,MARIANA LUSCHER ALBINATI,LALITA KRAUS**

RESUMO: O projeto de extensão da Agência de comunicação do IPPUR tem como objetivo principal divulgar o conhecimento produzido no Instituto, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública, e favorecer os diálogos interno e externo, estabelecendo parcerias com movimentos sociais e criando espaços de debate virtual e presencial. Para além da "comunicação científica", voltada à disseminação de informações especializadas entre pares, a Agência IPPUR vem realizando uma série de atividades de "divulgação científica", visando democratizar o acesso ao conhecimento científico (BUENO, 2010), estabelecendo pontes com outros públicos e outras formas de produção de conhecimento, dentro e fora da academia. Participam da Agência alunos de Gestão Pública e de outras graduações da UFRJ, além de estudantes de pós-graduação, organizados em três núcleos de trabalho: o Boletim IPPUR, a gestão de mídias e eventos e a produção de séries temáticas especiais. As séries especiais objetivam a produção de conteúdos específicos, de forma integrada às estratégias de comunicação do IPPUR, para veiculação no Boletim IPPUR ou nas mídias sociais do Instagram e Youtube. Em 2023 e 2024, as séries envolveram: (i) atividades de visitas de campo articuladas com projetos e organizações parceiras do IPPUR, com a publicação de relatos e textos informativos; (ii) a realização de entrevistas com o corpo técnico da Biblioteca do IPPUR, que abordou iniciativas e serviços voltados a auxiliar estudantes nas tarefas de pesquisa acadêmica e produção científica, incluindo orientações sobre o Currículo Lattes, a Base Minerva, o Repositório Pantheon e o Portal de Periódicos da UFRJ; (iii) o apoio à publicação de entrevistas para a série "Trajetórias Profissionais Multidisciplinares no Campo de Públicas", nas quais profissionais da área falam sobre suas experiências formativas, de pesquisa e de atuação; (iv) a produção de material audiovisual para a divulgação das atividades de pesquisa e da produção científica do IPPUR, incluindo a série "Divulga IPPUR", com vídeos curtos que apresentam publicações recentes de pesquisadores/as do Instituto, e um Podcast sobre os laboratórios e grupos de pesquisa do IPPUR, em fase de elaboração. Os/as extensionistas envolvidos/as nessas atividades ficam responsáveis pela execução de diferentes tarefas nas etapas de produção das séries, incluindo: a organização e a cobertura das visitas de campo; o levantamento de informações para a construção dos textos; a elaboração de roteiros de entrevistas; a intermediação de contatos com participantes e parceiros; a transcrição, edição e revisão de entrevistas; a produção e edição de vídeos. Além de permitir um maior contato com temas e atores do campo da gestão pública e do planejamento urbano e regional, a atuação desenvolve habilidades de pesquisa e qualificação de fontes, redação de texto e comunicação.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1-12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4670**

TITULO: **NORMALIZAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UMA ANÁLISE DOS PERIÓDICOS DA UFRJ**

AUTOR(ES) : **ALINE FERREIRA MAIA**

ORIENTADOR(ES): **PATRÍCIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**

RESUMO: O presente estudo foi realizado e apresentado em 2023 como trabalho de conclusão de curso de Biblioteconomia, e propõe a análise dos critérios de qualidade dos periódicos da UFRJ, tendo como base os estudos referentes à editoração de periódicos científicos e à normalização, no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Teve por objetivo analisar as normas adotadas nas políticas de submissão dos periódicos da instituição, em diferentes áreas do conhecimento, observando como as instruções são apresentadas e de que maneira são preenchidas no que concerne à normalização dos periódicos e dos artigos científicos. O referencial teórico que alicerça o desenvolvimento da pesquisa discorre sobre as áreas da Normalização, seguido pelo histórico do campo, e da Comunicação Científica, com ênfase nos periódicos científicos e no artigo científico. Quanto à metodologia tem-se que a pesquisa se caracteriza como quanti-qualitativa, tendo sido realizado um levantamento quantitativo no Portal de Periódicos da UFRJ e no Diretório de Revistas por área do conhecimento do SiBI/UFRJ, buscando reunir o total de periódicos existentes da instituição; o aspecto qualitativo se deu pela análise comparativa dos dados levantados para a construção da amostra, composta por periódicos de diferentes áreas do conhecimento e, posteriormente, análise de alguns resultados e considerações. A respeito dos resultados, foi possível observar através da análise das políticas de submissão dos periódicos da UFRJ, certas nuances expostas em diferentes áreas do conhecimento. A partir da aplicação do formulário elaborado, foi possível verificar o quanto as instruções editoriais especificam a respeito do que deve ser realizado, revelando certas discrepâncias em alguns pontos referentes às normas indicadas e sua aplicação prática. A análise efetuada indica que, a despeito de certas particularidades inerentes a cada área do conhecimento, a padronização de questões subjetivas à forma de apresentação e estruturamento dos componentes de um trabalho científico facilitam o diálogo e a interação dentro da comunidade científica, sendo prejudicial ao processo comunicativo a presença de inconsistências como as verificadas. Foi possível concluir que a padronização de questões subjetivas à forma de estruturação e apresentação dos componentes de um trabalho científico facilitam a interação dentro da comunidade científica, e a presença de inconsistências impacta negativamente o processo comunicativo.

BIBLIOGRAFIA: ABNT. ABNT NBR 6021: informação e documentação: publicação periódica técnica e/ou científica. [Rio de Janeiro]: ABNT, c2015. 14 p. ABNT. ABNT NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica. Rio de Janeiro: ABNT, c2018. 8 p. MIRANDA, A. C. C.; CARVALHO, E. M. R.; COSTA, M. I. O impacto dos periódicos na comunicação científica. *Biblios*, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7177/5449>. Acesso em: 2 dez. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4672**

TITULO: **DESAFIOS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO JUDICIÁRIO: ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO VICTOR NO STF**

AUTOR(ES) : **LIVIA CAMPOS BRANDAO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O cenário da inteligência artificial no Brasil, especialmente no âmbito do judiciário, tem se destacado nos últimos anos como uma área de grande potencial e desafios. Com o avanço tecnológico e a crescente disponibilidade de dados, instituições jurídicas têm buscado incorporar soluções baseadas em inteligência artificial para otimizar processos, agilizar análises e promover uma justiça mais eficiente. No entanto, essa inserção da inteligência artificial não está isenta de controvérsias e dilemas éticos. Questões como viés algorítmico, privacidade de dados, transparência e equidade no acesso à justiça tornam-se centrais nesse contexto. Nesse panorama o Projeto Victor, desenvolvido e implementado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), surge como exemplo concreto dessa tentativa de conciliar a modernização tecnológica com os princípios éticos e legais que regem o sistema judiciário brasileiro. Nesse sentido, o objeto é analisar os desafios éticos que decorrem da implementação do Projeto Victor no STF. Assim, como é possível garantir a mitigação eficaz do viés algorítmico e a preservação da privacidade dos dados no contexto da implementação do Projeto Victor no STF? O que se propõe como tese é que a conciliação entre o avanço tecnológico e os valores éticos do sistema judiciário brasileiro requer não apenas a implementação de medidas de transparência e participação pública, mas também uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder subjacente à adoção de soluções baseadas em inteligência artificial. A metodologia se baseia na análise bibliográfica e documental para identificar os desafios éticos de implementação do Projeto Victor no STF, essa abordagem permitirá uma compreensão mais ampla das implicações do uso de inteligências artificiais na justiça brasileira. Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar o Projeto Victor sob a perspectiva da celeridade da justiça, ao mesmo tempo em que se garante a observância dos aspectos éticos.

BIBLIOGRAFIA: CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Palotti, 1988. TAUKE, Caroline Somesom; SALOMÃO, Luis Felipe. Inteligência artificial no judiciário brasileiro. *Diké-Revista Jurídica*, v. 22, n. 23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v10i2.92598>. Acesso em: 29/05/2024. SEARLE JR. Minds, brains, and programs. *Behavioral and Brain Sciences*. 1980;3(3):417-424. doi:10.1017/S0140525X00005756

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4692**

TÍTULO: **Programas sociais: usos estratégicos no setor minerador**

AUTOR(ES) : **BRENO VIEIRA DUTRA TARDIVO**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: O trabalho apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “Mineração em grande escala e estratégias de gestão do social em contextos de conflito ambiental e crise sanitária”, apoiado pela FAPERJ e realizado no Laboratório ETTERN do IPPUR/UFRJ. Esta fase do projeto tem como objetivo analisar as estratégias de gestão do social implementadas por grandes empresas mineradoras no Brasil, em contextos de conflito ambiental. A presente comunicação oral apresenta uma análise comparativa sobre/entre os diferentes contextos (políticos, sociais, espaciais, etc.) nas quais as empresas mineradoras e as comunidades estão inseridas e a utilização de projetos sociais como forma de atuar nessas comunidades. Esses projetos sociais podem por muitas vezes advirem de iniciativa própria da empresa ou por demanda judicial, determinando reparação com as populações afetadas pela mineração. Em ambos casos, é importante analisar a diferença e a semelhança na utilização desses programas sociais ao benefício próprio. Foi possível identificar que estas estratégias são condutas assertivas e sutis que ocorrem nas comunidades através de implementações de ações sociais, tornando as populações dependentes de grandes empresas mineradoras. Metodologicamente o trabalho é conduzido através de uma pesquisa documental da “responsabilidade social das empresas”, sistematizada em uma matriz, no Excel, a partir das categorias de análise definidas pelo projeto de pesquisa: contextos de implementação, temas e público-alvo.

BIBLIOGRAFIA: APPOLINÁRIO, Fabio. “METODOLOGIA DA CIÊNCIA: Filosofia e Prática da Pesquisa”, 2012. HAESBAERT, Rogério. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”, 2003. ACSELRAD, Henri. “Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de ‘comunidades’”. In: Henri Acselrad (Org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextractivismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond. p.33–60. 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4709**

TÍTULO: **A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E RÚSSIA: IMPACTOS E NOVAS PERSPECTIVAS**

AUTOR(ES) : **SAMYRA BORHER RUFINO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: Desde o fim da II Guerra Mundial, a atuação internacional do Brasil tem se caracterizado pela construção progressiva do universalismo, processo no qual o país esteve focado em estabelecer relações bilaterais pacíficas e duradouras com nações situadas em todos os continentes. A construção deste universalismo foi acompanhada por boa dose de pragmatismo, elemento que agregou uma variável de seletividade que se concretiza na definição de relações prioritárias com determinados países e regiões (LESSA, 1998; LESSA, 2010). Dessa forma, a Política Exterior do Brasil tem atuado na escolha de parceiros preferenciais aos quais se atribui maior atenção diplomática, a fim de lhes conferir uma densidade política e econômica que permite a auferição de ganhos concretos para ambos os lados. Esse movimento é conceituado como a construção de Parcerias Estratégicas (VAZ, 2014; LESSA, 2010). Em 22 de Junho de 2000, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o vice-presidente Marco Antônio de Oliveira Maciel assina o Tratado sobre as relações de parceria entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia, junto ao primeiro ministro russo Mikhail Kassianov, elevando a Rússia à parceira estratégica do Brasil e iniciando um período de cooperação entre os países que perdura até os dias atuais. Tendo sido assinado em um contexto de reaproximação entre os Estados após o fim da Guerra Fria, a parceria estabeleceu as bases para a colaboração nos setores político, espacial, técnico-militar, comercial e econômico, agricultor, cultural, educacional, esportivo, jurídico, tecnológico, energético, e interestatal, sendo de suma importância para a política externa brasileira durante o século XXI. Neste contexto, a presente pesquisa adota uma abordagem analítica dos Planos de Ação referentes à relação Brasil-Rússia, revisando documentos oficiais, relatórios de organizações governamentais e acadêmicas, e estudos anteriores, a fim de analisar qualitativamente os dados coletados, com o objetivo de identificar os impactos que tal parceria exerceu no Brasil e interpretar os benefícios e malefícios que representa para a sociedade brasileira, a fim de discutir os próximos passos de sua política externa.

BIBLIOGRAFIA: LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, p. 29-41, 1998. Disponível em: . PLANO de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia. 14 maio 2010. Vaz, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 1999, v. 42, n. 2, pp. 52-80. Disponível em: . Epub 08 Set 2008. ISSN 1983

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4734**

TÍTULO: **AS TRIANGULAÇÕES ENTRE CHINA, RÚSSIA (URSS) E ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE DE DIFERENTES MOMENTOS DAS RELAÇÕES ENTRE AS TRÊS GRANDES POTÊNCIAS DO SISTEMA INTERNACIONAL**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA MONTEIRO ALVES MOREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: A ascensão do Partido Comunista Chinês em 1949 teve grande impacto na conjuntura da Guerra Fria. Os Estados Unidos viam a China como uma forte aliada em potencial, e o êxito do socialismo no país mais populoso do mundo foi um triunfo para o Leste. Ademais, a aproximação Pequim-Moscou foi notavelmente assimétrica, pois a nova China era altamente dependente do apoio soviético. No início da Guerra Fria, a discrepância de poder entre EUA e URSS era evidente, mas a URSS rapidamente mitigou suas vulnerabilidades, investindo em áreas sensíveis e desenvolvendo a bomba nuclear, estabelecendo a destruição mútua assegurada. Tal êxito soviético pressiona o bloco ocidental e os aliados comunistas, em especial, a China, contribuindo para a deterioração dos laços sino-soviéticos. Nesse contexto, o PCCh tem a iniciativa de redefinir a principal ameaça à sua segurança, dos EUA para a URSS, sinalizando a tensão no Leste. Tal conjuntura é oportuna para os EUA, que responderam ao contexto criado pela China articulando a Diplomacia Triangular, que constitui uma inflexão em sua política externa através da reabertura dos diálogos com Pequim e Moscou. As relações sino-americanas, tensas desde 1949, foram retomadas com sinalizações recíprocas, pressionando Moscou a dialogar temas sensíveis sem uma escalada bélica. Após o colapso da URSS em 1991, os EUA impuseram uma “paz punitiva” à Rússia, com um programa econômico de “terapia de choque” e a expansão da OTAN em direção à Rússia, colocando-a em uma posição revisionista e anti-Occidental, buscando parcerias com países que também se sentissem pressionados pelos EUA. A China observou a violência americana em relação à Rússia e percebeu a necessidade de mitigar suas próprias vulnerabilidades, levando a uma reaproximação sino-russa. Esse trabalho almeja analisar as relações entre China, Rússia e EUA em três conjunturas distintas, para entender os rearranjos nas relações entre as grandes potências. A hipótese levantada é de que tais relações são articuladas de modo que a projeção excessiva de um país sobre os demais resulta na formação de alianças que antagonizem a potência em expansão, pautadas no pragmatismo como princípio de orientação estratégica, independente de qualquer princípio ético ou ideológico. A pesquisa é baseada numa perspectiva analítica que assume a pressão competitiva da guerra como principal força hierarquizadora do sistema internacional, por meio de um olhar geo-histórico dentro da tradição realista. Para tal, emprega-se uma metodologia de abordagem teórico-analítica, valendo-se de fontes primárias -sobretudo atlas históricos e tratados- e fontes secundárias diversas. É realizado um corte de três conjunturas, com diferentes combinações no núcleo central das grandes potências. Assim, espera-se concluir que as estratégias e alianças forjadas entre os países se dão em função da pressão competitiva do sistema internacional, de modo que a projeção excessiva de uma nação empurra alianças que a antagonizem.

BIBLIOGRAFIA: SWIFT, J. The Palgrave concise historical atlas of the Cold War. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. KISSINGER, H. (1994), Diplomacia, São Paulo: Saraiva, 2012. METRI, M. História e Diplomacia Monetária, São Paulo: Dialética, 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4765**

TÍTULO: **PARA ALÉM DO CAMPO: O FUTEBOL COMO INSTRUMENTO DE RECONCILIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO NACIONAL NO PÓS-GENOCÍDIO RUANDÊS**

AUTOR(ES) : **MARIA LUIZA RODRIGUES MENDES DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **LEANDRO LOUREIRO COSTA**

RESUMO: A expansão do imperialismo europeu e a consolidação de uma dominação indireta no território ruandês ampliaram uma estrutura pré-existente de poder e de rivalidade étnica entre Hutus e Tutsis. Após o processo de independência do País das Colinas, sob a dicotomia de uma política feita sob linhas étnicas, de divide and rule, iniciou-se uma guerra civil no país – que o transformou num gigantesco campo de morte a céu aberto. Frente ao caos de um Estado que não mais se enxergava como nação, objetivou-se a reconciliação nacional, a justiça e a redução de desigualdades, sob a lógica de extinguir o divisionismo e a necessidade de equilibrar a reconciliação nacional e a reintegração de vítimas e seus agressores, em uma sociedade que lutava para garantir sua sobrevivência econômica e política, através da instrumentalização do futebol como jogo social e política pública de promoção e negociação da paz. Tal situação foi exemplificada pela promoção da primeira ação pública realizada coletivamente, cerca de dois meses após o fim do genocídio, e um dos “auges” de recuperação de Ruanda: uma partida de futebol, entre Kiyovu e o Rayon Sports no Estádio de Kigali e a classificação à Copa das Nações Africanas, em 2003, respectivamente. Assim, o escopo deste artigo busca questionar qual o papel do futebol como instrumento de resistência e reconstrução do imaginário nacional de narrativa comum no processo conciliatório do pós-guerra civil de Ruanda; enquanto – contraditoriamente, como “jogo social” – compunha interesses hegemônicos. A partir disso, objetiva-se analisar o futebol como tradição inventada na conceituação das nações e a possibilidade de diferentes instrumentos participarem na mobilização desconstrutiva de conflitos prolongados; esperando-se concluir a funcionalidade do futebol como simbologia fundamental na expansão de políticas sociais no pós-guerra e auxiliador eficaz na retomada da convivência pacífica e respeitosa entre as etnias em território ruandês. Sobre o substrato teórico deste artigo, essa produção se fundamentará em pressupostos que constituem conceitos discutidos nesta pesquisa, como: identidade nacional, tradições nacionais, nações e diplomacia da bola. Acerca da estratégia metodológica adotada, reitera-se a realização de um Estudo de Caso, através de uma revisão de literatura de fontes secundárias, a fim de avaliar não apenas os impactos causados pela instrumentalização do futebol, mas também a funcionalidade de uma identidade nacional futebolística — presa no paradoxo de uma ilusão real e mobilizadora —; colocando em pauta a possibilidade de restauração da identidade nacional de Ruanda e o questionamento se essa tal “restauração” se expandiria para os rumos políticos do país.

BIBLIOGRAFIA: HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence; eds. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55). OLIVEIRA, Eduardo Neves Faria de. As Relações Internacionais e o futebol como diplomacia da paz. Universidade de Brasília. Brasília, 2015. PINTO, M. T. Nogueira. Ruanda entre segurança e liberdade. Revista de Relações Internacionais, Lisboa-PT, v.32, p. 45-57, dez de 2011.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4767**

TÍTULO: **QUEM VIGIA O VIGILANTE? AS EXPERIÊNCIAS DO NAJUP LUIZA MAHIN E O DIAGNÓSTICO DE DESCONTROLE DO SISTEMA DE JUSTIÇA AO CONTROLE DA SEGURANÇA PÚBLICA**

AUTOR(ES) : **BETHÂNIA SUAREZ DE OLIVEIRA, THAMIRES AZEREDO CHAVES, AGNES MORAES LOPES GAMA, GABRIEL DA SILVA VIEIRA, LAURA TEIXEIRA BORBA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, FERNANDA MARIA VIEIRA, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO: O Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular nasce como possibilidade de encontro do corpo discente da UFRJ com o direito insurgente, estabelecido com base nos pilares da educação popular de Paulo Freire e orientado pelos princípios da Pedagogia Engajada de Bell Hooks, firmando, nesse viés, uma convivência dialógica entre extensionistas e os mais diversos movimentos sociais. A partir dessa concepção crítica, os extensionistas podem, através da troca de saberes, fomentar debates emancipadores. Objetiva-se com o presente trabalho apresentar as experiências de atuação do Najup, cobrando medidas efetivas para o controle da letalidade e violência policial, incluindo os espaços de privação de liberdade no Rio de Janeiro, apresentando as respostas ineficazes do Estado, quando obtidas, quanto a sua responsabilidade sobre a atuação das forças de segurança e garantia de direitos. Nessa perspectiva, o NAJUP Luiza Mahin integra a Frente Estadual pelo Desencarceramento RJ, o Fórum Popular de Segurança Pública do Rio de Janeiro (FPOPSEG), o Grupo de Trabalho Cidadania junto ao Ministério Público Federal e atua como amicus curiae na ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas, uma ferramenta jurídica de freio institucional, mobilizada para questionar atos do poder público que violem preceitos fundamentais da Constituição. Como analisa Ana Flauzina (2010), o sistema de justiça criminal brasileiro dá continuidade ao projeto político colonial e através do encarceramento em massa e da violência policial, que afetam desproporcionalmente corpos negros, atua como um instrumento de controle social que perpetua a marginalização, a criminalização e o genocídio da população negra. Em meio a este cenário, podemos olhar em retrospecto e identificar ainda claramente as heranças autoritárias da ditadura empresarial-militar onde o Estado, orientado pela lógica do "inimigo interno", promoveu e ainda promove um direito que assegura a permanência de um estado de exceção e de altíssimo controle social. Assim, a lógica repressiva, alicerçada na orientação política das instituições de justiça, na qual os agentes são investidos de competência social, técnica e simbólica, interpretam textos, possuindo o monopólio do direito de dizer o direito (BOURDIEU, 1989). Essa matriz do campo jurídico, portanto, consagra o justo em nossa sociedade, reduzindo o debate a uma mera interpretação legal, quando não o é, representando um desafio constante à efetivação do acesso à justiça, aos direitos fundamentais e a uma democracia substantiva. Destarte, objetiva-se com essa atuação contornar o atual cenário de violação dos direitos humanos através de uma perspectiva crítica do direito, de forma que não tenhamos que enterrar os nossos todos os dias, nem sobreviver as violências do Estado de forma cotidiana, mas que possamos construir coletivamente um debate de segurança pública que não se pautem em uma política de morte, e sim na construção do bem viver.

BIBLIOGRAFIA: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020. FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro., 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4768**

TÍTULO: **O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO COLABORADOR PARA O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ PORTELLA LEMOS CINTRA**

ORIENTADOR(ES): **CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER**

RESUMO: O direito ao esquecimento refere-se, em suma, a "um direito a não ser constantemente perseguido por fatos do passado, que já não mais refletem a identidade atual daquela pessoa" (SCHREIBER, 2017, p. 1). Apesar disso, como entende Schreiber (2017), a expressão adotada pode facilmente induzir o intérprete ao erro, comprometendo o entendimento sobre o que de fato deseja-se tutelar. Foi nesse sentido que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.010.606, entendendo como incompatível com a Constituição Federal de 1988 a ideia de um direito que representa "o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais". O referido julgado expõe, assim, que a controvérsia que cerca o Direito ao Esquecimento tem como origem a compreensão de que este seria, nas palavras do autor supracitado, "um direito de fazer esquecer, ou de apagar a história ou, ainda, de suprimir referências públicas a acontecimentos pretéritos", quando na verdade significa "um direito de não ser lembrado contra sua vontade" (STJ, Recurso Especial 1.334.097). A partir do referido conceito, a problemática a ser estudada é: quais seriam, portanto, os prejuízos causados à dignidade e ao pleno desenvolvimento da personalidade do egresso do sistema prisional que já cumpriu a sua pena e tem o Direito ao Esquecimento negado? Da busca por empregos ao tão importante convívio social, quanto prejudicado está o processo de ressocialização do sujeito que tem seu nome publicamente vinculado ao ato criminoso? Por meio de revisão bibliográfica associada ao estudo de casos selecionados através da jurisprudência, neste trabalho busca-se compreender a contribuição do Direito ao Esquecimento para o processo de reintegração social do ex-detento, recolher as evidências de sua efetividade contra as denominadas "penas perpétuas" e estudar sua relação com os direitos fundamentais descritos na Constituição Federal de 1988, com o intuito de verificar se o Direito ao Esquecimento, uma vez compreendido seu objetivo de fato, realmente apresenta uma incompatibilidade com a Carta Magna, como afirmado pelo Supremo Tribunal Federal.

BIBLIOGRAFIA: MARTINS, Guilherme. O direito ao esquecimento na sociedade da informação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. SCHREIBER, S. A publicidade opressiva de julgamentos criminais. Revista CEJ, v. 12, n. 42, p. 98-99, 11. SCHREIBER, Anderson. Direito ao esquecimento e proteção de dados pessoais na Lei 13.709/2018: distinções e potenciais convergências. In: FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato; TEPEDINO, Gustavo (coord.); OLIVEIRA, Marco Aurélio Bellizze et al. Lei geral de proteção de dados pessoais: e suas repercussões no direito brasileiro. 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 367-384.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4782**

TÍTULO: **Curadoria de Dados Relacionados à Atuação do Ministério da Defesa na Região Amazônica**

AUTOR(ES) : **AMANDA DA SILVA DINIZ,ANA JULIA DE LIMA BEZERRA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: O projeto "AMAZÔNIA E DEFESA: pensamento político e atuação do Ministério da Defesa" é uma iniciativa do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ), iniciado em 2020. O projeto surgiu em resposta ao crescente debate sobre a proteção da Amazônia diante da cobiça internacional, dando continuidade ao trabalho anterior "Pandemia e Defesa", que analisou as ações do Ministério da Defesa durante a pandemia de Covid-19. Este novo projeto concentra-se na identificação das principais atividades do Ministério da Defesa na Amazônia entre 2023 e 2024, cobrindo todo o período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo assim, busca avaliar se essas atividades estão alinhadas com a política de defesa nacional e compreender as interconexões entre o discurso e a prática dos militares na região. Dessa forma, nesse projeto são traçados dois objetivos, um geral focado em analisar a atuação do ministério da Defesa na Amazônia durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026) e suas interconexões com o militarismo ambiental, e os específicos, focado em identificar as operações e exercícios militares realizadas pelo Ministério da Defesa na Amazônia de 2023 a 2026, analisar as ações conjuntas entre os ministérios da Defesa e das Relações Exteriores em temas relativos à Amazônia, compreender os reflexos decorrentes da atuação dos militares em atividades de natureza civil da Amazônia, interpretar as interconexões entre o discurso e a prática dos militares brasileiros na Amazônia, contribuir para o debate teórico acerca do conceito de militarismo ambiental e contribuir para a agenda de pesquisa dos Estudos Militares Críticos no Brasil. A metodologia empregada será de cunho qualitativo, utilizando-se da coleta de notícias sobre a atuação do Ministério da Defesa na Amazônia, análise de leis e diretrizes normativas, documentos de trabalho e relatórios do Ministério da Defesa, Comandos Conjuntos e Ministério das Relações Exteriores, além de relatórios de órgãos governamentais e think tanks, bem como a cobertura da mídia nacional e internacional sobre o tema para a realização da curadoria dos dados: São posteriormente organizados em uma planilha, que contém informações principais sobre as notícias, como link, resumo, tema, área e região e após essa divisão esses dados são utilizados para a elaboração de gráficos e infográficos que ficam disponibilizados no site do Observatório do Ministério da Defesa.

BIBLIOGRAFIA: TEODORO, Débora A. S. et al. Militarização da Conservação Ambiental em Debate: Uma análise a partir das operações Verde Brasil 1 E 2. O Social em questão, v. 2, n. 59, 2 maio 2024. GODOY, Luciene Patrícia Canoa de. Segurança e defesa na Amazônia: um enfoque na gestão das ações e operações empreendidas pelas Forças Armadas. 2022. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.8.2022.tde-06102022-114154. Acesso em: 2024-08-06

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4795**

TÍTULO: **AGÊNCIA IPPUR: GESTÃO DE MÍDIAS E EVENTOS**

AUTOR(ES) : **FABIOLA DE MEDEIROS SILVEIRA,EDUARDO DE JESUS RODRIGUES,LUIS FELIPE DE ASSIS DO NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO,MARIANA LUSCHER ALBINATI,LALITA KRAUS**

RESUMO: O projeto de extensão da Agência de comunicação do IPPUR tem como objetivo principal divulgar o conhecimento produzido no Instituto, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional e de Gestão Pública, e favorecer os diálogos interno e externo, estabelecendo parcerias com movimentos sociais e criando espaços de debate virtual e presencial. Para além da "comunicação científica", voltada à disseminação de informações especializadas entre pares, a Agência IPPUR vem realizando uma série de atividades de "divulgação científica", visando democratizar o acesso ao conhecimento científico (BUENO, 2010), estabelecendo pontes com outros públicos e outras formas de produção de conhecimento, dentro e fora da academia. Participam da Agência alunos de Gestão Pública e de outras graduações da UFRJ, além de estudantes de pós-graduação, organizados em três núcleos de trabalho: o Boletim IPPUR, o núcleo de gestão de mídias e eventos e o núcleo de produção de séries especiais. Em relação à gestão de mídias sociais e eventos, as atividades realizadas pelos/as extensionistas compreendem a produção de conteúdos e a gestão dos perfis do Instituto nas redes sociais Instagram e YouTube, bem como o apoio a eventos realizados pelo IPPUR ou em parceria, que fomentem o debate nos campos de Planejamento Urbano e Regional e Gestão Pública, através da produção de material gráfico de divulgação, transmissão e gravação. Também envolve a promoção de eventos e oficinas pela própria Agência IPPUR, visando especialmente ao debate de conteúdos veiculados no Boletim e à integração entre graduação e pós-graduação. As principais responsabilidades e competências deste núcleo são: a) Curadoria e organização dos conteúdos a serem divulgados e definição dos formatos mais adequados, buscando diversificar os meios de circulação para alcançar um público mais amplo e diverso; b) Planejamento e coordenação do fluxo de postagens nas diferentes mídias sociais, de forma estratégica, alinhada aos objetivos da ação, com monitoramento de desempenho; c) Apoio na organização e realização de eventos e atividades como webinars, lives e debates presenciais, incluindo a divulgação dos eventos, sua transmissão, gravação e disponibilização no YouTube; d) Produção de conteúdos audiovisuais, incluindo gravação e edição de vídeos curtos para as plataformas Instagram e Youtube dentro das estratégias de comunicação estabelecidas. A atuação dos estudantes é essencial para o sucesso das ações propostas e possibilita a compreensão da comunicação como um processo de interação e troca de saberes. O envolvimento nas atividades, seja de gestão das mídias sociais, produção de conteúdo ou apoio a eventos contribui tanto para a formação dos estudantes como para o aumento do impacto dos conteúdos produzidos. Assim, a extensão na Agência IPPUR busca envolver a sociedade civil e entusiastas nos temas de Gestão Pública e Planejamento Urbano e Regional, e o núcleo de gestão de mídias e eventos potencializa o alcance dessas temáticas.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & informação, v. 15, n. 1esp, p. 1–12, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4867**

TÍTULO: **O PODER EXECUTIVO FEDERAL LEGISLA MATERIALMENTE SOBRE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS?**

AUTOR(ES) : **ANTONIO GUIMARÃES SEPULVEDA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: A Lei nº 14.596/2023, representa típico pronunciamento congressual. Embora não se tenha dúvida de que tal diploma seja resultado do labor parlamentar, um observador atento é capaz de perceber que materialmente o conteúdo legal foi determinado praticamente pela pena presidencial. Fruto de conversão de Medida Provisória, a referida lei pouco destoa, em termos comparativos, da Medida que a derivou. In casu, o Poder Executivo modificou concretamente a legislação tributária no intuito de dispor sobre preços de transferência. Haja vista as mínimas modificações legislativas ultimadas durante o processo de conversão, pode-se dizer que o Presidente ditou os termos legais. Em razão de os tributos federais serem administrados pela Receita Federal, a regulamentação relativa a preços de transferência terá por base a regulação desenhada in concreto pelo Chefe do Executivo. Cogita-se então, nesse cenário, de suposta concentração de poderes nas mãos presidenciais, que encarna e personifica o Poder Executivo. Parece que igual sorte tiveram outras leis. Se tais fatos causam perplexidade ao pesquisador, o que dizer se tal fenômeno for detectado reiteradamente? Será se o teor das leis ordinárias tem sido fortemente influenciado pela pena presidencial? Segundo a teoria clássica, a conjugação da atípica função de regulação de matérias tributárias em nível legal com a típica função executiva (aplicação) pode sinalizar potencial disfunção da relação interpoderes. Alarques são sempre acionados quando algum dos Poderes usurpa ou tenta usurpar função típica de outro poder. Isso porque o sistema madisoniano de freios e contrapesos associado ao princípio da separação de poderes enuncia que cada Poder deve ter vontade própria e atuar com independência, de modo a resistir às eventuais tentativas de usurpação. O esquema de controles recíprocos deveria prover um poder de resistir à usurpação, assim como oferecer instrumentos auxiliares, a fim de que a independência e a harmonia entre os ramos não sejam reduzidas. Por aspectos estruturais, Legislaturas estão permanentemente atrasadas em relação às ações implementadas pelo ágil Poder Executivo. Em regra, legislaturas desempenham funções reativas e marginais, alterando ou bloqueando episodicamente iniciativas políticas executivas. Raramente tomam a dianteira nos enfrentamentos de questões prementes. Em situações emergenciais, os controles madisonianos têm falhado historicamente por razões institucionais. Mediante o institucionalismo, pretende-se verificar suposta capacidade legiferante in concreto do Executivo Federal, dado que, sob o manto do formalismo legal, encontra-se oculta. Em vista do quadro delineado, propõe-se avaliar o comportamento do Poder Executivo na elaboração de leis ordinárias em matéria tributária, pois cogita-se que os mecanismos institucionais têm falhado em sua contenção. Para tanto, serão avaliados os enunciados normativos produzidos pelo Poder Executivo nos últimos anos e aferidos os potenciais impactos.

BIBLIOGRAFIA: Epstein, Lee; Landes, William M.; Posner, Richard A. The Behavior of federal judges: a theoretical and empirical study fo rational choice. Cambridge: Harvard University Press, 2013. GOODIN, Robert (ed.). The theory of institutional design. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1996. SUNSTEIN, Cass; VERMEULE, Adrian. Interpretation and Institutions. Chicago Public Law and Legal Theory Working Paper Series, No. 28, 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4897**

TÍTULO: **O JUDICIÁRIO EM CONFLITOS AGRÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR**

AUTOR(ES) : **LAURA GARCIA GONZAGA,MARIA CLARA LIMA SALDANHA**

ORIENTADOR(ES): **ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES,MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido no âmbito dos projetos de pesquisa “Poder Judiciário e Direitos Humanos em conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)”, “Mapeando a Reforma Agrária” e “Direitos Humanos e Conflitos no Campo no Rio de Janeiro na Ditadura”. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação do poder Judiciário nas disputas pela terra, no contexto de um regime autoritário, a partir da leitura dos processos e das decisões judiciais sobre conflitos agrários no período da ditadura empresarial-militar no Brasil (de 1964 a 1985) no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Em especial, examinar a argumentação presente nas decisões dos autos de ações possessórias e ações de desapropriação, que são formas de institucionalização e enquadramento dos conflitos agrários, bem como avaliar o potencial impacto das decisões, incluindo o tempo de processamento destas. Para isso, por meio do método qualitativo, buscou-se levantar e sistematizar informações sobre os processos judiciais de desapropriação e possessórias que tramitaram sobre os conflitos agrários mapeados, em especial, sobre as Fazendas Campos Novos, localizada em Cabo Frio/RJ, Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes/RJ e São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu/RJ. Ademais, foram utilizadas fontes bibliográficas para que alguns aspectos chaves do caso concreto fossem analisados criticamente à luz do caráter patrimonialista comum ao Poder Judiciário, como também leituras sobre as legislações vigentes à época da ditadura, por exemplo sobre o Estatuto da Terra. Como resultados parciais obtidos pode-se citar morosidade da imissão na posse integralmente pelo INCRA nas áreas de conflito, conforme denunciado no processo por meio de reiteradas solicitações do INCRA para a imissão na posse face aos posseiros de má-fé que ocupavam de forma ilegal grandes áreas dentro do imóvel que fora objeto de desapropriação e de imissão na posse são acompanhadas de recortes de notícias de jornais. Como também inúmeras dúvidas acerca do(s) proprietário(s) sobre as terras, o que fez com os processos ficassem estagnados em diversos momentos e com a inserção de terceiros ao processo alegando serem proprietários das áreas a serem desapropriadas. Deste modo, a partir da metodologia utilizada, as conclusões preliminares do trabalho revelaram que a atuação do Poder Judiciário veio a dificultar a promoção da Reforma Agrária no solo fluminense, ignorando ou endossando os conflitos existentes à época, utilizando-se, muitas vezes, do aparato policial para perpetração de violências por parte do Estado contra os posseiros envolvidos na luta pelo direito à terra. Por fim, as análises dos autos dos processos judiciais permitiram observar um verdadeiro contraponto à vigência da Constituição de 1946 e do Estatuto da Terra de 1964 que permitiriam a implementação da política de Reforma Agrária e a proteção dos camponeses.

BIBLIOGRAFIA: BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: UFRJ, 1997. MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil: Terra e poder: o problema da terra na crise política. São Paulo: Ed. Vozes, 1984. MEDEIROS, Leonilde. Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **4917**

TÍTULO: **RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO, GESTÃO EM FUNDOS DE PENSÃO PATROCINADOS POR ENTES ADMINISTRATIVOS**

AUTOR(ES) : **JOAO ANDRE MUZY DE SOUZA MELLO**

ORIENTADOR(ES): **JOÃO MARCELO DE LIMA ASSAFIM**

RESUMO: A presente pesquisa trata da questão do regime de responsabilidade civil dos fundos de pensão regidos pela Lei Complementar 108/2001, que trata de Entidades de Previdência Complementar patrocinadas por entes da administração pública. A partir da análise de dados sobre a perda patrimonial dos fundos, baixas taxas de eficiência no tocante as políticas de investimento e indícios de perfis pouco profissionais ocupando cargos de gestão e de um desenho legislativo que coloca a responsabilidade pela gestão do fundo a cargo, principalmente, das entidades patrocinadoras, enquanto as desobriga desproporcionalmente a responder civilmente pelos danos advindos de políticas de investimentos pouco efetivas, a pesquisa busca discutir possibilidades de se resguardar o patrimônio dos assistidos e beneficiários dos planos previdenciários. Nessa seara, a hipótese adotada é de que, uma vez que a lei define que a gestão dessas entidades previdenciárias se dá majoritariamente por indivíduos indicados pelas entidades patrocinadoras, elas (patrocinadoras) devem arcar proporcionalmente com os danos decorrentes da gestão, com fundamento na responsabilidade objetiva do Estado, que alcança todos que exercem função pública e considerando que a responsabilidade deve residir sobre a conduta de indicar um gestor para determinadas funções em um fundo de pensão. Explicitando o marco teórico da pesquisa, aqui se adota a teoria do risco integral adotada para justificar a responsabilidade civil objetiva do Estado, e dos entes da administração pública indireta, tais como as entidades patrocinadoras dos fundos de pensão públicos, nos termos da doutrina administrativista, ao interpretar os artigos 43 do Código Civil de 2002 e 37 p.6º, da Constituição Federal de 1988. A metodologia empregada foi de estudo exploratório e de revisão de literatura, com busca na internet, em sítios eletrônicos dos órgãos reguladores da previdência complementar, nas bases de dados dos periódicos da CAPES e da plataforma Google Acadêmico, bem como na biblioteca da Faculdade Nacional de Direito. A pesquisa se baseia em revisão de literatura (doutrinária e legislativa). Entretanto, também foram analisados os consolidados estatísticos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), bem como estudos anteriores, com revisão por pares, que analisaram dados colhidos através de pesquisa de campo e métodos matemáticos das áreas de economia e administração. Dessa forma, é seguro afirmar que a pesquisa se apoia em dados empíricos (para demonstrar a situação fática objeto da pesquisa) e doutrinária/normativa, para justificar a hipótese central do estudo.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. PINHEIRO, R. P. A demografia dos fundos de pensão. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 2007. 24 v MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo - SP. Malheiros Editores LTDA. CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 15ª ed. Barueri - SP, Altas, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5006**

TÍTULO: **OLIGOPSÔNIOS: IDENTIFICAÇÃO, SEUS PROBLEMAS E UMA EQUAÇÃO GERAL**

AUTOR(ES) : **CAIO DINIZ DU PIN GALVAO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO: Definido como "uma situação em que uma firma ou um grupo pequeno de firmas têm controle sobre um produto em um dado mercado" (VARIAN, 1992, pp. 223), o monopólio é uma estrutura normalmente antagonizada. Comparado ao mercado competitivo, em que firmas vendem seus produtos a preço igual ao custo marginal, o monopolista consegue manter os preços mais altos pela ausência de competição que dão alternativas aos consumidores. O processo de competição e entrada de firmas reduziriam as vendas do inicialmente monopolista quando este escolher preço maior que a concorrência. Uma outra estrutura de mercado menos estudada é o monopsônio, explicado por Varian como similar ao monopólio, trocando o único vendedor por um único comprador. Um aumento de poder de monopsônio tem efeito negativo sobre vendedores, uma vez que estes ficam à mercê do preço escolhido pelo comprador. Este poderia impor preços baixos, relativamente a mercados competitivos. Na realidade, as situações dos mercados são majoritariamente ao estilo oligopsonista, que se define pela existência de múltiplos compradores. Mercados perfeitamente competitivos são tecnicamente impossíveis uma vez que necessitam de infinitos participantes, e monopsônios requerem um único participante, que é possível, porém raro. Mercados com poucos compradores se assemelham ao competitivo, e com muitos ao monopsônista. Uma primeira leitura deste resultado, se aplicado ao mercado de insumos, poderia levar à conclusão de que com menos firmas, menos custoso seriam os insumos, reduzindo o custo de produção. Isto seria repassado aos consumidores finais, em uma redução dos preços para os consumidores. Essa indução lógica é comumente utilizada para argumentar pelos benefícios do oligopsônio. O objetivo da pesquisa será demonstrar como a indução possui uma inconsistência lógica que resulta nas interpretações errôneas acima sobre o efeito do oligopsônio nos preços dos produtos finais, mostrar como o número de firmas influencia o mercado em diversos aspectos, como quantidade produzida, salários e preços, e por fim criar uma fórmula geral para oligopsônios e oligopólios que a priori introduzirá a variável número de firmas considerando um igual poder de mercado.

BIBLIOGRAFIA: RIBEIRO, E. P. Monopsony power and coordination in the broiler industry. The Antitrust Bulletin, v. 68, p. 24-46, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0003603X221149332>. VOUDON, B. Oligopoly-Oligopsony Model: Theory and applications. 2023. Disponível em: <https://congresscreator.org/system/files/papers/Oligopoly-Oligopsony%20Model%2C%20Theory%20and%20Applications%20-%20Benoit%20Voudon%20230703.pdf>. SAITONE, T. L.; SEXTON, R. J. A flexible oligopoly-oligopsony model for classroom simulations and policy analyses. Journal of Industrial Organization Education, v. 4, n. 1, p. 1-16, mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.2202/19355041.1025>.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5029**

TÍTULO: **TEORIA E PRÁTICA: O PROJETO PLP'S RJ E A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ATUAÇÃO.**

AUTOR(ES) : **INGRID VIANA DOS SANTOS, BIANCA ARAUJO MAGALHAES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar o Projeto de Extensão Promotoras Legais Populares da UFRJ (PLP's RJ) e a articulação desta com a formação e desenvolvimento da Rede Nacional de Promotoras Legais Populares, em especial a Coletiva de PLP's do Estado do Rio de Janeiro. O projeto oferece um curso interdisciplinar que visa a formação de mulheres, internas e externas à UFRJ, promovendo o fortalecimento dos direitos das mulheres e o combate à discriminação e à opressão de gênero, por meio do conhecimento dos direitos humanos das mulheres e dos caminhos de acesso à justiça facilitando a construção de conhecimento entre a academia e os saberes de mulheres que possam redirecionar o conhecimento adquirido para demandas externas. O sistema prático-metodológico da educação popular feminista que é aplicado enfatiza a construção horizontal dos saberes com a troca entre as Educandas e Facilitadoras convidadas, que são escolhidas a partir da proximidade com a temática de cada encontro (não sendo, necessariamente, professoras da UFRJ e/ou operadoras do Direito), ressaltando-se o marco teórico da interseccionalidade, além do gênero, a raça e a classe, como forma de entender-se as especificidades das desigualdades e opressões, e suas implicações. Os encontros do curso ocorrem presencialmente, às quartas-feiras, no horário de 18h20 às 20h30. A extensão preconiza a crítica à naturalização de uma construção social do gênero por meio de sua associação a caracteres biológicos e o estabelecimento de uma relação de dominação baseada nesta ideologia. Considera-se que a minimização desta violência de gênero só estará mais próxima com o fim dos mecanismos que a legitimam. Em 2022, o curso sofreu uma mudança estrutural passando, também, a ofertar a Formação Continuada de PLP's RJ, já no 2º semestre de cada ano. Com isso, objetivando uma maior integração das PLP's e a atualização e aprofundamento dos conteúdos. Tal interação resultou na criação da Coletiva de PLP's RJ no mesmo ano. Em 2024, tivemos nova reformulação transformando o curso semestral em anual, como regra, contribuindo dessa maneira com mais espaço para debates e construções coletivas do saber. Em exceção, as alunas da UFRJ que optarem pela modalidade semestral contarão com certificado e 45h de extensão. As alunas-mães, em muitas ocasiões, compareceram acompanhadas de seus filhos, comprometidas com a assiduidade e conteúdo dos encontros. As mulheres impossibilitadas de comparecerem às aulas, oferta-se a reposição das mesmas em turma seguinte para sua conclusão, assim como, o incentivo para atuação na Coletiva de PLP's do Estado do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo; Ira Shor. Medo e ousadia – O cotidiano do professor. trad. Adriana Lopez, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. In: Revista Brasileira de Ciência Política, no16, Brasília, janeiro - abril de 2015

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5077**

TÍTULO: **A UCRÂNIA NOS JORNAIS: UMA REVISÃO OCIDENTE X ORIENTE**

AUTOR(ES) : **SOPHIA DIAS BARBOSA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: Entre 2013 e 2014, ocorreram na Ucrânia os protestos do Euromaidan, responsáveis pela deposição do presidente Yanukovich, após sua recusa em assinar um acordo com a União Europeia. Por consequência, houve um golpe de estado, cujo resultado foi a deflagração de um conflito interno. Alegando a defesa da população russófona, Moscou deu início à invasão da Crimeia, que resultou na anexação russa da região. Nos anos em que se seguiram, a aproximação da Ucrânia à OTAN exacerbaram a tensão entre Ocidente, Ucrânia e Rússia, eclodindo uma guerra que perdura desde 2022. Dada a magnitude do conflito, a crise russo-ucraniana tornou-se objeto de intensa cobertura midiática. Por um lado, os jornais ocidentais retratam o conflito na perspectiva de condenação à agressão russa, apoio à resistência ucraniana e apontamento da crise humanitária. Por outro lado, a cobertura russa absorve a narrativa de desnazificação e da proteção da segurança nacional, endossando críticas ao Ocidente, em especial à Organização do Tratado do Atlântico Norte. Diante disso, o objetivo desta pesquisa é identificar o porquê de os diferentes veículos de comunicação, ocidentais e russos, divergirem na cobertura da crise da Ucrânia em enquadramento e ênfase. Nesse sentido, a hipótese deste trabalho é que as narrativas diferem significativamente porque refletem as posições geopolíticas antagonistas de seus respectivos países de origem, Estados Unidos e Rússia. Para alcançar o que se propõe, essa pesquisa utilizará como base teórica a premissa chomskiana do alinhamento entre as narrativas midiáticas e os interesses nacionais. Além disso, para uma perspectiva geopolítica, será utilizado o trabalho de Ítalo Poty sobre a pressão competitiva envolvendo a região fronteira entre Ucrânia e Rússia e os interesses norte-americanos no Rimland. Com relação à metodologia, esta se baseará na análise primária comparativa de artigos publicados por mídias ocidentais e por mídias russas sobre a crise no período imediatamente anterior à invasão e em seu primeiro mês. Por meio dessa investigação, espera-se realizar uma análise multidimensional da cobertura midiática dos eventos entre o Euromaidan e o início da Guerra na Ucrânia, que constate a correlação entre as agendas políticas dos centros de poder e as publicações dos respectivos veículos de comunicação.

BIBLIOGRAFIA: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. HERMAN, Edward. CHOMSKY, Noam. Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media. Londres: The Bodley Head, 2008. POTY, Ítalo. Uma Análise histórica e geopolítica da Ucrânia no Pós-Guerra Fria sob o prisma da longa duração. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, p. 105. 2018

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5180**

TÍTULO: **Inovação e Incubação: estratégias de ampliação do impacto socioambiental da extensão**

AUTOR(ES) : **PABLO DOS SANTOS DA SILVA, MARIO CESAR COSTA CASTRO, RAPHAEL RIBEIRO PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: A inovação é um pilar essencial para o desenvolvimento de soluções que gerem impactos sociais e ambientais positivos. Nesse contexto, a inovação se torna um motor para a criação de novas soluções que enfrentam desafios contemporâneos, enquanto a incubação fornece um ambiente propício para fortalecer essas ideias, oferecendo recursos e suportes necessários. A extensão, por sua vez, amplia o alcance dessas iniciativas, permitindo que seus benefícios sejam percebidos de forma mais significativa, ampliando o intercâmbio entre o saber e o fazer. Conforme Paro (2021), apesar dos desafios, a extensão universitária promove possibilidades e contribui para os processos de transformação da sociedade. Este trabalho busca discutir a importância da Inovação, Incubação e Extensão para o desenvolvimento sustentável, considerando seu potencial para impulsionar projetos e garantir viabilidade e impacto a longo prazo. A metodologia adotada é descritiva, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, além de um estudo de caso múltiplo com 05 negócios incubados na Inyaga - Incubadora de Negócios de Impacto Social e Ambiental. Assim, a abordagem participativa, envolve ativamente os 05 empreendedores e as comunidades diretamente impactadas no processo de investigação, por meio de oficinas colaborativas, de forma a permitir que as vozes dos principais beneficiários sejam consideradas no desenvolvimento de soluções. Estudos, como o de Nery (2016), evidenciam que a inovação e a incubação são fundamentais para o sucesso de pequenos negócios, destacando que a gestão eficaz da inovação melhora a performance e o aproveitamento dos benefícios gerados. Além disso, a pesquisa de Sousa (2019) ressalta o papel das incubadoras no fomento ao empreendedorismo no Brasil, discutindo seus impactos sociais e econômicos nas comunidades locais e sua contribuição para a criação de empresas com potencial de crescimento e geração de empregos. Para Sousa et al. (2019) um negócio de impacto socioambiental é aquele que pretende resolver um problema social e/ou ambiental complexo, cuja principal diferença para as empresas tradicionais é a motivação na transformação socioambiental positiva. Por fim, Klauermann e Tatsch (2023) analisam como a extensão universitária pode ser um caminho para a inovação social, promovendo ações que favorecem o engajamento comunitário e o desenvolvimento de soluções inovadoras. Dessa forma, Inovação, Incubação e Extensão são elementos fundamentais na estratégia de desenvolvimento e impacto social de iniciativas inovadoras, engajando o público e criando soluções que vão além de produtos ou serviços, visando à transformação e ao impacto positivo. Dentre os resultados esperados destacam-se o fortalecimento do Ecossistema de Inovação da UFRJ, a melhoria da eficiência e eficácia das iniciativas das Incubadoras da Inyaga e a ampliação do Impacto Socioambiental positivo a ser promovido.

BIBLIOGRAFIA: Paro, C. A. (2021). Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular. *Estudos Universitários*, 38(2), 129-162. <https://doi.org/10.51359/2675-7354.2021.251426> SOUSA, I. G. B., SILVA, R. L. M., TAKAHASHI, A. R. W., & SEGATTO, A. P. (2019, maio/ agosto) O Valor Social Gerado por Empresas Sociais: Reflexões a partir de uma meta-síntese. *Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 75-92.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5182**

TÍTULO: **O TRABALHO DE CUIDADO: DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS**

AUTOR(ES) : **FERNANDA MEDEIROS DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO: O cuidado sempre esteve presente na sociedade e faz parte da existência humana. Seja no amparo de dependentes ou nas tarefas domésticas, essa atividade é essencial para a sociedade e para a reprodução social. Segundo a Política Nacional de Cuidados (PNC), o cuidado se refere ao "trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia, e à garantia do bem-estar de todas as pessoas". Nesse sentido, essa atividade é fundamental para a sociedade tanto no aspecto familiar quanto no trabalho doméstico remunerado. O trabalho de cuidados, entretanto, se encontra desigualmente distribuído na sociedade, sobrecarregando as mulheres. A divisão sexual do trabalho e a reprodução de padrões de gênero na estrutura social seguindo um modelo patriarcal (ALGRANTI, 2002), alimentam a naturalização do trabalho realizado majoritariamente por mulheres no âmbito familiar e/ou doméstico e corroboram para sua desvalorização. No Brasil, parte substancial do trabalho de cuidados e de reprodução social foi atribuído às trabalhadoras domésticas, categoria que lutou pela regulamentação e valorização da profissão. Porém, as tarefas domésticas e de cuidado ainda são vistas como secundárias, menos importantes. Tendo raízes na história escravocrata do Brasil, a atividade doméstica foi construída ao longo dos anos do imaginário nacional como subalterna e de menor valor, resultando na persistência de condições degradantes de trabalho, descumprimento de direitos, excesso de jornadas, baixos salários, funções indefinidas etc. Por outro lado, o trabalho de reprodução social, o trabalho familiar e residencial não se limita ao trabalho doméstico remunerado. Com a crise da assistência social, das políticas públicas de apoio às famílias, com poucas creches e asilos, e diante do envelhecimento populacional cresce exponencialmente as demandas por cuidado e as pessoas envolvidas com este trabalho, remunerado ou não. (HIRATA, 2022). No Brasil, esboça-se a construção de uma Política Nacional de Cuidados, com o envio de projeto de lei pelo Governo Federal ao Congresso Nacional em 2024. Cabe questionar como a PNC pode efetivamente promover os direitos dos cuidadores, que frequentemente são invisibilizados em um sistema que ainda valoriza mais o cuidado formal? Quais as consequências práticas na mentalidade da sociedade quanto às reproduções de padrões de gênero? O trabalho tem como objetivo refletir sobre o trabalho de cuidados, sua desvalorização e sobre as possibilidades e limites da PNC. Para tanto, realiza revisão bibliográfica de livros e artigos acadêmicos sobre trabalho de cuidados e o acompanhamento do debate legislativo sobre o tema, com levantamento documental e em sites governamentais. Com o objeto de problematizar sobre fatores culturais e sociais que influem na desvalorização do trabalho doméstico de cuidados e análise da política pública proposta.

BIBLIOGRAFIA: HIRATA, Helena. O cuidado: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022. Política Nacional de Cuidados - Projeto de Lei nº 2762/2024. ALGRANTI, Leila Mezan. (org.) Textos Didáticos, nº 48 - A prática feminista e o conceito de gênero, Campinas-SP, IFCH/UNICAMP, novembro de 2002.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5195**

TÍTULO: **ENTRE DESASTRES E FEDERALISMOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA RESPOSTA AOS DESASTRES AMBIENTAIS**

AUTOR(ES) : **MAYCON LUCAS CORDEIRO FREITAS**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: Em um momento histórico que as mudanças climáticas, anteriormente contidas no campo das previsões abstratas de organismos internacionais e multilaterais, tornaram-se constantes e materiais na vida cotidiana, levanta-se, para além das medidas de prevenção, a necessidade de os Estados responderem a esses desastres eficientemente, visando garantir o direito à vida dos cidadãos, reconstruir a região afetada e proporcionar a sua retomada econômica. Demanda-se, ainda, no caso das federações como Brasil e Estados Unidos, uma coordenação adequada entre os entes federados da descentralizada administração pública e a União, a fim de que cada um trabalhe em conjunto para a supressão do desastre. Nesse sentido, a pesquisa se volta à dinâmica federativa das ações realizadas pela administração pública da União e dos entes federados nos Estados Unidos e no Brasil em resposta a desastres ambientais de relevante amplitude no século XXI, a exemplo do furacão Katrina (2005) nos Estados Unidos e dos deslizamentos de terra na Região Serrana do Rio de Janeiro (2011 e 2022) no Brasil, com a finalidade de comparar a eficácia da resposta federativa coordenada nos dois países. Apresenta-se, portanto, a seguinte questão-problema nesta pesquisa: como as divergências institucionais e legais entre a União e os entes federados nos Estados Unidos e no Brasil impactaram a eficácia da resposta à crise ambiental, e quais mecanismos e práticas poderiam ser implementados para mitigar essas tensões, promovendo uma cooperação federativa mais eficaz? O que se propõe como tese, à luz do constitucionalismo de precaução e do constitucionalismo de otimização de Adrian Vermeule e da centralização normativa e descentralização administrativa no federalismo brasileiro descrita por Marta Arretche, é que, diante de um contexto político polarizado que reverbera nas relações institucionais entre a União e os entes federados, preocupa-se mais com a prevalência de uma iniciativa e retórica política sobre as demais, em vez de almejar a cooperação federativa – ainda que sujeita à desigualdade na distribuição do poder – para a supressão conjunta do desastre. A metodologia se baseia em uma pesquisa qualitativa que, a partir dos desastres ambientais selecionados, observará a dinâmica federativa da resposta ao desastre e os pontos sensíveis que – envolvidos intrinsecamente ou não com o federalismo – constituíram prejuízo à ação conjunta interinstitucional, sendo esse estudo feito por meio da análise bibliográfica e documental.

BIBLIOGRAFIA: ARRETCHÉ, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012. MERRYMAN, John Henry; PERDOMO, Rogelio Pérez. A Tradição da Civil Law: Uma Introdução aos Sistemas Jurídicos da Europa. Tradução: Cássio Casagrande. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2009. VERMEULE, Adrian. The constitution of risk. Cambridge University Press, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5255**

TÍTULO: **REFLEXÕES SOBRE TECNOLOGIA, TRABALHO E CUIDADO: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR.**

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA NOGUEIRA DE PAULA, GABRIEL HENRIQUE GARCIA DA CRUZ, RAPHAEL LUÍS DE SOUZA DAMASCENO**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDA SANTOS ARAUJO**

RESUMO: Quando se trata dos conceitos Tecnologia, Trabalho e Cuidado, o senso-comum costuma tratá-los de forma superficial, rasa, ignorando as conexões entre eles e suas diferentes formas de se apresentar no mundo. O projeto “Tecnologia, Trabalho e Cuidado” (TTC), que faz parte do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/NIDES), foi criado com o intuito de aprofundar a reflexão sobre esses conceitos, procurando compreendê-los amplamente, de forma contra hegemônica, e entender como se aplicam a partir do olhar e de vivências das populações colocadas à margem. Ele segue a linha de pesquisa e extensão, articulando teoria e prática, tendo como base o território da Serra da Misericórdia, localizada na Penha, pois devido sua formação sócio-histórica, apresenta uma rica cultura que ultrapassa e interliga esses conceitos. São seis frentes de atuação na relação entre projeto e território: encontro das mulheres, sendo dividido em intercâmbio e rodas de conversa femininas, cozinha comunitária, procurando recursos para criação de um espaço de produção de alimentos, Escola Popular de Agroecologia (EPA), apoiando a educação do público infantil do território, comunicação, procurando abrir espaços e colocar em pauta o situação da Serra, prospecção de recursos, sempre buscando novas possibilidades de financiamento para as ações. A experiência de pesquisa e extensão na Serra da Misericórdia, quando analisada pelo olhar de estudantes da Engenharia e da Gestão Pública, mostra como determinados espaços são “abandonados” em detrimento de uma falsa concepção de desenvolvimento e avanço tecnológico ligadas ao conceito de “modernidade”. Esse pensamento mostra influência sobre o Estado, que através da gestão pública acaba por atenuar o subdesenvolvimento, como a falta de atuação em determinados espaços, como em relação desigualdade ao acesso e qualidade a determinados serviços como saneamento, energia e pavimentação por exemplo, ação que corrompe a própria Nação e a função primordial do Estado de atender a todos de forma igualitária. O estudo traz a reflexão e a crítica sobre como analisamos e avaliamos nosso papel como gestores e engenheiros, em que, tradicionalmente no Brasil, busca-se apenas o conhecimento técnico para um “bem comum”, sendo esse comum, o atendimento ao mercado, colocando a pluralidade de conhecimentos que abastecem as raízes do país e garantem a existência de grupos subalternos a margem, excluindo-os da ideia de fazer ciência, apesar de construir em seu dia-a-dia. Estudar locais como a Serra nos evidencia a necessidade de pensarmos em outras experiências, de maneira a alcançar grupos historicamente excluídos socialmente apenas por nascerem como são, apesar de apresentarem produção e avanços grandiosos, no que diz respeito a fazer tecnologia e, conseqüentemente, de quaisquer possibilidades de melhoria na qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA: KILOMBA, G. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. TRONTO, Joan. Assistência Democrática E Democracias Assistenciais. SOCIEDADE E ESTADO, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285–308, maio/agosto. 2007. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10LF3bFhFeN0Sxyl-AAa0qetjCVhUbb7l/view>. Acesso: 14 de agosto de 2024. FEDERICI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p. Disponível em: https://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5267**

TITULO: **EVIDENCIAÇÃO DOS FATORES DE RISCO DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO.**

AUTOR(ES) : **BRENDA NEPOMUCENO BEZERRA, REGINA DE JESUS NUNES**

ORIENTADOR(ES): **THIAGO DE ABREU COSTA**

RESUMO: No Brasil, a divulgação de risco é regida pela instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em seu anexo 24 - Formulário de Referência -, que institui a obrigatoriedade por parte das companhias listada em descrever, quantitativamente e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que se vê exposta (PASSOS et al., 2017). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi identificar quais fatores influenciam a divulgação de risco das empresas brasileiras e ampliar a discussão sobre a relação do nível de risco e a qualidade da divulgação. Para isso, foi utilizada uma análise quantitativa através da utilização de regressão linear múltipla, onde a variável dependente é o nível de divulgação de risco e as variáveis independentes representam incentivos para a divulgação (tamanho, endividamento, regulação, rentabilidade, níveis de governança, internacionalização e nível de risco). Os resultados obtidos mostram que as variáveis auditoria, tamanho, governança e controle foram significativas. As demais variáveis não apresentaram relevância na divulgação dos riscos.

BIBLIOGRAFIA: ELSHANDIDY, Tamer; FRASER, Ian; HUSSAINEY, Khaled. Aggregated, voluntary, and mandatory risk disclosure incentives: evidence from uk ftse all-share companies. *International Review Of Financial Analysis*, [S.L.], v. 30, p. 320-333, dez. 2013. PASSOS, L. C. et al. Disclosure dos Riscos de Mercado e o Custo de Capital das Empresas. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, v.14, n.3, p.169-184, 2017. LUCENA, W. G. L.; SIQUEIRA, D.. A Divulgação das Informações dos Fatores de Risco e o Value Relevance no Novo. *XX USP International Conference In Accounting*, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5306**

TITULO: **ESTRUTURA PRODUTIVA E PADRÃO DE COMÉRCIO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: UM ENSAIO SOBRE A HIPÓTESE DE RIGIDEZ ESTRUTURAL**

AUTOR(ES) : **GUILHERME DE OLIVEIRA JESUS**

ORIENTADOR(ES): **JULIA FERREIRA TORRACCA CHRISPINO**

RESUMO: Estudos tratam o processo de desenvolvimento econômico como a junção entre crescimento econômico e mudança estrutural. A literatura sobre mudança estrutural, por sua vez, reconhece o papel central da indústria na estrutura produtiva por compreendê-la enquanto vetor principal de aumento da produtividade no tempo devido à sua capacidade de reunir atividades com rendimentos crescentes de escala, deter complementaridades setoriais e se valer da indivisibilidade tecnológica. Dada a relevância da indústria, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise conjunta da evolução dos fluxos de comércio e dos dados de produção e emprego da indústria brasileira (IB), de maneira a privilegiar uma visão integrada entre mudanças estruturais no padrão de comércio e no tecido produtivo, identificando possíveis condicionantes por detrás desse processo. Utiliza-se, para tanto, uma abordagem baseada nos diferentes padrões de concorrência da IB, em que os setores industriais são classificados em grupos que revelam o mesmo tipo de regime competitivo. Seriam eles: Indústria Extrativa (EX), Petróleo (PE), Commodities agrícolas (CA), Commodities industriais (CI), Indústria tradicional (IT) e Indústria intensiva em Tecnologia (IN). Os últimos vinte anos da IB serão analisados com base em dados de produção e emprego retirados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE e nos de comércio exterior extraídos do ComexStat/MDIC. A identificação de possíveis condicionantes do processo de mudança estrutural está formatada em duas partes. A primeira fundamenta-se na análise de informações extraídas na Confederação Nacional da Indústria sobre produtividade, utilização da capacidade instalada e evolução dos custos operacionais. A segunda visa captar os investimentos setoriais a partir de uma matriz de absorção de investimentos elaborada pelo GIC/IE-UFRJ que permite observar os setores que mais receberam e realizaram investimentos. Como conclusão, o que se observa para o caso brasileiro é uma tendência histórica de especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais (CA, EX e CI), especialização das importações em bens intensivos em tecnologia, concomitantemente a uma rigidez estrutural sob o ponto de vista produtivo que inibe a transição da IB para setores com maior conteúdo tecnológico. Ao mesmo tempo, observa-se uma elevação dos custos operacionais de atividades relativas aos grupos IN e IT ao passo que os gastos com investimento foram direcionados, sobretudo, para setores dos grupos PE, CA e EX. Compreende-se assim que a presente rigidez é caracterizada pela permanência de alguma diversificação setorial na produção e no emprego, mas com uma clara sinalização de ampliação de incentivos para setores relacionados à produção de commodities (CA, EX e CI). Como consequência, prevê-se uma maior dificuldade no que diz respeito a autonomia em atividades econômicas estratégicas que se tornaram ainda mais relevantes em um contexto pós-pandemia.

BIBLIOGRAFIA: Cimoli, M., G. Porcile, A. Primi, and S. Vergara (2005). 'Cambio Estructural, Heterogeneidad Productiva y Tecnología en América Latina'. In M. Cimoli (ed.), *Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL/BID. Ferraz, J. C.; D. Kupfer.; Haguenaer, L. (1996). *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria brasileira*, Rio de Janeiro: Campus. Torracca, J. (2018). *Coevolução das estruturas de produção e comércio exterior da indústria brasileira: convergência ou desarticulação?* 140 f., Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5336**

TITULO: **A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA TURQUIA: DO TRATADO DE SÈVRES AO DE LAUSANNE**

AUTOR(ES) : **RENATA ROCHA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: O processo de formação da Turquia e as suas delimitações territoriais foram arbitradas por uma sequência de tratados de fronteiras, no objetivo de estabelecer uma nova configuração no sistema internacional. Os Acordos de Sykes-Picot (1916) e Sam Remo (19 a 26 de Abril de 1920) foram desenhados para alinhar os interesses anglo-franco no futuro dismantelamento do Império Otomano, com a divisão das suas zonas petrolíferas e outras áreas estratégicas. O Tratado de Sèvres (10 de Agosto de 1920) deu continuidade à repartição do território otomano entre a Grã-Bretanha, a França, a Itália, a Grécia e a Armênia. Entretanto, apenas o Tratado de Lausanne (1923), cujos termos territoriais eram mais favoráveis aos turcos, foi ratificado pelas forças aliadas. Este trabalho tem como objetivo analisar as razões que levaram as potências vitoriosas a revisarem o acordo de 1920 e assinarem um novo em 1923, acomodando parte importante das demandas do movimento nacional turco, liderado por Mustafa Kamel. A hipótese levantada é a de que, apesar dos triunfos de Kemal no combate aos termos obsoletos do acordo e no embate a presença grega na Anatólia, o cerne do fracasso de Sèvres está na reação Ocidental frente ao alinhamento da Turquia nacionalista a então recente Rússia, através do Tratado de Moscou (1921). Dado o papel que a nova Rússia, então bolchevique, assumiu no sistema internacional, enquanto maior ameaça aos interesses das potências ocidentais, fosse pelo seu gigantismo ainda presente, fosse pelo seu novo caráter revolucionário, uma aproximação entre Turquia em nascimento e a nova Rússia constituía-se um interdito, sobretudo para Londres e Paris. Ao jogar nas rivalidades centrais, os turcos garantiram vantagem na negociação do Tratado de Lausanne, que devolveu o controle turco às áreas centrais, em especial dos Estreitos de Bósforo e de Dardanelos. Esse trabalho tem como referencial teórico uma análise sistêmica, estruturada a partir das rivalidades entre as grandes potências, onde a pressão competitiva atua como a principal força hierarquizada e dinamizadora do sistema, sob um olhar geo-histórico. A metodologia corresponde a abordagem analítica e teórica empreendida, usando fontes primárias, sobretudo tratados. A pesquisa pode ser dividida em dois momentos: o primeiro consiste no levantamento dos tratados fronteiriços em documentos oficiais; o segundo baseia-se na análise das dinâmicas políticas que levaram a um redesenho das fronteiras num curto espaço de tempo. Espera-se concluir que Lausanne foi uma resposta das potências ocidentais, sobretudo Inglaterra e França, à aproximação russo-turca, propiciando um desenho favorável à Turquia.

BIBLIOGRAFIA: DAVUTOĞLU, Ahmet. Turkey's foreign policy vision: an assessment of 2007. Insight Turkey, p. 77-96, 2008. SOUZA, Dominique Marques de. Entre Leste e Oeste: a geopolítica turca na era de Erdoğan (2002-2023). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, UFRJ. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5351**

TITULO: **Relações bilaterais entre Brasil-Bolívia e o combate ao tráfico de drogas na região amazônica**

AUTOR(ES) : **GABRIELLA TEBALDI REBELLO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO: O Brasil e a Bolívia são países fronteiriços que compartilham relações bilaterais desde o século XIX em distintas áreas, dentre elas a área da Defesa. Ações para o combate aos ilícitos de fronteira estão presentes em acordo de cooperação da década de 1970 (Castro, 2019). Ainda que o tema do narcotráfico tenha ganhado importância na agenda internacional de Brasil e Bolívia na década de 1990, apenas em 1999 os dois países assinaram o "Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precusores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas", que entrou em vigor em 2004. A pesquisa em curso busca compreender como se desenvolveram as relações bilaterais entre Brasil e Bolívia na área da Defesa no pós redemocratização e quais as iniciativas bilaterais de combate ao tráfico de drogas na região amazônica. A tem como marco teórico as relações bilaterais entre Brasil e a Bolívia (Castro, 2019; Hirst, 2013), em especial na área de Defesa e de combate ao tráfico de drogas na região Amazônica. Ao considerar as políticas externa e de defesa como políticas públicas, considera-se na análise os diferentes atores e fatores internos e externos dos Estados para o estabelecimento das decisões (Milani, Pinheiro, 2013). A pesquisa tem como método a revisão bibliográfica sobre o tema, com análise da pesquisa de órgãos como o Instituto Igarapé e o UNODC, além de documentos oficiais estratégicos e diplomáticos dos governos. O estudo é perpassado pela relação entre as políticas externas e de defesa dos dois países, haja vista suas dimensões territorial, política e econômica. Desse modo, busca-se uma compreensão aprofundada sobre as decisões políticas bilaterais tomadas por ambos os países, tendo em vista suas distensões e convergências na política internacional e suas semelhanças e diferenças a nível doméstico.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Helena Salim de. O combate ao tráfico de drogas na fronteira Brasil-Bolívia (2008-2012). Rev. Carta Internacional, Belo Horizonte, vol.14, n.2, 2019, p.196-220. HIRST, Mônica.. A Presença do Brasil na Bolívia: Diálogo Político, Vínculos Econômicos e Cooperação Horizontal. (Texto para Discussão) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, setembro de 2013. MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Contexto int. [online]. 2013, vol.35, n.1 [cited 2021-03-07], pp.11-41.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5379**

TÍTULO: **UMA ANÁLISE SOBRE O PATENTEAMENTO DE PRODUTOS ORIUNDOS DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO IDENTIFICÁVEL À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **LARISSA BURGUES TAVARES**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BRAGA LOURENCO**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo estudar a compatibilidade entre o patenteamento de produtos oriundos do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético (CTA) de origem identificável e o ordenamento jurídico brasileiro, tendo como base as seguintes normativas: Convenção sobre Diversidade Biológica, Protocolo de Nagoya, Lei nº 13.123/2015 (Lei da Biodiversidade), Lei nº 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial) e Acordo TRIPS. Nesse sentido, esta autora se baseará na análise acerca das legislações citadas e em trabalhos elaborados por estudiosos do tema. Cumpre salientar que o acesso ao CTA é um tema de amplo debate, tanto no âmbito nacional, quanto na esfera internacional, sendo o Brasil pioneiro na regulamentação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014, p. 7). Hoje, o acesso ao CTA é regulado pela Lei da Biodiversidade, que, em consonância com o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica e no Protocolo de Nagoya, institui dois instrumentos centrais na proteção ao CTA e a seus provedores (povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais): (i) o consentimento prévio informado e (ii) o Acordo de Repartição de Benefícios. O trabalho está em elaboração, sendo que, até o momento, foi possível alcançar a seguinte conclusão parcial: as normativas que tratam acerca do acesso ao CTA possuem um forte aspecto econômico. A exemplo disso, temos a Lei da Biodiversidade que determina que a repartição de benefícios oriundos da exploração econômica do acesso ao CTA somente é cabível quando o CTA for um dos elementos centrais de agregação de valor do produto. Nesse viés, as normativas, mesmo apresentando um aspecto promissor ao transformar os provedores do CTA em sujeitos de direito, titulares de seus conhecimentos e essenciais para a conservação de biodiversidade, transformam o patrimônio genético e o CTA em coisa, legitimando sua apropriação por meio da formalização de um Acordo de Repartição de Benefícios e de um cadastro no SISGEN (NETO; DANTAS, 2008, p. 120). Ademais, o CTA não é passível de ser utilizado somente para a fabricação do produto, mas, também no impulsionamento da marca a partir de um discurso “ecofriendly”. Ou seja, o lucro advindo do acesso ao CTA torna-se apto a ultrapassar a mera agregação de valor ao produto, passando a agregar valor à própria marca como um todo, fato que não é considerado nos Acordos de Repartição de Benefícios. As próximas etapas do trabalho consistirão em aproximar as normativas do Direito Ambiental daquelas do Direito de Propriedade Industrial, questionando-se acerca do seguinte: (i) o CTA pode ser patenteado, de forma a observar os requisitos da patente? (ii) um produto oriundo do acesso ao CTA, quando o conhecimento for o principal elemento de agregação de valor, preenche o requisito da novidade, intrínseco ao sistema de patentes? (iii) patentear um produto oriundo do acesso ao CTA de origem identificável violaria algum direito dos provedores do CTA?

BIBLIOGRAFIA: NETO, J. S.; DANTAS, F. A. C. “Commoditização” do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica. *Economía y Sociedad*, Costa Ricam, v. 13, n. 33-34, p. 119-131, 2008. Disponível em . Acesso em: 01 mai. 2024. SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Protocolo de Nagoya sobre acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: MMA, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5393**

TÍTULO: **OS CUSTOS E LEAD TIMES LOGÍSTICOS COMO EMPECILHOS NA EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DA FACC/UFRJ**

AUTOR(ES) : **GABRIEL NOVOA OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **LAURA MARINA VALENCIA NIÑO**

RESUMO: O trabalho “Os custos e Lead Times Logísticos como empecilhos na educação dos alunos de graduação da FACC/UFRJ” busca integrar conceitos de logística ao contexto educacional, focando especificamente na graduação em Administração na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Partindo das teorias logísticas de Ballou (2006; 2014) e das reflexões educacionais de Paulo Freire (2003), a pesquisa analisou os impactos dos custos e dos lead times logísticos no processo de aprendizagem dos estudantes. Utilizando uma abordagem qualitativa de natureza exploratório-descritiva, o estudo expandiu a compreensão sobre os fatores que realmente influenciam a experiência educacional dos alunos de Administração na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFRJ (FACC/UFRJ). O processo de coleta de dados envolveu entrevistas semiestruturadas com estudantes divididos em três categorias: aqueles que residem próximos à universidade, aqueles que moram longe, e aqueles que vivem a uma distância intermediária. A análise comparativa desses grupos revelou que os custos logísticos têm um impacto relativamente menor no desempenho acadêmico dos alunos em comparação com os lead times logísticos, que se mostraram mais determinantes para o desenvolvimento e sucesso acadêmico dos estudantes de administração. Esse estudo oferece novas perspectivas sobre como os desafios logísticos podem influenciar a trajetória educacional, destacando a importância de considerar o tempo de deslocamento como um fator crítico no planejamento educacional. Além disso, este trabalho serve como fundamento para novas abordagens quantitativas que analisem os impactos identificados e sua abrangência, não apenas no curso de Administração, mas em toda a comunidade acadêmica da UFRJ.

BIBLIOGRAFIA: BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. Tradução Raul Rubenich. 5ª ed. Porto Alegre. Bookman. 2006. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 2004 RANGEL, F. O. et al. Evasão ou mobilidade: conceito e realidade em uma licenciatura. *Ciência e educação*. [online]. 2019, vol.25, n.1, pp.25-42. BRAZ, R. L.; PEIXOTO, M. do C. de L. Perfil dos estudantes participantes do programa Andifes de mobilidade acadêmica. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, 2019

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5397**

TÍTULO: **Geração cidadã de dados e políticas públicas: um olhar a partir do ativismo na Maré**

AUTOR(ES) : **RAFAELA SOARES BATISTA, TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO: A presente pesquisa trata de intervenções sociotécnicas ativistas em territórios periféricos. Algumas dessas intervenções enfrentam a incongruência de dados governamentais, como no caso da criação do Cocôzap, um projeto do Data Lab em parceria com a Casa Fluminense e a Rede de Desenvolvimento da Maré, que funciona como um canal de denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo no território da Maré. A ausência ou precariedade de políticas públicas que forneçam coleta de lixo e saneamento de qualidade no Complexo da Maré é uma problemática histórica e recorrente para os moradores de favela. Nesse contexto, o surgimento, em 2018, da iniciativa tecnológica e social do Cocôzap, trouxe uma nova proposta: gerar um banco de dados inédito, de forma cidadã e participativa, por meio do popularizado aplicativo Whatsapp, a fim de promover um diagnóstico do saneamento na favela da Maré. Dessa forma, além de possibilitar a visibilização do problema e a apresentação de uma narrativa em contraposição aos indicadores oficiais, esse novo canal permite a aproximação da população periférica com a produção de dados (MEIJER e POTJER, 2018). Assim, a produção, coleta, análise e armazenamento de dados e informações digitais sobre os cidadãos e sobre a vida nas cidades é um recurso altamente estratégico. Diante do controle cibernético da vida urbana por meio da coleta de dados, percebem-se também iniciativas que, através de uma atuação implicada com os problemas locais, inventam formas de produção de dados e evidências contra-hegemônicas, promovendo ações coletivas e de incidência nas políticas públicas (KLEBA et al., 2022). O objetivo da pesquisa consiste em investigar a ligação entre a geração e o uso de dados, a prática ativista e as políticas públicas. As perguntas norteadoras da investigação são: de que forma são coletados e usados os dados de forma cidadã? Com qual finalidade? Os dados fortalecem a ação política ativista? Tais dados podem nortear novas políticas públicas? Para tanto, serão realizados os seguintes passos, metodologicamente: 1) levantamento dos artigos sobre o Cocôzap; 2) análise de materiais disponíveis online no site e nas redes sociais do Data Lab; 3) entrevistas com a equipe do Data Lab, moradores da Maré, organizações não governamentais e gestores públicos. A pesquisa teve início no início de 2024. A pesquisa avançou na identificação de discrepâncias entre dados oficiais e do Cocôzap, evidenciando sua importância para empoderamento comunitário e denúncia social. A desconfiança da população indica a necessidade de melhores estratégias de engajamento. As próximas etapas vão aprofundar essa análise e sugerir melhorias. Espera-se que a pesquisa ajude a refletir sobre as políticas de saneamento e fortaleça a conexão entre dados cidadãos e ação política.

BIBLIOGRAFIA: Kleba, J., Cruz, C., & Alvear, C. (2022). Engenharias e Outras Práticas Técnicas Engajadas. Editora da Universidade Estadual da Paraíba. MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne. Citizen-generated open data: a public governance perspective. *Government Information Quarterly*, v. 34, ed. 3, p. 613–621, outubro 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/SovBI9Y>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5399**

TÍTULO: **MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E INVISIBILIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA NO BAIRRO DA LIBERDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ESTÁTUA DA SAMBISTA MADRINHA EUNICE**

AUTOR(ES) : **JOAO VICTOR MAIANI PEREIRA, JENYFFER VITÓRIA COELHO DIAS NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **ROBSON SANTOS COSTA**

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo discutir sobre o caso da estátua da sambista Madrinha Eunice no bairro da Liberdade em São Paulo e sua relação com ideias sobre apagamento cultural, invisibilização, memória e esquecimento. O caso ocorreu em 2023 em São Paulo, durante um evento Geek, quando os organizadores colocaram um palco cobrindo completamente a estátua da sambista negra Deolinda Eunice, conhecida como Madrinha Eunice, que fundou a escola de samba Lavapés na década de 30. Tal ato gerou uma controvérsia nas redes sociais e na União das Escolas de Samba Paulistas (Uesp). Após o ocorrido os organizadores do evento pediram desculpas e disseram que eles não foram os responsáveis pela montagem do palco onde ocorreria o evento. A Secretária de Cultura de São Paulo lançou uma nota dizendo que o evento foi realizado por via de uma emenda parlamentar. A metodologia aqui empregada foi a de estudo bibliográfico, de natureza básica com um estudo de caso, a fim de observar um ocorrido passado com consequências futuras, buscando reportagens e notícias que retratem o evento passado. O presente trabalho foi pensado dentro da disciplina de Cultura e Informação do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na Cidade Universitária, sob a condução do Profº Dr. Robson Santos Costa. O referencial teórico tem como base os estudos de Dennys Cuche (1999), sobre identidade e cultura, Michael Pollak (1989), no campo da memória e do esquecimento e Portela (2024) sobre o bairro da Liberdade. Como considerações parciais entendemos o presente caso como fruto de um processo de aculturação em toda sua complexidade, ou seja, o como um efeito cultural “natural”, porém com relações de força singulares, levando a questões de apagamento, esquecimento/silêncio e invisibilização, temas que serão melhor estudados ao longo da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: CUCHE, Dennys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999. 256 p. ISBN 85-86259-59-4. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. PORTELA, Leide Joice Pontes. Cemitério dos Aflitos e o sepultamento de memórias negras no bairro da Liberdade em São Paulo. *Revista Presença Geográfica*, Rondônia, v. 11, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/7966>. Acesso em: 15 de ago. de 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5404**

TÍTULO: **A DEMOCRACIA CORINTHIANA COMO MOVIMENTO SOCIAL NA DITADURA: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS IMPACTADOS E ENVOLVIDOS**

AUTOR(ES) : **MARINA OLIVEIRA DE SOUZA SANTANA**

ORIENTADOR(ES): **CAIO MARTINS**

RESUMO: O trabalho, que está em andamento, tem como objetivo identificar como a Democracia Corinthiana foi percebida por diferentes sujeitos em relação à oposição à ditadura militar no Brasil. A Democracia Corinthiana, um movimento de autogestão liderado por jogadores do Sport Club Corinthians Paulista entre 1981 e 1985, tornou-se um símbolo de resistência e expressão política no contexto do regime autoritário da época. Este movimento, que permitia a participação ativa de jogadores e comissão técnica nas decisões do clube, transcendeu o futebol e se transformou em um meio de conscientização política, especialmente no contexto da redemocratização brasileira. A pesquisa busca entender a crise da ditadura, com os estudos de Netto (2016), dialogando com a literatura sobre futebol e política, como mostra a obra de Simões (2023), que analisa a relação entre associação comunitária e organização empresarial que dinamiza a vida dos clubes de futebol, e os estudos de Dias e Farina (2017), que exploram como a mídia retratou a Democracia Corinthiana num panorama geral. A relação entre esporte e movimentos sociais também é investigada, especialmente no que diz respeito ao impacto da Democracia Corinthiana na conscientização política dos torcedores e dos próprios jogadores. A metodologia adotada é qualitativa, combinando pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Os documentos coletados até agora incluem matérias jornalísticas da década de 1980, principalmente do Jornal Folha de São Paulo e da Revista Placar, além de relatos de participantes diretos do movimento, como jogadores, dentre estes, Sócrates, Casagrande e Wladimir, bem como dirigentes como Adilson Monteiro Alves e Waldemar Pires. Para aprofundar a análise, estão sendo realizadas entrevistas com torcedores do clube que vivenciaram, ou não, o movimento, bem como jornalistas da época. Essas entrevistas pretendem buscar a diversidade das percepções sobre o impacto do movimento, tanto no futebol quanto na política. Os resultados preliminares indicam uma influência significativa da Democracia Corinthiana na politização dos torcedores e jogadores, consolidando-se como um símbolo de resistência ao regime militar. Por fim, destaca-se a relevância do futebol como uma forma de expressão política e o papel dos atores envolvidos como agentes ativos na luta por direitos.

BIBLIOGRAFIA: DIAS T., FARINA M. "Preto no branco: a democracia corinthiana nas páginas do jornal Folha de São Paulo." Recorde: Revista de História do Esporte, 2017. NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura: para usos das novas gerações. São Paulo: Cortez, 2016. SIMÕES, Irlan. A produção do clube. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5424**

TÍTULO: **ENTRE IDENTIDADE E TERRITÓRIO: A RESISTÊNCIA DOS POVOS PALESTINO E CURDO**

AUTOR(ES) : **GUILHERME LINS STEENHAGEN**

ORIENTADOR(ES): **FERNANDO LUZ BRANCOLI**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal investigar e comparar as lutas dos povos palestinos e curdos em sua busca por autodeterminação e reconhecimento, com especial atenção à forma como suas identidades territoriais estão intrinsecamente ligadas às suas batalhas políticas. Por meio da aplicação do conceito de Comunidades Imaginadas de Benedict Anderson, esta pesquisa se propõe a examinar de que maneira as identidades territoriais desses dois grupos são moldadas por fatores culturais, históricos e políticos, que desempenham papéis cruciais na formação de suas percepções de território e na justificação de suas reivindicações. A metodologia adotada inclui uma análise qualitativa das narrativas e discursos produzidos tanto pelos palestinos quanto pelos curdos, destacando os seus objetivos de autodeterminação e as diversas estratégias de resistência que eles utilizam para enfrentar a opressão e os processos de colonização que os afetam. Ao longo do estudo, busca-se não apenas identificar as semelhanças e paralelos que existem entre as reivindicações territoriais e identitárias desses povos, mas também destacar as divergências e especificidades que caracterizam cada uma dessas lutas. Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para uma compreensão das dinâmicas envolvidas nas lutas por reconhecimento e soberania desses grupos, oferecendo uma visão abrangente que considera tanto os aspectos comuns quanto as particularidades de suas respectivas trajetórias históricas e contextos geopolíticos.

BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. DIRIK, Dilar; GRAEBER, David; COMITÉ DE RESISTÊNCIA CURDA. A revolução ignorada: Liberação da mulher, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio. Tradução de Paulo Ferraz. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2018. OMER, Mohammed. Em estado de choque: sobrevivendo em Gaza sob o ataque israelense. Tradução de Vinicius Gomes Melo. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5438**

TÍTULO: **A POLÍTICA A PARTIR DAS HASHTAGS: A CORRELAÇÃO ENTRE AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A INDEXAÇÃO SOCIAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022**

AUTOR(ES) : **JOYCE BORGES COSMO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO: Este trabalho objetivou apontar a correlação entre as práticas informacionais e a indexação social nas eleições presidenciais de 2022 na plataforma X (antigo twitter). A partir de um levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados BRAPCI, BDTD e Pantheon, utilizando os termos "Ativismo Político", "Fake News", "Notícias Falsas", "Desinformação", "Ciência da Informação", "Organização do Conhecimento", "Folksonomia", "Indexação Social" e "Práticas Informacionais", junto à análise de dados extraídos da própria rede social digital, com o auxílio das ferramentas Zeeschuimer, 4CAT e Docker, tornou-se possível apontar essa correlação, além de apresentar a forma como esses dois conceitos, quando juntos, podem auxiliar a compreensão de ferramentas e estratégias de manipulação em campanhas eleitorais. Com uma bibliografia composta por Araújo (2017, 2020), Catarino e Baptista (2007) e Pariser (2012), o trabalho visou identificar elementos que abordam a relação entre os dois principais conceitos com o compartilhamento de conteúdo através das tags no X. Ademais, também buscou relacionar a indexação social com a disseminação de notícias falsas dentro dessa rede social digital, considerando a mediação algorítmica dentro desses espaços. Como resultado, nota-se que a partir das comunidades criadas com uso das tags pelos sujeitos informacionais na plataforma X, é possível perceber a troca de informações que resultam no compartilhamento de uma mesma visão de mundo, gerando bolhas informacionais, locais passíveis de disseminação de notícias falsas. Conclui-se que esses resultados evidenciam a necessidade de mais trabalhos que abordem esse tema dentro da Ciência da Informação, para que esse fenômeno, embora multidisciplinar, seja ainda mais explorado por profissionais desta área para que com isso, possamos elaborar novas estratégias de enfrentamento a esse fenômeno que se mostra um vilão para a democracia.

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O fenômeno da pós-verdade: Uma revisão de literatura sobre suas causas, características e consequências. *ALCEU*, v. 20, n.41, p.35-48, jul/set, 2020. ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. *Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 10-29, 2017. CATARINO, Maria Elisabete. BAPTISTA, Ana Alice. *Folksonomia: um conceito para a organização dos recursos digitais na Web*. *Revista de Ciência da Informação*. v. 8 n.3, 2007. PARISER, Eli. *The Filter Bubble. What the Internet is Hiding from You*. The Pinguim Press. New York. 2011

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5486**

TÍTULO: **MÃOS INVISÍVEIS: A SUBVALORAÇÃO DO TRABALHO NÃO PAGO**

AUTOR(ES) : **ALICE MOURA ARAUJO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO: A perspectiva da economia feminista direciona um olhar crítico à tradição econômica desde o estabelecimento da economia como disciplina científica autônoma no século XVIII. Todo tipo de atividade transformadora tradicionalmente realizada por mulheres, ou seja, todos os bens e serviços que são produzidos, realizados e consumidos no espaço familiar, e pelos quais não seja cobrada uma contrapartida financeira, precisamente por este motivo permanecem fora do foco de interesse da economia tradicional (FERNANDEZ, 2018). A mensuração das atividades não remuneradas é essencial para mapear os indivíduos encarregados desse tipo de ocupação, entender os desdobramentos econômicos e sociais e propor políticas públicas que sejam eficazes na mitigação de desigualdades. As pesquisas de uso de tempo são os principais instrumentos de mensuração desse tipo de trabalho, o qual muitas vezes se restringe à esfera privada. Países como Argentina, Uruguai e Paraguai apresentam avanços no que diz respeito ao monitoramento do trabalho doméstico, se apresentando como possíveis métricas para um comparativo. As pesquisas devem ser voltadas para melhorar as estimativas sobre trabalho pago e não pago, e analisar o engajamento das pessoas em diferentes e múltiplas formas de trabalho, e as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho. A importância dos estudos de uso do tempo também se relaciona com as limitações das pesquisas domiciliares, já que muitas não conseguem captar o engajamento feminino no mercado de trabalho, haja vista que diversas mulheres não se enxergam como trabalhadoras e mesmo os próprios pesquisadores não as percebem dessa forma (VIECELLI, 2020). O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é realizar um estudo crítico acerca da utilização de pesquisas domiciliares ao invés de pesquisas sobre o uso do tempo, analisando a abrangência de sua mensuração e estabelecendo um comparativo entre o Brasil e outros três países da América Latina que possuem pesquisas específicas de uso do tempo. A metodologia de trabalho proposta é exploratória a partir do estudo das principais contribuições teóricas da economia feminista, assim como da análise das estatísticas descritivas sobre a esfera dos cuidados, através das estatísticas de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados publicados como outras formas de trabalho pela PNADC/IBGE e do mercado de trabalho no Brasil publicado pela PNADC/IBGE, desde uma perspectiva de gênero e raça. Através da análise é possível discorrer sobre as lacunas de especificidade e de detalhamento dos dados obtidos no Brasil, assim como o fato da análise comparativa se tornar desafiadora devido às diferenças metodológicas das pesquisas analisadas que geram dados não-equivalentes entre si.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDEZ, P. M. B. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros (2018). *Revista de Economia Política*, vol. 38, nº 3, pp. 559-583. VIECELLI, C. P. Economia feminista e trabalhos reprodutivos não remunerados: conceito, análise e mensuração. (2020) Tese de Pós-Graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. AGUIAR, N. Precursores dos Estudos de Usos do Tempo no Brasil. A arte de tecer o tempo: Perspectivas feministas / Organizadoras: Hildete Pereira de Melo e Lorena Lima de Moraes; Prefácio de Lourdes Maria Bandeira... 1. ed. - Campinas, SP. Pontes Editores, 2021. p

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5506**

TÍTULO: **OS LIMITES CONSTITUCIONAIS AO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

AUTOR(ES) : **LUCAS BRUNO DE AZEVEDO CHAVES**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo explorar os limites constitucionais do princípio da preservação da empresa no contexto da recuperação judicial, à luz da função social da empresa. Busca-se analisar como este princípio constitucional interage com os direitos dos credores e como essa interação influencia a viabilidade econômica e social das empresas em dificuldades financeiras. A recuperação judicial, conforme definida pela Lei 11.101/2005, é um mecanismo que permite a reorganização das dívidas de empresas em crise, oferecendo uma alternativa à falência, e, por consequência, a manutenção das suas atividades econômicas e dos empregos. A função social da empresa, prevista constitucionalmente, é um princípio norteador no Direito Empresarial, exigindo que a atividade econômica atenda não apenas aos interesses dos empresários, mas também ao bem-estar social. No contexto da recuperação judicial, esse princípio pode ser interpretado como justificativa para a adoção de medidas que favoreçam a continuidade da empresa em detrimento dos interesses dos credores. Contudo, surge a necessidade de ponderar até que ponto esse princípio pode ser estendido, especialmente quando o plano de recuperação apresenta cláusulas que podem ser vistas como desfavoráveis aos credores, entre eles, por exemplo, trabalhadores. Nesse sentido, através da metodologia qualitativa, fundamentada na análise doutrinária, jurisprudencial e em planos de recuperação judicial selecionados, a pesquisa busca discutir a necessidade de um equilíbrio, onde a preservação da empresa não se dê em detrimento dos direitos legítimos dos credores, mas sim em uma construção jurídica que leve em consideração tanto a importância social da empresa quanto a proteção dos credores. A pesquisa também destaca a importância da recuperação judicial como um instrumento de proteção social. Além de beneficiar a empresa e seus empregados, a recuperação judicial desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade econômica e social, evitando que o colapso de uma empresa reverbera negativamente em toda a cadeia produtiva e na economia como um todo.

BIBLIOGRAFIA: GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na constituição de 1988. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. MELLO, Maria Thereza Werneck. Função social da empresa: perspectiva civil-constitucional. Revista EMÉRJ, Rio de Janeiro, v. 19, n. 74, p. 146-165, 2016. NONES, Nelson. A função social da empresa: sentido e alcance. Novos Estudos Jurídicos, v. VII, n. 14, p. 113-136, 2002. WEISHEIMER, Evandro; VITOLA, Cássio Rozales. A aplicação do princípio da preservação da empresa à luz do instituto da recuperação judicial. Revista Destaques Acadêmicos, v. 6, n. 2, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5529**

TÍTULO: **CONSCIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O MARKETING DO GREENPEACE E A IMPORTÂNCIA DA SUA PRESENÇA NA ORGANIZAÇÃO**

AUTOR(ES) : **GABRIEL KALEJAYE DE SOUZA E SILVA, FABIO VINICIUS DO N B DA SILVA, CHRISTIAN GOMES DE FIGUEIREDO CARRIÇO, BRUNO MAZUCANTI ROSSI**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: Este trabalho buscou analisar e estudar as estratégias e compostos de marketing que o Greenpeace, organização não governamental (ONG) ambiental, utiliza em seus processos. Este estudo foi realizado com seu devido contexto, visto que os processos administrativos e de marketing da Organização não seguem os padrões de empresas-modelo de estudos administrativos tradicionais e, naturalmente, suas estratégias de marketing são objetos de estudo únicos. Foram analisadas estratégias de marketing relacionadas com os 7P's do marketing do Greenpeace, os processos de pesquisa de marketing, o comportamento do consumidor, o ambiente externo da oferta, a criação de valor da oferta de marketing do Greenpeace. O método utilizado foi o de uma pesquisa qualitativa ligada diretamente a base de dados oferecida pela própria organização em seus sites e redes sociais oficiais e da análise de cenários e acontecimentos ligados ao Greenpeace, além de uma revisão literária sobre a teoria de Marketing e Endomarketing. Vide a diferença da estrutura de marketing e a dificuldade de acesso a algumas informações da organização (principalmente contábil e financeira) inferências feitas pelo grupo foram necessárias para a compreensão da estratégia de marketing adotado pelo Greenpeace. A base teórica do trabalho é composta pela obra de Kotler (KOTLER; KELLER, 2018). Após a análise relacionando prática, teoria e, quando necessárias, inferências, os principais resultados oferecem uma compreensão de como os valores sociais e ambientais do Greenpeace se relacionam com o marketing não usual adotado pela organização. Concluiu-se, assim, que a ONG detém duas linhas de estratégias de marketing simultaneamente: a capacidade de convencer seu público-alvo a doar quantias monetárias e/ou a capacidade de mudar os hábitos de seu público, os tornando, assim, mais sustentáveis.

BIBLIOGRAFIA: KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Administração de Marketing. 15a ed. São Paulo: Pearson, 2018. MCDONALD, M.; WILSON, H. Planos de Marketing: planejamento e gestão estratégica. São Paulo: Elsevier, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5545**

TÍTULO: **PERSPECTIVAS DE UM CENÁRIO DE CATÁSTROFE NO CERRADO BRASILEIRO: DESMATAMENTO, CRISE CLIMÁTICA E DESLOCAMENTO FORÇADO DE PESSOAS**

AUTOR(ES) : **GABRIEL OLIVEIRA DE PINHO**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO: Em um momento histórico, no qual as enchentes do Rio Grande do Sul e as demais catástrofes, em cenário global e nacional, promovem a percepção do risco das mudanças climáticas, o Cerrado brasileiro, ainda distante dos holofotes da grande mídia, apresenta dados alarmantes que apontam uma iminente crise. A expansão do agronegócio, que transformou o Cerrado em um dos pilares da economia nacional, responsável por 60% da produção agrícola e 22% das exportações globais de soja, também suscitará – conforme estudo publicado em 2020 – uma diminuição na produção e disponibilidade de terras destinadas ao plantio. Nesse contexto, as monoculturas de café e soja são apontadas como as mais afetadas, com perdas que se aproximam, até 2070, de 40% das safras e lavouras, e em alguns Estados, como no Maranhão e no Piauí, alcança o patamar de 80%, representando uma diminuição de 0,78% do PIB. Este futuro esperado, causado tanto pelo aumento nas temperaturas médias, como pela perda na disponibilidade hídrica, está diretamente associado ao desmatamento das vegetações nativas. Como objetivo geral, serão explicadas as causas e impactos da crise no Cerrado, que se apresenta tanto em um aspecto climático e econômico, como migratório - afetando as demais regiões nacionais em efeito cascata - dando destaque à figura do refugiado climático e ao cenário de catástrofe. Como objetivo específico, a pesquisa identificará a colaboração do Direito Internacional das Catástrofes (doravante "DIC") no estudo das mudanças climáticas, verificando as medidas adotadas pela União, Estados e Municípios, que compõem a região Centro-Oeste, na prevenção ao desmatamento, e propondo políticas de gestão de risco com base nos impactos esperados. A metodologia adotada será a hipotético-dedutiva, explorando os limites epistemológicos do DIC no tratamento da crise climática do Cerrado. Como resultado, espera-se evidenciar a ineficácia das instituições governamentais no combate ao desmatamento e, conseqüentemente, às mudanças climáticas; promover a consciência do risco de um iminente cenário de catástrofe no Cerrado; e, através do DIC, apresentar uma solução para enfrentamento à crise. Observação: Em razão de um possível conflito de datas com o CONPEDI (de 27 a 29 de novembro) gostaria de solicitar que a apresentação deste resumo fosse realizada nos dois primeiros dias da SIAC (25 e 26 de novembro).

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS FERREIRA-FILHO, Joaquim Bento de Souza. HORRIDGE, Mark. Climate Change Impacts on Agriculture and Internal Migration in Brazil. Environmental Economics and Computable General Equilibrium Analysis. 12 de julho de 2020. Pg. 129-151 GUERRA, Sidney. Direito internacional das catástrofes. 2 .ed. Rio de Janeiro: Grande Editora, 2024. . LEITE-FILHO, A. T. et al. Deforestation reduces rainfall and agricultural revenues in the Brazilian Amazon. Nat Commun, 12, 2591, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5551**

TÍTULO: **NACIONALIDADE, IGUALDADE DE GÊNERO E CONSTITUIÇÕES: UM COMPARATIVO ENTRE OS ORDENAMENTOS DO BRASIL E DA ITÁLIA SOBRE A EVOLUÇÃO DOS ASPECTOS CONSTITUTIVOS DO VÍNCULO ENTRE O INDIVÍDUO E O ESTADO**

AUTOR(ES) : **CLARICE BAPTISTA DA CRUZ NUNES**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO**

RESUMO: A nacionalidade, sob a ótica de Carmen Tiburcio, é conceituada como vínculo jurídico-político ou sociológico existente entre o indivíduo e o Estado. Nas palavras de Francisco Rezek, trata-se de "um vínculo político entre o Estado soberano e o indivíduo, que faz deste um membro da comunidade constitutiva da dimensão pessoal do Estado". Sobre esse tema, a Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe, em seu art. 15, I, que é um direito de todos os indivíduos. O conceito de nacionalidade se expande e possui uma bifurcação no que tange a sua forma de anexo ao indivíduo: originária ou derivada. No primeiro caso, a nacionalidade se constitui de modo involuntário. Ela, simplesmente, acontece. Ocorre de maneira estritamente atada à existência de um determinado ser humano, respeitados os requisitos que emolduram essa ligação em cada Estado, como local do nascimento (jus soli) ou vínculo consanguíneo (jus sanguinis). No segundo caso, o que conduz à aquisição da nacionalidade são os atos do sujeito, em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo ordenamento do país com o qual se almeja o vínculo, e a sua vontade. O presente trabalho, nesse sentido, foi construído tendo como objeto a análise da rigidez do direito fundamental à nacionalidade, em caráter originário, por meio de um estudo descritivo-comparativo entre os cenários do Brasil e da Itália. A escolha desses países decorre do fato de o Brasil ser o Estado estrangeiro com a maior quantidade de descendentes de italianos no mundo, de acordo com a Embaixada Italiana. No caso da Itália, em contrapartida ao pressuposto jus soli adotado, majoritariamente, pelo Brasil, a via responsável, predominantemente, por conectar um indivíduo ao Estado como detentor de sua nacionalidade originária é o jus sanguinis. Trata-se, portanto, de um enorme contingente de pessoas que, como eu, é impactado, de maneira simultânea, pelos dois sistemas. Meu objetivo, por meio do método indutivo, é a derivação de formulações maiores sobre fluxos semelhantes e divergentes. Isso ocorre com base na observação das legislações e suas modificações referentes à nacionalidade ao longo do tempo em cada Estado, diacronicamente. No que se refere ao Brasil, essa análise ocorre com base nas Constituições e seus momentos políticos e sociais, enquanto no tocante à Itália, é realizada por meio do Código Civil, de 1865, pela Lei nº 555, de 1912 e pela Lei nº 91, de 1992. São essas as leis federais responsáveis por dispor sobre a nacionalidade italiana, num contexto em que centralizou-se a temática da desigualdade de gênero na transmissão do vínculo, bem como a fragilidade da sua preservação pelas mulheres ao longo da História. O trabalho sustenta-se, de modo substancial, em legislação comparada. Por fim, fundamenta-se, também, em pesquisa documental e revisão bibliográfica, verificando interpretações dos textos normativos de ambos os Estados em artigos e doutrinas.

BIBLIOGRAFIA: SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise histórica das Constituições brasileiras. Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais, n. 10, 2011. TIBURCIO, Carmen. A nacionalidade à luz do direito internacional e brasileiro. Revista de Direito Cosmopolita, v. 2, n. 1, p. 131-167, 2014. REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5573**

TÍTULO: **AS METARREGRAS DO DESENHO PROCESSUAL PENAL DESUMANIZANTE DE GUERRA ÀS DROGAS**

AUTOR(ES) : **JONAS SILVEIRA NOGUEIRA, JOAO PEDRO FERREIRA FERNANDES, EDUARDA RODRIGUES SANT ANNA DA CUNHA, GERSON NASCIMENTO ROQUE, MADALENA ALEXANDRE BAHIA, MARIA IRLA CARLA LIMA MELO**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO, NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES**

RESUMO: Justificativa: É preciso admitir, como premissa para esta pesquisa, que na sua realidade prática o processo penal brasileiro não está fundado sobre o respeito aos direitos humanos, apesar da obrigação assumida pelo Estado brasileiro na Constituição de 1988 e nos tratados e convenções de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte. Além da mentalidade inquisitória, o sistema brasileiro é atravessado por problemas sociais que terminam por influenciar diretamente seu funcionamento: o racismo estrutural, a estrutura patriarcal e a sociedade autoritária. Some-se a prevalência do sistema de justiça criminal sobre o sistema de processo, impondo-se a doutrina da segurança nacional como base para a segurança interna e fazendo do acusado um inimigo a ser combatido. Isso dá origem a desenhos processuais penais que não têm por base o cumprimento a regras que materializam o respeito aos direitos humanos. Os desenhos processuais desumanizantes funcionam a partir de regras não jurídicas ou metarregras que estabelecem características razoavelmente uniformes. Objetivo: Esta pesquisa se dedica à compreensão do processo penal de guerra às drogas. Problemas: É possível identificar nos processos penais sobre crimes tipificados na lei de drogas características que os afastem de um processo penal fundado no respeito aos direitos humanos? Em caso positivo, há uniformidade nessas características que permita admitir a existência de um desenho processual específico, com meta-regras ou regras não jurídicas adotadas pelos órgãos integrantes do sistema de persecução penal? Em caso positivo, quais seriam as metarregras sobre as quais se fundam os processos penais de guerra às drogas? Hipótese: A hipótese original é de que este desenho processual não se funda no respeito aos direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa é verificar se há no Brasil um processo penal de guerra às drogas com características específicas e uniformes. Metodologia: A pesquisa será desenvolvida em quatro fases: A 1ª fase será desenvolvida pelo método dedutivo, em nível explicativo, por fontes bibliográficas e, secundariamente, documentais; A 2ª fase é empírica e consistirá no acompanhamento de audiências de instrução e julgamento especificamente sobre crimes de drogas nas varas criminais da capital do Estado do Rio de Janeiro, que se divide em duas etapas: acompanhamento de audiências e preenchimento de uma planilha; A 3ª fase, também empírica, consistirá na coleta dos documentos dos processos acompanhados; E a 4ª fase consiste na organização, classificação e catalogação dos dados obtidos. No atual momento estamos encerrando a 3ª fase.

BIBLIOGRAFIA: BOITEUX, Luciana. A política criminal de drogas no Brasil: uma análise da Lei 11.343/2006. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. São Paulo: Saraiva, 7. ed. atual. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires Machado, Rodrigo. A genealogia dos desenhos processuais desumanizantes: atravessamentos estruturantes da sociedade brasileira. In Lilian Balmant Emerique; Vanessa Oliveira Batista Berner; Rubén Martínez Dalmau. (Org.). "Pés no presente e olhos no futuro": reflexões sobre direitos humanos, democracia e desenhos institucionais. 1ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022, v. 1, p. 131-145.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5598**

TÍTULO: **ENTRE EMBARGOS E RESISTÊNCIA: A SOBREVIVÊNCIA DO GOVERNO SOCIALISTA EM CUBA DURANTE O PERÍODO ESPECIAL**

AUTOR(ES) : **LENIN CONRADO GOMES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: Há pouco mais de meio século, Cuba sofre embargos severos da agressiva política estadunidense. A história das sanções estadunidenses tem início ainda no processo revolucionário cubano, em 1958, à venda de armas para a ilha de Cuba, se estendendo, posteriormente, ao âmbito do comércio internacional de outros produtos, após o novo governo revolucionário - guiado por Fidel Castro - estatizar as refinarias de petróleo de propriedade estadunidense, em 1960. Apesar dos embargos e sanções crescentes por parte dos Estados Unidos, a forte relação construída entre Cuba e a União Soviética (URSS) no período da Guerra Fria (1947-1991) acabou contribuindo para a sustentação do governo revolucionário, mantendo Cuba como um agente no cenário econômico internacional, com a integração da ilha ao bloco comunista. No entanto, após o fim da Guerra Fria, o desmantelamento do bloco comunista com o fim da URSS e a queda do Conselho por Assistência Mútua (COMECON) - organização de integração econômica do bloco comunista - Cuba se viu em um solitário limbo econômico, tendo dificuldades ao comercializar com o exterior e sofrendo com um grave problema de restrição externa (escassez de divisas internacionais), decorrentes, sobretudo, das sanções estadunidenses. Esse período foi chamado em Cuba de "Período Especial em Tempos de Paz", ou somente, Período Especial (1991-2000), em que o governo socialista teve que tomar medidas urgentes para mitigar os efeitos da grande crise gerada pelo fim da URSS e pelos constantes ataques estadunidenses. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar "as tentativas de ataque" (ou "a política externa" estadunidense à ilha de Cuba durante o Período Especial e, por outro lado, as estratégias do governo cubano de manutenção do regime e mitigação da crise e da restrição externa durante o chamado Período Especial. A hipótese é de que: devido a pujante importância estratégica da região Grande Caribe, os Estados Unidos usaram diversos artifícios (muitos ainda "vivos") para resolver o que seria a sua grande derrota geopolítica; e, para Cuba, o governo procurou reduzir a restrição externa por meio da economia do turismo e da exportação agrícola e de serviços (médicos), buscando meios para fazer frente às suas necessidades com o exterior. Esse trabalho tem como referencial teórico uma análise sistêmica, estruturada a partir da rivalidade entre os Estados Unidos e Cuba, assumindo que os Estados operam a partir da pressão competitiva, constituída como a principal força dinamizadora e hierarquizadora do Sistema Internacional, dentro de um olhar geo-histórico. Como metodologia, utiliza-se uma abordagem analítica e ampla revisão bibliográfica, além de fontes primárias. Espera-se mostrar os artifícios utilizados como arma geopolítica pelos Estados Unidos contra Cuba durante o período especial, como também a capacidade e a estratégia de resistência do governo cubano diante da assimetria de poder com os Estados Unidos.

BIBLIOGRAFIA: DA SILVA, Marcos Antonio. CUBA E A ETERNA GUERRA FRIA: Mudanças Internas e Política Externa nos anos 90. 2012. FERNANDES, Florestan. Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana. 2012 YAFFE, Helen. We Are Cuba!: How a Revolutionary People Have Survived in a Post-Soviet World. 2020. E-book.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5600**

TITULO: **A HOLDING FAMILIAR COMO INSTRUMENTO JURÍDICO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E SEUS DESAFIOS**

AUTOR(ES) : **JULIANA PEREIRA DE SOUSA**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO**

RESUMO: O presente trabalho pretende estudar o instituto da holding familiar enquanto instrumento de planejamento sucessório e seus desafios dentro do ordenamento jurídico brasileiro. A importância desta figura está ligada a sua consolidação como mecanismo hábil de organização do patrimônio familiar, através da constituição de uma administração profissional com objetivo de proteger os ativos e bens familiares, afastando eventuais disputas judiciais e promovendo a diminuição de riscos e da carga tributária na sucessão. Em que pese o planejamento sucessório não seja difundido e abordado comumente, trata-se de uma ferramenta fundamental de estratégia com fim de elaborar a divisão patrimonial. Isto porque evita conflitos, garante estabilidade do patrimônio a fim de concretizar a última vontade de alguém. A despeito de existirem várias maneiras lícitas de realizar tal projeto, ainda há situações em que fraudadores utilizam-se da "blindagem patrimonial" para desvios de bens e finalidade da pessoa jurídica com a constituição de holding, que não é o que se pretende neste estudo. Embora não haja qualquer referência legal ao vocábulo holding, a Lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, autoriza a constituição de uma companhia ter por objeto a participação em outras sociedades, nos termos do artigo 2º, § 3º do diploma mencionado. Logo, admite-se a criação deste tipo societário, bem como através de uma empresa individual de sociedade limitada (Eireli). Assim, a constituição pode ser através de uma sociedade empresária ou simples, desde que detenha participação em outra sociedade com objetivo de organização, gestão, administração e planejamento do patrimônio. Portanto, a investigação do assunto abordado torna-se fundamental em razão da sua importância dentro do planejamento sucessório, devendo ser desmistificado e entendido enquanto método hábil para realização da administração patrimonial.

BIBLIOGRAFIA: HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. Planejamento sucessório: conceito, mecanismos e limitações. Revista Brasileira de Direito Civil - RBD Civil, Belo Horizonte, v. 21, p. 87-109, jul./set. 2019. Disponível em: < <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/466/309>> . Acesso em: 15.06.2024. MANGANELLI, Diogo Luís. Holding Familiar Como Estrutura de Planejamento Sucessório Em Empresas Familiares. Revista de Direito, [S. l.], 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/1789/760>> . Acesso em: 10.06.2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5608**

TITULO: **DESEMPENHO INDUSTRIAL E O CUSTO UNITÁRIO DO TRABALHO**

AUTOR(ES) : **DAFNE SZNAJDER**

ORIENTADOR(ES): **FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA**

RESUMO: Este trabalho de pesquisa tem como propósito explorar a relação entre o comportamento da indústria brasileira e seus principais determinantes desde o início do século XXI. Mais especificamente, traçar uma explicação para uma perceptível divisão temporal na tendência industrial: na primeira década, de 2001-2011, a indústria brasileira avançou e, na segunda, observou um notável declínio. Essa trajetória é o oposto do que se esperaria seguindo a indicação da taxa de câmbio: esta vivenciou um período longo de desvalorização a partir de 2012, o que serviria como incentivo ao desenvolvimento da produção industrial do país, ao determinar preços mais competitivos para as exportações do país no mercado internacional. O objetivo geral do trabalho é a análise dos outros fatores de ordem internacional que poderiam afetar a competitividade da produção industrial brasileira no mercado internacional frente a de outras economias, principalmente os custos de produção, no qual vamos focar especificamente no aspecto do custo unitário de trabalho, e as diferentes taxas de câmbio destas outras economias. Em termos de metodologia, serão utilizadas quatro medidas de taxa de câmbio: a taxa nominal bilateral "spot", a taxa nominal bilateral a termo ou futura, a taxa real bilateral e a taxa real efetiva. Além disso, duas medidas de custo unitário do trabalho: salário por hora no setor manufatureiro sobre a produtividade do mesmo, e massa de salários do setor sobre o valor agregado dele. O trabalho está atualmente em seu terceiro mês, até o qual foram compilados todos os dados de market share dos países na exportação de bens manufaturados, o que permite avaliar quais países ganharam espaço nas exportações de produtos industriais no período avaliado, que seria uma proxy da sua produção industrial. A partir da identificação dos ganhadores de market share, partimos para averiguar se as nações que ganharam espaço eram também aquelas com custo unitário do trabalho em queda, que foi também um dado de elaboração própria a partir das massas salariais e valor agregado da indústria de cada país. A próxima etapa de pesquisa será coletar ou estimar econometricamente as quatro taxas de câmbio referidas na seção de metodologia. Os resultados esperados dessa pesquisa são poder identificar em que medida o movimento contraintuitivo da indústria brasileira ao longo da última década está associado aos custos unitários do trabalho e às diferentes taxas de câmbio das teorias do comércio internacional.

BIBLIOGRAFIA: Driver, R. L., & Westaway, P. F. (2004). Concepts of Equilibrium Exchange Rates. Working Paper, 248. Bank of England. MacDonald, R. (2007). Exchange Rate Economics: Theories and Evidence. New York: Routledge. Rodrik, D. (2008). The Real Exchange Rate and Economic Growth. Brookings Papers on Economic Activity.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5625**

TÍTULO: **MORRO DA PROVIDÊNCIA: POR QUE NÃO PERTENCER À PEQUENA ÁFRICA? LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO DOS ATIVISMOS DO MORRO DA PROVIDÊNCIA COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DA REGIÃO.**

AUTOR(ES) : **THAIS DE PAULA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: A ideia de Pequena África vem emergindo como objeto de disputa de significação dos lugares, construção de locais de memória e ativismos negros, como berço da cultura e história negra na parte central da cidade. O Movimento Negro vem construindo diversas ações que transitam entre o presente e a memória do passado da região, promovendo assim, um verdadeiro repertório de ação (Santos et. al., 2018). Desde a redescoberta do Cais do Valongo, a criação do Circuito Histórico de Celebração da Herança Africana (Decreto Municipal 34.803/2011), o reconhecimento do Cais como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2017 e a criação do Circuito Histórico da Pequena África (Lei Estadual 8.105/2018), a ideia de Pequena África vem sendo focada na Zona Portuária. Isto contribui para a não consideração de outros lugares de memória, que aparecem em discursos do Movimento Negro como também integrantes da Pequena África. Um exemplo é o Morro da Providência, que aparece como central no filme "Pequena África", de 2002, do cineasta negro Zózimo Bulbul. E hoje, como o Morro da Providência é colocado em relação à Pequena África? A presente pesquisa pretende abordar a disputa por identidade territorial dos atores sociais do Morro da Providência, importante marco na história da cidade. Buscaremos, então, entrevistar atores sociais locais que promovem discussões, ações e discursos sobre a história e identidade da Providência em sua relação (de pertencimento ou não) com a Pequena África. Além disso, a metodologia também abrangerá pesquisa bibliográfica, a fim de levantar o contexto de formação da região, e conectar a relação moradores do Morro e a resistência da população negra na Pequena África. Numa tentativa de mapear os ativismos locais, já identificamos algumas narrativas sobre a identidade do território. Maurício Hora, é fotógrafo e líder comunitário, em muitas de suas exposições promove a realidade e a história da região, num viés que acredita que a formação do Morro da Providência se dá após a ocupação dos soldados da Guerra de Canudos. Em contraposição, temos a narrativas de outros dois moradores do território: Cosme Felippsen, criador do "Rolê dos Favellados", promove uma visita aos principais pontos dentro do Morro da Providência, além de fazer o circuito histórico da Pequena África e incluir/comentar sobre a importância do Morro da Providência, num discurso que relaciona historicamente quilombo e favela (Campos, 2010); Hugo Oliveira, vem representando algumas entidades dentro do Morro que atuam defendendo a narrativa de que o Morro da Providência é pertencente a Pequena África. Um dos exemplos é a Galeria Providência, o projeto tem como propósito disputar os espaços e reposicionar o morro no mapa da cidade a fim de reconstruir um sentimento de pertencimento (Oliveira, 2022). A pesquisa é uma tentativa de entrelaçar fatos históricos, memórias locais e disputas territoriais, exaltando as ações contemporâneas que os ativistas locais promovem ao território.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos; SILVA, Karoline Santos da; RIBEIRO, Lisyanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. DISPUTAS DE LUGAR E A PEQUENA ÁFRICA NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário Internacional Urbanismo Político, EAD, UFMG Belo Horizonte, nov. 2017. CAMPOS, Andreilino. Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro/3ª edição. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. OLIVEIRA, Hugo. Galeria Providência: uma estratégia de visibilidade e disputa como parte do território da Pequena África. In: Santos et al (Orgs.) Territórios Negros: patrimônio e educação Pequena África. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2022. p.188-199.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5668**

TÍTULO: **A DECLARAÇÃO DE TEERÃ SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DOIS NÍVEIS DA POLÍTICA EXTERNA: O ALINHAMENTO TURCO-BRASILEIRO E SEU SIGNIFICADO**

AUTOR(ES) : **RENATA ROCHA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICIS**

RESUMO: O programa nuclear do Irã tem sido um dos principais temas controversos no campo das relações internacionais desde o início da década de 1980, visto suas possíveis implicações para a balança de poder regional e para o posicionamento de outras potências. Desde então até 2010, os Estados ocidentais, especialmente os Estados Unidos, procuraram impedir o Irã de desenvolver o seu programa nuclear por sanções e tentativas diplomáticas. Apesar das diligências, o P5+1 (Estados Unidos, China, Rússia, Reino Unido, França e Alemanha) falharam em orquestrar uma solução transparente. Uma resposta pacífica tornou-se possível apenas frente a iniciativa de dois países emergentes, Brasil e Turquia. Em 2010, a "Declaração de Teerã", orquestrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan, obteve a aprovação iraniana em um acordo no mesmo molde proposto pelo P5+1. Contudo, o acordo foi imediatamente rechaçado pelos Estados Unidos e aliados, que apresentaram frente ao Conselho de Segurança uma nova imposição de sanções à República Islâmica do Irã. O Brasil e a Turquia foram os únicos países que votaram contra a medida, marcando o primeiro voto negativo brasileiro a uma resolução aprovada pelo Conselho. Os países, que historicamente não demonstraram trocas expressivas na dimensão de Defesa, se uniram para auxiliar um terceiro país em uma questão nuclear. Este trabalho tem como objetivo analisar os condicionantes favoráveis à convergência turco-brasileira frente à crise nuclear do Irã, de modo a entender os fatores internos e externos que viabilizaram o êxito da empreitada das diplomacias brasileira e turca. A hipótese levantada é de que a aproximação entre Brasília e Ancara foi resultado de um alinhamento dos seus interesses nacionais e de suas políticas externas, que buscavam maior proeminência nos assuntos da política internacional. Apesar do acordo de Teerã não ter vingado, o positivo esforço político e diplomático das duas nações lhe renderam protagonismo internacional. Este trabalho possui como referencial teórico uma análise da diplomacia e da lógica que guia as decisões estratégicas na política externa. A metodologia utilizada corresponde a abordagem analítica e teórica empreendida, utilizando-se de fontes secundárias diversas, com destaque para obras acadêmicas a respeito das relações exteriores de cada governo. A pesquisa pode ser dividida em dois momentos: o primeiro consiste na análise dos projetos de política externa dos governos brasileiro e turco no século XXI; enquanto o segundo expõe as razões reveladoras da convergência turco-brasileira. Espera-se concluir que a aproximação turco-brasileira na questão nuclear do Irã se deu pela autodeterminação do Brasil e da Turquia como potências regionais, a priorização dos interesses nacionais e o alinhamento a respeito da defesa dos litígios internacionais.

BIBLIOGRAFIA: OZKAN, M (2011). Turkey-Brazil Involvement in Iranian Nuclear Issue: What Is the Big Deal?. Strategic Analysis, 35(1), pp. 26-30. BARKEY, H. (2012). The Evolution of Turkish Foreign Policy in the Middle East. TESEV Foreign Policy Program, pp. 01-08. PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia e política, v. 18, p. 147-174, 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5687**

TÍTULO: **Pacificação como prática intervencionista das Forças Armadas brasileiras**

AUTOR(ES) : **GABRIEL FRANCISCO CASTRO AGUIAR, CLARA RODRIGUES DE SOUZA, AMANDA MACIEL FRAGA MONTOIRO**

ORIENTADOR(ES): **TADEU MORATO MACIEL**

RESUMO: Tendo como principal objeto de análise a atuação das Forças Armadas brasileiras em cenários de alegada instabilidade, o objetivo dessa proposta é apresentar uma análise genealógica sobre algumas emergências de processos de pacificação encabeçados pelos militares brasileiros. Quanto à hipótese, propomos uma análise de três conjuntos de práticas aparecidas historicamente em momentos subsequentes e que se compuseram cumulativamente: o combate às revoltas regenciais pelo Duque de Caxias, a política indigenista do Marechal Rondon e as contemporâneas táticas de policiamento de pacificação desenvolvidas no Haiti e no Rio de Janeiro. Esses três casos foram analisados de forma dividida, pelos(as) três autores(as) dessa proposta, os(as) quais compõem o grupo de pesquisa Nexus (segurança e desenvolvimento na política contemporânea), vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ). Frente a essas três experiências, houve um olhar genealógico específico sobre a evocação de discursos e práticas pacificação que, desde o século XIX, são processados e incessantemente atualizados no âmbito das Forças Armadas brasileiras. Em relação aos resultados, argumentamos que a noção de pacificação é um elemento chave que impulsiona, ao longo da história brasileira, a tradição intervencionista das Forças Armadas, que se dá pela contínua combinação entre guerra interna (ou em missões de paz) e assistencialismo seletivamente aplicados sobre parcelas específicas da população.

BIBLIOGRAFIA: RODRIGUES, Gilberto M. A.; MACIEL, Tadeu M. Pacificação à brasileira? O paradigma de Caxias, a Minustah e o governo de Jair Bolsonaro. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 6, n. 2, jul./dez. 2019, p. 13-36. RODRIGUES, Thiago; MACIEL, Tadeu Morato; MENDONÇA, Thaiane. A Guerra para Dentro: Pacificação como doutrina e prática das Forças Armadas do Brasil. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, v. 8, n. 2, jul./dez. 2021, p. 99-125. SOUZA, Adriana Barreto de; SILVA, Angela Moreira Domingues da; MORAES, Luis Edmundo de Souza; CHIPIO, Maud. Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs. São Paulo: Alameda, 2017, p. 23-48.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5710**

TÍTULO: **Circuitos e Memórias Negras na Pequena África**

AUTOR(ES) : **IURI MACHADO DE MENDONÇA, EMILYN CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA, THAIS DE PAULA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: A região da Pequena África está localizada na área central do Rio de Janeiro e foi recentemente transformada pelo Projeto Porto Maravilha e pelas dinâmicas implementadas pelo governo municipal. Quando pensamos em Pequena África, observamos um caráter dual: de um lado, a nomeação "Pequena África", dada pelo artista Heitor dos Prazeres no início do século XX, destacando a forte presença populacional, cultural e as redes de sociabilidade negra naquela época. Por outro lado, na contemporaneidade, o Movimento Negro utiliza essa denominação para valorizar as memórias negras e resistir às tentativas de apagamento histórico. A luta desse movimento social resultou na criação de dispositivos legais como a Lei Municipal 34.803/2011, que institui o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra na cidade, e a Lei nº 8105/2018, que cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África, incentivando a criação de circuitos que abrangem os caminhos da diáspora africana pelo estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste trabalho é observar a ativação e mobilização simbólica da Pequena África em atividades turísticas e comerciais da região, elementos fundamentais para a construção de um ideário coletivo sobre a área. Como metodologia, realizamos pesquisas em páginas e redes sociais, além do acompanhamento em campo, identificando os diferentes componentes que integram a Pequena África. Levantamos e sistematizamos circuitos, tours e walking tours, giros culturais, estabelecimentos comerciais e de entretenimento (bares, restaurantes, etc.), agências, peças de publicidade (flyers, folders, podcasts), atividades escolares, projetos sociais, entre outros e já reunimos mais de 50 registros, identificando agentes, ações, guias de turismo, entre outros, que ativam elementos das memórias negras ligadas à noção de Pequena África. Para compreender os discursos que impulsionam os lugares de memória, sistematizamos em categorias: grupos que colocam a Pequena África como centralidade do seu discurso; grupos que tangenciam a narrativa da Pequena África (por exemplo, circuitos cujo trajeto passa pela região e a insere como um elemento); e atividades e circuitos que passam pela Pequena África, mas não mencionam sua história, apagando assim a presença e memória negra da região. Atualmente, estamos realizando trabalho de campo para investigar narrativas, pontos escolhidos no território, metodologias, organizadores e a frequência que ocorrem os circuitos. Observamos disparidades em circuitos que pretendem dialogar com a Pequena África mas perpetuam a narrativa de branqueamento da região (SANTOS, 2018), dando foco aos agentes da história que não deram voz às personalidades negras na região e circuitos que procuraram contar a história negra de maneira central do discurso. Como resultado, pretendemos desenvolver cartografias que explicitem essas dinâmicas e desenvolver oficinas de formação e guiamento para futuros circuitos idealizados para a região.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos ; SILVA, K. S. ; RIBEIRO, L. P. ; SILVA, N. C. . Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sâ; Marcela Brandão. (Org.). Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464-491. Lei nº 8.105, de 20 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/629646654/lei-8105-18-rio-de-janeiro-rj> . Acesso em: 15 de agosto de 2024. Decreto nº 34.803, de 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br> . Acesso em: 15 de agosto de 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5779**

TÍTULO: **A CASA ALMERINDA GAMA E A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERESAS**

AUTOR(ES) : **AGNES MORAES LOPES GAMA, MARIA CLARA BORGES RODRIGUES, MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO, YASMIM CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, FERNANDA MARIA VIEIRA**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar a construção coletiva da Cartilha Almerinda Gama e sua contribuição na luta pelos direitos das mulheres, produzida através da parceria entre o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin - projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito da UFRJ e o Movimento de Mulheres Olga Benário. Segundo os dados do Dossiê Mulher produzido pelo Instituto de Segurança Pública, a cada hora, 14 mulheres sofreram algum tipo de violência no Estado do Rio de Janeiro em 2022. É no cenário de expressiva produção de violência contra a mulher, sobretudo de mulheres negras e periféricas, que nasce a ocupação Casa Almerinda Gama. A Casa é um espaço de resistência e formação política popular livre do machismo, da violência e da fome, organizado e mantido por militantes do movimento Olga Benário e profissionais voluntárias, tendo como objetivo o acolhimento, atendimento humanizado e abrigo de mulheres em situação de violência e/ou vulnerabilidade social, junto de suas crianças. Ao ocupar um imóvel público abandonado pelo Estado há quase uma década e desenvolver as atividades da casa, o movimento denuncia o não cumprimento da função social de diversos imóveis públicos vazios no centro do Rio de Janeiro, bem como a ineficácia das políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no estado. A partir do repertório metodológico do NAJUP Luiza Mahin, baseado na educação popular, assessoria jurídica popular e pesquisa militante, com ênfase no protagonismo estudantil, que permitem aos extensionistas a troca de saberes com movimentos sociais do estado do Rio de Janeiro, a elaboração da Cartilha Almerinda Gama tem como objetivo auxiliar na conscientização das mulheres, principalmente em situação de vulnerabilidade, acerca das violências existentes a partir de uma linguagem acessível. Assim, aborda a existência de um ciclo de violência que as mantém reféns de relacionamentos abusivos, expõe as diversas medidas legais de proteção e a rede de acolhimento a mulheres vítimas de violência na capital às quais podem recorrer, além de legitimar a Casa Almerinda Gama. Inserida no contexto de atuação do Movimento Olga Benário, a Cartilha parte do pensamento marxista, e se vale de materiais de formação produzidas pelo movimento em outras cidades de atuação, da experiência de militantes que auxiliaram no processo de produção do documento e em cursos e apostilas de capacitação sobre os direitos da mulher. Nesses moldes, a Cartilha não apenas contribui na formação de uma consciência crítica dos extensionistas e futuros profissionais de Direito, como também coopera na disseminação do conhecimento sobre os direitos das mulheres e, consequentemente, na sua emancipação. Ressalta-se, por fim, a pretensão de se utilizar o documento produzido em outras ocupações assessoradas pelo NAJUP Luiza Mahin, como auxílio material nas rodas de conversas e formações sobre violência contra a mulher.

BIBLIOGRAFIA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC); CASA DE REFERÊNCIA HELERINA PRETA. Cartilha Violência contra as mulheres: Conhecer para Combater! Guia rápido para profissionais e lideranças sociais. São Bernardo do Campo: UFABC, 2020. hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. FRANCO, Larissa Batista. "A cidade quem é que faz?": Ocupação Casa de Referência Almerinda Gama e a resignificação do espaço urbano por meio da atuação do movimento de mulheres. 2022. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé, Universidade Federal Fluminense, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5819**

TÍTULO: **AS NOVAS FORMAS DE DEMANDAS PUNITIVAS NAS REDES SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **ALANA OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO: A presente pesquisa apresenta como foco as novas formas de demandas punitivas nas redes sociais e a sua possível culminação no fenômeno do cancelamento virtual, relacionando-as com o conceito criminológico de empreendedor moral idealizado por Becker (2008) e analisando os julgamentos morais praticados nas redes sociais sob a ótica do conceito de "autocomunicação de massas" de Castells (2017) e o modelo explicativo denominado "assédio moral em rede motivado por valores" de Marwick (2021). Para isso, é feita uma etapa de revisão bibliográfica dos conceitos criminológicos e, posteriormente, os conceitos são testados e aplicados em um caso concreto de cancelamento virtual. O caso concreto mobilizado para a pesquisa é o caso Mariana Ferrer, uma acusação de estupro de vulnerável que viralizou nas redes sociais, de grande repercussão nos âmbitos social, criminal e jurídico. Dessa maneira, a partir da análise de todos os julgamentos morais envolvidos na atuação dos participantes pertinentes em uma disputa moral - tanto os acusados quanto os acusadores - é possível descobrir quais são as consequências desse fenômeno para o sistema jurídico e, especificamente, como a indignação moral mobilizada nesse contexto pode ser compreendida por meio de conceitos criminológicos e sociais.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, Howard S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008. CASTELLS, Manuel. Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age. John Wiley & Sons, 2015. CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5832**

TITULO: **NÃO HÁ PLANETA B: UMA LEITURA ECOSOCIALISTA DO GREEN NEW DEAL ESTADUNIDENSE**

AUTOR(ES) : **FABIO PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **DANIELLE COSTA DA SILVA**

RESUMO: O Sistema Capitalista tem como um de seus motores a indústria fóssil cuja atuação, nos últimos três séculos, através de uma emissão descontrolada de combustíveis fósseis na atmosfera, produziu um aquecimento sem precedentes do planeta. Estima-se que caso essa tendência não seja contida a pelo menos 1.5º C em comparação aos níveis pré-industriais, a humanidade estaria diante de uma crise civilizacional irreparável (ONU, 2015). Trata-se da possibilidade ou não de se conseguir conter as mazelas produzidas pelo sistema vigente, tendo-se em risco a possibilidade de vida humana no planeta. Assim, objetiva-se analisar o plano "Green New Deal" desenvolvido pelos Estados Unidos, enquanto um projeto que visa à descarbonização da economia estadunidense com o objetivo de situá-la num trilho sustentável. No entanto, indaga-se na presente pesquisa os limites de políticas como o "Green New Deal", acerca de seus propósitos rumo à obtenção de neutralidade climática. Parte-se da hipótese de que a problemática das mudanças climáticas está intrinsecamente vinculada à maneira como o capitalismo se reproduz, cujas resoluções passam pela transformação do vigente sistema, o que não está previsto na elaboração dessas políticas públicas, conferindo-as um caráter de paliativas. Pretende-se analisar o "Green New Deal" na medida em que este tem como objetivo enfrentar a emergência climática e tal opção se justifica pela relevância e projeção dos Estados Unidos no Sistema Internacional, assim como pela sua histórica responsabilidade, enquanto principal emissor de poluentes na atmosfera. Assim, busca-se trazer luz aos limites dessa estratégia na superação da crise climática. Por fim, propõe-se resgatar os debates relacionados à temática de Relações Internacionais e Meio Ambiente, principalmente a partir do final do século XX e o advento das convenções internacionais sobre o clima. Ademais, em perspectiva ecosocialista, sustenta-se que as mudanças climáticas estão intrinsecamente vinculadas à lógica predatória de reprodução inerente ao capitalismo. Assim, todas as estratégias de enfrentamento à crise climática se apresentam como paliativas na medida em que não contestam as bases que dão sustentação à reprodução desse sistema do mundo.

BIBLIOGRAFIA: BOYLE, A. D. et al. 2021. Green New Deal proposals: Comparing emerging transformational climate policies at multiple scales. Energy Research & Social Science. v. 81, pp. 01-12. Löwy, Michael. O que é ecosocialismo? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014. ONU (Organização das Nações Unidas). Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Relatório especial sobre o aquecimento global de 1,5 °C. Genebra: ONU, 2018.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5869**

TITULO: **ADAPTAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A ALTERNATIVA DA MIGRAÇÃO.**

AUTOR(ES) : **LARA CAETANO PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO: Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um capítulo de trabalho de conclusão de curso que visava compreender a alternativa da migração de populações humanas como uma das opções de adaptação diante das mudanças climáticas que se intensificam no antropoceno. Para a elaboração da apresentação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em relação ao tema, de modo a ser feita uma análise acerca das divergências e paradigmas sobre os possíveis modos de combates às mudanças climáticas e o papel da migração nesse panorama. O termo "adaptar" foi empregado no sentido de mudar a estrutura das cidades, levando em conta que cada cidade teria um modo de adaptação diferente, pois cada cidade será afetada de maneira heterogênea, em comparação com outras. Logo, adaptar seria modificar as cidades para que as pessoas consigam lidar melhor com os problemas trazidos pelas mudanças climáticas, garantindo que a infraestrutura dos locais seja suficientemente robusta para manter o bem-estar da população. No entanto, existe um tipo de adaptação que não é muito debatido: o único modo de adaptação de certas pessoas, de determinadas localidades, seria deixar a cidade onde vivem. Isso poderia ser uma estratégia de adaptação pois um grupo de indivíduos se adapta migrando para um local que já foi adaptado. Porém, nisso, há um aspecto que não é paradigmático neste campo, e não sabemos muito bem definir se o conceito de adaptação é inteiramente adequado para o problema que tenho em mente nesta apresentação. Por conta disso, aqui debateremos sobre migrações motivadas pelas mudanças climáticas, pois muitas vezes, a adaptação do local não seria o suficiente para sanar o problema instaurado no local.

BIBLIOGRAFIA: GARDINER, Stephen M.; OBST, Arthur R. Dialogues on Climate Justice. 1ª edição. New York, NY: Routledge, 2022. GARDINER, Stephen M. ; THOMPSON, Allen. The Oxford Handbook of Environmental Ethics. New York, NY: Oxford University Press, 2017. MOELLENDORF, Darrel. Mobilizing Hope : Climate Change and Global Poverty. New York, NY: Oxford University Press, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5911**

TÍTULO: **RESPONSABILIDADE CIVIL PARENTAL NA SUPEREXPOSIÇÃO INFANTIL NAS REDES SOCIAIS NO BRASIL: VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

AUTOR(ES) : **ISABELA FURTADO DE CASTRO OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO TEIXEIRA PINOS GRECO**

RESUMO: Desde meados do século XX e com o desenvolvimento da Era Digital, a tecnologia e a internet tornaram-se essenciais no cotidiano. Com isso, surgiram as redes sociais, amplamente usadas para compartilhar fotografias e vídeos do dia a dia e de momentos marcantes. Muitos pais utilizam essas plataformas para compartilhar registros de seus filhos, transformando as redes sociais em uma espécie de álbum de fotos virtual acessível globalmente. No entanto, esse fenômeno gerou o "oversharenting", termo que se refere ao compartilhamento excessivo e detalhado de informações e imagens das crianças pelos pais. Embora isso seja comum e aceito por muitas famílias, é crucial considerar as consequências para os filhos e a responsabilidade dos pais na proteção de sua privacidade. O oversharenting não se restringe a celebridades com grandes seguidores, qualquer pai pode expor seus filhos em redes sociais. Pesquisas revelam que a maioria das crianças já possui algum perfil online desde muito cedo. Estudos de 2010 e 2017 mostram que uma grande parte dos pais compartilha fotos e vídeos de seus filhos nas redes sociais, com muitas crianças iniciando suas vidas digitais ainda no período pré-natal. Esse compartilhamento excessivo pode violar direitos personalíssimos das crianças, especialmente o direito à imagem, protegido pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e pelo Código Civil de 2002. Esses direitos garantem a dignidade e a integridade das crianças e adolescentes, e a família é a principal responsável por sua proteção. O Código Civil prevê que os pais devem cuidar da educação e bem-estar dos filhos, mas também há risco de abuso do poder familiar se os pais falharem nesse dever. A superexposição pode ser considerada uma forma de abuso, trazendo possíveis responsabilidades civis para os pais. O ECA estabelece que é dever dos pais e da sociedade preservar a integridade física, psíquica e moral das crianças, protegendo sua imagem e evitando situações vexatórias. A superexposição nas redes sociais pode violar esses princípios, expondo as crianças a riscos como exploração sexual, adultização precoce, cyberbullying e problemas psíquicos. Portanto, a pesquisa visa investigar como o oversharenting afeta as crianças no presente e no futuro, e qual é a responsabilidade civil dos pais por essas exposições excessivas.

BIBLIOGRAFIA: 1. COUTINHO, A. de C. P. A proteção da reserva da vida privada de menores enquanto dever parental, em especial na era digital. 2019. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciências jurídicas- políticas) - Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. 2. SANCHES, Camila et al. Projeta Nossas Crianças e Jovens: guia de segurança on-line. Guia de segurança On-line. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/245821/proteja-nossas-criancas-e-jovens>. 3. ORENSTEIN, José. O que é sharenting. E qual o limite da prática na era do Instagram. 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/06/11/O-que-%C3%A9-sharenting.-E-qual-o-limite-da-pr%C3%A1tica-na-era-do-Instagram>

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5937**

TÍTULO: **CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER ALMERINDA GAMA: POLÍTICA PÚBLICA DE ACOLHIMENTO DE MULHERES VULNERABILIZADAS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **YASMIM CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO, LETÍCIA MAIA ELIAS, AGNES MORAES LOPES GAMA, MARIA CLARA BORGES RODRIGUES, MARIANA GUIMARAES DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: O presente artigo se propõe a refletir sobre o trabalho desenvolvido na Ocupação localizada na rua da Carioca, n. 37, intitulada Casa de Referência Almerinda Gama, um protótipo de como os movimentos sociais atuam auto organizando a população a fim de pressionar o Estado a efetivar políticas públicas não instituídas. O trabalho coletivo promove encontros entre a sociedade civil, enquanto movimento social, na figura do Movimento de Mulheres Feministas Marxistas Olga Benário, e demais espaços de formação política, com parcerias institucionais, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, representada pela Extensão Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin. Entre as políticas públicas existentes, incluem-se as "Casas de Passagem", como a "Casa da Mulher Brasileira", que, apesar de se propor uma política nacional, está presente em apenas 10 dos 26 Estados da federação, mais DF, não incluindo o Rio de Janeiro. Apenas em 2023, o estado do RJ anunciou a criação da Casa da Mulher Brasileira. Não existe no território fluminense nenhuma casa de passagem pública, apenas quatro abrigos sigilosos. Segundo o Dossiê Mulher, produzido pelo Instituto de Segurança Pública, a cada hora 14 mulheres sofreram violência no Estado do Rio de Janeiro em 2022, salientando o recorte de raça e classe social, onde mulheres negras pobres ficam ainda mais expostas as faltas de políticas que mitiguem situações de brutalidade, acrescido aos dados de déficit habitacional urbano, que são maiores em mulheres precarizadas, sobretudo na região sudeste. A Ocupação Almerinda, desde 2022, é um local de acolhimento dessas mulheres, acolhendo-as, inclusive, com suas crianças. O trabalho é desenvolvido em uma ocupação de um prédio público, visando dar cumprimento à função social do imóvel, abandonado desde 2015, e denuncia a explícita falta de direcionamento de recursos públicos em favor da população mais vulnerável. Segundo a Carta Magna, em seu art. 5, inciso XXIII, "a propriedade atenderá a sua função social", essa disposição, no entanto, tem sido descumprida no estado fluminense, já que há milhares de imóveis vazios, em área urbana, sem cumprir nenhuma função exceto a de demonstrar a falta de um planejamento urbano eficaz. O movimento Olga Benário denuncia, ainda, a falta de direcionamento de recursos públicos em favor da população mais vulnerável. A partir do exposto e do arcabouço metodológico do NAJUP, que se finca em pilares como a educação popular, a práxis, a assessoria jurídica à movimentos sociais, que instrumentalizam a troca de saberes entre os diversos estudantes e os movimentos sociais do estado do RJ, buscamos tecer o porquê a Casa de Referência Almerinda Gama não visa ser Estado enquanto fazedora de Políticas Públicas, mas, no presente caso, atua como um exemplar das saídas da população civil em resposta à omissão estatal no que se refere à atenção às mulheres vulnerabilizadas e o déficit habitacional da população feminina fluminense.

BIBLIOGRAFIA: TROTTA, M.; CASTRO SOBRINHO, T. DE. Mulheres e moradia: despejos e remoções enquanto violências de gênero. Revista da Defensoria Pública da União, v. 21, n. 21, p. 157-181, 28 jun. 2024. Disponível em: < <https://revistadapu.dpu.def.br/article/view/734> >. Acesso em: 14 ago. 2024. LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino. Labcidade, 22 de abril de 2021. Disponível em: . Acesso em: 14 ago. 2024. FRANCO, Larissa Batista. "A cidade quem é que faz?": Ocupação Casa de Referência Almerinda Gama e a

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5969**

TÍTULO: **CULTURA COMO RESISTÊNCIA A EXTREMA-DIREITA: UMA LUTA BRASILEIRA CONTRA O ECOCÍDIO, O EPISTEMICÍDIO E O ETNOCÍDIO**

AUTOR(ES) : **JOSE RICARDO DE OLIVEIRA ARAUJO, MARIA LAURA JACONI CORDEIRO PINTO, MARIA LUIZA RODRIGUES MENDES DE SOUZA, MARIA LUISA PAES MARCIANO CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO: Nesse primeiro quarto de século, a população brasileira assistiu a dinâmicas singulares em sua esfera político-social. A emergência da extrema-direita deixou marcas no Brasil a serem ainda mapeadas. Esse movimento disseminou uma suposta identidade nacional calcada em uma falácia de que a diversidade de pensamento incluiria a invisibilidade e estigmatização de minorias. Essa concepção promoveu outros entendimentos perigosos, que fomentaram ecocídios, epistemicídios e etnocídios. Contudo, a cultura pode ser usada como ferramenta para combater essas narrativas nocivas à integridade de diversos grupos presentes em território brasileiro. Dessa forma, partindo da premissa que a cultura é uma política pública de nível de análise nacional e internacional, o escopo desta pesquisa é responder a pergunta: como os movimentos culturais e as políticas de fomento a cultura vem se colocando no Brasil como resistência e contraposição às noções disseminadas pela extrema-direita? A partir dessa investigação, busca-se avaliar o impacto das iniciativas culturais brasileiras para o combate ao ecocídio, epistemicídio e etnocídio; elencar os principais movimentos e políticas de cultura nacionais e internacionais atuantes desde o início do século XXI; e traçar perspectivas futuras e gargalos existentes na promoção dos direitos humanos a partir da cultura. Sobre o substrato teórico dessa pesquisa, ela se edifica em uma análise sócio-política com embasamento em Teorias Críticas das Relações Internacionais. Assim, enxerga-se os indivíduos, e seus agrupamentos, como atores que influenciam o Sistema Internacional (SI), amarrados em uma relação de co-constituição com a sociedade e com o SI. Ademais, entende-se a cultura como vinculada tanto a um processo de dominação quanto a um movimento contra-cultural e emancipatório, sendo assim, uma política pública promotora dos direitos humanos – uma categoria de sentido dependente do seu contexto sócio-histórico e em constante construção nos grupos sociais. Acerca da estratégia metodológica, essa pesquisa se inicia com um levantamento bibliográfico de autores que discutem o papel da cultura como resistência. Nesse sentido, sendo uma investigação exploratória, este trabalho visa contribuir para o entendimento de como as iniciativas culturais podem impactar no avanço da extrema-direita. Em seguida, esse debate será localizado na realidade brasileira e os principais fenômenos de resistência, em forma de movimentos e políticas, serão levantados. Após essa caracterização, serão avaliados os impactos dessas manifestações no combate ao ecocídio, epistemicídio e etnocídio promovidos por concepções desses movimentos extremistas; apontando perspectivas e desafios das manifestações culturais na missão de promover os direitos humanos. Tendo em vista o supracitado, espera-se concluir que os movimentos e políticas de cultura construíram uma contraposição relevante à extrema-direita, mas que ainda existem desafios estruturais a serem superados.

BIBLIOGRAFIA: FECHINE, Yvana; ROCHA, Maria Eduarda. Face à diversidade brasileira, as disputas políticas em torno da cultura. Revista Acta Semiotica III, 5, 2023. RESENDE, Viviane; MARTINELLI, Bruno; MARTINELLI, Yara. Contra o etnoecocídio: da violência política da extrema direita à resistência coletiva dos povos indígenas no Brasil. Fórum Linguístico, v. 20, n. 3., 2023. Disponível em: . Acesso em: 11 ago. 2024 IGARAPÉ. Resistência ao autoritarismo: lições aprendidas da sociedade civil brasileira. Instituto Igarapé, Espaço Cívico, 2024. Disponível em: . Acesso em: 11 ago. 2024

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **5986**

TÍTULO: **DISPUTAS POLÍTICAS RELACIONADAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA METROPOLITANA NA RMRJ**

AUTOR(ES) : **LARAH RUBIO BAGLI DE MORAES COSTA, JONATHAN VITOR DA SILVA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO: A fim de adequar-se ao Estatuto da Metrópole, aprovado em janeiro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei Complementar Estadual nº184, objetivando a criação de novos arranjos institucionais para a promoção da cooperação em torno das Funções Públicas entre os entes federativos metropolitanos. O novo arranjo passou a compreender um conselho deliberativo e um conselho consultivo, composto por representantes da sociedade civil nomeados pelo presidente do Conselho Deliberativo, cujo objetivo é garantir a participação da população na tomada de decisões sobre a gestão metropolitana. Todavia, a partir da literatura contemporânea, torna-se perceptível que a questão metropolitana e a cooperação interfederativa na RMRJ ainda carece de incentivos. Havia uma expectativa de que o conselho consultivo proposto pelo novo arranjo tivesse sua composição derivada das discussões em torno do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PEDUI), cujo processo de formulação se iniciou antes mesmo da aprovação do Estatuto da Metrópole. Por conseguinte, foi realizada a Primeira Conferência Metropolitana, marcando a eleição da formação original dos membros. No entanto, em 2018 o presidente do Conselho Deliberativo - o então governador Wilson Witzel, declarou a nulidade da formação alegando inadequação, e formulou, portanto, um novo conselho. Na Ata de Reunião da Câmara Metropolitana, realizada no dia 06/06/2019, observa-se a indicação dos conselheiros destituídos, somada à nomeação dos novos membros pelo governador encontrada na Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do dia 19/09/2019. Tornou-se oportuno, a partir disso, um estudo exploratório sobre as diferenças de perfis existentes em ambos os conselhos, destacando, principalmente, a queda de representatividade dos movimentos sociais e do engajamento político metropolitano, e, dessa forma, o afastamento de uma agenda política de participação social. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo explorar dados biográficos dos integrantes do atual conselho consultivo da RMRJ, comparando-os com a composição do conselho destituído. Buscamos, com isso, evidenciar um afastamento da sociedade civil engajada na temática metropolitana e sua substituição por atores políticos alheios à discussão. A explicação plausível é que o governador Witzel tenha preenchido o conselho com grupos cujo posicionamento político seja mais próximo ao seu.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. Geo UERJ, n. 36, p. 1-22, 2020. MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; FAVARÃO, C. B. (orgs.). Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v.4. Brasília: Ipea, 2018. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5990**

TITULO: **DA AUTOCOMPOSIÇÃO PARA A JURISDIÇÃO: UMA EVOLUÇÃO?**

AUTOR(ES) : **LUCAS RIBEIRO MOTA**

ORIENTADOR(ES): **WALTER DOS SANTOS RODRIGUES**

RESUMO: Hoje em dia os chamados Métodos Adequados de Solução de Conflitos estão sendo incentivados, inclusive pelo Poder Judiciário, como um substituto à jurisdição. Já se encontra superada a denominação que chegou a circular, há alguns anos, de que essas formas de composição de litígios eram métodos alternativos ao Poder Judiciário. Atualmente a mediação, a conciliação e a arbitragem são vistas como equivalentes jurisdicionais e se fala numa Justiça Multiportas. Mas o reconhecimento e o apreço pelos MASC nem sempre foi uma opinião preponderante. Se os MASC foram considerados como alternativa à jurisdição é porque esta, num dado momento, foi considerada mais importante que aquelas. Aliás, se hoje falamos de equivalentes jurisdicionais e de justiça multiportas é porque precisamente os MASC foram revalorizados. Como chegamos a essa opinião de que a jurisdição era a mais importante das formas de resolução de conflitos em detrimento das demais? Além do argumento de que a jurisdição foi monopolizada pelo Estado e que no século XIX o fortalecimento dos Estados nacionais coincidiu com sistematização científica do Direito Processual, uma hipótese para responder a esse problema é a de que nos manuais, compêndios e tratados empregados no ensino universitário os diferentes métodos de composição de conflito eram apresentados numa suposta linha evolutiva, donde a autocomposição era vista como uma forma primitiva e injusta de pacificação e a jurisdição estatal era vista como a forma mais sofisticada, realmente justa e unicamente adequada de resolução de litígios. Empregando método bibliográfico e tendo como referenciais teóricos as obras de Oscar G. Chase e Raoul C. van Caenegem, a presente pesquisa, ainda em fase inicial de desenvolvimento, cujos aspectos metodológicos, as etapas já percorridas e os resultados parciais serão apresentados, pretende fazer levantamento e análise das obras acadêmicas que tiveram maior difusão no Brasil no último terço do século XX para tentar constatar a validade dessa hipótese e, assim, mostrar uma linha argumentativa que pode ter moldado a mentalidade dos bacharéis em Direito desses tempos e que só no final dos anos de 1990 para cá foi questionada.

BIBLIOGRAFIA: BELLOCHI, Márcio. Jurisdição, juízes e árbitros. São Paulo: Thomson Reuters, 2023. CAENEGEM, R. C. van. História do processo civil europeu (tradução: Augusto Caballero Fleck). São Paulo: Marcial Pons, 2020. CHASE, Oscar G. Direito, cultura e ritual: sistemas de resolução de conflitos no contexto da cultura comparada (tradução: Sergio Arenhart e Gustavo Osna). São Paulo: Marcial Pons, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **5992**

TITULO: **REDES SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: FACILIDADES E DESAFIOS**

AUTOR(ES) : **ESTHER SARAIVA CHAVES BARROS**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO: O conceito de conectividade tem se transformado e expandido exponencialmente nas últimas décadas. O acesso tecnológico integrou-se à política social e à economia, tornando as redes sociais um dos principais meios de comunicação e aquisição de conhecimento — e, conseqüentemente, cruciais para a construção da cidadania popular e o exercício dos direitos humanos. Os termos de uso destas plataformas, entretanto, desempenham um papel central na coleta de dados. Usuários frequentemente consentem aos termos de uso, cedendo seus dados às Bigtechs sem a consciência de que estas os utilizam para a criação de perfis comportamentais e para a venda à diversos atores interessados, transformando a vigilância no modelo de negócio predominante na atualidade (Amnesty Internacional, 2019). Um dos desafios gerados por essa dinâmica é a reprodução da tomada de decisões machistas, por exemplo, quando dados recebidos por um algoritmo geram ofertas de emprego com salários mais altos para homens do que para mulheres. Ainda mais grave do que isso é a dificuldade em auditar a forma como os dados são processados, uma vez que estes algoritmos são verdadeiras “caixas pretas” (Redden e Brand, 2019). Além disso, a segmentação de usuários é particularmente ameaçadora para campanhas políticas democráticas, especialmente em países mais pobres, devido à falta de um sistema bem estruturado de regulamentação das plataformas. Isso potencializa o poder que essas entidades têm de determinar e manipular a visão de mundo dos usuários, favorecendo a proliferação de conteúdo extremista, inclusive por meio do processo de desinformação intencionada (Amnesty Internacional, 2019). Segundo Morozov (2018), “As eleições brasileiras de 2018 mostraram o alto custo a ser cobrado de sociedades que, dependentes de plataformas digitais e pouco cientes do poder que elas exercem, relutam em pensar nas redes como agentes políticos.”. Desta forma, os usuários das redes sociais são submetidos a um processo baseado no abuso dos direitos humanos para acessar serviços que seriam fundamentais ao usufruto destes mesmos direitos (Amnesty Internacional, 2019). Neste contexto, a pesquisa tem por objetivo descrever as facilidades e os desafios produzidos pelas redes sociais ao exercício dos direitos humanos no Brasil. O estudo, de caráter qualitativo e descritivo, utilizará a estratégia do estudo de caso para examinar a atuação da Anistia Internacional no Brasil, uma das organizações de direitos humanos com maior legitimidade atualmente. A metodologia envolverá uma revisão bibliográfica e uma análise documental com base em publicações jornalísticas e documentos da Anistia Internacional. Espera-se que a pesquisa seja capaz de mapear as principais facilidades e desafios que a organização enfrenta no Brasil, fornecendo constatações úteis para a formulação de estratégias que possam enfrentar as atuais crises relativas aos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: AMNESTY INTERNATIONAL. Surveillance Giants: How the business model of Google and Facebook threatens human rights. Reino Unido: Amnesty International, 2019. MOROZOV, E. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política, Ubu Editora, 2018. REDDEN, J.; BRAND, J. Data Harm Record, 2017. Disponível em: <https://datajusticelab.org/data-harm-record/>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6046**

TÍTULO: **O PAPEL DA CRÍTICA NA PRODUÇÃO DE DISCURSOS DA ATIVIDADE MINERADORA: O PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA**

AUTOR(ES) : **SOFIA EDER**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: A atividade mineradora é conhecida por seus efeitos deletérios tanto no âmbito ambiental quanto no social. Ciente das possibilidades de causar conflitos em seus locais de exploração, as corporações do capital extrativo passaram e passam por um processo contínuo de assimilação das críticas direcionadas aos seus modelos de negócios, de forma que consigam gerir os conflitos, fazer cessões e até tornar todos os afetados em partes interessadas (stakeholders) da atividade. Nesse sentido, essas empresas têm investido em parcerias em vários âmbitos para garantirem o gerenciamento dos conflitos que ameaçam os negócios com objetivo de alcançar a "licença social para operar". Essa análise atravessa a relação entre o capitalismo e a crítica na forma como a crítica é assimilada e o que é produzido de resultado dessa assimilação. A pesquisa se propõe a buscar na sociologia da crítica uma fundamentação argumentativa e contextual própria para compreender como o processo de assimilação da crítica dessa atividade transformou as empresas de mineração em empresas com "responsabilidade socioambiental", com certificados verdes e demais selos para que continuem seus negócios degradantes no mesmo momento em que mantém suas legitimidades perante a sociedade. Dessa forma, as corporações conseguem conter a crítica mantendo inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, dando respostas às insatisfações e produzindo materiais e discursos ajustados à demanda. O presente trabalho se foca na análise da produção de materiais discursivos das corporações e no processo de construção do corpus da pesquisa que reunirá imagens, textos e outros documentos que representem discursos objetivos e subjetivos que configuram um exercício de controle territorial. Metodologicamente, serão apresentadas as ferramentas para obtenção dos materiais que conformam o corpus, além da forma como se pretende tratar os dados adquiridos, com análises dos argumentos e discursos. Por fim, será apresentado os encaminhamentos futuros previstos para o trabalho com esse corpus dentro da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, Henri. Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de "comunidades" in: Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do "social". Org. Henri Acselrad. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2018. p. 33 - 60. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. O novo espírito do capitalismo. Livro. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6089**

TÍTULO: **DESENHOS DE MERCADO INTERNACIONAIS E A ABERTURA DO MERCADO ELÉTRICO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **LEONARDO DE OLIVEIRA GONCALVES,GUSTAVO RODRIGUES ESTEVES**

ORIENTADOR(ES): **NIVALDE JOSÉ DE CASTRO**

RESUMO: No contexto atual de liberalização do mercado de energia no Brasil, caracterizado pela redução gradual do ACR (ambiente de contratação regulado), é crucial analisar a estrutura dos mercados elétricos e seus regimes regulatórios. Esta abordagem metodológica é justificada pelo papel significativo do setor elétrico tanto na transição energética global quanto no crescimento econômico sustentável. Países desenvolvidos servem como modelos para a estruturação e operação de mercados liberalizados. Em particular, naqueles com mercados elétricos liberalizados e abertura ao mercado consumidor, observam-se as melhores práticas regulatórias, especialmente em setores de infraestrutura como o setor elétrico. Estes mercados atraem investimentos de capital intensivo e de longo prazo, oferecendo condições de financiamento e interesse de investidores que impulsionam o desenvolvimento econômico. A pesquisa visa identificar países com mercados elétricos liberalizados para servir de referência e promover uma compreensão das transformações estruturais do processo de Abertura de Mercado no setor elétrico brasileiro. Além disso, busca-se contextualizar e analisar os regimes regulatórios e institucionais dos países selecionados, com ênfase naqueles que demonstram melhor desempenho, segundo indicadores regulatórios. O objetivo é avaliar as semelhanças e diferenças com o setor elétrico brasileiro, examinando aspectos qualitativos comparativos com as melhores práticas internacionais. Serão analisados temas como a natureza pública ou privada dos ativos, a estrutura do mercado, barreiras à concorrência e mecanismos regulatórios de tarifas, entre outros. Para isso, a metodologia de pesquisa utiliza os indicadores Product Market Regulation (PMR) da OCDE, que agregam informações sobre as variáveis nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Os dados qualitativos são transformados em quantitativos pela plataforma PMR Schematas e a análise do Brasil em comparação com os países da OCDE é realizada através de um painel comparativo. Os resultados da análise dos indicadores PMR do setor elétrico revelam que uma das principais diferenças do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB) em relação aos países da OCDE está na limitação do pequeno consumidor, que só pode escolher sua distribuidora local de energia. Outro desafio é a regulação dos comercializadores varejistas, principalmente no que diz respeito à separação societária entre fio e energia, para garantir concorrência com transparência e responsabilidade. Por fim, a experiência internacional mostra que o Brasil ainda está em um estágio de desenvolvimento mais lento em comparação com os países da OCDE. Esta pesquisa se insere no âmbito do projeto de P&D da ANEEL de Novos Desenhos de Mercado e que conta com a participação do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL-UFRJ).

BIBLIOGRAFIA: Indicators of Product Market Regulation. OCDE. 2018 Relatório do Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico. GT Modernização do Setor Elétrico Portaria MME nº 187/2019. Tomada de Subsídios Aneel 10/21. Aneel. 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6133**

TÍTULO: **ANALISANDO A INFLUÊNCIA DE PAÍSES DO CENTRO CAPITALISTA NA CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES DA AMÉRICA LATINA.**

AUTOR(ES) : **LUCAS CARDOSO GREGORIO**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO: A pesquisa proposta busca analisar os processos de urbanização nas cidades brasileiras, investigando os fatores que moldam sua configuração espacial e social. O objetivo central é compreender como a urbanização reflete a interação entre fatores históricos, econômicos, sociais e políticos, com ênfase na relação de dependência em relação ao capitalismo global. Considerando a formação do espaço brasileiro, a discussão guiada busca responder a questões como: por que a concentração populacional se dá em áreas específicas? Por qual razão o transporte público não prioriza a malha ferroviária? Por que há pouca conectividade interna avançada entre as cidades brasileiras? O que motiva a falta de interação entre as populações dos países da América Latina? O estudo utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão crítica da literatura sobre urbanização, dependência e desenvolvimento, com foco em cinco autores fundamentais para a compreensão da urbanização latino-americana: Aníbal Quijano, Manuel Castells, Milton Santos, Paul Singer e Maurício de Abreu. Cada um desses autores oferece uma perspectiva distinta, porém complementar, sobre as relações de poder globais e locais que influenciam o desenvolvimento urbano na região. Os métodos de pesquisa incluem a análise das obras desses autores para identificar como suas teorias explicam a dinâmica urbana, com especial atenção à dominação econômica e política imposta pelos países centrais e suas consequências nos territórios dominados. A análise também considera a importância de fatores internos, como a luta de classes e as políticas públicas locais, que afetam diretamente a estrutura das cidades. Os resultados preliminares indicam que a urbanização na América Latina é profundamente marcada por sua posição periférica no sistema capitalista global, o que gera uma configuração espacial desigual, caracterizada pela segregação e pela concentração de infraestrutura em áreas específicas. A dependência econômica em relação aos países centrais se reflete em políticas públicas que favorecem interesses externos, como no caso das redes de transporte, que privilegiam modais rodoviários conectados com o litoral em detrimento dos ferroviários interiorizados – privilegiando o atendimento das demandas oriundas da metrópole capitalista global ao invés das necessidades locais. A pesquisa também busca revelar que, além de influências externas, os fatores internos – como a gestão urbana e as disputas políticas e sociais – desempenham um papel crucial na forma como as cidades se desenvolvem. Por exemplo, as transformações urbanas no Rio de Janeiro, analisadas por Maurício de Abreu, mostram como intervenções estatais e mudanças econômicas geram novas contradições, ampliam a segregação espacial e aprofundam desigualdades. Assim, a proposta visa oferecer uma compreensão mais completa das dinâmicas urbanas nas cidades brasileiras, propondo uma análise que articula tanto as influências globais quanto as especificidades locais.

BIBLIOGRAFIA: CASTELLS, M. A Questão Urbana – 4a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009; QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978; SANTOS, M. A urbanização desigual. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980; ABREU, M. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: PCRJ, 2006; PAULA, D. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. Brasil: UFU-RBHC, 2010; e SANTOS, P. Formação das cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2001.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6143**

TÍTULO: **TODA ROUPA MERECE UMA SEGUNDA CHANCE: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FEMININO EM REDE. UM ESTUDO SOBRE O MERCADO DE SEGUNDA MÃO DAS BRECHOLEIRAS DE MADUREIRA, NO SUBÚRBIO CARIOCA**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ DA SILVA GOMES, POLLYANA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RITA DE CASSIA MONTEIRO AFONSO**

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar as tendências e desafios do empreendedorismo em rede sob a perspectiva das integrantes do grupo Brecholeiras, grupo de venda de produtos de segunda mão, localizado em Madureira, rio de Janeiro. Os objetivos específicos incluem: descrever o contexto do empreendedorismo feminino nas Brecholeiras; identificar as perspectivas das entrevistadas acerca das dificuldades, modelos de negócio e motivações de empreender; investigar as estratégias de adaptação utilizadas pelas empreendedoras em um contexto de empreendedorismo de encruzilhada; e identificar os benefícios de participar de uma rede segundo as integrantes do grupo. O referencial teórico é baseado em uma pesquisa teórica e documental, reunindo materiais bibliográficos que abordam conceitos de administração, empreendedorismo, empreendedorismo de encruzilhada, empreendedorismo feminino e redes. A metodologia aplicada é qualitativa e a pesquisa é classificada como descritiva quanto aos fins e bibliográfica e de campo quanto aos meios. Utilizou-se a técnica de entrevista estruturada para coletar dados das vendedoras e administradoras da feira Brecholeiras, selecionadas pelo método de acessibilidade e critério de saturação. As entrevistas foram conduzidas com dois roteiros distintos para empreendedoras e administradoras. Os dados foram coletados através de visitas e gravações de áudio autorizadas, e posteriormente transcritos e analisados por categorização a posteriori. Os resultados revelaram que o empreendedorismo feminino no evento Brecholeiras emerge da necessidade e da busca por flexibilidade e autonomia, sendo também um momento de prazer para as brecholeiras. As empreendedoras enfrentam desafios como a conciliação de múltiplas jornadas e a falta de apoio, mas também encontram benefícios significativos na participação na rede, como a troca de experiências e a construção de laços de parceria. O conceito de empreendedorismo de encruzilhada foi trazido para o estudo para explicar o modelo de funcionamento do evento, que revela uma gestão baseada em adaptações constantes e práticas ordinárias, conforme as necessidades e oportunidades que surgem no dia a dia. O estudo, portanto, contribui para a compreensão do empreendedorismo em contextos desafiadores e reforça a importância do suporte em rede para o desenvolvimento sustentável das empreendedoras.

BIBLIOGRAFIA: AFONSO, R.; SARAYED-DIN, L. "Inovações de encruzilhada e desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro". Estudios de la Gestión: revista internacional de administración. No. 13 (enero-junio de 2023), 55-74. ISSN: 2550-6641; e-ISSN: 2661-6513. ALMEIDA, E. L.; DIAS, P. K.; SANTOS, E. C. D. Desafios de empreendedoras na economia criativa periférica: um olhar interseccional. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 15, n. 1, p. 122-146, 2021. MACHADO, H.; LEAL, L. Efeitos da imersão de empreendedoras em redes: casos de associações de mulheres de negócios do estado do Paraná. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 2012, Vol.17 (1), p.217-231.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6146**

TÍTULO: **SCRUMBAN: PROPOSTA DE FRAMEWORK ÁGIL PARA PROJETOS**

AUTOR(ES) : **AIRTON MENDES DEZERO JÚNIOR, ARMANDO DE ALBUQUERQUE FERREIRA, GABRIELA DOS SANTOS PINELLI CALDEIRA, RODRIGO CUNHA OLIVEIRA, ROMULO MENDES DE BARROS**

ORIENTADOR(ES): **BORIS ASRILHANT**

RESUMO: No cenário atual, as organizações vêm se deparando com um panorama crescente de mudanças. As metodologias ágeis, por sua vez, têm sido consideradas como uma alternativa eficaz frente às abordagens tradicionais para o gerenciamento de projetos, visto que permitem que os produtos dos projetos possam se adaptar às expectativas do cliente dentro de um ambiente caracterizado por elevado nível de incertezas, através de equipes reduzidas que interagem de forma contínua com os clientes. O conceito de agilidade emergiu das ideias do Agile Manufacturing na década de 1990, a partir do entendimento de que a vantagem competitiva é marcada por respostas rápidas às solicitações do mercado. Dois dos principais métodos ágeis são o Scrum e o Kanban. O Scrum propõe uma forma interativa e incremental para o processo de desenvolvimento do produto, comumente utilizado através de times pequenos e multidisciplinares, que participam de reuniões rápidas e diárias visando à identificação e correção de quaisquer deficiências e/ou impedimentos nesse processo. O Kanban teve origem no Sistema Toyota de Produção, que proporciona um controle visual do progresso gradual do trabalho do time. A partir de um levantamento bibliográfico feito sobre esses dois métodos ágeis, foi proposto um framework teórico que combina ambos os métodos, denominado de "Scrumban", que se baseou nas atividades de projetos de uma empresa de construção civil. Esse framework foi dividido em quatro etapas (Preparação e Planejamento; Implementação; Integração com Outros Processos; e Avaliação e Ajustes), sendo descritas as atividades para cada etapa. Ao integrar estes métodos, a empresa poderá melhorar a coordenação, a visibilidade do progresso e a capacidade de adaptação às mudanças, resultando em projetos mais bem-sucedidos e um time mais colaborativo.

BIBLIOGRAFIA: ARRUDA, L. Desenvolvimento ágil de software: uma análise sintética a partir da metodologia Kanban. VII CONNEPI Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, Tocantins, 2012. SCHWABER, K. Agile Project Management with Scrum. 1. edição. [S.1]: Microsoft Press, 2004. WYSOCKI, R. K. Effective project management: traditional, agile, extreme. Indiana: Wiley, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster**

ARTIGO: **6148**

TÍTULO: **BIBLIOTECAS DO AMANHÃ: Uma análise do projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro.**

AUTOR(ES) : **PAULO VICTOR NASCIMENTO MIRANDA DOS SANTOS, LUISA FERNANDES RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **NIKIFOROS JOANNIS PHILYPPIS JUNIOR**

RESUMO: A Ciência da Informação sempre buscou formas de analisar, organizar e catalogar o conhecimento das mais diversas maneiras possíveis, seja através de bibliotecas, bancos de dados, tesouros ou arquivos. Todos os procedimentos e processos envolvidos na organização de dados e informações têm como objetivo final a sua recuperação eficiente. Neste contexto apresentado, o presente trabalho, utilizaremos como metodologia o estudo de caso. A pesquisa é de natureza exploratória, e busca fazer uma análise do que está sendo implementado através de uma comparação com projetos similares ou que teriam inspirado o projeto em questão, focando no projeto "Bibliotecas do Amanhã", da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo do trabalho é realizar uma análise qualitativa de uma das unidades de informação participantes do projeto, verificando se os aspectos destacados pelas "Libraries of Tomorrow" — que estabelecem um parâmetro internacional de como as bibliotecas devem se configurar no futuro — estão presentes nas bibliotecas inauguradas pela prefeitura, no âmbito da Lei Rouanet. A análise da metodologia se dará através de comparação com diversos artigos relacionados as Bibliotecas do Amanhã e modelos de bibliotecas internacionais. Como resultados esperados, pretende-se chegar a uma compreensão maior do que motivou estas mudanças das bibliotecas do Rio de Janeiro, tanto como realizar uma comparação direta com o modelo inspirado e as bibliotecas já presentes no Rio de Janeiro a ponto de se possa dizer se este novo modelo de bibliotecas atenderá a necessidade dos seus usuários. Tais análises demonstram que o projeto "Bibliotecas do Amanhã" tem potencial para servir como um modelo para outras cidades, mas requer atenção contínua às práticas e princípios que garantirão seu sucesso a longo prazo. As referências utilizadas incluem a reportagem publicada no site biblio.info da prefeitura (Assessoria de Comunicação do CDI-Bibliotecas, 2016), como exemplo do caso das "Bibliotecas do Amanhã" inauguradas, e as publicações de Nascimento e Spudeit (2023) — que discutem a aplicação da Lei Rouanet (nº 8.313/91) em projetos de cultura e leitura — e de Serageldin (2013), que aborda o futuro das bibliotecas sob a perspectiva de um bibliotecário da Biblioteca de Alexandria. Em suma, consideramos que este aspecto investigativo e metodologia são importantes para a iniciativa pública orientada a implementar novos paradigmas biblioteconômicos. O foco é compreender qual será o papel social e a atuação futura das unidades de informação, além de refletir sobre o perfil dos bibliotecários do futuro.

BIBLIOGRAFIA: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: "Prefeitura Do Rio Inaugurou Biblioteca Do Amanhã No Rio Comprido." *Biblio*, 30 Mar. 2016, disponível em: Acesso em: 20 Ago. 2024. A Ciência da Informação sempre buscou formas de analisar, organizar e catalogar o conhecimento das mais diversas maneiras possíveis, seja atr "Biblioteca Do Amanhã é Inaugurada No Rio Comprido, Centro Do Rio." Rio de Janeiro, 29 Mar. 2016, disponível em: Acesso em 10 Ago. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6156**

TÍTULO: **Projeto de Pesquisa e Extensão Debates Pós-Coloniais e Decoloniais**

AUTOR(ES) : **MONIK KLEIN,JOAO LUIZ SERAPHIM DOS PASSOS,EMMANUELLE FERREIRA NUNES ELIAS**

ORIENTADOR(ES): **VICENTE GIL DA SILVA**

RESUMO: O projeto nasceu com o objetivo de questionar a perspectiva centrada no Norte Global, ainda hegemônica nos espaços acadêmicos de modo geral. Sua metodologia busca sustentar o eixo de extensão a partir de sua articulação orgânica com os eixos de ensino e pesquisa. Os eixos de ensino e pesquisa são compostos por ciclos de formação que compreendem a apresentação e discussão de textos sobre temáticas pós/decoloniais. Em 2023, se concentrou em Estudos Subalternos e Estudos sobre Migração como eixo básico, além dos eixos temáticos "Ética do cuidado na academia – qual é o papel de acadêmicos críticos?"; "Racismo, Colonialismo e Educação"; e "Estudos Críticos da Branquitude e Relações Internacionais". O intuito da interrelação entre eixos é aprofundar as discussões e estimular a produção. Para tanto, a metodologia se fundamenta em um processo colaborativo de estruturação e organização do grupo, que se divide por áreas (Coordenação Geral, Ensino e Pesquisa, Comunicação e Eventos, Mídia e Criatividade) e realiza reuniões mensais de avaliação e planejamento, para discussão das produções. Monik Klein, João Seraphim e Emmanuelle Ferreira, extensionistas contemplados pelo Profaex estiveram, respectivamente, nos cargos de Coordenação, Assessoria de Mídia e Direção de Comunicação e participaram da formulação e execução das ações realizadas. Ao longo do ano, o projeto ampliou sua relevância na construção e compartilhamento de saberes pós/decoloniais, mantendo a frequência de publicações nas redes e chegou ao alcance de 52 mil pessoas. Além das publicações, foram realizados eventos com parceiros nacionais e internacionais, a saber: 1. Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais no Ensino da História e de Relações Internacionais, no formato mesa redonda com professores e graduandos palestrantes, realizado em auditório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e constituído por 4 mesas: mesa 1 (A de(s)colonização acadêmica a partir das reivindicações discentes e docentes); mesa 2 (Descolonizando o fazer histórico); mesa 3 (Repensando os caminhos do ensino das Relações Internacionais); e mesa 4 (As armadilhas e potencialidades da de(s)colonização do ensino); 2. Migração, Refúgio e Pós-colonialismos, mesa redonda com professores, refugiados e representantes da sociedade civil palestrantes, realizado na UERJ, com parceria externa do projeto, constituído por 2 mesas: mesa 1 (Normatividades, resistências e subjetividades nas trajetórias migrantes); e mesa 2 (Gêneros, violência epistêmica e refúgio); os eventos reuniram um número considerável de estudantes e entregou certificados a todos os envolvidos. 3. Feira da União, evento com a participação de 20 feirantes de diversas nacionalidades reunidos para promover um espaço multicultural com gastronomia típica e artesanatos, realizado no campus Praia Vermelha (UFRJ), buscou promover o contato e o diálogo entre migrantes, refugiados e acadêmicos, além de fomentar os empreendimentos dos feirantes envolvidos.

BIBLIOGRAFIA: FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 458-485, 2019. QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005. TORRES, Nelson. Análise da Colonialidade e da Decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, R. (Eds.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 31-61.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6186**

TÍTULO: **UMA AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **João Pedro Elbert Guimarães**

ORIENTADOR(ES): **ROMERO CAVALCANTI BARRETO DA ROCHA**

RESUMO: O presente estudo está inserido em um projeto de pesquisa que objetiva produzir conhecimento para subsidiar e direcionar ações para uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e tem como propósito específico avaliar economicamente áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Nesse projeto de PSA, foram estimados os custos de oportunidade da terra por hectares e os custos de recuperação ambiental por hectare, por bioma, em todo o território nacional de modo a consolidar o custo de oferta de conservação, ou seja, um modelo que permite ponderar a disposição mínima do proprietário de terra a aceitar compensação econômica para voluntariamente dedicar a área para conservação (informação necessária para se estabelecer um PSA nacional). Neste momento está sendo desenvolvida uma proposta para estimar, em termos econômicos, os benefícios da redução da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, da conservação de solo (um dos elementos mais importantes para a preservação dos recursos hídricos e redução dos danos causados por eventos climáticos extremos) e da conservação da biodiversidade. A combinação dos resultados dos modelos permitirá a simulação de custos de equalização (entendido como o preço mínimo a ser pago ao proprietário para que aceite a conservação em sua propriedade) com os benefícios esperados pela conservação dos serviços ambientais. Este trabalho foca especificamente na avaliação do benefício da conservação da biodiversidade, de modo que seu objetivo final é oferecer uma ordenação de áreas com maior prioridade de ações de conservação da biodiversidade no Brasil a partir da relação benefício/custo, além de construir uma curva de oferta da conservação da biodiversidade, indicando qual seria o custo econômico para se conservar um território em hectares, priorizando as regiões com maior importância biológica. Para tal fim, será realizado o cruzamento de regiões com maior necessidade de conservação por uma ótica de importância biológica (maior benefício com a conservação) com áreas de menor custo de oportunidade. Para a estimativa da importância biológica da conservação estão sendo utilizados dados fornecidos pelo Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) e os dados obtidos pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) em seu relatório "Áreas prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade - 2ª Atualização" de 2023. Já os dados do custo de oportunidade foram calculados no projeto de PSA como uma função de rentabilidade esperada da terra ou a partir uma base de dados com os preços dos imóveis rurais por tipo de uso econômico. Os resultados deste estudo devem oferecer uma contribuição significativa para o planejamento e a implementação de políticas de conservação da biodiversidade no Brasil e ainda adicionar um elemento à base para a formulação de uma Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

BIBLIOGRAFIA: MMA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira - 2ª Atualização*. Brasília: MMA, 2023. YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; CASTRO, Biancca Scarpeline de (coord.). *Estudos e produção de subsídios técnicos para a construção de uma Política Nacional de Pagamento por Serviços: relatório final com apêndices*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, Instituto de Economia, o Grupo de Economia do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2016. 92 p.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6196**

TÍTULO: **Ativismos cartográficos em experiências populares de planejamento urbano em situações de conflito**

AUTOR(ES) : **EMILYN CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO: Definida como a "representação geométrica plana, simplificada e convencional de toda a superfície terrestre ou de parte dela, apresentada por meio de mapas, cartas ou plantas" (IBGE), a cartografia, como qualquer meio de representação e comunicação, traduz as perspectivas, interesses e objetivos daqueles que a propõem. A temática do "Ativismo cartográfico" surge a partir do entendimento da mudança da prática cartográfica de uma ferramenta de dominação para uma prática de ativismo, redefinindo-a por meio da apropriação e dos processos participativos, que conferem protagonismo aos sujeitos mapeados e abrangem suas múltiplas territorialidades (SANTOS, 2011), valorizando as experiências socioespaciais desses grupos em situação de vulnerabilidade. Além de apoiar a ação política, a cartografia participativa (SLETTTO et al., 2013) busca cultivar relações horizontais na produção de mapas eficazes, dando significado ao lugar para os sujeitos envolvidos e ressaltando a importância do autoconhecimento neste espaço de luta. O objetivo principal da pesquisa é identificar e caracterizar o uso da cartografia nas experiências de planejamento e assessoria popular articuladas a iniciativas autônomas de comunidades e movimentos sociais relacionados à luta pela terra, moradia e permanência frente a tentativas de remoção, que são, por sua vez, lutas essencialmente coletivas. Nesse sentido, a metodologia adotada pela pesquisa envolve o levantamento e mapeamento de experiências de ativismo cartográfico em situações de conflitos urbanos e de planejamento territorial e conflitual. A partir de uma busca na web com palavras-chave como cartografia, cartografia social, cartografia participativa, assessoria popular e planejamento urbano, 24 experiências foram mapeadas e sistematizadas em um banco de dados. As categorias foram organizadas a partir da combinação das palavras, abordagens e procedimentos utilizados para representação cartográfica, além de grupos relacionados ao desenvolvimento da ação. Uma análise comparativa dos modelos de produção, procedimentos, abordagens e práticas foi realizada para compreender a aplicabilidade das ferramentas de representação em cada contexto de conflito. A partir disso, busca-se identificar o potencial de difusão de repertórios de ação, activismos e lutas do movimento de assistência popular. Conclui-se que a cartografia, além de sua função tradicional, assume um papel fundamental como ferramenta de resistência (MIRAFTAB, 2016). A pesquisa, ao mapear e analisar essas experiências, revela a importância de compreender e difundir repertórios de ação, reforçando o potencial transformador dessa prática. A cartografia se configura como um instrumento poderoso na construção de um planejamento territorial justo e inclusivo, refletindo a essência coletiva das lutas populares e contribuindo para a democratização do espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA: MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos. (online). Recife, v.18, n.3, p.363–377, 2016. SANTOS, R. E. dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica da América Central. Número Especial EGAL, 2011– Costa Rica. II Semestre 2011. pp. 1–17 SLETTTO, B. I.; BRYAN, J.; TORRADO, M.; HALE, C.; BARRY, D. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. Cuadernos de Geografía, 2013, Vol.22(2), pp.193–310.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6207**

TÍTULO: **A INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE IA NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO SOB À ÓTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

AUTOR(ES) : **FERNANDA MEDEIROS DE SOUZA, MORGHANNA DE CARVALHO SANTOS GOULART**

ORIENTADOR(ES): **MARCIA CRISTINA XAVIER DE SOUZA**

RESUMO: A Era Digital é uma realidade incontestável e o Direito como conhecemos está em constante evolução para se adaptar a esse novo contexto tecnológico. O Direito Processual, em particular, deve harmonizar as normas tradicionais e a modernidade jurídica tecnológica. Nesse cenário, emerge uma das grandes polêmicas judiciais contemporâneas: o posicionamento do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, em relação ao uso de Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário. Barroso tem demonstrado uma postura favorável à incorporação da IA no sistema judiciário brasileiro, anunciando parcerias com grandes empresas de tecnologia, como Amazon, Microsoft e Google. Essas parcerias visam implementar projetos pro bono, incluindo um programa para resumir processos, uma ferramenta semelhante ao ChatGPT para uso jurídico, e uma interface única que permita a integração harmoniosa dos sistemas judiciais eletrônicos de todos os tribunais. O objeto desta pesquisa é a análise crítica da proposta de Barroso sob a ótica do direito processual. A problemática central reside nos possíveis impactos negativos dessa proposta para o processo eletrônico brasileiro. A legitimidade processualística democrática dessa colaboração é questionada, pois pode ferir os princípios do devido processo legal e suas cláusulas essenciais, especialmente no que se refere ao princípio da publicidade processual. Para realizar esta análise, foi utilizada uma metodologia qualitativa baseada em revisão bibliográfica e análise documental. As fontes incluem literatura acadêmica sobre IA e direito, relatórios de projetos judiciais, discursos oficiais e regulamentações pertinentes. Dessa forma, urge analisar o uso de Inteligência Artificial e a abertura do sistema judiciário ao ambiente das Big Techs em meio à proteção dos dados e o sigilo processual. Busca-se no avanço e na melhor compreensão da atuação das IAs nos sistemas jurídicos.

BIBLIOGRAFIA: MEDON, F. Inteligência Artificial e Responsabilidade Civil: Autonomia, Riscos e Solidariedade. 2ª. ed. São Paulo: JusPODIVM, 2021. PEREIRA, João Sergio dos Santos Soares; VALE, Luís Manoel Borges do. Teoria Geral do Processo Tecnológico. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2023. DIDIER JR. Fredie; ZANETI JR., Hermes. In: Justiça Multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada para conflitos (Coleção grandes temas do novo CPC, v. 9 / Fredie Didier Jr. (coord)). Salvador: Juspodivm, 2016

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6211**

TITULO: **EXTENSÃO DIALÓGICA NO MUNDO DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DO PROJETO DIATRAB**

AUTOR(ES) : **VIVIANE CARNEVALE HELLMANN**

ORIENTADOR(ES): **RENATA VERSIANI SCOTT VARELLA, JULIANA BENICIO XAVIER**

RESUMO: O projeto de extensão Trabalho, Diálogo e Ação (DiaTrab) objetiva fomentar e consolidar o agir, os diálogos sociais, comunitários, universitários e institucionais ligados ao "trabalho", motivando o acesso das/os trabalhadoras/es a direitos e impulsionando a construção de uma compreensão histórico-social mais ampla e crítica do mundo do trabalho. O projeto realiza ações de extensão junto aos/as trabalhadores/as, coletividades, organizações, além de oferecer orientações jurídicas. O presente trabalho visa apresentar as diferentes frentes de Estudo-Ação do projeto que foram realizadas ao longo do último ano. Em relação à Frente dos trabalhadores rururbanos, foi finalizado o Projeto Agentes Populares de Saúde em parceria com a Fiocruz com trabalhadores/as rururbanos em três territórios: conjunto habitacional DSUP (Complexo de Mangueiros); comunidade rururbana Terra Prometida (Complexo da Penha); Assentamento Rural PDS Oswaldo de Oliveira (Macaé). Referido projeto realizou pesquisa e cursos de Agentes Populares de Saúde, nos quais o módulo Direitos foi desenvolvido e realizado pelo DiaTrab em parceria com as comunidades, tendo o projeto contribuído para a formação de Pesquisadores Populares. Na comunidade Terra Prometida, que é caracterizada como uma ocupação agroecológica, foram realizadas, após a finalização do projeto, reuniões e visitas para mapeamento e planejamento dos trabalhos futuros. Em relação à Frente trabalhadores/as de quilombos, a parceria com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro segue se desenvolvendo com atuações pontuais, principalmente na comunidade quilombola Maria Joaquina. No âmbito do Quilombo Santo Amaro (Itacaré/Bahia), foi realizada assessoria jurídica popular a fim de evitar enchentes severas na região com a abertura de comportas da Usina Hidrelétrica do Rio São Francisco. Por fim, em relação à Frente dos trabalhadores/as de plataforma, o projeto integrou um grupo mais amplo de pesquisa e extensão articulado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) a fim de entender os processos organizativos e as ações coletivas destes trabalhadores, em diálogo com suas organizações e lideranças. Desse processo, tem surgido a perspectiva de ações com organizações de entregadores/as voltadas para a formação em direitos, para além das cartilhas. No curso do projeto de extensão, os referenciais teórico-metodológicos utilizados foram: pedagogia do oprimido de Paulo Freire (2019), pedagogia engajada de bell hooks (2013) e a pesquisa militante (VERSIANI, 2017). Conclui-se que a extensão universitária possui um papel importante na construção de saberes e práticas emancipatórias tanto dentro quanto fora da Universidade, sendo indissociáveis a ação extensionista, o ensino e a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. VERSIANI, Renata. A pesquisa militante na América Latina: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. Tese de Doutorado em Sociologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 344 fls., 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6230**

TITULO: **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E DIPLOMACIA ALIMENTAR: A fome na agenda internacional do Governo Lula (2003-2010)**

AUTOR(ES) : **MARIA CLARA CORREA CHEVI**

ORIENTADOR(ES): **DANIELLE COSTA DA SILVA**

RESUMO: Este artigo explora a diplomacia alimentar na política externa brasileira, com foco no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O estudo analisa como a política de alimentação e segurança alimentar se integrou à diplomacia brasileira, destacando a influência das políticas de transferência de renda e do programa Bolsa Família. Utilizando a abordagem de Putnam (1988) sobre a relação entre política interna e externa, o artigo examina como essas políticas internas moldaram a estratégia externa do Brasil. A análise inclui uma revisão de discursos do presidente Lula para entender a construção e a implementação da política externa alimentar e uma observação das ações de cooperação do governo brasileiro em fóruns multilaterais, como a FAO, e as iniciativas regionais na América Latina, Caribe e África. A pesquisa apresenta como o Brasil usou sua diplomacia alimentar para promover a segurança alimentar global e fortalecer suas relações internacionais, refletindo uma aproximação inovadora entre a política interna e externa e consolidando sua posição como um ator significativo no cenário global.

BIBLIOGRAFIA: PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia e política, v. 18, p. 147-174, 2010. RONDO, Milton; LOPES, Marcos. Política Externa e Democracia: a construção de novos paradigmas em Segurança Alimentar e Nutricional. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6234**

TÍTULO: **Análise socioespacial de Injustiças ambientais: O Racismo Ambiental na CPI da Braskem (Maceió / AL).**

AUTOR(ES) : **DAYANE ALVES DA SILVA, ANNA PAULA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO: O projeto de pesquisa faz parte do grupo de iniciação científica "Análise socio-informática de conflitos ambientais" pertencente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e considera o caso da Braskem como objeto de estudo, relatando a extração de sal-gema em Maceió desde 1976, tornando-se emblemático para a análise do racismo ambiental no Brasil, uma vez que a prática conduzida sem a devida consideração pelos riscos ambientais resultou em graves consequências para a população local, majoritariamente de baixa renda e negra. Em 2018, a extração descontrolada causou o afundamento de solo em vários bairros, forçando a evacuação de milhares de famílias e transformando áreas inteiras da cidade em "zonas fantasmas". Diante disso, entende-se por Injustiça Ambiental "o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis." Assim, a temática do "Racismo Ambiental" surge como o entendimento de que a distribuição desigual de riscos e danos ambientais afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis e racializadas. Nesse caso, as populações mais afetadas pela devastação ambiental em Maceió são historicamente marginalizadas e tiveram suas vozes ignoradas durante o processo de tomada de decisões. A análise revela não apenas a negligência da empresa, mas também a omissão e conivência do poder público em proteger essas comunidades, perpetuando um ciclo de injustiça e exclusão social. O objetivo principal é mapear através do Censo de 2022 (IBGE) os dados referente à raça em cada bairro afetado, sendo estes: Mutange, Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol, para assim, identificar e caracterizar a investigação do espaço que "não é apenas o palco onde os acontecimentos se dão; ele é também um agente ativo desses acontecimentos" (Milton Santos). Neste sentido, a metodologia adotada pela pesquisa parte de um levantamento e mapeamento das áreas afetadas que caracteriza a relação entre o espaço urbano e as populações vulneráveis, buscando entender como as desigualdades raciais se manifestam na distribuição dos impactos ambientais, utilizando técnicas de análise socioespacial e ferramentas de georreferenciamento para examinar a correlação entre a localização das populações marginalizadas e a intensidade dos danos sofridos.

BIBLIOGRAFIA: ACSELRAD, Henri. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 30-45. SANTOS, Milton. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008. p. 65-70. SLETTTO, B. I.; BRYAN, J.; TORRADO, M.; HALE, C.; BARRY, D. Territorialidade, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. Cuadernos de Geografía, 2013, Vol.22(2), pp.193-310.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6344**

TÍTULO: **CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **HUGO GOMES DE LIRA**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO: A presente pesquisa, situada no marco teórico da criminologia crítica e da antipsiquiatria, partindo da revisão bibliográfica acerca do tema e da coleta de dados a partir do trabalho de campo realizado nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Rio de Janeiro, visa explorar a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero na formulação e implementação da Política Antimanicomial, aos moldes propostos pela Resolução nº 487/23/CNJ, particularmente no estado fluminense. Assim, em um primeiro momento, em uma contextualização acerca da cultura manicomial no Brasil, acentua-se a influência do movimento antimanicomial e a importância da Lei nº 10.216/01. Assim, destaca-se que mesmo dentro de importantes marcos normativos, a efetivação da Reforma Psiquiátrica tem sido insuficiente, em parte devido a uma cultura conservadora que se traduz em uma espécie de "populismo manicomial". Em um segundo momento, a pesquisa enfatiza a importância de uma abordagem interseccional que considere as especificidades de gênero, destacando que mulheres enfrentam desafios únicos decorrentes de estereótipos, violência e desigualdades estruturais de gênero. Em virtude do cenário delineado, sugere-se que a implementação de uma política antimanicomial eficaz deve envolver a reconfiguração dos laços familiares, a reintegração social por meio de redes de apoio (como o SUAS e SUS) e a produção de dados sobre violência contra mulheres com deficiência psicossocial. Por fim, conclui-se que uma política antimanicomial genuína requer uma rede planejada de serviços e ações intersetoriais, focando na articulação com perspectivas de gênero para garantir a proteção e o suporte adequado às mulheres desinstitucionalizadas, promovendo, assim, a desconstrução das estruturas patriarcais e machistas que perpetuam as diversas formas de violência contra a mulher.

BIBLIOGRAFIA: CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Manual da política antimanicomial do Poder Judiciário [recurso eletrônico] : Resolução CNJ nº 487 de 2023 / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Ministério da Saúde ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2023. _____. Conselho Nacional de Justiça. Resolução n. 487, de 15 de fevereiro de 2023. Brasília: CNJ, 2023b. Disponível em :<https://atos.cnj.jus.br/files/original2015232023022863fe60db44835.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024. BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6351**

TÍTULO: **YEVGENY PRIMAKOV E O COMBATE AO TERRORISMO: UMA OPORTUNIDADE DE REPOSICIONAMENTO PARA A RÚSSIA?**

AUTOR(ES) : **SUZAN STHEFANY CARVALHO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO: Yevgeny Maksimovich Primakov (1929-2015) destacou-se como uma das figuras mais importantes da política externa russa no período pós-Guerra Fria. Assumiu seu primeiro cargo político de relevância ainda durante o governo de Mikhail Gorbachev (1985-91), quando atuou como presidente do Soviete Supremo da União Soviética de 1988 a 1991. Já sob a presidência de Boris Yeltsin (1991-99), Primakov ocupou o posto de chefe do Serviço de Inteligência Estrangeiro da Rússia, onde permaneceu até janeiro de 1996, quando Yeltsin o nomeou ministro das Relações Exteriores. Após dois anos e oito meses na função, foi elevado por Yeltsin ao cargo de primeiro-ministro. Todavia, sua permanência na posição durou pouco, encerrando-se com sua demissão apenas oito meses depois, em maio de 1999. Nada obstante, continuou a desempenhar um papel significativo nos bastidores da política russa, tornando-se, a partir do ano seguinte, um dos mais próximos conselheiros de Vladimir Putin, que assumiu a presidência da Federação Russa em maio de 2000. Alicerçado em sua vasta expertise política, publicou, em fevereiro de 2004, no contexto em que a Casa Branca intensificava sua campanha de Guerra ao Terror, a obra *A World Challenged: Fighting Terrorism in the Twenty-First Century*, na qual argumentou que a cooperação internacional, especialmente entre a Rússia e os Estados Unidos, seria a estratégia mais efetiva para enfrentar o terrorismo em âmbito global. Ou seja, no mesmo momento em que Washington pressionava as fronteiras russas através da expansão da Aliança Atlântica e avançava uma intensa cronologia de guerras, Primakov definiu a luta contra o terrorismo como uma causa comum entre ambos os países. Isto posto, esta pesquisa tem como objetivo identificar o propósito subjacente de Primakov ao buscar o reposicionamento da Rússia como uma aliada dos Estados Unidos em sua estratégia de segurança. A hipótese deste trabalho é a de que sua real intenção, ao propor substituir a rivalidade e a competição pela parceria e a cooperação, era retirar Moscou do foco das percepções de ameaça de Washington, substituindo-a por uma ameaça compartilhada, e impedir que os EUA utilizassem sua doutrina de combate ao terrorismo para consolidar uma ordem unilateral prejudicial aos interesses russos. Este trabalho adota uma perspectiva analítica sistêmica, na qual as rivalidades entre grandes potências são vistas como fatores determinantes na configuração e hierarquização do sistema internacional. Metodologicamente, esta pesquisa fundamenta-se principalmente nos escritos de Primakov sobre o tema, complementados por uma revisão bibliográfica e o uso de fontes primárias, como tratados e documentos oficiais. Ao final deste estudo, espera-se compreender a contradição aparente entre a cooperação russo-americana no combate ao terrorismo, proposta pela figura mais destacada da política externa russa nas últimas décadas, e a crescente pressão sobre a Rússia resultante do processo de expansão da OTAN iniciado em 1999.

BIBLIOGRAFIA: PRIMAKOV, Y. M. *A World Challenged: Fighting Terrorism in the Twenty-First Century*. Brookings Institution Press, 2004. GOROKHOV, A. A. *Yevgeny Maksimovich Primakov About a Multipolar World of the XXI Century*. Russian Political Science, v. 1, p. 150, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6385**

TÍTULO: **INTERSEÇÃO DE CONHECIMENTOS: A GESTÃO COMO FERRAMENTA PARA ALAVANCAGEM DE NEGÓCIOS NA INYAGA**

AUTOR(ES) : **SAMARA DE SOUZA CANDIDO CALADO FERREIRA, PABLO DOS SANTOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ELIANE RIBEIRO PEREIRA**

RESUMO: A Incubadora de Negócios de Impacto Socioambiental – INYAGA, uma iniciativa da FACC/ UFRJ em parceria com o Parque Tecnológico, é um espaço inovador, que promove o desenvolvimento de negócios sustentáveis, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo Fiorini (2018), a inovação é um componente essencial para o sucesso de negócios sociais, pois permite a adaptação às demandas do mercado e a criação de soluções eficazes para problemas sociais. Teixeira et al. (2021) destacam a importância da interdisciplinaridade, como elemento potencializador da produção de conhecimento, tendo em vista os benefícios oriundos desta troca e o desenvolvimento do pensamento crítico, a partir de um melhor entendimento dos conceitos inerentes aos elementos trabalhados. Neste contexto, a atuação de uma equipe multidisciplinar formada por estudantes de Biblioteconomia e Gestão Pública, desde 2022, se revela crucial. A combinação de competências dessas áreas fortalece os negócios incubados, facilitando a gestão da informação e a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Kotler e Keller (2016), uma gestão eficaz da informação é fundamental para identificar oportunidades e implementar estratégias que atendam às necessidades sociais de forma precisa. A incubadora utiliza uma metodologia de aprendizagem cooperativa e aplicada, realizando ações como o monitoramento de editais e levantamentos para identificar oportunidades para as empresas incubadas. Além disso, oferecem treinamento e capacitação, elaboração de pitches para investidores e orientação personalizada, acompanhada pelos bolsistas. Durante o período de ação, foram atendidos 05 negócios e realizadas 44 atividades de mentoria. Essas iniciativas não apenas fortalecem os empreendimentos, mas também impactam positivamente na transformação sustentável da sociedade, conforme ressaltado por Zahra e Nikolaeva (2015), que destacam a importância de modelos de negócios sociais para o desenvolvimento sustentável. Além disso, contribuem de forma significativa na formação dos extensionistas envolvidos, que têm a oportunidade de experimentar na prática teorias absorvidas em sala de aula. Portanto, a abordagem holística e o suporte adequado proporcionados pela INYAGA indicam como a integração de conhecimentos de diferentes áreas pode ser uma ferramenta poderosa para enfrentar desafios e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. A colaboração entre extensionistas e a gestão estratégica dos negócios na incubadora evidencia o potencial de impacto positivo das iniciativas sociais, reafirmando a relevância das práticas interdisciplinares na promoção de mudanças significativas na sociedade.

BIBLIOGRAFIA: DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa*. 1999. FIORINI, P. (2018). *Inovação e Sustentabilidade: Uma Análise das Startups Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas. KOTLER, P., & KELLER, K. L. (2016). *Marketing Management*. 15th ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education. NERY, M M R; PELISSARI, A S. Identidade visual corporativa: análise de sua relação com a performance da micro e pequena empresa, REGE – Revista de Gestão, Volume 23, Issue 1, 2016, Pages 63–74, ISSN 1809–2276. <https://doi.org/10.1016/j.rege.2015.10.002>. TEIXEIRA, S A; GARCIA, C E N; FERREIRA, F M M; SALES, I F O de; FERREIRA, L G. Interdisciplinaridade na prática: uma possibilidade de ensino e aprendizagem baseada

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6402**

TÍTULO: **MUDANÇA CLIMÁTICA E GOVERNANÇA OCEÂNICA**

AUTOR(ES) : **DIEGO DOS SANTOS DE CARVALHO**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A mudança climática tem um impacto crucial na governança dos nossos oceanos, com implicações profundas para todos os setores da sociedade. Um exemplo recente é o caso das inundações no Rio Grande do Sul, onde as mudanças de interconexão oceano-atmosfera do Atlântico demonstraram seu poder destrutivo. As consequências dessas mudanças resultam em diversos tipos de desastres e restrições, que serão agravados no futuro próximo se decisões adequadas não forem tomadas na governança climática oceânica. O capítulo "Oceano e Clima: novos desafios advindos das mudanças climáticas", do livro Economia Azul de Moacyr Cunha de Araújo Filho et al., estrutura de forma eficaz os desafios impostos pelas mudanças climáticas no oceano, aplicando-os ao contexto brasileiro. Nele o autor busca explicitar as consequências físicas desse novo fenômeno climático, explicando como isso influencia em desastres ambientais que vêm acontecendo com cada vez mais frequência pelo país. Analisando o fenômeno sua condição meteorológica, biológica e social de forma que se abranja o problema em todas as suas faces. Fenômenos como El Niño e La Niña alteram e intensificam as temperaturas oceânicas, gerando instabilidade climática que afeta diversas regiões do Brasil, como as secas severas no Nordeste, as queimadas na Amazônia, e as fortes precipitações na costa, especialmente na porção sul do país. Outros efeitos, como a ocorrência de ondas de calor marinhas acima da média, acidificação da água e elevação do nível do mar, também desempenham um papel significativo na geração de desastres que podem comprometer o bem-estar futuro do país. Esses fenômenos afetam diretamente o abastecimento de pesca, água potável e colheitas agrícolas, além de ameaçar a existência de áreas de terra que podem desaparecer devido ao derretimento das calotas polares. O trabalho pretende mapear a ligação do fenômeno oceânico até o desastre natural na terra, de forma que se consiga fazer toda a ligação de causa e efeito trazendo os porquês da intensificação dessas ocorrências. A partir de uma análise qualitativa e quantitativa de fenômenos passados para observar padrões que auxiliem na governança oceânica e segurança das áreas afetadas pela mudança climática, relatórios de observações por instituições como PROCOSTA, GOOS-Brasil e Relatórios do CEMBRA. A subsistência de uma grande parcela da população brasileira depende diretamente da governança dos oceanos e das mudanças climáticas. Por isso, aproveitando que estamos na Década do Oceano para o Desenvolvimento Sustentável, é essencial pensar em políticas de governança que garantam um futuro ecologicamente próspero para a humanidade.

BIBLIOGRAFIA: FILHO, Moacyr et al. OCEANO E CLIMA: NOVOS DESAFIOS ADVINDOS COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. In: FILHO, Moacyr et al. Economia Azul: Vetor para o Desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Essencial Idea, 2022. cap. 20, p. 397- 429. CEMBRA et al. Mudanças Climáticas. Separata de: CEMBRA (Brasil). O Brasil e o Mar no Século XXI. Rio de Janeiro: CEMBRA, 2013. v. Virtual, cap. 17, p. 1 - 34.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6404**

TÍTULO: **Racismo Institucional: Como a falta de representação racial no judiciário promove a manutenção de mecanismos racistas.**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA GUEDES VALENTIM DO NASCIMENTO, JULIANA DA SILVA FARIAS SANCHES, ANA CAROLINA ROZA GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO: O racismo institucional permeia o Estado brasileiro em todas as suas partições, interferindo enfaticamente nas decisões tomadas na esfera judiciária. Diante disso, torna-se pertinente a reflexão acerca da proporção que a filtragem racial adquire no julgamento dos casos envolvendo pessoas negras na realidade brasileira. Tendo essa perspectiva em vista, é possível adotar como objeto o Poder Judiciário, com fins de investigar os mecanismos utilizados institucionalmente para equacionar casos que envolvem a comunidade negra e que, constantemente, são alvo de consequências divergentes às garantias fundamentais constitucionais. Por meio disso, se chega à questão problema de como o Poder Judiciário se reveste da filtragem racial como elemento de denúncia e de prova em processos judiciais de forma a não problematizar este feito, e como essa falta de percepção se relaciona com a ausência de titulares negros nos cargos. Extrai-se como tese que a arbitrariedade institucional contida na resolução de conflitos judicializados envolvendo pessoas negras é atribuída ao racismo institucional, que por sua vez é ampliado para a composição do Judiciário, deficiente de pessoas racializadas que representem a população. A metodologia consiste na análise do caso referente a HC 208240, a partir da Teoria Crítica da Raça, de forma a mobilizar o que caracteriza o Direito Antidiscriminatório como subsistema do Direito Constitucional Brasileiro, para a compreensão do racismo na esfera nacional de acordo com o descrito no livro Tratado de Direito Antidiscriminatório, de Adilson José Moreira. Pode-se sintetizar, a partir do estudo, alternativas para solucionar o problema explicitado, a começar pela instituição do Direito Constitucional Amicus Curiae para viabilizar a participação de pessoas pretas nesses julgamentos e políticas que abarque uma formação continuada em relações étnicas para magistrados e servidores do Judiciário.

BIBLIOGRAFIA: MOREIRA, Adilson José. Tratado de direito antidiscriminatório. São Paulo: Contracorrente, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6426**

TÍTULO: **A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA GLOBAL DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO**

AUTOR(ES) : **LUIZA GUIMARAES CANABRAVA**

ORIENTADOR(ES): **MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO**

RESUMO: Submissão de trabalho para a SIAC 2024 Nome do aluno: Luiza Nome da professora orientadora: Marina Szapiro A nova Política Industrial Brasileira (NIB) no contexto das transformações na dinâmica global de produção e inovação O presente trabalho se desenvolve no âmbito do projeto "Transformações recentes na dinâmica global de produção e inovação e impactos sobre o papel do Estado". Objetivo A dinâmica global de produção e inovação passou por mudanças significativas nas últimas décadas com o aprofundamento do processo de financeirização a partir da crise de 2007/2008, caracterizadas pelo avanço da desindustrialização dos países mais desenvolvidos, pelo baixo crescimento real do produto interno bruto, do comércio global e da produtividade, pela queda dos investimentos em atividades produtivas e pelo aumento na desigualdade intra e inter países (Cassiolato et al, 2021). As transformações globais na dinâmica global de produção e inovação foram agravadas pela Pandemia da Covid 19, revelando as vulnerabilidades das cadeias globais de valor como forma de organização da produção mundial. As mudanças na dinâmica global de produção e inovação levaram a uma mudança no papel do Estado dos países desenvolvidos, com impactos para a discussão sobre as políticas industriais e de inovação nos países em desenvolvimento, em especial o Brasil. Tais políticas "retornam" no discurso e se aprofundam na prática nos últimos anos, como forma de enfrentar a pressão dos desafios globais acima apontados (Evenett et al, 2024). As políticas industriais e de inovação são caracterizadas por um forte protecionismo e pela implementação de um conjunto de medidas voltadas à promoção da indústria doméstica (Lee, 2024; Cassiolato et al, 2021). A busca por autonomia produtiva e tecnológica em setores estratégicos, em especial na área da saúde, passou a ser um dos principais objetivos das novas políticas a partir da crise da Pandemia de Covid 19. É nesse contexto que o governo brasileiro lançou a nova política industrial e de inovação brasileira (NIB). A NIB foi desenhada com base na ideia de política orientada a missão, que se constitui num formato de política pública que vem sendo crescentemente utilizado. A NIB estabelece seis missões relacionadas a desafios enfrentados pela sociedade brasileira. A nova política prevê investimentos significativos na indústria com o objetivo de reverter o processo de desindustrialização em curso no país e a promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país. Resultados Esperados O resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido e que será apresentado na SIAC 2024 é de analisar o desenho e o processo de implementação da NIB, seus principais instrumentos e ações e as suas articulações com as demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento produtivo e inovativo.

BIBLIOGRAFIA: Evenett,S.;Jakubik, A; Martín,F; Ruta,M.The return of Industrial Policy in data. IMF Working Papers 24/1.International Monetary Fund. 2024 Lee, K. Innovation-Development detours for latecomers Managing Global-Local Interfaces in the De-Globalization Era. UK: Cambridge University Press 2024 Cassiolato, J.; Falcón, M.; Szapiro, M. Novas tecnologias digitais, financeirização e pandemia Covid-19: transformações na dinâmica global produtiva, no papel do Estado e impactos sobre CEIS. Cadernos do Desenvolvimento Cassiolato, J.; Falcón, M.; Szapiro, M. Novas tecnologias digitais, financeirização e pandemia Covid-19: transformações na dinâmica global produtiva no papel do Estado e impactos sobre CEIS

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6432**

TÍTULO: **O USO DE CENÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO FUTURO**

AUTOR(ES) : **ISRAEL ROCHA RIBEIRO,PRISCILA MERLIM LIMA SCHEIDEGGER**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO: A nova era dos conflitos internacionais representa um desafio não apenas pela complexidade do envolvimento de atores não estatais, mas também pela natureza imprevisível dos conflitos, tanto por ocorrerem em diversos domínios, como o terrestre, marítimo, aéreo, espacial, ciberespacial e eletromagnético, de forma simultânea ou isolada, quanto pelo uso de armas não convencionais. Para que o Estado brasileiro possa mobilizar suas Forças Armadas de forma a manter sua soberania, é necessário que a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, documentos que orientam as atribuições e o desenvolvimento do setor, considerem não apenas os desafios presentes, mas também os futuros. Essa pesquisa busca responder a pergunta de pesquisa: como os métodos para criação de cenários prospectivos podem ser utilizados para a construção da Política Nacional de Defesa e Estratégias Nacional de Defesa no Brasil? O objetivo é investigar como o uso de cenários pode contribuir para a formulação dessas políticas e estratégias. O uso de cenários é uma ferramenta essencial para o planejamento futuro e, no campo da Defesa, envolve a colaboração entre universidades, governo e indústria para identificar sinais que possam representar grandes oportunidades ou ameaças. A metodologia adotada será qualitativa, baseando-se nas políticas de defesa de países como os Estados Unidos e a China, além de métodos para a construção de cenários."

BIBLIOGRAFIA: GLENN, Jerome; GORDON, Theodore. Futures Research Methodology. 2009. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6438**

TÍTULO: **ACESSO A ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NOS COMPLEXOS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO SOBRE O MORRO DO DENDÊ NA ILHA DO GOVERNADOR**

AUTOR(ES) : **GUILHERME RIOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO: A pesquisa sobre acesso a água e esgoto nas áreas mais precárias nos Complexos de Favelas do Rio de Janeiro analisa a mais recente expansão de favelas, tanto no interior delas, como em quantidade no estado, e busca examinar a persistência e crescimento das áreas mais precárias em saneamento. O objetivo inicial do estudo foi identificar as áreas mais precárias na favela do Dendê, para então, analisar o quadro de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores. No estudo, foram utilizados dados quantitativos, de fontes como IBGE, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e demais órgãos públicos e de pesquisa. Os dados trazem a realidade da população da favela face aos Censos de 2010 e 2022, e a situação do abastecimento de água e coleta de esgoto. A partir destes dados se verificou a existência de parte com acesso mais precário que aquela já existente normalmente nas favelas do Rio de Janeiro. Para corroborar com a pesquisa se fez um levantamento bibliográfico sobre o tema do estudo. Em seguida, se fez análise de corte qualitativo, a partir de trabalho de campo, onde foram realizadas visitas exploratórias, entrevistas com os moradores e observação do interior das moradias para entender as condições de saneamento e habitação. Como fundamento teórico, entende-se que a infraestrutura não é um objeto meramente técnico, e por isso, não deve ser tratada como algo isolado aos demais elementos do território. Portanto, deve-se considerar a dimensão social da infraestrutura, que articula a moradia com a cidade, com a fruição dos serviços básicos pelos moradores. Como resultados podemos apontar que a favela do Dendê apresenta área mais precária com problemas de regularidade ou ausência de abastecimento de água, e total ausência de coleta de esgoto que segue sendo despejado a céu aberto, casas com ausência de banheiro, combinado com inexistência ou irregularidade de coleta de lixo. Assim se repetem no Dendê o quadro observado em outras favelas do Rio de Janeiro de configuração e expansão de áreas mais precárias de acesso a água e esgoto, onde a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos de saneamento pelos moradores os mantém à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: DUPUY, Gabriel. (1985) Systèmes. Réseaux et Territoires. Paris: Press d'Ecole Nationale des Pontes et Chaussées. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul. MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6473**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: COMO O PROGRAMA REVIVER CENTRO ESTA TRANSFORMANDO A MOBILIDADE NO RIO DE JANEIRO E OS IMPACTOS CAUSADOS NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA MAYLA LEMOS MAGALHÃES FÉLIX**

ORIENTADOR(ES): **ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO: O crescimento exacerbado em diferentes áreas do Rio de Janeiro, causou um espraiamento urbano da área central da cidade, além de sobrecarregar o transporte público coletivo, já que a maioria das pessoas que trabalham no centro, não moram lá, deixando em evidência a falta de integração entre planejamento urbano e de transportes. Por muitos anos o Centro do Rio foi utilizado somente para fins comerciais e para sediar eventos, entretanto, com a pressão do mercado imobiliário juntamente a prefeitura municipal, criou-se o projeto Reviver Centro, que tem como intuito aumentar o número de moradias e empreendimentos que tragam vida a área fora do horário comercial e assim diminuir tempo de transporte para as pessoas que pretendem morar no entorno de onde trabalham. Entretanto, a região central da cidade precisa de revitalização urbana, mas sem excluir a população de baixa renda e informal residente. A pesquisa busca analisar o projeto Reviver Centro e as intervenções que estão sendo realizadas dentro de uma perspectiva que integra o uso do solo e mobilidade. Além de demonstrar a real mudança para a população de baixa renda. Lei: Lei Complementar Municipal no 229 de 14/07/2021. Área que engloba o Reviver Centro: Abrange os bairros de Santo Cristo, Gamboa, Saúde, Centro e Lapa. Este trabalho visa identificar e analisar as estratégias de uso de metodologias de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS) utilizadas na Lei Complementar Municipal no 229 de 14/07/2021, que institui o programa Reviver Centro. O DOTS tem como propósito fomentar o desenvolvimento compacto das cidades, através da construção de comunidades urbanas sustentáveis, que ofereçam à população o uso da cidade de maneira múltipla e integrada, permitindo a diminuição do tempo de deslocamento e redução de gastos com transporte. O DOTS tem como características promover o uso da ocupação do solo, através da geração de infraestrutura para o pedestre com espaços conectados e misturados, sendo eles de uso comercial e residencial abrangendo várias faixas de renda. Para o projeto Reviver Centro ir a frente, precisa redistribuir o espaço ocupado na cidade e integrar variados tipos de transporte ao território com centralidade e incentivo para utilizar os meios de transporte público oferecidos. Como metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica e uma pesquisa qualitativa empírica sobre o conceito de DOTS e sobre o projeto Reviver Centro, visando analisar impactos já identificáveis nas ações apresentadas pelo poder público municipal na implementação do programa, tentando qualificar os efeitos que afetam especificamente a população de baixa renda e os efeitos sobre o mercado imobiliário no perímetro do projeto. O estudo encontra-se em fase de execução operacional e coleta de dados e teve início em agosto de 2023.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, R et al. Forma urbana e mobilidade sustentável: evidências de cidades brasileiras. Texto para Discussão. IPEA, 2022. EMBARQ BRASIL. DOTS Cidades. Manual de desenvolvimento urbano orientado ao transporte sustentável. 2ª edição. 2015. LIMA NETO, Vicente Correia. A mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - diagnóstico, impacto econômico e política pública. A ordem dos fatores altera o produto?. Periódicos UFF, Niterói, 2013

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6512**

TÍTULO: **A BUSCA PELO CONHECIMENTO NO ISLAM: O PAPEL DO AL CORÃO E DAS BIBLIOTECAS ISLAMICAS NA PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO SABER.**

AUTOR(ES) : **VIVIANE MARINHO GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA**

RESUMO: Desde o surgimento do Islã no século VII na Península Arábica, a busca pelo conhecimento tem sido um pilar central da civilização islâmica. O Al Corão, texto sagrado dos muçulmanos, exorta frequentemente os crentes a buscar sabedoria e aprender continuamente. A era de ouro do Islã (séculos VIII a XIII) testemunhou um notável florescimento intelectual, com o mundo islâmico emergindo como um centro de aprendizado e inovação. Cidades como Bagdá, Damasco, Córdoba e Cairo eram famosas por suas bibliotecas e centros de ensino, como a Casa da Sabedoria em Bagdá, que traduziu e expandiu obras científicas e filosóficas. Problema de Pesquisa: Como a religião islâmica e seus preceitos, conforme refletidos no Al Corão, influenciaram a valorização do conhecimento e o desenvolvimento das bibliotecas islâmicas? De que maneira essas bibliotecas desempenharam um papel crucial na preservação e disseminação do saber durante a era de ouro do Islã? Objetivos: Objetivo Geral: Investigar a inter-relação entre o Islã, a busca pelo conhecimento e o papel das bibliotecas islâmicas no desenvolvimento intelectual da era de ouro do Islã. Objetivos Específicos: Analisar como o Al Corão incentiva a busca do saber e a reflexão sobre o universo. Estudar a evolução histórica das bibliotecas islâmicas, desde sua fundação até seu impacto na preservação e disseminação do conhecimento. Avaliar a contribuição das bibliotecas islâmicas para o avanço das ciências, matemática, medicina, filosofia e literatura. Justificativa: Entender a relação entre a valorização do conhecimento no Islã e o desenvolvimento das bibliotecas islâmicas é essencial para reconhecer a contribuição significativa do Islã para o avanço intelectual global. As bibliotecas islâmicas foram fundamentais para a preservação e disseminação do saber, e seu estudo oferece uma visão profunda sobre a importância da educação e da pesquisa na civilização islâmica. Esse entendimento não só ilumina a história intelectual do Islã, mas também revela como essas tradições continuam a influenciar o mundo moderno. Metodologia: A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com análise documental das passagens relevantes do Al Corão e revisão bibliográfica das fontes históricas sobre as bibliotecas islâmicas. A investigação inclui a análise de textos históricos e a interpretação de evidências sobre as práticas educacionais e de pesquisa durante a era de ouro do Islã. Serão utilizados estudos acadêmicos e artigos especializados para contextualizar a evolução das bibliotecas e seu papel no avanço das ciências e do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA: COGGIOLA, Oswaldo. A revolução árabe e o Islã: entre pan-arabismo, pan-islamismo e socialismo. São Paulo: [s.n.], 2016. GIORDANI, Mario Curtis. História do mundo árabe medieval. Petrópolis: Vozes, 1985. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. LANNES, Suellen Borges de. A formação do império Árabe-Islâmico: história e interpretações. Rio de Janeiro: [s.n.], 2013. LEWIS, Bernard. Os árabes na história. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. SILVA, Daniele da. O profeta e a Umma: a formação da comunidade político-religiosa de Medina no século VII. Niterói: UFF, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6520**

TÍTULO: **NOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS SOB A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: MAPEAMENTO E POLÍTICAS DE NÃO REPETIÇÃO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MORGHANNA DE CARVALHO SANTOS GOULART**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro (Lei Complementar 270/2024), surge a necessidade de refletir sobre a escolha das nomeações de logradouros públicos, que vão além da simples designação de nomes, carregando um profundo simbolismo histórico e político. Este projeto foca na análise das nomeações de logradouros públicos no Centro do Rio de Janeiro, especialmente durante a transição do golpe militar de 1964 até o período pós-1985, buscando entender como essas escolhas refletem as mudanças políticas e sociais ao longo do tempo. A investigação se justifica pela importância de compreender a influência histórica e política dessas nomeações, que impactam a administração pública, a memória coletiva e a identidade urbana dos cidadãos. O problema central é: como essas nomeações refletem os valores do período militar e se há uma ruptura com o passado autoritário nas escolhas feitas após o fim do regime. Analisando as nomeações desses dois períodos distintos, a hipótese do estudo sugere que durante o regime militar, as nomeações reforçaram uma narrativa autoritária, enquanto no período pós-ditadura, há uma tentativa de ruptura, valorizando figuras defensoras dos direitos humanos, além de inovações legislativas em nível municipal em direção a um processo mais democrático de nomeação dos logradouros. Este estudo utilizou uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa. Na análise quantitativa, foram levantados dados de 223 logradouros nomeados entre 1964 e 1985 e no período pós-1985. A análise qualitativa envolveu a revisão de documentos legislativos, pesquisa bibliográfica, e uma análise de dados sobre as pessoas homenageadas, bem como seus respectivos contextos históricos. O objetivo desse estudo é analisar como as nomeações de logradouros públicos no Centro da cidade do Rio de Janeiro refletem a história e os valores da sociedade, verificando se há uma ruptura com o passado autoritário nas nomeações pós-ditadura militar por meio da justiça de transição e as políticas de não repetição. Em pesquisa em desenvolvimento, concluímos que as nomeações de logradouros refletem a história e os valores da sociedade brasileira, com homenagens que, durante o regime militar, reforçavam uma visão autoritária. Após a ditadura, observamos uma mudança gradual, mas significativa. Essa tendência está presente no artigo 324 §5 do Novo Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, que proíbe homenagens a indivíduos condenados por tortura, refletindo as aspirações de justiça e respeito aos direitos humanos. Contudo, a eficácia desse dispositivo encontra dificuldades com a vigência da Lei de Anistia. Por isso, é crucial continuar promovendo políticas de não repetição para fortalecer a memória coletiva e evitar a repetição de violações passadas.

BIBLIOGRAFIA: Corte IDH. "Caso Gomes Lund e outros ('Guerrilha do Araguaia') vs. Brasil". Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C, N. 219, p. 910. Disponível em: . Acesso em: 20 ago. 2024. LOPES, Daniel Lozoya Constant; AMADO, Fábio; GONZALEZ, Pedro; REBORA, Fábio. Os direitos das vítimas ao acesso à justiça, às garantias processuais e à reparação integral à luz do direito internacional dos direitos humanos e da jurisprudência interamericana. SILVA, Virgílio Afonso. Transição e direito: culpa, punição e memória. In: GALLE, Helmut; SCHMIDT, Rainer (orgs.). A memória e as ciências humanas. São Paulo: Humanitas, 2011, p. 87-106.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6522**

TÍTULO: **Aspectos da Arbitragem em Parcerias Público-Privadas: Explorando um Caso Concreto**

AUTOR(ES) : **GABRIELA GOULART,LIVIA MALLET DE AZEREDO SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN,HAROLDO LOURENÇO**

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar um caso concreto de arbitragem realizado em Parcerias Público-Privadas (PPPs), utilizando-o como base para tornar o tema mais acessível, dado que é recente e ainda pouco explorado. A arbitragem como método de resolução de conflitos tem sido amplamente discutida em contratos envolvendo a Administração Pública. Neste sentido, a pesquisa adota uma metodologia empírica, baseada em observações diretas e concretas do caso estudado, complementada por revisões de literatura especializada, pareceres técnicos, decisões judiciais e outros materiais pertinentes. O estudo será conduzido no âmbito do Grupo de Pesquisa da UFRJ/FND, onde os professores orientadores ajudarão a relacionar o caso concreto com os materiais teóricos e práticos reunidos, possibilitando um debate mais profundo sobre os desafios e as oportunidades da arbitragem em PPPs. Até o momento, os resultados parciais indicam uma tendência positiva para a adoção da arbitragem em contratos de PPPs, embora o tema ainda precise de maior consolidação e maturação jurisprudencial. Os resultados esperados incluem uma maior compreensão sobre a eficácia da arbitragem em contratos públicos, especialmente no contexto das PPPs, e como esse método pode contribuir para uma resolução de conflitos mais eficiente e menos onerosa. A pesquisa também busca compartilhar esses resultados com os participantes do evento, promovendo um entendimento mais aprofundado da arbitragem. Embora a pesquisa esteja em estágio inicial, ainda sem resultados conclusivos, a análise detalhada do caso concreto selecionado visa trazer contribuições relevantes para o campo do Direito Público e Privado. Como considerações finais, ressalta-se que a arbitragem tem sido cada vez mais utilizada, ampliada e estimulada, gerando impactos não apenas jurídicos, mas também econômicos, o que reforça sua relevância para o futuro das relações entre o setor público e o privado.

BIBLIOGRAFIA: FACCI, Lúcio Picanço. Meios adequados de resolução de conflitos administrativos: a experiência da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. LEMES, Selma. Arbitragem na administração pública: fundamentos jurídicos e eficiência econômica. São Paulo: Quartier Latin, 2007. Schmidlin Cruz, E. Arbitrabilidade objetiva de sanções administrativas em contratos de PPP e concessão: Um estudo de casos. Publicações da Escola Superior da AGU, 2024. Lei de Arbitragem Brasileira, Lei 9.307/1996. Lei das Parcerias Público Privadas, Lei 11.079/2004.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6531**

TÍTULO: **A Verdadeira Entrega: Desvendando a Realidade do Trabalho Plataformizado no Zé Delivery**

AUTOR(ES) : **ISABELLE CRISTINA DANTAS DE MELLO ALVES DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **RODRIGO DE LACERDA CARELLI**

RESUMO: A presente pesquisa está sendo desenvolvida a partir do grupo de pesquisa Direito do Trabalho no Século XXI (TRAB21), coordenado pelo Prof. Rodrigo Carelli. No bojo de uma pesquisa mais ampla realizada pelo grupo em relação à evolução e impacto das plataformas digitais no trabalho, focamos especificamente na plataforma Zé Delivery. Esse serviço, cuja demanda aumentou significativamente durante e após a pandemia, tem gerado debates sobre a precarização das relações de trabalho. O estudo investiga a estrutura do trabalho dos entregadores do Zé Delivery e a possível exploração da mão de obra. O Zé Delivery se apresenta como uma plataforma digital voltada para a entrega de bebidas, a qual, à primeira vista, poderia ser classificada como um "marketplace", segundo os critérios expostos por Carelli (2021). No entanto, a operação do Zé Delivery revela um controle significativo sobre os processos de venda e entrega, indo além do papel tradicional de intermediação. Muitas plataformas disfarçam a verdadeira relação laboral sob a fachada de uma suposta autonomia e neutralidade tecnológica, criando um "fetichismo tecnológico" (Carelli, 2021) que oculta a exploração do trabalhador. No caso em análise, essa estratégia se manifesta na tentativa de se descrever como uma empresa de tecnologia, enquanto, na realidade, controla de perto as operações dos entregadores, delineando uma relação de subordinação e dependência que caracteriza, de fato, uma relação de emprego. A metodologia empregada na pesquisa consiste na análise empírica de processos judiciais trabalhistas em tramitação no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª e 2ª Região, bem como na análise de vídeos de trabalhadores do Zé Delivery compartilhando suas experiências através de plataformas como o YouTube. Estas fontes forneceram uma visão rica e diversificada sobre as condições de trabalho e a interação dos trabalhadores com a plataforma. Os achados iniciais mostram que a defesa do Zé Delivery nos processos judiciais alega ser uma plataforma neutra, sem interferência na prestação dos serviços, alinhando-se com o conceito de marketplace. No entanto, a prática revela uma operação muito mais intrusiva e diretiva. Os relatos dos entregadores indicam que o Zé Delivery controla significativamente os processos de entrega, comportando-se mais como uma empregadora do que como uma simples intermediadora tecnológica. Portanto, concluímos que a estrutura operacional do Zé Delivery se desvia substancialmente do que é alegado pela empresa. O estudo revela que a organização, uma estratégia da AB InBev, amplia a venda de seus produtos através da precarização da mão de obra dos entregadores, maximizando lucros às custas dos direitos e condições de trabalho desses profissionais.

BIBLIOGRAFIA: Carelli, R. de L., & Oliveira, M. C. S. (2021). Carelli, R. de L., & Oliveira, M. C. S. (2021). As plataformas digitais e o Direito do Trabalho: como entender a tecnologia e proteger as relações de trabalho no século XXI. Editora Dialética.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6547**

TÍTULO: **Impérios digitais: análise dos modelos regulatórios à Luz de Anu Bradford e a posição do Brasil na conjuntura cibernética**

AUTOR(ES) : **ANDRE RODRIGUES MAXIMINO**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: O presente projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a dinâmica dos impérios digitais e posição digital brasileira, mediante a análise bibliográfica dos três principais modelos regulatórios — americano, chinês e europeu — conforme descritos por Anu Bradford em "Digital Empires", de modo a posicionar o Brasil no contexto cibernético global e avaliar em qual desses modelos o país mais se encaixa, culminando em uma discussão reflexiva a respeito do que se espera do cenário de governança digital brasileiro. A princípio, a pesquisa delimita conceitos basilares, de forma a possibilitar a melhor análise dos modelos regulatórios propostos por Bradford. A esse respeito, extrai-se do texto da autora que "Impérios Digitais" nada mais são que empresas de tecnologia com grande poder e influência global, que controlam plataformas, dados e serviços digitais essenciais. Para além, na obra de Bradford, os modelos regulatórios digitais são apresentados como estruturas legais e institucionais que variam conforme o contexto sociopolítico de cada país, visando regular o ambiente digital. Além disso, a "governança" refere-se ao processo de tomada de decisão e exercício do poder em sistemas ou organizações, envolvendo diversos atores como governos e empresas. Já a "governança digital" aplica esses princípios ao ambiente digital, focando na regulação e gestão de tecnologias, dados e serviços digitais para garantir segurança, privacidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Em um segundo momento, a pesquisa segue com a realização da análise dos três modelos regulatórios propostos pela autora, a saber: o modelo americano, caracterizado por uma regulação orientada pelo mercado, focada na inovação tecnológica e na autorregulação das empresas; o modelo chinês, orientado pelo Estado, marcado pelo controle centralizado e pela censura; e o modelo europeu, centrado na proteção dos direitos fundamentais, com ênfase na proteção de dados e direitos individuais. Posteriormente, o estudo fará uma análise comparativa, destacando as vantagens e os desafios de cada modelo, bem como suas implicações no cenário digital dos países que os adotam. Assim, a pesquisa examinará o recente histórico da regulação digital no Brasil, analisando os principais dispositivos de diplomas legais pátrios fundamentais como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o que permitirá identificar o alinhamento do Brasil a um dos modelos e suas particularidades, como a dependência tecnológica de empresas estrangeiras, vulnerabilidades na proteção de dados e a influência de plataformas digitais globais. Em suma, o objetivo final deste projeto, que ainda está em andamento, é fornecer uma análise crítica e detalhada da posição do Brasil na conjuntura imperialista digital, tendo como base a intersecção entre tecnologia, regulação e soberania.

BIBLIOGRAFIA: BRADFORD, A. Digital Empires. [s.l.] Oxford University Press, 2023. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6552**

TÍTULO: **ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR NO TERRITÓRIO INDÍGENA ALDEIA MARAKANA: RESOLUÇÃO 510 DO CNJ E AS DISPUTAS POSSESSÓRIAS**

AUTOR(ES) : **MATHEUS DE OLIVEIRA NASCIMENTO, FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a práxis do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin, projeto de pesquisa e extensão, nas disputas do campo jurídico, sobretudo no que diz respeito à questão fundiária envolvendo a Universidade Indígena Pluriétnica Aldeia Marakana. O elemento central, tanto do projeto, quanto da atuação ora apresentada, consiste em fomentar a interação dialógica entre a academia e a sociedade, mobilizando o uso tático e o desuso estratégico do direito. O NAJUP Luiza Mahin foi procurado por indígenas da Aldeia Marakana, território em disputa há mais de dez anos, diante de uma ordem de despejo cujo objetivo era concretizar o processo de reintegração de posse que se arrasta na Justiça Federal desde 2013. Neste sentido, foi realizada uma reunião no território para apresentação do projeto e discussão de estratégias possíveis na tentativa de suspender a ordem de despejo. Durante a atividade, o NAJUP propôs a utilização da Resolução 510 do Conselho Nacional de Justiça para solicitar o encaminhamento do caso à Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2. As Comissões de Soluções Fundiárias (CSFs), instituídas nos Tribunais pelo país a partir da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo da ADPF 828, consistem num novo paradigma da relação do Poder Judiciário em conflitos fundiários, devendo pautar pelo respeito aos direitos dos ocupantes e construção de uma abordagem estruturante ao processo. A fim de discutir junto à comunidade da Aldeia a possibilidade de instauração de um incidente de soluções fundiárias, bem como seus trâmites e limites, o NAJUP trabalhou com uma cartilha formativa acerca da Resolução 510 do CNJ e da CSF do TRF-2. A atividade foi importante tanto para a construção de uma estratégia conjunta entre assessores e assessorados como para repensar os termos e linguagens utilizadas no material produzido pelo NAJUP, que poderá ser trabalhado em outros conflitos. O pedido de encaminhamento para a Comissão foi analisado em 9 de julho de 2024, em audiência no TRF2 em que o colegiado da CSF admitiu o processamento do incidente, suspendendo posteriormente a ordem de despejo. Ocorreram manifestações em frente ao Tribunal, bem como intervenções de indígenas da Aldeia Marakana, militantes e apoiadores na audiência, num raro espaço de abertura para escuta dos povos originários no Judiciário, reivindicando a resistência dos povos indígenas frente ao capital (branco) na cidade do Rio de Janeiro. Assim, em que pese as limitações institucionais e todas as contradições do sistema jurídico, a admissão do caso da Aldeia Marakana pela CSF do TRF2 se constitui enquanto uma pequena batalha vencida na guerra centenária travada pelos povos originários contra o genocídio colonialista. Do ponto de vista da atuação extensionista, o NAJUP Luiza Mahin busca, a partir da assessoria jurídica popular e da interação dialógica de aprendizado mútuo, contribuir com a construção de novas realidades.

BIBLIOGRAFIA: BALDEZ, Miguel Lancellotti. Sobre o Papel do Direito na Sociedade Capitalista. Imprensa: Petrópolis, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original13433320230628649c3905c2768.pdf>. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6556**

TÍTULO: **A INFLUÊNCIA DAS NARRATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DO TRABALHO**

AUTOR(ES) : **GABRIELA MACHADO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO**

RESUMO: A INFLUÊNCIA DAS NARRATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DO TRABALHO Autora: Gabriela Machado da Silva Orientador: Luciano Coutinho O trabalho é uma atividade essencial na história da humanidade, visto que conforme aponta Ramos (200x, p. 30) "O trabalho transforma, ao mesmo tempo, a natureza e aquele que trabalha", elaborando suas realidades e construindo relações sociais, exercendo papéis e concretizando sua plenitude, mas com o objetivo final para sua subsistência, fruto de ações e que tem os produtos das ações sendo projetadas conscientemente por quem trabalha (Ramos, 200x, p.30). Por sua vez, o emprego não carrega o mesmo significado de trabalho, sendo uma nomenclatura para o trabalho remunerado exercido e validado pela sociedade. Com a fragmentação do processo produtivo e divisão do trabalho, o trabalhador perde autonomia e desconecta-se do ideal de trabalho, tornando a atividade uma obrigação social com fins para renda. Porém, a produtividade não acompanha o ritmo de crescimento esperado pelo sistema capitalista: sem motivações que atinjam as esferas subjetivas dos trabalhadores, o potencial de produção da mão de obra é subaproveitado e as empresas têm seu crescimento empacado. Segundo Yuval Harari (2022), uma das características que mais difere os seres humanos dos animais é a sua capacidade de criar e contar em histórias fictícias que compartilham ideais capazes de conduzir e motivar um grande volume de indivíduos a cooperarem entre si em prol de um objetivo em comum. A partir disso, as narrativas construídas pela sociedade podem ser ferramentas responsáveis por aproveitar esse anseio pela adição de sentido à vida e direcionar o indivíduo em prol de um objetivo que favoreça ao conjunto, no caso, a produtividade. Sendo assim, através de conteúdos e referências bibliográficas e artigos visitados em disciplinas do curso de Administração, este trabalho busca compreender e identificar algumas narrativas sociais presentes na construção e difusão de subjetividades, coercitivamente internalizadas pelos indivíduos, com ênfase no trabalho, para reafirmar a internalização e consolidação das ideologias abordadas. Focaremos nas narrativas que moldam a percepção de empregabilidade e empreendedorismo, uma vez que essas ideologias influenciam diretamente as decisões e comportamentos dos indivíduos. As narrativas discutidas, como a noção de que o sucesso profissional é alcançado por meio da superação pessoal e do empreendedorismo, serão analisadas em sua complexidade, permitindo uma compreensão mais profunda das tensões enfrentadas pelos trabalhadores nas plataformas digitais. Essa abordagem não apenas enriquece a discussão, mas também proporciona um espaço para problematizar as consequências dessas ideologias, especialmente no que se refere à precarização do trabalho e à internalização de padrões de sucesso que podem não ser realistas ou saudáveis.

BIBLIOGRAFIA: HARARI, Yuval Noah. Implacáveis: como nós conquistamos o mundo. Tradução de Laura Teixeira Mota. 1.ed. São Paulo, Companhia das Letrinhas, 2022. cap. 2, p. 41-55. SELL, Carlos Eduardo. A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo: uma síntese da sociologia de Max Weber. Blog do Sociofilo, 18 ago, 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/06/18/a-etica-protestante-e-o-espírito-do-capitalismo-uma-síntese-da-sociologia-de-max-weber-por-carlos-eduardo-sell/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6566**

TÍTULO: **O USO DE INFLUENCIADORES DIGITAIS PELOS TRÊS PODERES PARA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS**

AUTOR(ES) : **ISRAEL ROCHA RIBEIRO, BETHÂNIA SUAREZ DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **LEANDRO LOUREIRO COSTA**

RESUMO: As mídias sociais como ferramenta política têm sido utilizadas no Brasil pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo em todas as unidades federativas do país. Até o judiciário, através do STF (Supremo Tribunal Federal) e do STE (Supremo Tribunal Eleitoral), tem aderido a essa nova tecnologia, não só como meio de comunicação com os cidadãos, mas também como instrumento de influência. Nesse sentido, é possível observar uma série de técnicas de operações psicológicas empregadas por diversos atores que compõem os Três Poderes na disputa por poder no sistema político. As operações psicológicas são um conjunto de métodos e procedimentos para influenciar mudanças de opiniões, comportamentos e emoções a partir da manipulação de informação, visando objetivos políticos. Neste ensejo, uma das principais formas de emprego das redes sociais para este intuito tem sido a articulação entre players políticos e influenciadores digitais. Dessa maneira, levanta-se o seguinte questionamento: como ocorre o uso de influenciadores digitais por atores dos Três Poderes para realizar operações psicológicas na população brasileira através das redes sociais? O objetivo é identificar como o Legislativo, o Executivo e o Judiciário têm utilizado influenciadores digitais nas redes sociais para realizar operações psicológicas. Para a realização da pesquisa, conceitos como "guerra cognitiva" e "operações psicológicas" serão aplicados na análise do objeto de investigação de forma a identificá-lo em práticas de uso das redes sociais por parte dos Três Poderes. Nesse caso, os manuais das forças armadas do Brasil e dos Estados Unidos sobre operações psicológicas serão fonte de escrutínio para dissecar as interações entre os influenciadores e os atores políticos selecionados.

BIBLIOGRAFIA: BARROS, Ana; ROCHA, Jackeline.. A (In)segurança Jurídica no Ambiente Virtual: aspectos quanto a regulamentação da atividade de influenciadores digitais. 2024. Ministério da Defesa. C 45-4. Operações Psicológicas. 1999. U.S. Army. FM 3-05.301. Psychological Operations, Tactics, Techniques and Procedures. 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6573**

TÍTULO: **O DIREITO AO ESQUECIMENTO E A SUPEREXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM FACE DO PL Nº 4.776/2023 E DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELO STF NO RE Nº 1.010.606/RJ**

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA FREIRE PATRICIO VIANA,BEATRIZ ESMORIS RUSSO,MARIA EDUARDA VARELA CABRAL**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: Com o advento da internet, informações que, anteriormente, eram perdidas com o decurso do tempo, já que as edições de jornal eram periodicamente substituídas e as folhas de papel sofriam o desgaste natural, atualmente, eternas. Todavia, nada que está na rede mundial de computadores pode ter, de fato, sua existência extinta. Há um fenômeno que ganhou alta adesão dentro do palco da superexposição, o “sharenting”. Ele é fruto do costume, no qual gravar momentos dos filhos se tornou parte da rotina. Porém, quando se trata de descendentes de pessoas públicas, a exposição ganha outras proporções. As prováveis consequências são diversas e abrangem, tanto um viés subjetivo, quanto objetivo, ferindo a integridade da criança e adolescente exposto. Uma vez exposta a imagem deles na internet, diversos dos seus direitos da personalidade são violados. Assim, apesar de ainda não consolidado no ordenamento jurídico brasileiro, o direito ao esquecimento se apresentaria como uma das vertentes de proteção da vida privada. Esse direito é um meio de evitar que a recordação pública sobre um fato pretérito, tenha maior peso do que a trajetória de vida do indivíduo. É a possibilidade de se opor a manutenção da exposição de fatos sensíveis, vinculados ao exercício de direitos da personalidade, que não são mais relevantes, nem atuais, em observância à proteção da dignidade da pessoa humana. Sobre esta temática, foi editado o PL nº 4.776/2023, o seu objetivo é reconhecer um “direito ao esquecimento” voltado para as crianças e os adolescentes, pois não teriam controle e nem consciência dos malefícios que esta exposição poderia trazer para as suas vidas. Em dissonância com o texto do referido PL, o STF decidiu, no julgamento do RE nº 1.010.606/RJ, que o direito ao esquecimento é incompatível com a CF, utilizando como paradigma o caso da Aida Cury. Foi objeto de análise a reprodução artística, anos depois da tragédia, no programa de TV “linha direta”. Fixou-se a tese de que, embora não se coadunasse com a CF a premissa de um poder de obstruir, em razão do decurso de lapso temporal, a divulgação de fatos verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação, eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação deveriam ser analisados casuisticamente, a partir dos parâmetros constitucionais. O presente trabalho se propõe a analisar se os critérios usados pelo STF, para reconhecer a incompatibilidade do direito ao esquecimento com o ordenamento jurídico, poderiam ser aplicados na hipótese prevista no PL, de modo a possibilitar a tutela desse direito. Para tanto, pretende-se realizar análise do teor do PL e dos parâmetros utilizados pelo STF para decidir o mérito do RE, em cotejo com a CF, legislação infraconstitucional e Tratados Internacionais que disciplinam a temática envolvendo a infância e adolescência, através do método dedutivo e de pesquisa qualitativa, mediante revisão bibliográfica de doutrina e jurisprudência.

BIBLIOGRAFIA: SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014 RE nº 1.010.606. Rel. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 11.2.2021, processo eletrônico repercussão geral –mérito. -096, divulg. 19.5.2021, public. 2.5.2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Ensino-Pesquisa-Extensão**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6576**

TÍTULO: **LOAS e Inclusão: Um Olhar Sobre a Seguridade Social para Pessoas com Deficiência**

AUTOR(ES) : **CLARICE RODRIGUES MACEDO SANTOS,CHIARA RODRIGUES MACEDO SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO: A análise da seguridade social voltada para pessoas com deficiência no Brasil, conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), revela um importante mecanismo de inclusão social. O estudo foca em como a LOAS, enquanto marco regulatório da assistência social, contribui para a garantia de direitos fundamentais e a promoção da equidade para este grupo. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma das principais ferramentas previstas pela LOAS para assegurar um salário mínimo mensal às pessoas com deficiência que não possuem meios de subsistência próprios ou familiares. A concessão do BPC independe de contribuições anteriores à seguridade social e é direcionada a indivíduos de qualquer idade cuja deficiência seja de longo prazo e resulte em impedimentos significativos em diversas esferas da vida. No que tange às políticas públicas, o trabalho analisa como a LOAS propõe a promoção da autonomia e inclusão social das pessoas com deficiência. Essas políticas são desenhadas para superar as barreiras econômicas, sociais e físicas, ampliando as oportunidades de participação plena dessas pessoas na sociedade. A pesquisa conclui que a LOAS desempenha um papel crucial na construção de um sistema de seguridade social mais inclusivo e equitativo, reafirmando o compromisso do Estado com a dignidade e o bem-estar das pessoas com deficiência no Brasil. Em linha com estudos que discutem a integração de grupos vulneráveis na sociedade, este trabalho avança na compreensão de como políticas assistenciais podem influenciar a equidade social no país, oferecendo uma análise aprofundada da eficácia da LOAS nesse contexto.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Benefício de Prestação Continuada (BPC). Brasília: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistencia>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **6596**

TÍTULO: **PODER MONOCRÁTICO COMO UMA PROPOSTA: COMO O PODER INDIVIDUAL DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SE MOSTROU UM EFICAZ MECANISMO DA DEMOCRACIA DEFENSIVA**

AUTOR(ES) : **BRUNO RODRIGUES VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO: O Poder Monocrático, popularmente conhecido como "Ministrocracia" em tese postulada por Diego Werneck, consiste no poder individual que cada ministro do Supremo Tribunal Federal possui, capaz de influenciar na arena política. Esse poder, por vezes expresso através de decisões monocráticas, tem sido alvo de inúmeras críticas da doutrina, inclusive do próprio autor que a identificou - caso do Professor Werneck. Isso, pois, é visto como uma interferência indevida do Supremo na vida política, favorecendo ou prejudicando atores políticos, de acordo com Fabrício Castagna, em um processo de verdadeira "fulalização" de julgamentos. Ainda, parte das críticas vão no sentido de expor que a Ministrocracia, por si só, não encontra fundamento no Regimento Interno do STF e em nenhum outro ato do ordenamento jurídico. Contudo, essa não é a única visão para esse fenômeno. Ora, não raras foram as vezes em que o STF tratou esse Poder como expressões legítimas da Democracia Militante. Essa teorização acerca do regime democrático, por sua vez, foi proposta por Karl Loewenstein no final da década de 30, momento em que o autor constatou que determinados estados democráticos, em nome da liberdade de expressão, cederam espaço a movimentos autoritários que, chegando ao poder, dissolveram-no. Nesse sentido, Loewenstein desenvolveu o conceito de Democracia Militante que possui como objetivo geral a proteção do regime democrático frente às ameaças autoritárias. Essa proteção, contudo, dizia Loewenstein, seria legítima mesmo se não fosse possível usufruir-se de mecanismos legislativos -como edição de leis, cuja característica é sua lentidão-, revelando-se inúmeras vezes insuficientes. Necessário seria, então, adotar mecanismos por vezes não previstos no ordenamento jurídico positivado. Desse modo, a Ministrocracia se encaixaria como legítima expressão da ideia postulada pelo teórico alemão em 1937. Apesar de não estar positivada, esse mecanismo revelou-se benéfico ao regime democrático em momento de instabilidade democrática. São exemplos, a saber, as monocráticas proferidas no âmbito da ADI 5.537/AL ("Escola sem Partido") e na ADI 6.457/DF (Forças Armadas como "Poder Moderador"), constituindo objetos desta pesquisa. No mais, o Tribunal Constitucional, no caso em análise, se revela não apenas como guardião da Constituição, mas também como guardião da democracia. Assim, ao longo de uma análise bibliográfica -com uma pluralidade de autores- e empírica, busca-se constatar aspectos positivos ligados à ideia da manutenção do regime democrático por meio do poder individual dos Ministros, mesmo que essas determinadas medidas não encontrem fundamento no RISTF. Desse modo, a conclusão parcial da presente Pesquisa levanta uma hipótese diferente daquela difundida no viés da Ministrocracia: O Poder Monocrático, compilado em várias subespécies, revela-se um mecanismo válido e eficaz na defesa da democracia frente às ameaças, diferente daquilo proposto por Werneck e Fabrício Castagna.

BIBLIOGRAFIA: ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocracia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, p. 13-32, 2018. LOEWENSTEIN, Karl. *Militant democracy and fundamental rights*, I e II. *American Political Science Review*, n. 31, dez. 1937. SILVA, Evelyn Melo et al. *Erosão democrática brasileira e jurisprudência da crise: a atuação do STF e do TSE nos inquéritos em defesa da democracia*. 2024. VIEIRA, Oscar Vilhena. *Democracia militante*. Folha de São Paulo, 14 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/oscarvilhena/2020/03/democracia-militante.shtml>.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Oral**

ARTIGO: **6634**

TÍTULO: **Ordem ou Regresso: Uma Análise da Política Externa Brasileira e o Papel das Forças Armadas na Gestão Bolsonaro e o "8 de Janeiro**

AUTOR(ES) : **ANTONIO PEDRO PAULO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO: Ordem ou Regresso: Uma Análise da Política Externa Brasileira e o Papel das Forças Armadas na Gestão Bolsonaro e o "8 de Janeiro" Introdução Esta pesquisa propõe uma análise da política externa brasileira durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), com enfática atenção à influência das forças armadas nas ações internacionais do Estado brasileiro e o envolvimento de militares nas manifestações antidemocráticas que desaguaram na tentativa de 8 de Janeiro. Considerando a ascensão da extrema-direita e um reavivamento do militarismo no cenário global, é crucial a compreensão dessa dinâmica para avaliar os impactos da gestão de Bolsonaro nas relações internacionais e nas forças armadas. Objetivo: Compreender as conexões internacionais, especialmente as que envolvem as forças armadas e os eventos associados ao 8 de Janeiro. Busca-se contribuir para o debate acadêmico sobre as dinâmicas geopolíticas do Brasil e para pensar políticas que promovam a estabilidade democrática no país e no plano global. Metodologia: Para a formulação da presente pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico - documental, artigos científicos e livros, também se valendo de fontes primárias como materiais jornalísticos do período de 2018 a 2024. Discussão e Resultados: Após o retorno dos militares que atuaram na missão de paz no Haiti, houve uma intensificação da aproximação destes com a política (Marques, 2018). Esse processo atinge seu ápice na gestão Bolsonaro, que teve mais militares ocupando cargos no primeiro escalão do governo do que a ditadura militar (1964-1985). Durante o governo Bolsonaro, os generais que estavam no governo e a instituição militar apoiaram uma série de medidas que contribuíram para a erosão da democracia no Brasil, alguns episódios como o desfile de tanques no dia da votação da proposta de emenda constituinte sobre o voto impresso, as inúmeras notas assinadas pelo Ministério da Defesa e pelos comandantes das três Forças sobre o processo eleitoral, geraram apreensão na comunidade internacional e pela primeira vez, desde o início da Guerra Fria, os Estados Unidos não alimentaram o ímpeto golpista das forças armadas brasileiras. Ainda assim, os ataques ao Capitólio foram a grande inspiração dos vândalos que depredaram as sedes dos três poderes em 08 de janeiro de 2023 e depois retornaram para o acampamento montado em frente ao Quartel General do Exército.

BIBLIOGRAFIA: MARQUES, Adriana A. conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2021, p. 245-256. MARQUES, Adriana A. Missões de paz e relações civis-militares: reflexões sobre o caso brasileiro. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v.7, p.242 - 262, 2019. LOPES, Dawisson Belém, CARVALHO, Thales, SANTOS, Vinicius. Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil. *Global Studies Quarterly*, n.4, v.2, 1-14, 2022.
